



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**Faculdade de Ciências e Tecnologia**  
**Câmpus de Presidente Prudente**

**SÃO PAULO AGRÁRIO: REPRESENTAÇÕES DA DISPUTA  
TERRITORIAL ENTRE CAMPONESES E RURALISTAS DE  
1988 A 2009**

**TIAGO EGÍDIO AVANÇO CUBAS**

Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch

Co-orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico; Linha de pesquisa: Estudos Rurais e Movimentos Sociais - para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente, outubro de 2012

C97s Cubas, Tiago Egídio Avanço.  
São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009 / Tiago Egídio Avanço Cubas. - Presidente Prudente : [s.n], 2012  
271f.

Orientador: Clifford Andrew Welch  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Representação. 2. Disputa territorial. 3. Camponeses. 4. Ruralistas. 5. São Paulo – Pontal do Paranapanema. I. Welch, Clifford Andrew. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

A minha irmã, Ana Carolina e aos meus pais, Aurídio e Claudete Cubas. Porque vocês estiveram em todos os momentos comigo, se sacrificaram por mim, me ensinaram a andar com Cristo, e me amam como ninguém nunca amou.

## Agradecimentos

Os resultados dos exames para pós-graduação saíram em dezembro de 2009, Teo e eu tínhamos ingressado, foi um dia muito feliz contrastado com a tristeza de que o Tom ainda não tinha conseguido (no final de 2010 ele conseguiu). Conversei com meus pais e com o professor Cliff, mas ainda faltava algo. Até agradei a Deus, mas pareceu vazio, porque de fato como eu vou agradecer a alguém que deu tudo a mim e eu ainda lutava para dar uma parte de mim.

Tudo em minha vida tomou um sentido diferente a partir do dia 31 de janeiro de 2010. Foi nesse dia que tive a oportunidade lúcida de ser resgatado (encontrado) pelo meu Salvador, Aquele que realmente transformou a minha vida. Agradeço então aos irmãos da Igreja Bola de Neve de Praia de Grande (SP), não me recordo os seus nomes, mas com certeza recordo tudo o que fizeram por mim. Ainda recordo daquela noite, as palavras de encontro a minha vida, essas palavras foram confrontadoras e simultaneamente amorosas, pois revelavam um amor do qual tinha me esquecido. Pelo perdão e ressurreição tivemos outra chance, outra chance concedida e aceita. É com essa perspectiva que começo a caminhada do mestrado.

Agradeço a Ana Carolina Cubas por cuidar de mim. Ela estava ao meu lado e há um bom tempo orando e apoiando, ela definitivamente, foi um instrumento eficaz do Senhor naquele final de dia nublado e naquela noite aberta e clara, uma noite de redenção. É importante esclarecer, que tudo isso, só foi possível pela mão de Deus no controle de tudo, então não penso a possibilidade de minha querida irmã não estar ao meu lado naquele dia, ela foi (e é) fundamental.

Agradeço aos meus pais, Aurídio e Claudete. Eles são meus pilares, minha base forte, meus exemplos de vida. Em oração durante cinco anos seguidos (para não dizer por toda minha vida) que foram atendidos pelo coração de seu filho, quebrantado na presença do Pai. Declaro aqui meu respeito total e meu grande amor a vocês, agradeço por terem feito o melhor possível. Aos meus pais e minha irmã eu devo esse trabalho.

Agradeço ainda aos meus avós, a vó “Cida” e o vô “Alcidão”, pois nunca esqueceram de mim em suas preces, suas orações. O amor de vocês é aqui apreciado e devolvido. Agradeço aos meus primos, Alexandre e Márcio, pelos ótimos momentos juntos.

Agradeço ao pessoal da Igreja Bíblica (sede). Em especial, agradeço aos meus amigos (irmãos de coração), Serginho Moretti (e família) Diego Martins (e Lílian), Ricardo Pezotti, Nathan Harmon, Clayton Martins (e família), Fernando Amaro (e esposa), Juliana (e Sidão) e Gabriela Firmino pelas orações. Especialmente ao Diegão, ao Nathan (Nego), e ao Serginho

pela incomparável disponibilidade e paciência comigo, pelo tanto de carinho que tem por mim, os amo como meus irmãos. Agradeço ao Pr. Cacuto (e família) pelas suas orações e aconselhamento. Agradeço a essas pessoas pelas orações em favor do trabalho em Presidente Prudente e nos momentos de dificuldades me sustentaram.

Agradeço a Karinna Marcondes (Ka), minha linda, nesse tempo juntos, você tem sido maravilhosa, tão paciente e tão carinhosa. Tenho que agradecer por ser minha companheira, aceitando muitas vezes o tempo longe e a redação da dissertação sempre com um sorriso.

Foi na carreira de graduação que conheci Teo (Altieris Lima), Tom (Herivelto Fernandes), Rafa (Rafael Coelho) e Junim (Paulo Zangalli), e ainda hoje são meus amigos. Quero agradecer aos quatro pela cumplicidade, pela força que me deram e confiança que sempre tiveram em mim.

Agradeço ao Teo, por ser um amigo mais chegado que irmão, companheiro de todas as horas, das quais dividi muito mais alegrias do que tristezas, e com quem aprendi muito, incluindo o quadro de análise rítmica (não esqueço de dona Edileuza e seu Gildo que me trataram sempre como um filho). Agradeço ao Tom, grande amigo, irmão de todas as horas, ensinou-me a confeccionar mapas e acrescentou muito em minha vida com sua amizade (também não esqueço do seu Francisco e da Mayara). A amizade de vocês é essencial, devo muito desse trabalho “concluído” a vocês dois.

Agradeço ao Rafa pela amizade, pelo carinho que tem por mim e por me ajudar tanto (não esqueço de sua família e do cuidado que tiveram comigo quando estivemos juntos). Agradeço ao Junim, antes de tudo palmeirense, compreensivo e um grande amigo, esteve sempre presente e disposto. Com esses quatro eu dividi meus melhores e piores momentos desde 2005 em Presidente Prudente e nos lugares onde estivemos juntos. Com vocês aprendi o que é lealdade e responsabilidade.

Alguns desses lugares são as repúblicas em que sempre fui muito bem recebido e pelas quais tenho muito carinho, as repúblicas: Luz Vermelha (Teo, Tom, Rafa e Vinicius Poke); Calangos (Junim e Danilo); Mamatequila (Caio Gabriel, Piri, Kiko e Smurf); O Barraco (Digão e Cocada); e Babilônia (Jader, Penaxo e PC).

Fevereiro de 2010 é quando assumo a vaga no mestrado em Geografia na Universidade Estadual Paulista. Isso dá a oportunidade do prosseguimento a um trabalho que vinha sendo desenvolvido desde fevereiro de 2008 no NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). É nesse ponto que tenho que lembrar, com admiração, dos professores Clifford Andrew Welch e Bernardo Mançano Fernandes. Em primeiro lugar como

grandes exemplos de pesquisadores, comprometidos com o trabalho e com a preocupação social de construção de territórios imateriais alternativos e emancipatórios.

Ao professor Cliff, como orientador e amigo, deixo minha gratidão pelo tempo de trabalho e amizade, um tempo de provocações e desafios, de risadas e conversas. Não esqueço que desde a graduação foi quem mais se importou comigo e acreditou em nosso trabalho. Sempre que pôde esteve próximo fisicamente para responder as minhas dificuldades e limitações - e ainda são muitas - e quando não pôde esteve pronto virtualmente respondendo pacientemente cada questionamento. Devo muito a você (incluindo Patrícia, Maya e Núbia) e a seu trabalho.

Ao professor Bernardo, agradeço pela confiança de que poderia dar o melhor pelo NERA e pelo *thinktank* do território camponês. Um grande mestre, aprendi muito nos momentos em que tive oportunidade de estar com você, desde reuniões e aulas, até mesmo em encontros informais e formais como nos “jantares” de final de ano e nos encontros DATALUTA. Posso dizer aos dois que estou aprendendo com grandes pensadores-militantes.

Não posso esquecer dois outros professores fundamentais para minha formação, professor Thomaz Jr. e professor Carlos Feliciano. Agradeço ao Thomaz pelas aulas incríveis que duravam três dias inteiros, mas que proporcionaram grandes conflitos em minha mente, além do olhar crítico sobre as questões que envolvem o modo de produção capitalista. Admiro esse professor-militante pelo afincamento em proporcionar aulas tão desafiadoras. Agradeço ao Cacá pela amizade, pela paciência em trabalhar comigo, pela atenção, pelos projetos e por estar sempre pronto a ajudar.

Agradeço a todos os pesquisadores do NERA, porque esse trabalho é fruto da construção coletiva. Agradeço especialmente ao Tom, Rafa, Rodrigo Camacho, Nino, Rubão, Danilo, Elenira, Nallígia, Camila e Diego Vilanova. Ao Danilo agradeço pela amizade e leitura atenta, ajudando-me nas correções da dissertação. Ao Rodrigo pelas parcerias nos artigos, em eventos, e pelos momentos de descontração com suas histórias. Ao Nino Sobreiro pela cumplicidade e respeito no período de intercâmbio. Foram momentos tão difíceis ao longo desse tempo de mestrado, superados juntos, hoje os considero amigos.

As experiências tidas durante todo esse período de carreira acadêmica, na convivência com os graduandos, pós-graduandos e professores, incluso no período de mestrado, tem que ser aqui lembrada, pois essa convivência me moldou socialmente crítico e me fez perceber a importância de defender o território camponês.

Na defesa do território camponês quero citar a Via Campesina materializada nas ações e pessoas do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), MPA (Movimentos

dos Pequenos Agricultores) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Agradeço aos militantes desses movimentos por me fazerem acreditar na possibilidade de outra construção social. Especialmente, quero agradecer ao Valmir Ulisses, Delwek Matheus, Neuza, Luciano Benine, Josene, Josefa, Paulinha Gomes e Ivanei Dalla. As três últimas que na última etapa em que trabalhamos no CEGEO (Curso Especial de Geografia) na Escola Nacional Florestan Fernandes me homenagearam com a consideração de militante da Via Campesina. Sou grato a todos militantes de movimentos socioterritoriais, porque aprendi muito mais do que pude ensinar.

Agradeço ao professor Luis Daniel Hocsman e Diana pela compreensão e hospitalidade, Felipe Rincon (e sua esposa), pela amizade, Juan Barri, David Vasquez e Mariana Romano pela preocupação, e a todos pelo intenso aprendizado que tivemos nos momentos de intercâmbio na Argentina. Ao pessoal do Movimento Nacional Campesino Indígena da Argentina (MNCI), especialmente a Angel, Alfonso, Diego “Manota” e Daniel Martin.

Agradeço aos professores Eduardo Girardi e Wendy Wolford pelas contribuições na banca de qualificação. Agradeço ao Eduardo Girardi por aceitar participar novamente, agora da banca de defesa, assim também agradeço a professora Leonilde Medeiros por participar desse momento ímpar de debate.

Para finalizar, como todos os dias importantes, a história e a geografia estão inerentes aos acontecimentos pontuais. O dia 31 de janeiro de 2010 significou uma nova motivação de vida, algo pelo o que vale lutar, e reflete a história e geografia de toda uma vida, os processos sociais a que somos submetidos e que nos tornam quem somos (por nossas próprias escolhas). Isso diferencia a fé da ciência, não que sejam contrárias, mas que são diferentes e complementares no movimento social. Como já disse o amado irmão e professor Aduino Lourenço: “os processos naturais não dão possibilidade ao evolucionismo, o criacionismo científico explica a criação de tudo e de todos pelos conceitos científicos e *design perfeito*, mas a fé é necessária para entendermos por quem o universo, e tudo o que nele há, foi criado”.

Hoje percebo que dar partes não serve de nada, as coisas só tem valor quando se realizam com todo o ser, este trabalho é fruto disso.

Nesse espaço digo que se render a Cristo foi o melhor que já aconteceu em minha vida, assim te agradeço, Senhor, meu Jesus, pois tudo o que escrevi aqui não seria possível sem Sua misericórdia e graça sobre mim.

## **Apoio Institucional**

Agradeço a Secretaria de Pós Graduação e a Secretaria de Finanças da UNESP, especial e respectivamente nas pessoas da Márcia, André e Cinthia, e Paulo, pelo apoio total e dedicação em auxiliar o desenvolvimento da pesquisa no que se refere aos trâmites institucionais.

Agradeço ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro à pesquisa desde março de 2010 até fevereiro de 2012.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro no intercâmbio Brasil e Argentina entre os meses de março e junho de 2012.

***“Não é difícil para mim ter essa fé, pois um universo organizado e inteligente testifica a favor da maior afirmação jamais pronunciada: ‘no princípio, Deus’ ”***

(Prof. Dr. Aduino Lourenço)

***“La lucha de mujeres y hombres contra lo discurso hegemónico es la lucha de la memoria contra el olvidar.”***

(Angel – MNCI)

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>Introdução e estrutura do trabalho</b>	2
<b>CAPITULO 1 – ABORDAGEM E METODOLOGIA</b>	7
1.1 Capitalismo: na sociedade e na agricultura	8
1.2 A dialética histórico-geográfica e a cerca	17
1.3 A Cartografia Geográfica Crítica e a Geografia Crítica	22
1.4 Representação: imprensa e poder	36
<b>CAPITULO 2 – OS TERRITÓRIOS MATERIAL E IMATERIAL</b>	46
2.1 Sobre a concepção de território	47
2.1.1 O <i>territórium</i> como espaço de vida	47
2.1.2 O imaterial do território e o território imaterial	58
2.1.3 Território: aparência e essência	64
2.1.4 Território e identidade	68
2.2 Paradigmas, territórios e ideologias	74
2.2.1 As visões de mundo e transformação da realidade	75
2.2.2 Os paradigmas: correntes de pensamento e pensadores	80
2.2.3 A ideologia do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária	110
<b>CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES DA DISPUTA</b>	120
3.1 A imprensa e o território	121
3.2 Camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema	124
3.3 O caso da Fazenda São Domingos	131
3.4 O atentado a um líder camponês	151
3.5 A representação da descentralização da luta camponesa no Pontal	162
3.6 As representações da imprensa na configuração do território paulista	177
<b>CAPITULO 4 – SÃO PAULO AGRÁRIO</b>	181
4.1. As características socioeconômicas e fundiárias do território paulista	182
4.1.1 As características socioeconômicas	183
4.1.2. Do uso da terra a quem usa ela	192
4.2 Agropecuária paulista: seus territórios	197
4.2.1 A territorialização dos <i>commodities</i>	200
4.2.2 Segurança alimentar e soberania alimentar	212
4.2.3 Os territórios capitalistas e camponeses	221
4.3. Das ocupações aos assentamentos	228
4.3.1 As lutas de 1988 a 2010	228
4.3.2 Violência física contra os camponeses e os territórios em disputa	245
4.4. Elementos essenciais para construção do <i>São Paulo Agrário</i>	250

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	259
<b>Sobre mapeamento conceitual do trabalho</b>	260
<b>Referências Bibliográficas</b>	265

## RESUMO

### SÃO PAULO AGRÁRIO: REPRESENTAÇÕES DAS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE CAMPONESES E RURALISTAS DE 1988 A 2009

A luta *pela* terra e *na* terra são parte fundamental da estratégia camponesa de resistência, (re)produção e (re)criação dos seus territórios. A luta é histórica, constituída de conflitos permanentes. Os conflitos são expressões da conflitualidade inerente nas contradições da estrutura fundiária do Brasil. A conflitualidade é representada no discurso da mídia, na sua promoção do agronegócio e cobertura estereotipada da luta pela terra. Para desconstruir a construção desta realidade complexa, o materialismo histórico-geográfico dialético é um importante instrumento. Olhando para as disputas físicas e representativas, o estado de São Paulo, dado a presença das sedes dos grandes veículos da mídia nacional, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, se torna um território interessante para análise. O presente trabalho analisa a dinâmica histórico-geográfica da luta entre ruralistas e camponeses no estado de 1988 a 2009. É nossa proposta demonstrar como a luta pelo poder e pelo poder dizer – o discurso, a ideologia, os signos e símbolos – fazem parte de um processo de *des-re-territorialização*, que deve ser apresentado criticamente também em forma de mapa. A partir disso representamos o mapa São Paulo Agrário como a síntese de pesquisas das disputas territoriais no estado, as dinâmicas das relações sociais que influem na configuração territorial desse estado.

**Palavras-chave:** Representação; disputa territorial; camponeses; ruralistas; São Paulo – Pontal do Paranapanema.

## RESUMEN

### SÃO PAULO AGRÁRIO: REPRESENTACIONES DE LAS DISPUTAS TERRITORIALES ENTRE CAMPESINOS Y TERRATENIENTES DE 1988 A 2009

La lucha por *la* tierra y *en la* tierra son una parte clave de la estrategia campesina de la resistencia, (re)producción y (re)creación de sus territorios. La lucha es histórica, que consta de conflictos permanentes. Los conflictos son expresiones de la conflictualidad inherentes a la estructura de la tierra en Brasil. La conflictualidad es representada en el discurso de los medios de comunicación, en su promoción de lo agronegocio y la cobertura estereotipada de la lucha por la tierra. Para deconstruir la construcción de esta realidad compleja, el materialismo histórico-geográfico dialéctico es una herramienta importante. Mirando las disputas físicas y representativas, el estado de São Paulo, dada la presencia de la sede de los principales medios nacionales, *O Estado de S. Paulo* y *Folha de S. Paulo* se convierte en un área interesante para el análisis. En el trabajo se discute el relato histórico-geográfico de la lucha entre los terratenientes y campesinos en el estado desde 1988 hasta 2009. Nuestra propuesta es demostrar cómo la lucha por el poder y el poder de decir - el discurso, la ideología, los signos y símbolos - son parte de un proceso de *de-re-territorialización*, que debe ser crítico se presenta en forma de mapa. A partir de este representan lo mapa São Paulo Agrário cómo la síntesis de las disputas territoriales, la dinámica de las relaciones sociales que influyen en la configuración territorial de este estado.

**Palabras-clave:** Representación; disputa territorial; campesinos; terratenientes; São Paulo – Pontal do Paranapanema.

## ABSTRACT

### AGRARIAN SÃO PAULO: REPRESENTATIONS OF THE TERRITORIAL DISPUTES BETWEEN LANDLORDS AND PEASANTS, 1988 TO 2009

The struggle for land and on the land are key parts of a strategy of peasant territorial resistance, (re) production and (re) creation. The struggle is historic, consisting of permanent conflicts. The conflicts are expressions of the contradictions of the inherent “conflictuality” of Brazil land-ownership structure. This conflictuality is represented in a media discourse that explicitly promotes agribusiness while dismissing the legitimacy of peasant agriculture. To deconstruct the construction of this complex dialectic in both the material (physical) and immaterial (philosophical) realms, the present article analyzes the state of São Paulo as an exceptional case study given the presence of the headquarters of major interest group organs and national media outlets such as *O Estado de S. Paulo* and *A Folha de S. Paulo*. For the period 1988 to 2009, the job discusses the historical-geographical narrative of the struggle between large farmers and peasants in the state. Our proposal is to demonstrate how the struggle for power and the power to speak-out – the capacity to establish hegemony – are part of a process of *de-re-territorialization* that can and should be critically represented by cartography. On the basis of research on São Paulo’s recent agrarian history, this job presents the Agrarian São Paulo map as a synthesis of the material and immaterial disputes that have resulted in the state’s current territorial configuration.

**Keywords:** Representation; territorial disputes; peasants; landlords; São Paulo; Pontal do Paranapanema

## **Lista de Mapas**

<b>Mapa 1 – Perfil agropecuário do estado de São Paulo de 1991 a 2000</b>	199
<b>Mapa 2 – A desigualdade socioterritorial e a agropecuária em São Paulo de 1988 a 2009</b>	227
<b>Mapa 3 – A territorialização da violência contra camponeses em São Paulo de 1985 a 2008</b>	247
<b>Mapa 4 – São Paulo: territórios em disputa de 1988 a 2009</b>	249
<b>Mapa 5 – São Paulo Agrário*</b>	258

## Lista de Pranchas

<b>Prancha 1 – Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema: localização da área de estudo</b>	4
<b>Prancha 2 – Circulação dos jornais no estado de São Paulo</b>	41
<b>Prancha 3 – Índice de Desenvolvimento Humano no estado de São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – 1991 e 2000</b>	184
<b>Prancha 4 – Espacialização da pobreza no estado de São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – 1991 e 2000</b>	186
<b>Prancha 5.1 – Índice de <i>Gini</i>: dinâmica da concentração no estado de São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – 1991 e 2000</b>	189
<b>Prancha 5.2 – Percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos da população – estado de São Paulo – 1991 e 2000</b>	191
<b>Prancha 6 – Uso e ocupação do solo no estado de São Paulo</b>	193
<b>Prancha 7 – Pequena e média propriedade <i>versus</i> grande propriedade no estado de São Paulo</b>	196
<b>Prancha 8.1 – Lavoura temporária em toneladas – a territorialização da cultura da cana-de-açúcar no estado de São Paulo</b>	203
<b>Prancha 8.2 – Lavoura temporária em hectares – a territorialização da cultura da cana-de-açúcar no estado de São Paulo</b>	204
<b>Prancha 9.1 – Lavoura permanente em toneladas – a territorialização da cultura da laranja no estado de São Paulo</b>	207
<b>Prancha 9.2 – Lavoura permanente em hectares – a territorialização da cultura da laranja no estado de São Paulo</b>	208
<b>Prancha 10 – Os territórios dos rebanhos bovinos no estado de São Paulo</b>	211
<b>Prancha 11.1 – Lavoura em toneladas – territórios da cultura do arroz no estado de São Paulo</b>	215
<b>Prancha 11.2 – Lavoura em hectares – territórios da cultura do arroz no estado de São Paulo</b>	216
<b>Prancha 12.1 – Lavoura em toneladas – territórios da cultura do feijão no estado de São Paulo</b>	219
<b>Prancha 12.2 – Lavoura em hectares – territórios da cultura do feijão no estado de São Paulo</b>	220
<b>Prancha 13.1 – A produção em toneladas na agricultura capitalista e agricultura camponesa no território paulista – os <i>commodities</i> e a luta na terra</b>	224

<b>Prancha 13.2 – A produção em hectares na agricultura capitalista e agricultura camponesa no território paulista – os <i>commodities</i> e a luta na terra</b>	225
<b>Prancha 14 – Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema: territorialização da luta pela e na terra – das ocupações aos assentamentos**</b>	229
<b>Prancha 15 – São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1987-1990 (Governo Quéricia)</b>	233
<b>Prancha 16 – São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1991-1994 (Governo Fleury Filho)</b>	235
<b>Prancha 17 – São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1995-1998 (Governo Mario Covas)</b>	237
<b>Prancha 18 – São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1999-2002 (Governo Mario Covas)</b>	239
<b>Prancha 19 – São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 2003-2006 (Governo Alckmin)</b>	242
<b>Prancha 20 – São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema – Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 2007-2010 (Governo Serra)</b>	244

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1 – Mudanças nas representações dos jornais analisados – 1990 - 2008</b>	122
<b>Quadro 2 – Notícias para análise de “O caso da fazenda São Domingos” no ano de 1995</b>	131
<b>Quadro 3 – Notícias para análise dos desdobramentos da ocupação da fazenda São Domingos no ano de 1998</b>	139
<b>Quadro 4 – Notícias para análise de “O atentado a um líder camponês” no ano de 2002</b>	152
<b>Quadro 5 – Notícias para análise de “Descentralização da luta no Pontal” em 2008</b>	165
<b>Quadro Rítmico 1 – A representação jornalística e a luta pela terra de 1988 a 2009</b>	178
<b>Quadro 6 – Programas Estatais para agroenergia – o PCA e os Programas Governamentais</b>	201

## **Lista de Gráficos**

<b>Gráfico 1 – Trabalhadores rurais <i>versus</i> áreas de lavoura – Brasil (1920-2006)</b>	15
<b>Gráfico 2 – População urbana e rural no estado de São Paulo (1950-2010)</b>	182

## Lista de Figuras

<b>Figura 1 - Esquema de formação da identidade cultural</b>	71
<b>Figura 2 – Elementos que caracterizam os sistemas econômicos</b>	93
<b>Figura 3 – Desenvolvimento dos elementos básicos que compõem a família na organização camponesa</b>	95
<b>Figura 4 – Gráfico em barras da distribuição das atividades para a família camponesa</b>	98
<b>Figura 5 – <i>O Imparcial</i>, 1 de julho de 1998, p. 6B</b>	137
<b>Figura 6 - <i>O Imparcial</i>, 2 de julho de 1998, p. 8A</b>	142
<b>Figura 7 – <i>O Imparcial</i> – 1 de setembro, p. 6B</b>	144
<b>Figura 8 – <i>Folha de S. Paulo</i> – 12 de setembro de 1998, p. 1-4</b>	148
<b>Figura 9 – <i>O Estado de S. Paulo</i> – 18 de setembro de 1998, p. A10</b>	149
<b>Figura 10 - <i>O Imparcial</i> – 22 de janeiro de 2002, pg. 6B</b>	153
<b>Figura 11 – <i>O Imparcial</i> - 29 de janeiro de 2002; pg. 1A</b>	156
<b>Figura 12 – <i>O Imparcial</i> - 30 de janeiro de 2002; pg. 5B</b>	157
<b>Figura 13 – <i>O Estado de S. Paulo</i> – 31 de janeiro de 2002, pg. A10</b>	160
<b>Figura 14 – <i>Oeste Notícias</i> – 31 de janeiro de 2002, pg. 1.6</b>	161
<b>Figura 15 - <i>Oeste Notícias</i> – 27 de janeiro de 2008, p. 2.3</b>	167
<b>Figura 16 – <i>O Imparcial</i> – 29 de janeiro de 2008, p. 6B</b>	168
<b>Figura 17 – <i>Oeste Notícias</i> – 31 de janeiro de 2008, p. 2.2</b>	170
<b>Figura 18 – <i>O Imparcial</i> – 31 de janeiro de 2008, p. 4B</b>	171
<b>Figura 19 – <i>O Estado de S. Paulo</i> – 5 de Fevereiro de 2008, p. A6</b>	173
<b>Figura 20 – <i>O Estado de S. Paulo</i> – 13 de Fevereiro de 2008 – p. A10</b>	175
<b>Figura 21 - Reflexos dos paradigmas na agricultura brasileira: agrocombustíveis e alimentos</b>	198
<b>Figura 22 – Os olhares paradigmáticos sobre a realidade agrária</b>	261

## Lista de Siglas

**ABAG** – Associação Brasileira de Agribusiness  
**CGC** – Cartografia Geográfica Crítica  
**CNA** – Confederação Nacional da Agricultura  
**Contag** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
**CPT** – Comissão Pastoral da Terra  
**CUT** – Central Única dos Trabalhadores  
**DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra  
**Dops** – Departamento de Ordem Política e Social  
**FSP** – Folha de São Paulo  
**IBGE** – Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IMP** – O Imparcial  
**INCRA** – Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**ITESP** – Instituto de Terras do Estado de São Paulo  
**MDA** - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
**MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra  
**NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
**OAN** – Ouvidoria Agrária Nacional  
**OESP** – O Estado de São Paulo  
**ON** – Oeste Notícias  
**PCA** – Paradigma do Capitalismo Agrário  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PEA** – População Economicamente Ativa  
**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento  
**PQA** – Paradigma da Questão Agrária  
**Prorural** - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural  
**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira  
**PT** – Partido Trabalhista

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**SIDRA** – Sistema IBGE de Recuperação Automática

**SIG** – Sistema de Informação Geográfica

**UDR** – União Democrática Ruralista

**UNESP** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

**UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas

# INTRODUÇÃO

Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu Seu único Filho para que todo aquele que N'Ele crer não pereça, mas tenha a vida eterna. João 3.16

## Introdução e estrutura do trabalho

A questão agrária brasileira está caracterizada por conflitos no território brasileiro intrinsecamente ligados às relações de poder no mesmo, constituindo-se uma problemática que se apresenta hoje, mas que é de ordem estrutural (histórica). Esses conflitos têm por base os interesses de poder, a reprodução ampliada do capital na apropriação do trabalho e do trabalhador, que se estabelece também na agricultura capitalista e nas políticas públicas, em confronto com a luta pela terra e a busca alternativa por uma não-convencional condição de reprodução social, enraizada na agricultura e modo de vida camponês.

Raffestin, em sua obra *Geografia do Poder*, de 1993, distingue o poder e o Poder. Dessa forma, o autor expõe os principais elementos a que o território está sujeito, como: o poder que é disseminado debaixo para cima e o Poder que é propagado de forma impositiva, de cima para baixo por meio do Estado. Essas relações de poder se dão tanto vertical quanto horizontalmente e é da onde se desdobram tais relações de dominação que desembocam nos conflitos e conflitualidades. Geram não somente a coerção e a dominação, como também a resistência e recriação, elementos fundamentais quando olhamos para a configuração do território (FERNANDES, 2008).

Nesses enfrentamentos vemos a formação do território brasileiro a partir das relações de poder estabelecidas nas formas de dominação e também da representação. A realidade brasileira nos seus elementos compõe uma questão agrária complexa, que culmina nos conflitos pela terra e conseqüentemente na formação social da população brasileira por meio da imagem da luta pela terra, em contraposição à imagem do agronegócio. Então, torna-se fundamental para uma investigação, examinar a relação da representação dos principais atores sociais dessa questão agrária - os camponeses e os ruralistas.

A relação entre camponeses e ruralistas é demarcada pela luta de cada um no/pelo território. O conflito entre eles revela parte fundamental da questão agrária na sociedade brasileira. No processo de formação da opinião pública as representações tendem a influenciar a política agrária, e assim, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) que estão no coração da conflitualidade dos opositores, como argumenta Fernandes (2000). A conflitualidade demonstra, em suma, a oposição de ideais e a força da pressão à formação do mundo para o planejamento e para a configuração do território pelas suas vontades advindas de suas ideologias, que dão vazão aos paradigmas como visões de mundo.

O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes (2007) afirma que a conflitualidade expressa na disputa territorial entre visões de mundo, formadas por princípios, ideias e valores que coexistem com ideologias, estabelece o que chamamos de paradigma. Distinguimos, então, dois paradigmas que compõem o agrário: Cada paradigma reflete material e imaterialmente o que são os interesses políticos e ideológicos de cada classe (do indivíduo ao grupo).

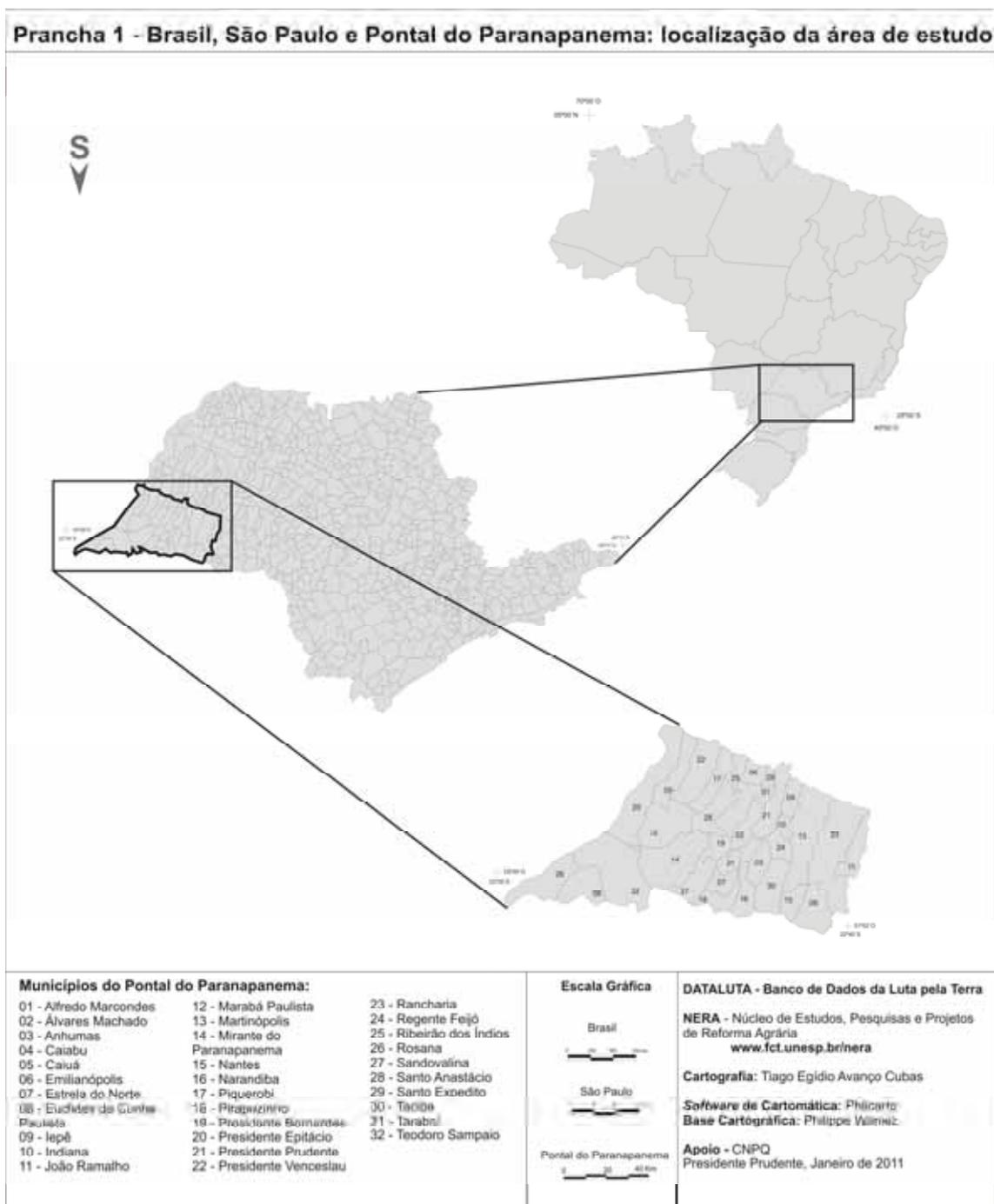
O paradigma do capitalismo agrário (PCA) é o conjunto de ideias de manutenção da agricultura capitalista no mundo atual. Ele visualiza o cenário nacional que abrange a luta pela terra como algo conjuntural, quase passageiro no processo moderno de desenvolvimento econômico. O paradigma da questão agrária (PQA) vislumbra essa questão conjuntural como a disputa territorial entre camponeses e ruralistas no território/terra, bem como no território das políticas públicas e da opinião pública expressada, por um lado, na busca pela transformação social, fundiária, política e ideológica (território/ideia), e por outro, na proteção dos privilégios dos “senhores da terra”, na otimização de seu usufruto e na ocupação dos territórios do campo brasileiro (envolvendo processos como o coronelismo e o clientelismo). Isso tudo em virtude de uma questão mais profunda e de cunho estrutural (de sistema e modo de produção). Os paradigmas são visões de mundo que refletem os territórios e luta das classes sociais que se materializam nas políticas públicas de governo, nas representações do discurso mediante a imprensa (pela ideologia dessas empresas e seus relações) e nas ações individuais ou coletivas e organizadas ou não.

Como parte do campo brasileiro, o estado de São Paulo e especialmente, o Pontal do Paranapanema são o enfoque deste trabalho e nos auxiliam para entender, dentro das limitações da pesquisa, a questão agrária com vistas ao cenário nacional, de maneira a aplicarmos a visão do PQA para interpretarmos essa realidade.

A partir dos anos 90, o Pontal chegou ser um foco simbólico da luta pela terra no Brasil, com a atuação destacada do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), com a reorganização da UDR (União Democrática Ruralista) e da vigilância constante da mídia paulista (WELCH, 2009). O Pontal é hoje uma das regiões de maior conflito pela terra no Brasil (DATALUTA, 2011). A proximidade do nosso grupo de pesquisa NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária) com a temática, nos ofereceu vantagens, já que pudemos observar a realidade e manter o contato pessoal com participantes dessa realidade. O banco de dados DATALUTA Jornal, que está no interior do NERA, ofereceu-nos a possibilidade de estudar dois jornais regionais (*Oeste Notícias* e *O Imparcial*) que muitas

vezes forneceram material para os outros dois jornais de nível nacional (*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*).

Vemos na Prancha 1 a localização de do estado de São Paulo e do Pontal do Paranapanema, áreas selecionadas para nosso estudo:



Podemos dividir didaticamente esse trabalho em duas partes principais, a primeira composta pelos capítulos 1 e 2, nos quais vamos construir teórica e conceitualmente, o que

chamamos de questão agrária, refletindo principalmente sobre o cenário brasileiro e mais especificamente o paulista. É nesse momento que buscaremos expor os conceitos de território, ideia, ideologia e paradigma, como um circuito, sendo que, um está ligado intimamente e inerente ao outro. No Capítulo 1, apresentaremos o tripé teórico da pesquisa: o materialismo histórico-geográfico dialético, a desconstrução e a cartografia geográfica crítica. Na continuidade, no Capítulo 2, vamos abordar o conceito principal desse trabalho geográfico - o território -, com vistas a destacar o seu potencial como instrumento para compreender a questão agrária paulista, as conflitualidades, conflitos, disputas e ideologias que se dão no espaço e no tempo e passa pela luta de classes. A partir disso será abordada a construção dos paradigmas da questão agrária (PQA) e do capitalismo agrário (PCA), seus pensadores seminais e o significado de que entendemos esse trabalho como um território em construção a favor do paradigma da questão agrária.

A segunda parte é momento do exercício prático, a análise fundamentada na desconstrução do território capitalista para propor o apoio ao território camponês. Sobre essa parte de exercício de análise, podemos apontar dois aspectos que nos propomos a realizar.

O primeiro (Capítulo 3) vislumbra analisar as reportagens jornalísticas e mapear alguns elementos mais emblemáticos da disputa territorial da luta pela terra de 1988 a 2008. Esses envolvem as ocupações, os assentamentos e a disputa territorial entre os paradigmas nas escalas estadual (São Paulo) e regional (Pontal do Paranapanema), sempre se atentando ao contexto nacional. Com isso, queremos pensar na formação do território e na identidade cultural coletiva a partir da luta pela terra e suas representações, mas também conhecer o território imaterial na sua relação dialética com o território material mediante a contribuição da territorialização dos paradigmas para essa formação. O processo de controle socioterritorial e dominação passam pelo discurso (WELCH, 2010, CUBAS, 2009, SOUZA, 2005, VILLAÇA, 2010) e por quem tem a possibilidade de representá-lo, desde a mídia, os ruralistas, os camponeses, suas organizações e o Estado.

O segundo aspecto (Capítulo 4) se tornou uma necessidade após optarmos por desconstruir o discurso dominante (com a dialética histórico-geográfico evidenciando o protagonismo camponês e a desconstrução do discurso da imprensa paulista) e transformar esse discurso único em uma disputa territorial que expõe o contra-discurso a favor do camponês. A Cartografia Geográfica Crítica (CGC), que compreende a confecção de mapas e pranchas para leitura crítica, surge como um instrumento fundamental para a Geografia Crítica de construção de um território com enfoque emancipatório. O rompimento inicial com

as ideologias dominantes objetiva a realidade, quando propomos algo distinto, reflete nossa proposta de auxiliar no fortalecimento do território camponês.

Como abordaremos a contribuição, e assim, a importância da representação para a formação do território, entendemos que o trabalho busca utilizar e conhecer a realidade da luta pela terra nos conflitos, por meio da representação jornalística e documental (WELCH, 2009a, 2009b e 2010; VILLAÇA, 2010) e na parte técnica, que abrange a confecção de mapas, gráficos, quadros e tabelas, a representação como forma de discurso (GIRARDI, 2008), possibilitando o conhecimento da realidade histórico-geográfica com base também no trabalho de David Harvey (2006). A leitura jornalística é importante para entendermos a configuração do território paulista e a formação da memória histórica (WELCH, 2010 e VILLAÇA, 2010), bem como escancarar na representação, através da CGC, a respeito das mazelas do sistema capitalista, a complexidade de uma questão agrária mal resolvida que revela profundas desigualdades e violências contra o povo.

Assim, a construção aprofundada da dissertação terá parte fundamental também na análise dos bancos de dados do DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra), no que tange aos Movimentos Socioterritoriais<sup>1</sup>, Ocupações e Assentamentos; do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo); OAN (Ouvidoria Agrária Nacional); do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), especialmente os dados dos Censos de 1995 e 2006 e o do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática); do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD; da CPT (Comissão Pastoral da Terra); e fontes primárias, que no nosso caso serão as entrevistas.

O objetivo deste trabalho foi o de buscar compreender a formação territorial do estado de São Paulo a partir de uma análise histórica e geográfica que contemple elementos que formam a questão agrária paulista de 1988 a 2009. Para isso realizamos desde o estudo da contribuição da representação da imprensa até a desconstrução desse discurso e a construção do contra-discurso, examinando os signos, os símbolos, o discurso e a ideologia. O São Paulo Agrário pretende representar através da construção de um atlas, uma história e geografia distintas, que tem em sua estrutura conflitos que revelam um estado de São Paulo fruto de disputas territoriais entre os camponeses e ruralistas.

---

<sup>1</sup> Movimentos socioterritoriais são movimentos sociais que vislumbram para o pesquisador o elemento para além da visão somente sociológica desses sujeitos, mas também a visão geográfica incorporada de maneira a investigar essa realidade de maneira vertical (sociológica) e horizontalmente (geográfica) (FERNANDES, 2005).

# **CAPÍTULO 1**

## **ABORDAGEM E METODOLOGIA**

Aí de vocês que adquirem casas e mais casas, propriedades e mais propriedades, até não haver mais lugar para ninguém e vocês se tornarem senhores absolutos da terra! O Senhor dos Exércitos me disse: Sem dúvida muitas casas ficarão abandonadas, as casas belas e grandes ficarão sem moradores. Isaías 5.8-10

## 1.1 Capitalismo: na sociedade e na agricultura

As disputas territoriais paradigmáticas são inerentes ao processo histórico-geográfico que sofreram os sujeitos no território brasileiro e paulista, no interior do modo de produção capitalista. As quatro classes sociais – proprietários de terra, burguesia, proletariado e campesinato – delimitadas pelo trabalho do sociólogo russo, Teodor Shanin (1984), e dos geógrafos brasileiros, Ariovaldo Oliveira (1997) e Bernardo Fernandes (1994 e 2000), fornecem-nos subsídios para entendermos a importância das correlações de força, das relações sociais e de poder. Essas determinam como se desenha o território nos âmbitos físico e metafísico, material e imaterial. A luta de classes é imprescindível para compreender os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário no interior das dinâmicas políticas, sociais, culturais e econômicas no estado de São Paulo. Por isso, torna-se fundamental uma leitura geral sobre a formação do sujeito e da sociedade em meio aos processos de des-re-territorialização frenéticos dos territórios capitalistas e não-capitalistas.

A sociedade brasileira tem em sua terra o enraizamento das distâncias sociais desde a sua criação (fictícia), no pré-capitalismo das sesmarias e no regime escravista. Tudo caminhava para se tornar globalizado, perversamente, ou de maneira fantasiosa, como o filósofo húngaro, István Mészáros (2007), sugere. A sociedade brasileira então pode ser definida como um produto social (histórico) sujeita às memórias e lembranças escritas por sangue e desigualdade, e noticiada como “desenvolvimento e progresso”, ou simplesmente, como crescimento econômico. O sistema do capital se delineia na apropriação de tudo o que pode alcançar, propaga-se na destruição do que não é capital e na subordinação do trabalho a sua lógica. Desse modo, o território capitalista busca destruir o território do campesinato, levando-o a algumas possibilidades: sobreviver, se adaptar e resistir ou se integrar; ou ainda ser destruído.

A gênese do processo de dominação capitalista está na individualização do sujeito, tornando-o único e precível. O mesmo está associado a valores de uma “sociabilidade a-social”, como exposto por Kant (apud MÉSZÁROS, 2007). O imperativo social de dominação do capital ataca a sociedade civil e a desgasta no sentido de trazer à tona a capacidade de unicidade e valores dispersos, que resultam num “indivíduo isolado”.

Nas várias concepções de “sociedade civil” o lugar de indivíduos sociais reais [...] foi substituído pela imagem dos indivíduos isolados e sua “natureza humana” fixa *genericamente determinada*. Esse tipo de conceitualização foi feito pelo intuito de possibilitar aos *indivíduos isolados* que se adequassem ao

papel de eternizar e legitimar de modo espúrio as relações antagônicas/conflituais/adversas estabelecidas na “sociedade a-social”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 37, grifos do autor).

Isso resulta no estranhamento e também na alienação, a produção de um sujeito que não se reconhece no fruto de seu trabalho e também na realidade social e conflituosa. É nesse momento que o sujeito pós-moderno (HALL, 2001) toma a forma da sociedade capitalista, do imediato a constante mutação de uma realidade volátil.

Este perpassa por princípios, valores, crenças, entre outros. Variáveis obscurecidas que realizam a sua função de estranhamento para o capital, estranhamento do trabalho e alienação, assim a realidade já não é mais reconhecida como um fardo do tempo histórico dialeticamente associado ao fardo histórico do indivíduo, mas como uma carga histórica do indivíduo tão somente. Essa individualização recai também sobre a acumulação flexível, como motor de propulsão do capital no final do século XX e início do século XXI, e dentre suas características está a aproximação irreal do mercado e dos seus valores com o sujeito (individual).

O indivíduo “ilhado” socialmente, bombardeado pelas imagens da imprensa, e que não busca outras opções de visões da realidade, legitima, então, papel antagônico, contrário, conflitante e adverso do capital de se territorializar. Esse reforço se dá de modo estranho à linguagem pura, figurando-se adúltero, incestuoso, não genuíno, simulado e falso<sup>2</sup>. A destreza do capital é perigosa demais, a ponto de estabelecer uma “sociabilidade a-social”, em que o estranhamento se espacializa na falta de sentido de relações sociais, imanente à “natureza humana” genericamente determinada, como afirmou Mézáros (2007).

Ainda expondo a sociabilidade a-social, vemos nela uma situação histórica, por essa razão, ela não é exclusiva do presente, mesmo que neste momento seja mais acirrada, contudo, ela se desencadeia no ciclo criado pelo capital e condicionado nos indivíduos que são também seus produtores. Diferentemente da “sociabilidade a-social” e da “sociabilidade anti-social”, como uma maneira mais destrutiva, a sociabilidade social pode existir sim, de modo mais profundo e como forma “genuína de cooperação” (MÉSZÁROS, 2007, p. 38). Assim, o capital reduz o homem ao tempo do capital, ou seja, o tempo em que o modo de produção capitalista se tornou hegemônico, caracterizando o mundo imediato e homogêneo a partir desse enfoque. “[...] Um homem de uma hora vale outro homem de

---

<sup>2</sup> Significações relativas a *espúrio*. Disponível no dicionário virtual Michaelis, na página: <http://michaelis.uol.com.br/>.

uma hora, o tempo é tudo, o homem não é mais nada; ele é no máximo a carcaça do tempo.” (MARX apud MÉSZÁROS, 2007, p. 43)<sup>3</sup>.

O ser humano se torna um denominador comum na estratégia de dualismo, antinomias e dicotomias, e assim, ele é substituível, isso é claro, não está no discurso direto do capitalismo, mas sim, no interior do seu metabolismo social. O homem como ser sociável perece, porque as relações de coexistência sem dominação não são aceitáveis no modo de produção capitalista.

O que queremos evidenciar em todo esse processo de apropriação capitalista é a sua disposição em expandir-se territorialmente. O processo de *des-re-territorialização* já não é algo unicamente físico, mas invisível, e que forma a nossa sociedade. O capitalismo agrário é um sistema no interior da relação campo-cidade que é tomado pelo agronegócio como um sistema produtivo que involucra o capital financeiro, industrial, especulativo e social. Ele busca sustentar o *status quo* no campo (de todo o mundo), no sentido de manter em suas rédeas as relações exploratórias de trabalho, o lucro máximo, apropriando-se também do trabalhador e da mecanização e, assegurando a imagem de progresso e modernização, de maneira que a sociedade não haja como agente fiscalizador das relações sociais, de poder e de trabalho que formam o campo brasileiro.

A fragmentação do trabalho e a heterogeneidade dos processos produtivos são provocadas pelo metabolismo do capital como um meio de controle territorial e manutenção da lógica capital-trabalho. Desemprego, então, é um processo crescente de desqualificação e também de intensificação. Essas são intempéries que circundam as disputas territoriais paradigmáticas, suas dinâmicas e condições (mediações de primeira e segunda ordem – estão na via da gestão territorial do trabalho fragmentado, tendo o valor de uso maior que o valor de troca, esses circuitos sociais caracterizam cada um desses tipos de valor). Algumas marcas no processo social capitalista são as formas diferenciadas de trabalho, a expressão da divisão técnica, que se desenha territorialmente na gestão territorial do trabalho, identificando essas fragmentações que podem ser entendidas a partir das dinâmicas e processos territoriais, além das disputas já intrínsecas a esse processo.

A sociedade do capital é irreconciliável, não existem opções de atrelamento com ganho social. O desafio do “fardo do tempo histórico”, o tempo do homem e da mulher, o tempo do trabalho, o tempo social, o tempo necessário para produção, tudo está absorvido

---

<sup>3</sup> Nesse momento, Mézáros (2007) expõe a complexidade da igualdade do trabalhador de uma hora por outro, constando que no processo societário do capital, essa igualdade não existe de fato pelas diversas características fornecidas na complexa divisão internacional do trabalho. Assim, o que queremos expor é, como de fato, é tratado o trabalhador na relação capital-trabalho.

pelo metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2007) e assim, projetado no território capitalista em expansão.

A reestruturação produtiva do capital, do ponto de vista territorial, significa e re-significa o tecido social e os seus desdobramentos para a manutenção do *status quo*. A partir disso, observamos essa reestruturação produtiva a favor da criação de necessidades de consumo, além do consumismo e dos fetiches que consubstanciam essa realidade da (re)criação de identidades culturais fetichizadas (demanda criada de consumo, o incentivo ao consumo de ideias). Verificamos também a incorporação dos elementos toyotistas racionalizados na lógica capital-trabalho, como o *just in time* e a intensificação do trabalho, acompanhada pelo aumento da exploração e otimização do próprio trabalhador (ALVES, 2000).

Porque o capital não é simplesmente uma entidade material. Cumpre pensarmos o capital como um modo historicamente determinado de controle de reprodução sociometabólica. Esse é o seu significado fundamental. Penetra em todos os lugares. Com certeza, o capital é também uma entidade material; ouro, negócios bancários, mecanismos de preço, mecanismos de mercado etc. Mas, muito além disso, o capital também penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade. (MÉSZÁROS, 2007, p. 68)

Os elementos da coerção social dão sentido a identidade cultural. As formas de controle e dominação acontecem (são exercidas) no microcosmo (cotidiano) do indivíduo, e assim, o capital reforça isso por meio do consumo fetichizado e da necessidade criada de se ter uma “vida social”. Como o território capitalista está longe de ser somente uma entidade material, ele penetra nas instituições culturais da sociedade e se reproduz social e culturalmente. Dessa forma, a imprensa passa a ter a funcionalidade de um braço do território capitalista, no sentido de atingir um discurso “imparcial” e de “necessidades sociais”, o que não o faz de fato, quando reage aos processos históricos-geográficos de conflito com a análise da aparência do fato e da des-legitimação das lutas que verdadeiramente são de interesse social.

Isso proporciona uma historiografia da dominação, ou seja, torna o discurso capitalista e seu território soberano sobre todas as coisas. Quando ao contrário disso, no processo histórico brasileiro e paulista, visualizamos disputas por construções de mundo totalmente opostas, que se materializam constantemente nos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário e no frequente embate entre os camponeses e ruralistas.

O capital global (de integração global) se desdobra no sistema internacionalizado do capital. Dinâmica essa que explica as estratégias atuais do capital no organismo cidade-campo brasileiro, por exemplo, o capitalismo financeiro e especulativo que atua dentro dos princípios de territorialização, otimização e quantidade da produção em detrimento da segurança e soberania alimentar. Assim, quando o capital produz essas grandes estruturas, ele não consegue conceber o Estado enquanto uma formação estatal apropriada. A fragmentação do Estado é mais um elemento do jogo das nacionais-transnacionais, ele estabelece, então, posições político-ideológicas que obedeçam as lógicas de determinado território. Portanto, não podemos confundir um neoliberalismo como Estado mínimo, mas ele tem o papel mais importante da história do capitalismo, o capitalismo imperialista do Poder que mantém e sustenta essa expansão gigantesca das corporações. Ele é necessário também para colaborar com a manutenção e reprodução dos territórios capitalistas, a vertente do PCA enraizada nos governos e nas suas políticas públicas.

Desse modo, “os ideólogos e propagandistas do capitalismo gostam de perpetuar, como regra geral, a mitologia do ‘capitalismo esclarecido’ e do ‘capitalismo caridoso e benevolente’, mostrando que ambos se inclinam a cuidar muito bem dos trabalhadores” (MÉSZÁROS, 2007, p. 73). A possibilidade da luta como re-significação no território do não-capital aparece como única saída para a libertação, além disso, a desmistificação da censura do capital sobre a vida das pessoas.

Por isso, as lutas sociais surgem para desmitificar as questões fundamentais instauradas pelo ponto de vista da economia política da ordem do capital e estabelecer, assim, o território não-capitalista. As estratégias do território capitalista recaem sobre aspectos, como: o “pessimismo histórico da crescente *carência de sentido* e o ceticismo radical que procura desacreditar a própria ideia de *fazer história* estão em perfeita sintonia com os interesses materiais e ideológicos dominantes” (MÉSZÁROS, 2007, p. 49, grifo nosso). A partir disso, ele sugere o engajamento social no rompimento com o domínio do capital no “fazer história”, por isso os movimentos socioterritoriais passam a ter papel fundamental nesse projeto emancipatório.

Como escreve o filósofo húngaro, “[...] o capital expropria para si o tesouro de todo o conhecimento humano e, arbitrariamente, atribui legitimidade somente às suas partes passíveis de explorar lucrativamente – ainda que da maneira mais destrutiva – por seu próprio modo fetichista de reprodução” (MÉSZÁROS, 2007, p. 52). Nessa afirmativa vemos a abordagem capitalista e a expropriação do conhecimento humano como uma atitude constante desse modo de produção que se difunde pelos seus fetiches e pela sua ideologia.

Como no discurso da globalização, ao qual Mészáros (2007) chama de “mercado mundial imperialisticamente dominado” (p. 52), mercado esse que se estabelece pelas relações de poder, operando na vantagem “dos mais fortes e da cruel dominação” (p. 52). O conhecimento humano expropriado pelo capital se torna lucro e reproduz a sua dominação, aqui fazemos a menção do território imaterial, já se materializando nas relações de subordinação de todas as relações ao capital. Daí a importância de criar o conhecimento emancipatório mediante as fissuras capitalistas, o conhecimento a partir do território não-capitalista e também do próprio camponês.

A agricultura brasileira, na expressão do capital, está voltada para a “modernização da agropecuária como uma forma de gerar condições adequadas para o fortalecimento do capital monopolista do meio rural. Assim, o Estado cumpre o papel de viabilizar a acumulação ampliada através de uma série de políticas agrícolas, que favorece o desenvolvimento do setor urbano-industrial.” (ALVES *et al*, 2004, p. 161). Essa estratégia do capital vai para além de uma modernização com aumento de produção, entra também no território as facetas malignas do capital como a intensificação e expropriação do trabalho e do trabalhador. A capitalização do processo agroindustrial da produção agropecuária é outra estratégia, além de uma série de políticas que subsidiam o capitalismo agrário no alcance de suas metas.

O perigo da falta de alimentos e de estratégias geo-políticas fizeram o governo militar pensar a Reforma Agrária como uma opção até os anos 1970, quando parou de aparecer no planejamento econômico da ditadura. Nesse período, as inovações conhecidas como a Revolução Verde foram apresentadas como uma estratégia de reforma agrária (GONÇALVES NETO, 1997). Revolução essa que acompanhou a reestruturação produtiva do capitalismo no urbano e no rural. A acumulação flexível foi e é a necessidade do capitalismo juntar novamente o que separou durante os tempos, como a dicotomização cidade *versus* campo, quando o desenvolvimento desse processo se tornou cidade-campo (ex.: agroindústria e fortalecimento do trabalho temporário/sazonal) como uma relação complexa e dialética, onde o desafio é tomar os circuitos capitalistas como um todo (THOMAZ JR, 2009).

A modernização da agricultura, com certeza, serviu para a manutenção burguesa e a expansão do capitalismo internacional das transnacionais, que vendiam o seu projeto agropecuário com “pacotes financeiros, tecnológicos e, porque não dizer, ideológicos”. (ALVES *et al*, 2004, p. 161). A partir disso, elencamos alguns pontos fundamentais para entendermos as características que compõem a dinâmica capitalista na relação campo-cidade, os processos e o cenário da luta dos camponeses no estado de São Paulo:

- **Capital internacional atrelado aos créditos do governo** (mudança no padrão de acumulação). No caso de São Paulo, o capital industrial concentrando-se nesse estado possibilitou rearranjos territoriais e distintas formas de resistência.
- **Aumento das lavouras, aumento da degradação** – antes a técnica de rotação e descanso do solo era utilizada, passado isso, é incorporada a necessidade de produção frenética.
- Proporcional ao **aumento da mecanização e produção** houve a intensificação do uso de agrotóxicos, contaminação e degradação de solos, recursos hídricos e perda da biodiversidade. Como consequência a **degradação social**, dependência da agroindústria (integrada ao capital), descapitalização e pobreza, expropriação e doenças relacionadas às condições de trabalho (dinâmica de subordinação).
- Mesmo com pequenas propriedades, em sua maioria, a dinâmica do capital engoliu o território que ficou subordinado a sua lógica (concomitante à **crise no sindicalismo** brasileiro com destaque nas raízes paulistas desse mesmo sindicalismo) (ALVES, 2000).
- **Dinâmica territorial da luta de classes.** Degradação social que leva, especialmente, após a década de 1970, ao acirramento das lutas sociais. Sabendo da sua existência anterior (WELCH, 2010), essa luta se territorializou pelo Brasil, com destaque para o campo paulista.

A realidade das novidades para analisar o campo paulista está na sobreposição de ideias, na sobreposição de territórios e na sobreposição de interesses da questão agrária paulista que revela o capital atrelado aos governos estadual e federal, repercutindo numa mesma lógica de expansão frenética, enraizada na dependência de organismos internacionais e organizações privadas transnacionais (MÈSZÁROS, 2007). Um aumento exacerbado da lavoura não deveria implicar numa degradação, contudo essa expansão é acompanhada da intensidade incontrolável e na criação da necessidade da produção para gerar divisas. Essas novidades, então, devem estar na capacidade que temos de observar de cima as estratégias do agronegócio em meio a todo o processo complexo do desenrolar da questão agrária, a crítica se torna uma arma poderosa para essa sobreposição de territórios que desencadeiam a multiterritorialidade.

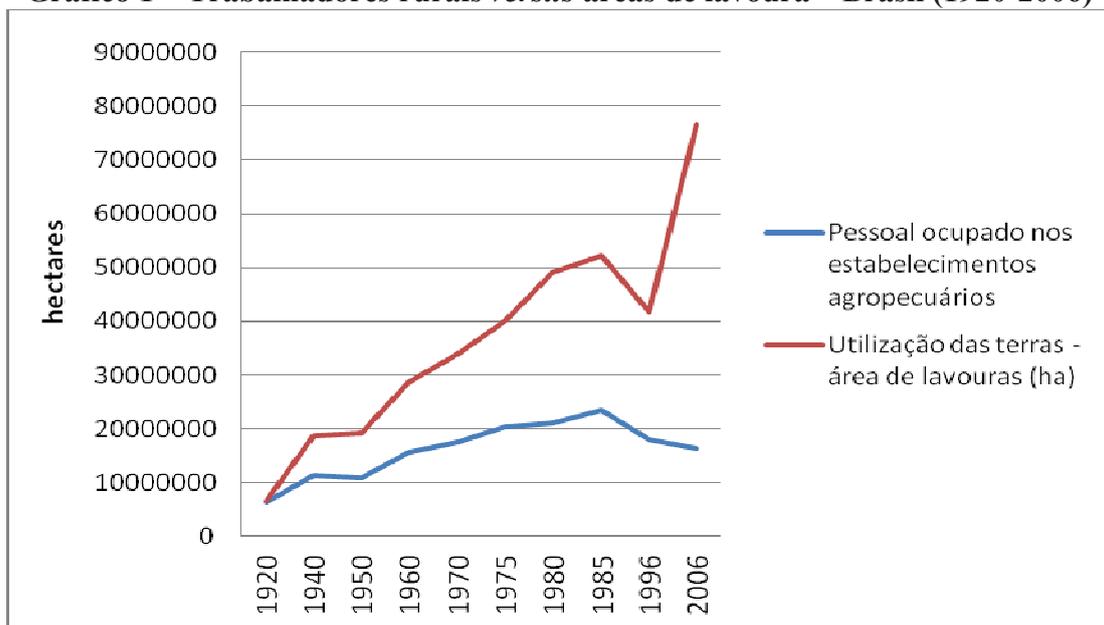
Outra mazela deixada no campo pelo capital é a “equalização por baixo”, que se desdobra no fetiche do desemprego travestido de “trabalho flexível” ou “trabalho temporário”. Isso remete diretamente aos trabalhadores rurais que são oprimidos por essa

lógica degradante, que infere tanto nas migrações entre estados, os trabalhadores sazonais, quanto na realidade de um assentado que convive em tempo integral com a especulação opressiva do capitalismo agrário. O processo de deterioração social, além da ambiental, no campo, são encontrados por toda a parte, “hoje, os trabalhadores, têm que enfrentar a ameaça às suas condições básicas de existência, porque o desemprego – frequentemente camuflado como vínculo empregatício temporário ou “flexível” – está disseminado por toda parte” (MÉSZÁROS, 2007, p. 82).

É fato que a reestruturação produtiva do capitalismo, baseada na acumulação flexível, desdobra-se na concupiscência de destruir o campesinato, ou se não, fragmentar essa luta criando novas estratégias de dissipação da estrutura sindical (sindicatos), política (partidos políticos) e informal (movimentos socioterritoriais). Desse modo, o processo societário do capital se territorializa com essa razão, especialmente no campo paulista, onde incorpora mecanismos junto ao Estado e à imprensa para desmobilizar as ações contraditórias a sua legitimação. Assim, o capital mexe não somente com as disposições e configurações materiais no território do trabalho, mas também na dimensão simbólica e imaterial das relações de poder e da reprodução camponesa.

O que acontece no campo brasileiro vai ao encontro das proposições estabelecidas pelo capital. Essas foram levantadas por Mézszáros (2007), ao mencionar a onibrangência do capital e também da sua sanha pela transformação do trabalhador em uma “mercadoria comercializável” (p. 56). Vejamos o Gráfico 1:

**Gráfico 1 – Trabalhadores rurais *versus* áreas de lavoura – Brasil (1920-2006)**



Fonte: IBGE, 2010. Org. Tiago Cubas e Federico Sulroca.

A força de trabalho na acumulação flexível é justamente flexível, rompe com um fordismo rígido, e assim propõe a degradação social a partir dessas práticas que constituem os custos de produção. O trabalhador transformado em mercadoria é facilmente descartado com o progresso de uma tecnificação dos processos, ao camponês ainda resta a sua terra, que atrelada a sua vida familiar atribui sentido a sua existência. Contudo ele ainda é molestado pelo território das relações sociais capitalistas. O trabalho camponês para o capitalista perde a funcionalidade e o camponês tem que se criar e recriar a partir de outros fundamentos relevantes à reprodução de seu território imaterial, para que a sua terra (material) tenha sentido no seu modo de vida (SHANIN, 1984).

Segundo Thomaz Jr. (2003), podemos dividir em três vértices principais a fragmentação econômica, de acordo com a política territorial e a divisão técnica do trabalho no campo paulista, são estes: 1) sindicatos do trabalhadores rurais - os assalariados (proletários ou semi-proletários); 2) sindicatos patronais de agricultores familiares camponeses, pequenos e médios empresários rurais; e 3) os trabalhadores envolvidos na luta pela terra – movimentos da luta pela terra. Esse último aspecto não é uma generalização estática, pois a dinâmica da luta pela terra e da questão agrária paulista se coloca com pluralidade, como é o exemplo dos cortadores de cana de Ribeirão Preto, maior centro do agronegócio sucro-alcooleiro no estado de São Paulo, esses trabalhadores lutam por terras e, não somente, por melhores condições de trabalho e leis trabalhistas.

As relações de produção-controle, produção-circulação e produção-consumo se desenham – tríplice fratura. Essas fraturas possibilitam a auto-destrutividade, simultaneamente a isso e em virtude da sanha incontrolável do sistema são criadas e recriadas crises que levam o capitalismo a outros estágios de apropriação. O capital absorve a sua própria subjetividade e o processo de estranhamento se torna real a sociedade, que não vê saída para o complexo e a “bola de neve” que esse processo traduz. Se o capitalismo é histórico, o processo histórico denuncia a proposição de se é histórico tem fim, e que o seu final não é determinado *a priori*, mas pelo processo de construção mediante as estruturas materiais e imateriais do contra-discurso. A identidade coletiva e de classe não-capitalista se dá, então, no rompimento com o estranhamento, é preciso ter sentido o modo de vida camponês e sua identidade de classe. Daí surge a tentativa nos anos 1980, no Brasil, da superação dessa lógica pela resistência dos movimentos socioterritoriais, especialmente pelos movimentos regionais que iam juntar as formas à base do MST. A lógica do capital também está sujeita a aparatos de coexistência e legitimação, como o discurso. Esse é imprescindível, como método de manutenção de uma lógica fragmentada, em que não conseguimos ter sequer

noção do processo como um todo. Assim, a acumulação flexível vem para destruir, por meio da fragmentação, o território do trabalhador e, conseqüentemente, do camponês, que sofre com as incursões capitalistas de expropriação e intensificação do trabalho. Além de fragmentar o território do camponês, dissocia a realidade, as lutas para a sociedade, de modo que as pessoas não se entendem como parte dos problemas sociais. Os sujeitos, conseguinte, o movimento social, que chamamos de sociedade, não se veem na história e na geografia das relações, que expulsam os camponeses de seus territórios (sua terra, suas ideias e seu modo de vida).

Esses fatores correlacionados baseiam a nossa análise, pois o movimento, no processo histórico-geográfico é compreendido por essa dinâmica de dominação e apropriação. Isso vai ser analisado no que tange ao papel da imprensa, especialmente à imprensa corporativista, ligada ao PCA - visualizada em Abramovay (1992) – na formação da própria sociedade. As relações capitalistas são irreconciliáveis ao bem-estar social e proporcionam o desenho que sugerimos da realidade para o *São Paulo Agrário*. Mais que um mapa temático, ele é uma ideia que representa uma realidade dissonante ao “discurso único” do território capitalista, e que apresenta uma história de lutas e de desigualdade, fruto das relações sociais capitalistas.

## **1.2 A dialética histórico-geográfica e a cerca**

Na tentativa de abordar a questão agrária como processualidade que reflete dinâmicas e entraves, além de conflitos, conflitualidades e intencionalidades expressas no território, pretendemos expor em nosso trabalho a relação história e geografia como imprescindível para a construção de nossa proposta. Além da investigação textual e simbólica nos jornais e mapas mediante o embasamento teórico materialista histórico-geográfico dialético, destacado pelo geógrafo inglês David Harvey (2006).

Apesar do esforço de limitar a pesquisa por tema, o número de notícias no Acervo DATALUTA Jornal precisava ser filtrado mais criteriosamente. Dessa maneira, para aproveitarmos de forma mais sistemática uma maior quantidade de informações qualitativas nos recortes não nos atemos às notícias somente pela data dos eventos, ao número de famílias e movimentos participantes.

Elaboramos, então, uma metodologia de análise a partir das teorias e técnicas da arqueologia. Na arqueologia, zonas massivas de investigação são subdivididas em partes discretas e dentro de cada parte, uma área é selecionada para cavar até não ser encontrados

mais os restos da ocupação do lugar (BARKER, 1993). Na história, a aplicação dessa técnica chama-se a metodologia da cerca.

A cerca fisicamente é formada, de maneira básica, pelo palanque e arame. O palanque é o pedaço de madeira maior que sustenta o arame e que faz a ligação da cerca. Na história, os palanques são os eventos de maior influência – a guerras ou greves, por exemplo – esses serão estudados de maneira mais aprofundada ao longo deste trabalho. Em nossa pesquisa geográfica sobre representações da luta pela terra, selecionada no banco de dados e pela leitura dos recortes, o palanque é a ocupação de maior repercussão nos jornais. As notícias que circundam o evento principal – o palanque – são importantes para este estudo, porque geram um número maior de recortes, expressando as opiniões dos camponeses e ruralistas, ajudando aprofundar a análise das representações, como um arqueólogo cavando os lugares pontuais no sítio de escavação. Em nossa tentativa de estudar o conflito de territorialização durante vinte anos, resolvemos selecionar uma só ocupação por ano, e assim, controlar a quantidade de notícias.

A cerca é feita de arame também. O arame é a representação do tempo e espaço que ligam as ocupações. A análise passa de uma ocupação para outra descrevendo o contexto histórico-geográfico. O arame é o preenchimento das lacunas, isso é, a bibliografia levantada para compreender o contexto das notícias e examinar o discurso dominante e sua influência nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Elaborando a metáfora, a cerca é um limite físico e também ideológico, entre o que possui o camponês e o ruralista, e o objetivo final: o território (terra e ideia). Quando a cerca é rompida pelos camponeses, isso significa também a possibilidade de quebrar com a ideologia dominante e com o modo de produção vigente, o capitalismo. Trabalhando com as conflitualidades da questão agrária, manifesto nas ocupações, – a dualidade camponês *versus* ruralistas – fica exposta no momento da luta, e em muitas situações esses conflitos acontecem nas fazendas. Essas propriedades são delimitadas por cercas que abrangem todo o contexto da luta. Em nosso trabalho temos essa metodologia pautada na intencionalidade de entendermos como a imprensa corporativa, ligada ao capitalismo agrário, colabora, legitima e reproduz o paradigma dos ruralistas.

Para chegarmos ao aprofundamento desses palanques, necessitamos de uma ferramenta, a cavadeira que serve para abrir os buracos para acomodar o palanque de modo que o mesmo faça a sua função. A cavadeira será a metodologia investigativa, envolve a leitura crítica das notícias, da bibliografia, das entrevistas com participantes, da elaboração de tabelas, dos gráficos, dos mapas e de sua análise. Tudo voltado para entendermos as

permanências e transformações na representação e a realidade do conflito entre camponeses e ruralistas.

Por limitar os casos a serem pesquisados, a metodologia da cerca nos ajuda a ganhar tempo para examinarmos as matérias nas suas entrelinhas, ou seja, para compreendermos com mais precisão como a imprensa vem representando a luta pela terra, os camponeses e ruralistas. Quais as fotos, os termos, a disposição de palavras que a imprensa utiliza? Quem é representado como herói, quem vilão? Como apresentam as vítimas dos conflitos? Qual a situação político-econômica que está em vigência? Essas são algumas perguntas que tentaremos responder para chegarmos ao objetivo principal que é: entenderas permanências e transformações na relação entre os camponeses e ruralistas na produção do espaço, numa análise temporo-espacial, baseando-nos no materialismo histórico-geográfico de Harvey (2006).

Para explicar sua teoria da dialética do materialismo histórico-geográfico, Harvey (2006) critica a desvalorização que a geografia sofre em virtude de um exame puramente conjuntural. Segundo Harvey, muitos geógrafos trabalham objetos no presente, sem valorizar a capacidade da geografia também de investigar transformações. Esse autor frisa que a ciência geográfica tem a habilidade de integrar processos e relações que se dão no território e, dialeticamente, complementam a análise temporal (histórica), ou seja, o processo nesse sentido é composto por tempo e espaço, aspectos que juntos se completam e se explicam.

Mesmo a expressão “materialismo histórico”, observo, apaga a importância da geografia, e se venho empenhado nos últimos anos para implantar a idéia do “materialismo histórico-geográfico” é que a mudança dessa terminologia nos prepara para olhar com mais flexibilidade e, espero, mais coerência a significação em termos de classes de processos como a globalização e o desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 1996). Temos necessidade de maneiras bem melhores compreender, ainda que não de resolver politicamente, a tensão subjacente que opõe aquilo que muitas vezes degenera quer numa teleologia temporal de triunfalismo de classe (em nosso dias representado pelo triunfalismo da burguesia contido na declaração do fim vitorioso da história), que numa fragmentação geográfica que parece incoerente e incontrolável, de um lado, e outras formas de luta social travadas nos mais remotos recantos perdidos da terra, de outro (HARVEY, 2006, p. 81-82).

A partir da sua investigação dos conceitos de utopias construídas em torno de espaço ou tempo, sem levar em conta a necessidade de ligar os dois elementos, Harvey nos oferece elementos úteis (HARVEY, 2006, p. 181-238). A utopia de espaço – as diversas cidades planejadas por sonhadores, por exemplo – nunca conseguiu se aproximar da realidade por

ignorar os processos sociais. Foram sempre desenhadas na cabeça dos arquitetos do futuro e não na terra, no encontro com as forças vivas. Harvey aponta também para as utopias temporais, os grandes planos para resolver todos os problemas da humanidade no curso histórico. Entre eles, o autor destaca o capitalismo do Smith e o comunismo de Marx. Em ambos os casos, à espacialidade destes novos mundos não foi dada a importância. No caso do estudo do capitalismo feito por Marx e Engels, no *Manifesto comunista* (1848), como comenta Harvey, a acumulação de riqueza em um lugar foi a concentração de miséria em outro local. No caso do comunismo, a tentativa de limitar sua realização entre as fronteiras de um país (a União Soviética, por exemplo) resultou em totalitarismo e não na utopia imaginada.

O movimento socialista tem de levar na devida conta essas extraordinárias transformações geográficas, desenvolvendo táticas para lidar com elas. Isso não dilui a importância da conclamação mobilizadora final do Manifesto para que os trabalhadores se unam. As condições que enfrentamos no presente momento tornam esse chamado mais imperativo do que nunca. Não obstante, não nos é dado fazer nossa própria história nem nossa própria geografia em condições histórico-geográficas de nossa escolha. A leitura geográfica do Manifesto apresentada no capítulo 2 enfatiza o caráter não neutro das estruturas e dos poderes espaciais na intrincada dinâmica espacial da luta de classes. Essa leitura revela que a burguesia adquiriu suas forças *vis-à-vis* modos de produção precedentes ao mobilizar domínio do espaço como força produtiva peculiar a si mesma. Mostra que burguesia vem aprimorando e protegendo continuamente seu poder mediante esse mesmo mecanismo. Segue-se, portanto, que, enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaço, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força. Do mesmo modo, só quando aprender a lidar com as condições e diversidades geográficas e históricas de sua própria existência vai ao movimento da classe trabalhadora poder ser capaz de definir, articular e defender uma alternativa socialista realista a dominação capitalista. (HARVEY, 2006, p. 71 e 72)

No final do século XIX, a fragmentação da ciência em disciplinas – os campos profissionais – piorou a situação por designar para a história o tempo e para a geografia o espaço (WALLERSTEIN, 2004). A solução proposta por Harvey é promissora em nosso caso. Ele prega “uma concepção de dialética concretizada na abordagem denominada ‘materialismo histórico-geográfico’” (2006, p. 30). Para a luta pela Reforma Agrária no Brasil, num discurso anti-capitalista, pensamos ser necessária a aplicação do método dialético acompanhado da geografia e da história, não de maneira independente, mas de modo a se completar abrangendo as dinâmicas temporo-espaciais.

Para Harvey (2006), tem como motor da produção de espaço a dialética entre espaço (Geografia) e tempo (História), bem como das relações sociais (Camponês/Estado e Ruralista/Estado). Esta pesquisa vai trabalhar ao encontro dessa teoria com uma análise que também mostrará como é complexo conhecer o passado (as fontes de informação sendo problematizadas com a questão da relação entre representação/realidade) em qualquer espaço.

Para isso, o trabalho de Harvey em *Espaços da Esperança* (2006) relata um estudo profundo a respeito da composição de Marx e Engels a respeito do *Manifesto comunista* e da importância de tratar a totalidade como mais que a soma das partes, além de expor a geografia e a história como ciências que se completam.

Em suma:

[...] temos de compreender o processo de formação e dissolução de Estados em termos dos instáveis processos de globalização/territorialização. Vemos então um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização agindo de modo contínuo ao longo de toda a história geográfica do capitalismo (esse foi um dos pontos fundamentais reforçados por Deleuze e Guatarri no *Anti-Édipo*).

Armados com esses conceitos, podemos, creio, compreender melhor o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual. (HARVEY, 2006, p.88).

David Harvey (2006) explica os esforços do seu trabalho nessa última frase, quando entende “compreender melhor o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual”. As duas vertentes, história e a geografia, responsáveis pelos seus anseios de demonstrar as dificuldades de se interpretar uma realidade tão complexa e transformá-la, não de modo simplista, mas de maneira dialética e integradora. É, então, pelos processos que se desdobram no território, como a des-re-territorialização, que os atores sociais se expõem e se configuram no mesmo.

Nosso esforço vai na mesma direção, isso é, de interpretar a realidade a partir da sua multidimensionalidade, das suas multifacetadas e multiescalaridades que configuram uma sociedade multiforme na sua história e geografia. As representações fazem parte disso e entendemos que elas necessitam ser analisadas desse modo. Não podemos subestimar o potencial social dos agentes formadores da sociedade e configuradores do território, mas percebê-los enquanto seres complexos, dialéticos e não como modelos. Julgamos como a melhor maneira para elucidar todo esse procedimento, abarcando as duas ciências em conjunto, geografia e história, a Cartografia Geográfica Crítica atrelada à Geografia Crítica emancipatória, uma vez que, reunidas, ambas contemplam o território não-capitalista. Ou seja,

propor a construção de outra história a partir da desconstrução do território capitalista pelo seu discurso e pela criação do discurso a favor camponês, legitimando o modo de vida do mesmo.

### 1.3 A Cartografia Geográfica Crítica e a Geografia Crítica

#### *Desconstrução para construir um outro território*

A desconstrução dos textos é realizada com base nas seguintes indagações: feito por que? Por quem? Para qual finalidade? E além dessas questões essenciais, para compreendermos a configuração das relações sociais e de poder no conhecimento, incorporamos três elementos norteadores de como desconstruir e entender território: 1) aspectos cognitivos: formação a partir de elementos biológicos, socio-históricos e simbólicos 2) aspectos da comunicação: semiologia gráfica, a comunicação e as informações e 3) visualização: os mapas para ver e para ler, a semiologia e a cognição juntas.

Em virtude disso também pensamos na desconstrução no processo de (re)criação de territórios com outras lógicas produção. A desconstrução vai além da destruição do discurso “singular”, ela oportunamente busca o diálogo, no sentido de se observar a realidade multiforme que temos, em que chegam as maneiras e intenções da produção do conhecimento.

Desconstrução é a procura vigilante de “aporias”, área obscura ou momentos de autocontradição onde o texto involuntariamente trai a tensão entre retórica e lógica, entre “o que se quer dizer” e o que “realmente é dito”. Desconstruir uma escrita é portanto, proceder com um tipo de estratégia reversa nos atando precisamente naqueles detalhes não observados (metáforas casuais, notas de rodapé, mudanças de argumentos incidentais) sobre os quais sempre e necessariamente passaram pelos intérpretes de uma convicção mais ortodoxa. Pois é aqui, nas margens do texto - a "margem", isto é, tal como definidos por um consenso normativo poderoso - que a desconstrução descobre essas mesmas forças inquietantes no trabalho (HARLEY, 1989, p. 8 e 9).

Para a desconstrução do mapa como um texto é necessária uma leitura cuidadosa da estruturação do território imaterial e da formação (relações) territorial. Crampton e Krygier (2006) utilizam o trabalho do filósofo, Michel Foucault (1979), para dissertar a respeito do poder presente em todas as instâncias do conhecimento. A ideia é de onipresença de poder em todas as formas de conhecimento, mesmo aquelas nas quais o poder está oculto ou implícito. Isso inclui o conhecimento particular, codificado nas representações.

[...] o poder não é uma força negativa que precisa ser derrotada, o poder não emana de cima para baixo, mas é difundido horizontalmente de modo altamente diferenciado e fragmentado. Além disso, se poder tem efeitos repressivos, produziu também os indivíduos que agem livremente. A possibilidade de "ir além" dos limites, de resistir, é real. Essa construção da racionalidade não ocorre em um vazio, no entanto, embora tenha sido "historicamente e geograficamente definida" (CRAMPTON e KRYGIER, 2006, p. 14).

Todas as esferas da sociedade detêm formas de poder, e essa definição combina com a conceituação de território em sua essência, uma construção de baixo para cima, isso quando não é imposta. Essas esferas de poder e capacidade de transformação são contraditórias às formas de poder dominante. Formas desse poder que "legitimam" sua existência pela ideologia dominante, que se tornam fortes e coesas pelas lacunas, o discurso escamoteia a dominação por meio de um imaginário montado com toda uma lógica de identificação social. No entanto, vislumbra-se a possibilidade para além dos efeitos repressivos do poder difundido de baixo para cima, há a alternativa de resistir, de desconstruir e construir.

A leitura desconstrucionista do mapa é fundamental, do mesmo modo que essa leitura desconstrucionista se aplica à realidade. O território, como consequência do espaço, é apropriado com a intenção de construir uma determinada realidade, quando de maneira dominante e dominadora, em detrimento de outros territórios e territorialidades. Assim, o campesinato, diferentemente do ruralista, procura expor uma realidade territorial composta por uma diversidade de elementos (reveladores de desigualdades e segmentações).

Jonathan Culler (1997) apresenta a desconstrução como estratégia de leitura e de interpretação de textos literários. Essas são ferramentas muito utilizadas por estudantes, mas a perspectiva mais importante e interessante é a proposição de utilizar a desconstrução como **estratégia filosófica**. A desconstrução aspira no interior da filosofia estratégias para lidar com essas composições textuais e as tentativas filosóficas de dominação. Desconstruir, então, é reverter a hierarquia em determinado momento, segundo o próprio Jaques Derrida (2002), é procurar não destruir, mas perceber nas dinâmicas e entaves textuais, a intencionalidade, o método e a ideologia representada.

Além disso, Derrida (2002) e Culler (1997) ainda mencionam os interesses por detrás da construção textual. Há uma certa história ocultada e tudo deve ser encarado como possibilidades de interpretações, conseqüentemente, uma construção social. Assim, "desconstruir um discurso é mostrar como ele mina a filosofia que afirma, ou as oposições hierárquicas em que se baseia, identificando no texto as operações retóricas que produzem fundamento de discussão, conceito chave ou premissa" (CULLER, 1997, p. 100). Quer dizer,

a busca de conceitos que compreendam a estrutura do texto é fundamental para a identificação das vertentes político-ideológicos e antes disso, intelectuais. A desconstrução implica também em saber a causa, a história e por isso, os processos que determinaram aquela estética, aquela forma, aquela escrita, aquela disposição das palavras.

O problema filosófico apontado por Culler (1997) na leitura dos trabalhos de Jacques Derrida (2002) é que para escrever é necessário o elucidar, contudo, o escrever nunca põe fim a escrita e paradoxalmente, quanto mais se escreve, mais escritos se gera. A linguagem passa a ser, ao mesmo tempo, um problema e uma solução para entendermos o que se passa nos textos, sendo eles uma extensão do pensamento das pessoas. Concomitantemente, a retórica da língua aparece a favor de quem a usa para expor as suas ideias, a interlocução do que se considera como verdade para os outros. A linguagem pela composição textual pode ser então organizada segundo “engenhosos padrões retóricos” (p. 106). Nesses “engenhosos padrões retóricos” é precisos atenção e estratégia de aproximação para compreendê-los. Culler (1997), a partir dessa imposição filosófica de se investigar o texto, mostra-nos que:

Em meio aos conhecidos conceitos que se apóiam no valor da presença estão: o imediatismo da sensação, a presença de verdades definitivas para uma consciência divina, a efetiva presença de uma origem em um desenvolvimento histórico, uma espontânea ou imediata intuição, a transmutação da tese e da antítese em síntese dialética, a verdade como o que subsiste por trás das aparências e a efetiva presença do objeto nos passos que o conduzem a ele. (p. 108 e 109).

Dentre esses passos fundamentais, vemos a necessidade de ler o texto e investigá-lo como intencional, e desse modo, expor as verdades que lhe pareçam universais, pois nelas subsistem aspectos ideológicos e, assim, particulares. Torna-se fundamental a articulação de tese, antítese e síntese dialética para desconstruir essa composição *logocentrista*<sup>4</sup> e pulverizar a aparência pela efetiva presença do objeto. Ainda continuamos expressando que o movimento é de fundamental apreensão, pois nele vemos a dinâmica passado e presente e se constitui num produto das relações entre o passado e futuro. “Atos de significação apóiam-se em diferenças, [...] ou o contraste entre elementos significativos, que permite que uma sequência funcione como um significante” (p. 111). Pela desconstrução mediante o materialismo histórico-geográfico dialético podemos revelar a profunda contradição em que está sustentado o território capitalista, e assim, sugerir, olhando para o território camponês, uma outra possibilidade social.

---

<sup>4</sup> Subordinação histórica da escritura em detrimento da fala, como se a fala pertencesse à verdade e a presença da composição ao pensamento. Esse conceito criado por Derrida é atribuído ao potencial limitado da escrita e sendo essa apenas uma extensão da fala. (CULLER, 1997 e JOHNSON, 2001).

Então pensamos o texto ou um mapa como um produto histórico, um fardo co-determinado pela relação individual e coletiva. Esses produtos de significação, inclusive os elementos que o compõem, apoiam-se nas distinções, na sequência e no contraste desses aspectos significativos, formando a estrutura do texto. Para analisá-los, precisamos entender essas distinções e investigar o produto das diferenciações, aonde se localizam e que função ideológica eles têm.

Uma língua é assim concebida como um sistema de diferenças e isso leva ao desenvolvimento de distinções nas quais o estruturalismo e a semiótica se têm fiado: entre língua como um sistema de diferenças (*langue*) e os eventos de fala que esse sistema possibilita (*parole*), entre o estudo da língua como sistema em qualquer momento (sincrônico) e o estudo das correlações entre elementos de diferentes períodos históricos (diacrônico), entre dois tipos de diferenças dentro do sistema, relações sintagmáticas e paradigmáticas, e entre os dois componentes do signo, significante e significado. (CULLER, 1997, p. 114).

Baseado nisso, Culler (1997) nos remete ao pensamento de que a escrita não pode ser vista simplesmente como a representação da fala, o que reforça o sentido da teoria da diferenciação (*différence* – diferença e diferente), exposta por Derrida (JOHNSON, 2001). “Derrida estabelece um vínculo conceitual entre a noção de escritura como diferença (espacial) e escritura com adiamento (temporal): a escritura é uma diferença em adiamento (*différence*)” (JOHNSON, 2001, p. 38). A teoria de *différence* explanada se torna bastante clara a partir dessa citação, pois nela vemos as possibilidades da construção desse sistema de diferenças que distingue fala, língua, escrita, momento histórico da escrita ou da língua, correlações de poder e relações históricas que desenham os elementos geográficos e as relações sintagmáticas, que pertencem a um determinado sujeito, e paradigmáticas, que fazem parte da realidade de um coletivo como um desafio (CULLER, 1997 e JOHNSON, 2001). É inegável que a escrita tenha tido historicamente um encaminhamento voltado para dominação e para a distinção, como fator hierarquizante e em muitas vezes escravista, mas essa é a versão que Derrida procura não estabelecer em sua obra, pois assim como a retórica da fala, a escrita também pode ser apropriada indevidamente.

Derrida defende que a escrita teve uma função muito mais profunda e importante do que somente diferenciar. Mas, sua principal utilidade é a de dar significado e ampliá-lo a possibilidade da leitura e expansão do conhecimento e do livre pensar. Soma-se ao fato de que há três ou quatro mil anos, a estruturação da escritura foi um “grande salto” na história da vida (JOHNSON, 2001). A partir disso, Derrida propõe ultrapassar essa visão *logocentrista* para corroborar uma análise de complementaridade, em que fala e escrita devem ser

entendidas como dependentes uma da outra, e assim, estudadas e analisadas em suas particularidades (JOHNSON, 2001).

Esse é o desafio semiótico e linguístico que se apresenta para encarar textos como mapas e mapas como textos, sabendo que ambos merecem investigação e leitura atentas. Entretanto, o autor nos coloca que é importante a relação das diferenças, mas também a incorporação de que nenhum um signo existe sem se relacionar com outro elemento, é fundamental que não seja uma análise elucidada somente na diferença.

A desconstrução não propõe esclarecer textos de maneira tradicional, no sentido de tentar apreender um conteúdo, ao contrário, “ela investiga o funcionamento de oposições metafísicas em suas argumentações e os modos como figuras textuais e relações, [...] produzem um lógica dupla e aporética” (CULLER, 1997, p. 126). A desconstrução se concentra nos conceitos principais, não nas distrações fornecidas pela linearidade dos textos, o que está por detrás e na frente do texto, as implicações conceituais e figurais sublinhadas pela intenção.

A leitura da desconstrução também faz parte do leitor e é uma desconstrução com base nas experiências de quem lê (leu) e de quem escreve (escreveu). Com base nessas aspirações é possível pensarmos um trabalho que revele a desconstrução da retórica do poder, de quem tem o poder e do discurso que cerca essa escrita, não a fragmentação, mas a análise em conjunção e uma investigação profunda dos conceitos e figuras.

Essa investigação se dá perante outros autores também. É o que Derrida faz com Rousseau, e principalmente, com Lévi-Strauss (JOHNSON, 2001). Ele se apóia na leitura do trabalho de Lévi-Strauss como um *logocentrista* (também *fonocentrista*) que pratica a violência estrutural nas suas análises, e expõe perante isso, que a escritura nas obras desse autor tem afinidade ideológica com o “rousseauismo declarado militante” (p. 36). Dessa forma, ele percebe a importância que tem a ideologia na composição da escrita e que ela invariavelmente existe em todos os pensamentos, contudo, alguns ela se declara e em outros não. Percebemos uma noção extremamente fundamental para as formulações escritas e que recaem ao encontro do que Foucault (1979) nos proporciona quando afirma que as relações sociais emanam poder. A intencionalidade vista por Derrida (2002) realça os anseios que Michel Foucault vislumbra no seu livro, *Sobre a sexualidade I* (1988), quando retrata as relações de poder que configuram as estruturas sociais modernas, as famílias e as relações homem-mulher. Quer dizer, a formação do discurso é sempre mediada por essas correlações de força que se metamorfoseiam na estrutura ideológica das pessoas. A desconstrução procura contribuir para esse processo, a partir das raízes intelectuais e influências nos textos. Derrida

(2002) nos expõe duas análises necessárias, uma no campo empírico e outra no campo estrutural da leitura.

Esse estudioso propôs não somente um arquétipo filosófico fundamentado nas ideias da não reprodução e segregação da fala e da escritura. Os trabalhos desse autor são essenciais para a fundamentação teórica das contraditoriedades no texto, no que escapa ao ver e necessita da leitura. Mas, sobretudo, o que Derrida nos provoca é a entender é que seu enfoque não é isolado, mas reflete uma revolução no pensamento moderno (JOHNSON, 2001). Vemos o deslocamento dentro do paradigma estruturalista da “linguagem” para a “escritura”, ele lembra que os estruturalistas usavam o termo “linguagem” aplicando-se não somente à comunicação verbal, “mas a qualquer complexo ou sistema: tudo era, ou era estruturado como, uma linguagem” (JOHNSON, 2001, p. 40). A escritura era então como a ideia de DNA para Derrida, como um código conservador e metamórfico, com uma noção de circuito e memória baseada no movimento de informação em torno do mesmo, e não no armazenamento estático da história e da informação.

A escritura é, de acordo com Derrida: 1) a escritura é de fato a linguagem em geral e faz parte dela; 2) ela é residual e dinâmica, integra-se à diferença espacial (territorial) e temporal; 3) armazena a comunicação de informação; 4) trabalha no conceito de *différence*, enfocando que não é possível conceituar diferentes estágios da evolução humana; 5) a teoria de Derrida é estrutural (diferença e adiamento) e histórica (*continuum*); e 6) não é dicotômica (JOHNSON, 2001). A partir dessa estruturação do que é a escrita, é importante que vejamos quais são os pontos fundamentais da desconstrução, que de acordo com Johnson, (2001) muitas vezes é entendida de maneira equivocada.

A prioridade da desconstrução não é “a destruição ou demolição de um dado oponente filosófico” (JOHNSON, 2001, p. 45 e 46). A política da desconstrução vai vislumbrar o problema filosófico e não simplesmente destruir doutrinas ou fundamentos teóricos, mas compreender e expor as fragilidades, do que ele chama, de desconstruir uma maneira de pensar mais predominante que pareça um campo de força que atrai outros pensadores. A proposta também é pensar, no interior disso, a articulação do discurso.

[...] não é meramente uma crítica ou contestação da tradição do pensamento que Derrida chama de *logocentrismo*. Derrida questiona as oposições tradicionais de fala e escritura (presença e ausência, essencial e contingente, primário e auxiliar etc.), não para simplesmente reverter ou subverter essas oposições, mas antes *deslocá-las*. [...] O segundo estágio ou momento da desconstrução seria, portanto, a ampliação dos quadros de referência, o afrouxamento dos sistemas rígidos de oposições, que habitualmente moldam e

restringem nossa compreensão do mundo. (JOHNSON, 2001, p. 47, grifos do autor)

A escrita, então, não é um elemento isolado, ou que se dá separadamente. Os autores apresentados fazem questão de demonstrar que é um processo, *continuum*, e a desconstrução não é somente um método de análise crítica, ela o é, mas também é reveladora. A dimensão retórica permeia tudo o que contemplamos até o momento sobre a escritura, a importância da linguagem e do seu estudo aprofundado nas suas mais diversas facetas. O momento histórico e a linguagem se desenham juntos, e assim, precisam ser investigados.

### ***Cartografia geográfica crítica para um discurso distinto***

A CGC é uma proposta teórico-metodológica baseada na leitura desconstrucionista do mapa, uma teoria crítica proposta por J. Brian Harley (1989). Essa leitura revisa a concepção de base positivista do mapa, que o assume como inquestionável e exato. Na teoria crítica do mapa são admitidos seus aspectos retóricos e textuais, o que permite reconhecê-lo como indispensável na análise geográfica e para o discurso geográfico. Na CGC, assumimos que esta concepção crítica só é contemplada no processo de mapeamento com a adoção, de forma associada, de três abordagens cartográficas: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica. Além da adoção da teoria crítica do mapa, a *crítica* de nossa proposta teórico-metodológica está em assumir os fundamentos da Geografia Crítica e, por isso, enfatizar o uso do mapa para a análise das desigualdades e contradições do espaço geográfico e dos diferentes territórios. (GIRARDI, 2008, p. 26, grifos do autor).

A Cartografia Geográfica Crítica (CGC) é uma proposta teórico-metodológica de análise poderosa e reveladora. Ela exige a busca por instrumentos de investigação na cartografia que consubstanciam e aprofundam abordagens da Geografia Crítica. Geografia que visa estabelecer o paralelo entre os conceitos geográficos, como o espaço e território e as relações de desigualdades, e contradições que esses conceitos representam quando aplicados na investigação e na pesquisa geográfica. A partir disso, entendemos que o conceito de território em nosso trabalho terá a função de ligar o pensamento e a análise científica ao desenho da realidade, de modo a aproximar o olhar do leitor a visualizar o estado de São Paulo enquanto territórios em disputa, conflitos e conflitualidades.

A proposta é a de elaborar metodologias de CGC para ajudar expor o discurso, intencional e ideológico utilizado no desenvolvimento rural do estado de São Paulo. Nosso mapa, *São Paulo Agrário*, é resultado da aplicação da metodologia a partir de nossas referências teóricas, para produzir uma síntese das conclusões da pesquisa sobre as disputas territoriais que cerceiam a liberdade dos camponeses.

O ato interpretativo de desconstruir o mapa pode servir três funções em um investigação ampla sobre a história da cartografia. Em primeiro lugar, permite-nos desafiar a epistemologia do mito (criado por cartógrafos) do progresso cumulativo de uma ciência objetiva sempre produzindo melhores delineamentos da realidade. Desconstrucionista, segundo argumento nos permite redefinir a importância histórica de mapas. Em vez de invalidar seu estudo, que é reforçada por adição de matizes diferentes para nossa compreensão do poder de representação cartográfica como uma forma de construção de ordem em nosso mundo. Se pudermos aceitar a intertextualidade então podemos começar a ler os nossos mapas para criar a alternativa de discursos por vezes concorrentes. Em terceiro lugar, por sua vez, desconstrutiva de espírito que pode permitir visualizar a história do mapa para ter um melhor lugar no estudo interdisciplinar do texto e do conhecimento. Estratégias intelectuais, tais como aquelas de discurso no sentido foucaultiano, a noção derridiana de metáfora e retórica como inerente ao discurso científico, e que permeia o conceito de *powerknowledge* são compartilhados por muitos assuntos. Como formas de olhar para os mapas são igualmente enriquecedoras. [...] As possibilidades de descobrir significado em mapas e de traçar os mecanismos sociais de mudança cartográfica são alargadas. (HARLEY, 1989, p. 15, grifo nosso)

No Brasil, a partir da década de 70, começa a renovação da Geografia Tradicional, que trabalhava no âmbito descritivo, e surge a possibilidade de se pensar a realidade e os fenômenos que a constituem como um processo, já que entendemos esses fenômenos como resultados de fatores históricos e geográficos. Surge, então, a Geografia Pragmática e simultaneamente, a Geografia Crítica. A Geografia Crítica, materialista histórico dialética, embasou suas críticas na matematização da Geografia Pragmática.

No seu trabalho Girardi (2008) expõe a necessidade de se entender a instrumentalização e a matematização como ferramentas a favor da Geografia Crítica. Assim, apontamos seus esforços em trazer uma Cartografia Geográfica Crítica, numa leitura desconstrucionista do mapa, uma vez que consideramos que a Geografia Crítica não deva negligenciar as técnicas, pelo contrário, o quantitativo e as técnicas são o primeiro passo para a produção de uma análise qualitativa.

A desconstrução, como análise do discurso em geral, exige uma maior e mais profundo de leitura do texto cartográfica do que tem sido a prática geral em qualquer cartografia ou a história da cartografia. Pode ser considerada como uma pesquisa para significados alternativos (HARLEY, 1989, p. 8).

Ainda, Girardi (2008) busca em seu trabalho atrelar a teoria crítica da Cartografia apoiada na CGC, baseada no trabalho do cartógrafo John Brian Harley (1989), e também

expor a necessidade de se pensar e debater a construção de mapas que sejam críticas, de uma CGC que é apoiada na práxis cartográfica, unindo teoria, método e crítica.

A CGC é *crítica* por duas razões: a) por adotar a teoria crítica do mapa, que contesta a compreensão positivista tradicional e b) por ter como referência os fundamentos da Geografia Crítica, e por isso prever que o mapeamento enfatize a análise das desigualdades sociais. O mapa, como parte indissociável do discurso geográfico, deve ser elaborado e utilizado pelas diversas especialidades da Geografia. Neste sentido, a CGC é uma proposta teórico-metodológica que agrupa um conjunto de teoria, técnica e método que, utilizados conjuntamente com as teorias também críticas das outras especialidades geográficas, possibilitam uma leitura crítica da realidade com auxílio do mapa (GIRARDI, 2008, p. 85, grifo do autor).

Desse modo, o “mapa não deve ser o fim, mas um meio para o desenvolvimento da pesquisa geográfica.” (GIRARDI, 2008, p.55). Os conteúdo e forma deixam implícitos e explícitos uma leitura das sociedades que os gerou, isso remete traços de intencionalidade que revelam as “vontades” das representações. A conjuntura social, política e econômica desempenham, juntamente com a ideologia de representação desses aparelhos midiáticos, a função de territorializar identidades, formar um ideário de sociedade expressa no território. Citando Girardi (2008), vemos o caráter discursivo do mapa “como forma do exercício de poder, ele é um território material que faz parte das estratégias de legitimação do território imaterial” (p. 62).

São necessários a representação e os signos, ou seja, a definição de padrões e de uma estrutura para a construção de mapas que permitam ao leitor um padrão de significados. A imagem passa uma noção de mapa, em que existem determinadas partes das representações que informam determinados aspectos ou têm certas funções. Com isso defendemos que não há uma padronização da interpretação ou construção do território, mas sim, uma padronização dos signos. Os signos e símbolos impressos na formação de cada leitor não são limitados, ao contrário, são provocados a partir da visualização desse material, que também está repleto de significados. Para que “uma representação gráfica seja uma *imagem* é necessário que os componentes sejam representados por variáveis *ordenadas*.” (GIRARDI, 2008, p. 69, grifos do autor).

As representações, de um modo geral, devem ter fácil visualização para serem percebidas como imagem. Elas são um todo, mas alguns fatores chamam a atenção, como: a exposição de fotos (posição na folha, ângulo da foto, ambiente, cores), título, chapéus e o conteúdo da própria notícia. Essa representação toma a necessidade de acionar os sentidos para que haja o interesse da leitura. O que vemos de essencial no que foi abordado por Girardi

(2008) é a compreensão que ele faz da discursividade desse território, que são os mapas. Para esse autor, em geral, as representações expressam a comunicação e são criadas como conhecimento socialmente construído. Por isso, no momento da representação, os coremas se tornam elementos importantes a serem realizados, pois fazem parte da construção social e do sentido que queremos estabelecer entre o mapa e o texto para o leitor.

Os coremas, enquanto estruturas, são abstrações. “[...] não se desenha uma estrutura, mas um modelo.” (p.198-9). Com esta frase Brunet explicita a diferença entre *corema* e *modelo*. O corema é a abstração que fazemos quando lemos a realidade, é o real que apreendemos e *representamos* através dos modelos gráficos. O modelo espacial é a representação da visão que temos da realidade, do espaço, de seu arranjo, formas, organizações ou estruturas; ele é uma “representação formal de um fenômeno.” (BRUNET apud GIRARDI, 2008, p. 73, grifos do autor)

Isso se desdobra na elaboração de padrões para essa análise do território. A questão não é fornecer um modelo do território, mas sim, a capacidade de identificar suas estruturas. No caso, as estruturas de dominação e expansão da lógica capitalista. A proposta teórico-metodológica da Cartografia Geográfica Crítica vai ao encontro da legitimação do território imaterial anti-capitalista e camponês, assim, ela é um instrumento de análise crítica e intencional. Então, sinteticamente, a proposta teórico-metodológica da Cartografia Geográfica Crítica é considerada em três abordagens cartográficas intercomplementares: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica.

A teoria da CGC tem como principal fundamento a leitura desconstrucionista do mapa, elaborada, como já foi dito, por Harley (1989). De acordo com uma leitura crítica às concepções tradicionais, o mapa não é somente um descrevedor, ele deve comunicar como um texto e estabelecer conexões com a realidade, ou seja, ele tem a função de fazer o leitor de mapa refletir a respeito da realidade e assim, direta e indiretamente, associar o leitor à produção do território. O espaço é produzido também por quem cria essas representações e o modo de conceber essa produção influi na construção do território. O mapa tem poder de conhecimento e cria possibilidades críticas de se interpretar as coisas e os sujeitos.

O *São Paulo Agrário*, como mapa síntese deste trabalho, reflete, desde sua construção conceitual até o uso das ferramentas cartográficas, o que entendemos por CGC nos trabalhos de Harley (1989) e Girardi (2008). Como Girardi (2008) frisou em seu trabalho, a CGC é uma proposta a ser debatida e construída, por isso, agrega-se às pretensões desta pesquisa: contribuir com o desenvolvimento dessa proposta metodológica, principalmente pelo fato de considermos pertinente às análises de processos e dinâmicas, baseados no materialismo

histórico-geográfico dialético de Harvey (2006). Ou seja, a análise temporo-espacial estará presente neste trabalho e o mapa *São Paulo Agrário*, além de ser fruto da confecção de uma série de mapas, também representará outras facetas da história de 1988 a 2009 do estado de São Paulo. Realizamos, então, a amarra entre a CGC e o materialismo histórico-geográfico dialético, como desconstrução do discurso hegemônico e construção de um contra-discurso a favor do território do campesinato paulista e brasileiro.

### ***O poder da retórica e a retórica do poder***

Pensemos no poder da retórica e a retórica do poder, ou seja, o poder de quem tem a retórica e a retórica de quem tem o poder. O poder da retórica pode ser sintetizado a partir do poder do discurso, poder formador e transformador do mesmo no território e nas disputas territoriais (de baixo para cima, lado ao lado e horizontalmente, o poder se espacializa e forma o território) (FOUCAULT, 1979). Essa retórica poderosa, ligada ao poder de dizer e de se fazer ouvir é um discurso que procura tornar o particular como universal. O texto como um mapa é uma construção social empregando um sistema de signos. Os textos são mapas formadores de identidades culturais, que são intencionais e ideológicos. Os textos e os mapas são retóricos e têm potencial de formação social:

A questão em disputa não é se alguns mapas são retóricos, ou se outros mapas são parcialmente retóricos, mas nessa medida a retórica é um aspecto universal de todos os textos cartográficos. Assim, para alguns cartógrafos a noção de "retórica" continuaria a ser um termo pejorativo. Seria uma "retórica vazia", que não teria fundamento no teor científico de um mapa. 'Retórica' poderia ser usada para referir-se aos 'excessos' de mapeamento de propaganda ou publicidade ou de uma tentativa de cartografia que seria feita para confiná-la a um elemento "artístico" ou estética em mapas como oposição ao seu núcleo científico. Minha posição é de aceitar que a retórica é parte de todos os trabalhos e textos, e que todos os mapas são textos retóricos. Mais uma vez devemos dismantlar o dualismo arbitrário entre 'propaganda' e 'verdade', e entre modos de "artístico" e representação "científica", e como eles são encontrados em mapas. Todos mapas esforçam-se para enquadrar a sua mensagem no contexto de uma platéia. Todo o estado mapeia um argumento sobre o mundo e são de natureza proposicional. Todos os mapas empregam os dispositivos comuns de retórica, como invocações de autoridade (especialmente em mapas 'científicos') e apela para um potencial público através do uso de cores, tipografia, decoração, dedicatórias, ou justificativas por escrito em seu método. A retórica pode ser escondida, mas está sempre presente, pois não há descrição sem desempenho. (HARLEY, 1989, p. 11).

Jacques Derrida expõe que há retórica em todos os textos (JOHNSON, 2001). Assim, devemos ler nas entre linhas, metáforas para descobrir silêncios e contradições que desafiam a aparente desonestidade da construção. O mapa também é um território e representa um território a ser construído. Harley (1989) trata os mapas como textos, ambos como signos distintos que constroem um pensamento (linha de pensamento). O linguista, Mikhail Bakhtin (1981), em “*Marxismo e filosofia da linguagem*”, ainda propõe que a ideologia forma o pensamento individual, e esse pensamento próprio do ser humano ideológico forma a identidade cultural coletiva e particular.

Temos, então, a difusão de ideologia como um esforço de construção política, uma tentativa de formar um território imaterial que reage dialeticamente na formação território material. Consideramos de maneira objetiva a existência e a força da ideologia com o intuito de dominar, uma ideologia escamoteadora das diferenças e das lacunas. Contudo, como podemos ver a partir de Gramsci (2001), Konder (2002) e Fernandes (2007), a ideologia pode ser compreendida como visão de mundo, a partir da representação da construção política, sonhos e interesses, o que move cada ser humano, formando a identidade cultural e a sua razão prática.

O trabalho de Harley (1989), que reflete a textualidade do mapa, aborda o sentido da ideologia na intencionalidade de representar a realidade. Caminhamos no sentido de entender o discurso no texto e no mapa como territórios repletos de signos e símbolos, e assim, com grande potencial formador de ideologia, constituindo-se um importante fator na formação do território material.

A partir disso, Harley (1989) pensa numa reconceituação do mapa, uma definição a partir de uma mudança referencial. O mapa pode ser a representação gráfica que facilita a compreensão, que expressa fatos, processos, dinâmicas da sociedade e das contradições do modo de (re)produção capitalista.

O poder vem do mapa e percorre o caminho por onde os mapas são feitos. A chave para esta energia interna é, portanto, processo cartográfico. Com isto quero dizer os caminhos mapas são compilados e as categorias de informação selecionadas, a forma como eles são generalizados, um conjunto de regras para a captação da paisagem, a forma como os elementos da paisagem são formados em hierarquias, e a forma como vários estilos retóricos que poder também reproduzir são empregados para representar a paisagem. Para o catálogo mundo é apropriar-se, de modo que todos esses processos técnicos representam atos de controle sobre sua imagem que se estendem além dos usos professos da cartografia. O mundo é disciplinado. O mundo está normalizado. Somos prisioneiros no seu território matriz. Para a cartografia, tanto quanto outras formas de conhecimento, ação social, tudo flui através de

limites determinados por esquemas de classificação. [...] O mapa é um árbitro em silêncio do poder. (HARLEY, 1989, p 13).

Os caminhos percorridos pela intencionalidade do cartógrafo ou de quem tem poder sobre eles (o cartógrafo e a representação) são fundamentais para entendermos a diferença entre a essência e a aparência da representação. O mapa simboliza atos de controle sobre a imagem que se tem, o que se quer significar e como isso vai ser visualizado e absorvido pela sociedade. O mapa é intencional e reflete poder a partir do momento que o interpretamos como parte de relações sociais e de correlações de poder no espaço e no tempo.

Girardi (2008) trata o mapa como um sistema de signos convencional, essa representação é um texto. Essa construção nos revela a importância da leitura geográfica a partir de mapas, mas também dos signos que esses nos trazem, da intencionalidade implícita neles e a representação que eles geram na formação de uma realidade social. Então, a desconstrução de um mapa se torna possível e palpável a partir de uma análise dos signos ali escritos. Esse é o olhar de um homem a respeito do mundo, as figurações e os silêncios que esse mapa expressa.

Segundo Girardi (2008), o mapa é

[...] fonte de conhecimento, portador de textualidade e retórica, e, portanto, *poder*, é um território imaterial que, por representar imaterialidade e materialidade, contribui para a formação de territórios por meio da apropriação, influência ou domínio do espaço pelos diversos *sujeitos territoriais*. Assim, como construções sociais, os mapas são parte do processo de produção do espaço geográfico pelas sociedades. (p. 85).

Observamos nessa citação as formas de poder da cartografia, formas de poder endógenas e exógenas a ela, na sua criação e estrutura, mas também nos princípios que a formataram para sua diagramação. “Neste contexto a cartografia é um discurso” (GIRARDI, 2008, p.60). Esses dois territórios implícitos e explícitos, o material e o imaterial são indissociáveis e polissêmicos, levando em consideração a sua relação dialética de existência e o aparato do espaço geográfico que os circundam, todos os processos históricos e geográficos, as disputas territoriais da configuração do território. O espaço é produzido também por quem cria essas representações e o modo de conceber essa produção influi direta e indiretamente na construção do território. Afinal, o mapa também é discurso e por meio dele algum território imaterial é reforçado.

O território imaterial camponês faz parte da estratégia de resistência às territorialidades do capital, e mais que isso, é o seu modo de vida que concretiza valores não-

capitalistas de reprodução (SHANIN, 1983). A partir desse ponto, queremos esclarecer que o discurso a favor camponês não é imparcial, muito pelo contrário, é repleto de intencionalidade e significado, e é isso que o diferencia do território imaterial do capital ou dos ruralistas, no caso desta pesquisa (FERNANDES, 2009 e FELÍCIO, 2010). Pois, ele diz tudo o que se tem para dizer, pretende não deixar lacunas para que o capital não o sobreponha, ao invés disso, a incontornabilidade destrutiva do capital se dá justamente por manter lacunas, fraturas que lhe permitam superação. O território camponês demonstra a essência das suas relações e das relações capitalistas, diferentemente do território do capital, que mente mediante as lacunas, tornando o seu discurso como o “verdadeiro”.

Monmonier (2005), em *How to lie with maps* (Como mentir – ou se posicionar – com Mapas), apropria-se da ideia de Darrel Huff, em um trabalho com um título praticamente igual, *How to lie with Statistics* (Como mentir – ou se posicionar – com Estatísticas), para mostrar as imensas possibilidades que o manuseio de dados com determinados fins pode direcionar a visualização da realidade. Mentir aqui não é tão somente desvirtuar a suposta verdade, mas está relacionado ao substantivo *lie*, que denota também o fato de se posicionar. Isso não foge ao pensamento de Searle (1995), mas nos permite aproximar do que estamos querendo propor com a construção cartográfica de maneira crítica, que vislumbra uma realidade distinta, enfocada, direcionada para os territórios em disputa e as desigualdades socio-territoriais, ou seja, as disputas territoriais representadas com intencionalidade.

Monmonier (2005) exemplifica a intencionalidade baseado em Huff quando afirma que “um estatístico sem escrúpulos ou ingênuo poderia manipular números e gráficos para gerar uma interpretação francamente deturpada de uma correlação ou tempo de série” (p.215). Tudo passa pela formação social da mente, que direciona ideias, atitudes e formam o território. No entanto:

Mentir com mapas, é claro, muito diferente de mentir com estatísticas. A maioria dos mapas são reduções maciças da realidade que representam, e exigem clareza que muito da realidade a ser suprimida. O cartógrafo que tenta contar toda a verdade em um único mapa tipicamente produz um visor confuso, especialmente se a área é grande e o fenômeno moderadamente complexo. Usuários de mapa entendem isso e confiam no cartógrafo para selecionar fatos e eventos que são importantes, mesmo que esses distorçam grosseiramente a geometria da área, bem como recursos fixos em conjunto diferentes (p. 216).

As verdades são selecionáveis, isso é nítido, mas a necessidade de mostrar essas verdades, direções e intencionalidades nas lacunas é que dão grande valor para formação do discurso e da representação anti-capitalista. As verdades capitalistas são coesas pelas suas

lacunas, por abordarem a realidade de maneira a torná-la totalizada a partir de uma visão singular. Este trabalho nos faz refletir a respeito de como isso atravessa as representações que formam as imagens do campesinato e do ruralista. A luta de classes está inerente, pois a maneira como representamos a realidade e como a vemos representada a partir das ideologias distintas é a maneira em que a sociedade vai receber os discursos e aplicar a sua realidade.

A distorção do que vemos aparece a partir das visões que temos dela e de como a traduzimos em iconografias (memória histórica e geográfica e suas representações). A atenção deve estar nessas ferramentas que possuem a capacidade de disseminar, de forma poderosa, imagens da realidade. Os perigos e limitações da simplificação da representação (seja ela, cartográfica ou da imprensa) estão intimamente atrelados ao seu poder e utilidade. “Porque as representações abstratas de dados podem distorcer quase tão efetivamente quanto é possível revelar, ferramentas analíticas são também instrumentos retóricos [...]” (MONMONIER, 2005, p. 221).

O discurso a favor do campesinato se faz presente também pelas representações, pelos textos e mapas de quem opta por defender a luta de classes como algo legítimo. A opção por apoiar em fundamentos o território do trabalhador, que nesse processo metabólico do capital, é profundamente reprimido e oprimido pelo poder do capitalismo agrário. Então, o *São Paulo Agrário* é uma junção de três pontos para uma reflexão crítica a respeito da máquina capitalista da acumulação e dos processos de (re)criação e resistência do sujeito, são eles: 1) o que o mapa oferece em novidades para analisar o campo paulista (conteúdo/objetivo); (dinâmicas, processos, territorialização da luta e do agronegócio); 2) o mapa como exemplo da geografia crítica; (construção da Geografia Crítica e da CGC - Cartografia Geográfica Crítica como abordagem do mapa) e 3) produção do mapa nos procedimentos metodológicos como investigação da realidade, o discurso que vislumbra o território camponês em conflito com o território representado pela imprensa paulista.

#### **1.4 Representação: imprensa e poder**

Para o período 1988 a 2009, o Acervo DATALUTA contém aproximadamente 32.000 recortes. A partir do desafio de integrar toda essa quantidade de notícias, no primeiro momento, optamos por concentrar nossa pesquisa nas expressões de conflito, principalmente, as ocupações de terras. Ainda assim, a massa documental era enorme, dificultando interpretação. Por essa razão, restringimos espacialmente nossa análise ao Pontal do Paranapanema, na região sudoeste do Estado de São Paulo.

Além da necessidade de filtrar a imensa quantidade de matérias jornalísticas encontradas no *DATALUTA Jornal*, são mais três as justificativas por essa opção: primeiro, a partir dos anos 1980 e especialmente nos anos 90, o Pontal chegou a ser um foco simbólico da luta pela terra no Brasil, com a atuação destacada do MST, a reorganização da UDR e a vigilância constante da mídia paulista; segundo, a proximidade de nosso grupo de pesquisa – o NERA – nos ofereceu vantagens em poder observar a realidade e ter contato pessoal com participantes; terceiro, uma quantidade grande de recortes no acervo *DATALUTA Jornal* pertencem a dois jornais regionais, com sedes em Presidente Prudente, o centro administrativo do Pontal.

Esses pontos influenciaram a seleção de nosso recorte espacial, mas não mudaram o objetivo de estudar a representação pela imprensa paulista da relação entre camponeses e ruralistas na produção de espaço no estado de São Paulo. Entendemos as ocupações como momentos privilegiados que iluminam aspectos centrais da relação camponês-ruralista e da questão agrária no Brasil. São eventos com intensa conflitualidade que atraem a cobertura da imprensa, os comentários dos camponeses e ruralistas, que exigem deles discursos conscientes e vêm formando suas identidades classistas. No mesmo momento, a mídia está desenvolvendo sua narrativa da relação camponês-ruralista, desenhando a opinião pública, indicando quais são os protagonistas e antagonistas da história. Como aponta Wolford (2003):

Teoricamente localizar atores dentro de estruturas espaciais, e analisando como os dois [ator e estruturas espaciais] são mutuamente constituídos, é uma forma útil de incorporar atores e ações, como elas são embutidas nas ações e estrutura, contingência e contexto, espaço e tempo. Comparando a formação de resistência em dois distintos contextos espaciais, [...], fornece uma compreensão mais clara de como a constituição espacial da vida social forma as práticas ideológicas e materiais das pessoas, por sua vez, as pessoas formam as práticas sócio-espaciais através da resistência. (p. 211).

Parafrazeando Wolford (2004), a análise do espaço imaginário do MST ajuda a explicar as experiências e as relações no território que poderiam, de outra forma, não fazer sentido. O espaço imaginário para essa autora está relacionado à afinidade ideológica que dá origem a alguma coisa, ou um tipo de relação, ou determinada formação territorial. Isso fará parte, então, de como tentaremos compreender os atores sociais na formação do território (material e imaterial) através do que os move e de como a sociedade se movimenta.

Esta opção de objeto foi instigada pelo trabalho do grupo NERA. De fato, o núcleo foi criado justamente para documentar as ocupações com a justificativa de sua importância crítica, no sentido de concretizar a espacialização da luta pela terra, formar a identidade

camponesa, desenvolver as táticas e práticas dos movimentos socioterritoriais. A nosso ver, reflete, em parte, na causa dos ruralistas em articular seu discurso corporativista e formar sua identidade ofensiva. Em seu artigo, *A ocupação como forma de acesso a terra*, Fernandes (1999) apresenta o argumento que a ocupação recria o campesinato e ressocializa os participantes como camponeses.

*Outra forma de recriação do campesinato é por meio da ocupação da terra. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital em seu processo contraditório de reprodução das relações não – capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na produção capitalista das relações não capitalistas de produção.* (p. 2, grifos do autor)

Fernandes (1999, p. 2) ainda reforça que:

Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas. Essa realidade exige ensaios teóricos que contribuam para a compreensão desse fenômeno. Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra.

O ato de criminalizar é fugir do problema que representa essa ação, que é muito mais que estar presente no território material, fornece todo um aparato ideológico por detrás, procurando preencher as lacunas do discurso dominante. A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa, logo, a ocupação é uma forma política de objetivar os esforços do campesinato. Considerando que trabalhamos com o conceito de movimentos socioterritoriais, com o pressuposto de que a terra é o seu trunfo (RAFFESTIN, 1993), o território como fim, as ocupações e os acampamentos são o meio estratégico mais eficiente que esses movimentos conseguiram desenvolver para terem acesso ao seu território, instaurando as relações não-capitalistas de produção. A ocupação então se torna a forma de ressocialização do camponês, segundo Fernandes (2008).

O campesinato não é o único personagem do campo a experimentar, no período que abrange esse estudo, uma renovação de identidade. O ruralista, um nome utilizado com orgulho por agricultores e donos de terras do século passado, vem sendo reconfigurado no século atual como “agronegócio”. O ruralista foi o coronel da terra, o fazendeiro, o Senhor de

Engenho, o usineiro e, certamente, o latifundiário. Ainda no século atual, os poderosos membros da “Bancada Rural” no congresso nacional se acostumaram chamar de ruralistas.

Sampaio (2005) relata aspectos relacionados à imprensa e que legitima determinados territórios, influenciando na territorialização dos camponeses ou ruralistas.

A imprensa sempre teve grande importância ao acompanhar o desenrolar dos fatos cotidianos, sejam eles políticos, sociais e culturais da sociedade, onde a escrita desempenha forte referência existencial. Na verdade, a imprensa, notadamente, a parcela conhecida por jornais, pasquins ou tablóides exerce o papel de documentar estabelecer Juízo de valor, ou seja, formar a opinião pública de acordo, muitas vezes, com a verdade que lhe parece a “verdadeira” (p. 8).

Nesse sentido, concordamos com a autora, pois a produção do discurso jornalístico no espaço dá-se para atender interesses dominantes, que tratam de se perpetuar e manter privilégios por meio de tempos. Então, é necessário entendermos o discurso como um elemento que ajuda a ordenar esse arranjo espacial de classe dominante, reproduzindo sua ideologia e do seu contra-discurso, procurando destruir o discurso dominante a respeito da realidade posta e imposta. Também precisamos considerar que todos os tipos de discurso são parciais, expõem seus interesses, direta ou indiretamente. Entretanto, o contra-discurso, também parcial, demonstra a sua leitura e atua no sentido da denúncia, da construção ideológica de que vivemos num sistema que não tem na sua essência o desenvolvimento social, sustentável e/ou trata como importante a reforma agrária.

A linguista Lucília Romão (2002, p.21) esclarece que:

[...] desse modo, fica marcado que o discurso será entendido e tomado aqui como efeito de sentido demarcado pelas relações sociais entre classes na permanente disputa pelo poder (e pelo poder de dizer). Por consequência, as posições-sujeito, remetendo a esses interesses de classe, abrem um confronto discursivo, quando observo o discurso sobre a terra.

E acrescenta em outro trabalho sobre a ideologia e análise discursiva:

[...] sabemos que a interpretação é uma questão ideológica, vinculada à ideologia das instituições dominantes e, sendo a escola uma instituição, a interpretação deixa de ser “um ato de vontade própria” e continua ligada a uma classe que controla os sentidos que podem e devem ser lidos e os fixa como dominantes e cristalizados em algumas instituições. Ideologia, aqui, deve ser entendida como um mecanismo de naturalização do sentido (Pêcheux, 1969), isto é, algo que faz parecer natural atribuir determinados sentidos às palavras, em um dado contexto sócio-histórico, e não outros, pois a ideologia estabelece o sentido único, que passa a ser o “sentido literal”, ao qual se pode atribuir uma leitura (interpretação) homogeneizante. Não

concordando com isso, pois a análise discursiva entende que as palavras não significam por si mesmas, mas, sim, que o sentido das palavras depende da sua inscrição na história (ROMÃO, 2004)<sup>5</sup>.

A sociedade é composta por indivíduos, e os mesmos reproduzem a memória histórica de acordo com a sua formação, sua posição em relação ao discurso dominante e seus interesses. A representação desse discurso dominante tenta tornar universal algo que na sua essência é singular e individual. Como ressaltamos acima, é importante perceber o sentido das palavras na sua inscrição histórica e espacial, percebendo a dinâmica dos acontecimentos na espacialização do campesinato e dos ruralistas.

No levantamento do acervo, notamos a predominância das representações positivas dos ruralistas nas reportagens, e especulamos que a grande imprensa não fez um papel de alimentar a representação dos sem-terra como camponeses. Pelo contrário, a tendência observada foi a de diminuir sua capacidade como agricultor, ao verificar o isolamento do discurso do agronegócio na imprensa e compará-lo a sua força de determinar a territorialização dos camponeses e ruralistas durante o período investigado (CUBAS, 2009).

Esses momentos históricos de conflitos que se revelam também na espacialização das ocupações serão analisados em nosso trabalho a partir de dois temas. O primeiro é relacionado à diversidade de perspectivas da imprensa paulista, especialmente, a distinção entre a mídia dominante (empresas grandes, como *O Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*) e a mídia subalterna (como as organizações populares, como *O Brasil de Fato* e *Jornal Sem Terra*). O segundo é a alinhamento e a influência dos paradigmas da Questão Agrária (FERNANDES, 2007, 2008 e 2009). Vislumbra uma questão agrária como essência das problemáticas ligadas a terra, onde as disputas territoriais são inerentes ao processo de Reforma Agrária e as conflitualidades e contradições estão presentes nas análises das desigualdades sociais geradas pelo sistema e do Capitalismo Agrário (ABRAMOVAY, 1992). Não passa dos limites do sistema capitalista, pois propõe uma questão agrária já superada e um desenvolvimento territorial rural baseado no desenrolar da agricultura capitalista modernizada, tecnológica e altamente produtiva.

Apresentamos alguns aspectos sobre a mídia corporativa capitalista nos dias de hoje:

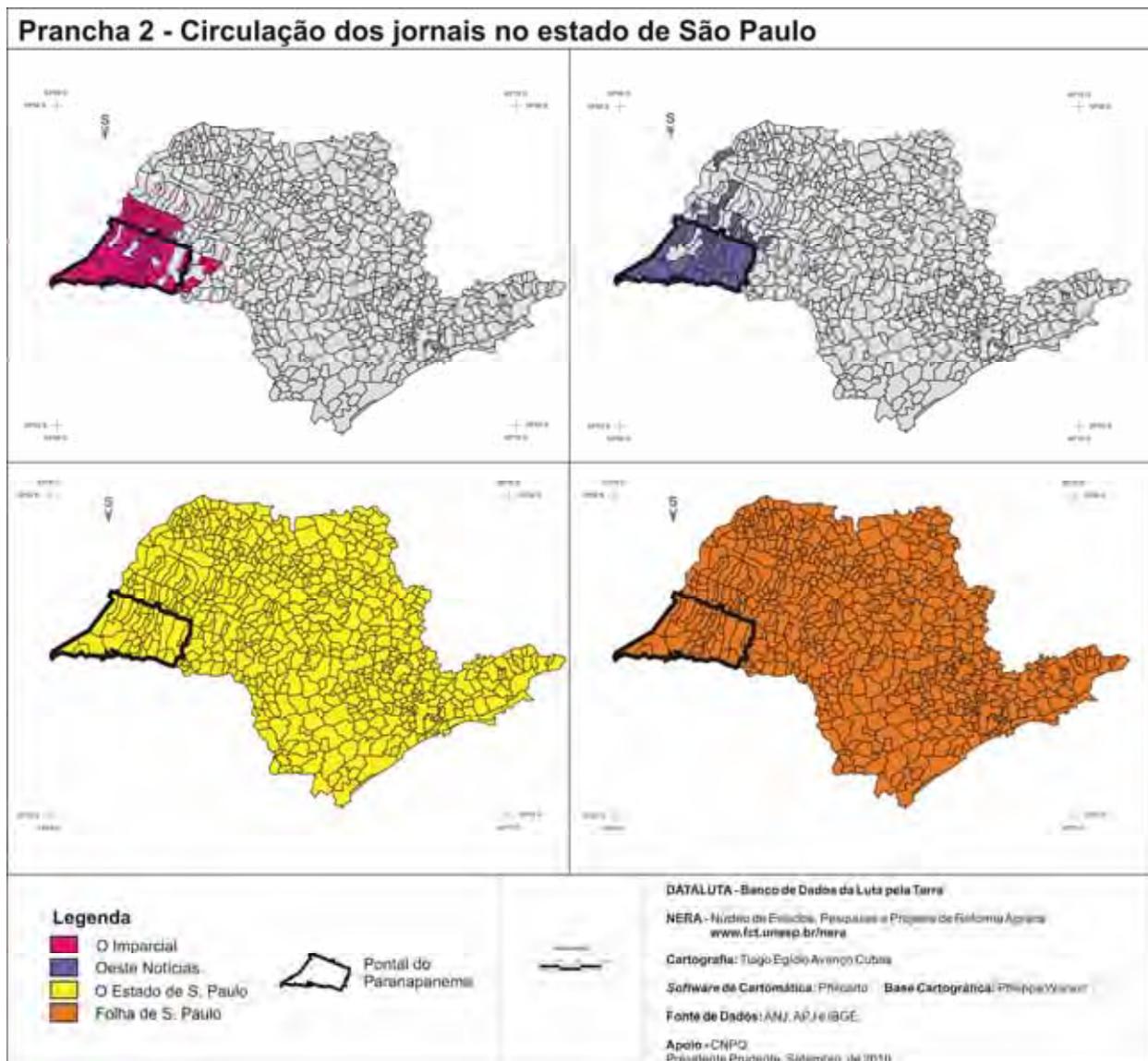
[...] a grande mídia constitui, hoje – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições –, uma coluna de sustentação do poder. Ela é

---

<sup>5</sup> Vamos elaborar mais profundamente no Capítulo 2 a questão e conceituação de ideologia. É importante no trabalho de Romão (2004) evidenciar a existência de ideologias dominantes que procuraram tornar singular e único o discurso histórico-geográfico, contudo, ideologia não é algo exclusivo para dominação, ela também serve para emancipação como veremos na sequência.

imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ARBEX, 2003).

Segundo Arbex (2003), esses jornais atuam no sentido de camuflar as particularidades do contra-discurso, assim colocam as suas visões e reproduções como “seguindo a opinião pública” e não como guia, muitas vezes, da opinião pública. Em seguida, demonstramos a Prancha 2 com a distribuição dos jornais que serão analisados no território paulista.



Segundo a Prancha 2, os periódicos de maior circulação no Estado de São Paulo são *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*. O primeiro foi fundado no século XIX, (...) foi fundado no século XIX, pela família Mesquita, que sempre teve raízes fortes no segmento dos agricultores capitalistas da classe dominante (LEAL & SAUL 2006). Esse jornal se manteve nas mãos dessa família, apoiou a causa da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial, em 1924 e esteve junto ao Levante Tenentista. Posteriormente, sustentou a perspectiva da candidatura de Vargas, que só assumiu após a “revolução” de 1930, momento que inclusive o jornal apresentou a chamada dessa “revolução” como o fim do regime oligárquico. Logo depois, apoiou a “revolução” constitucionalista de 1932 contra o governo Vargas. Foi veementemente avesso ao governo de João Goulart, e um animado apoiador da Ditadura Militar, até que começou ser alvo de censura pelo regime nos anos 1970. Após isso, sofreu uma reformulação, quando Augusto Nunes (Diretor de Redação na década de 80) e Ruy Mesquita, pertencente ao grupo Estado (Presidente do *O Estado de S. Paulo* a partir da década de 90), passaram a integrar esse grupo (MARTINS FILHO, 1997).

A *Folha* foi fundada em 1921, e, historicamente, transformou suas concepções e princípios no sentido de apoiar situações contraditórias. Contrária ideologicamente ao Estadão, apoiou a Situação (candidatos) em 1930 e foi fechada em consequência da vitória de Vargas. Como o Estadão, criticou Goulart e apoiou o regime de Ditadura Militar, inclusive sua política de abertura e mudança gradual para democracia. Na década de 1980, assumiu a postura de apoiar os movimentos sociais, lutando pela redemocratização mais rápida e completa, inclusive atuou na campanha das “Diretas já”, desde sua compra pelos empresários, Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira, em 1962. Afirmou-se enquanto jornal ligado ao capitalismo financeiro e a construção civil (SOUZA, 2005). A partir dos anos 1980, os donos do jornal começaram a trabalhar contra os seus redatores e colunistas que eram ligados à esquerda, dispensando-os e formando uma organização com traços fortes do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Os jornais *O Imparcial* e *Oeste Notícias* também são dispostos no sentido de defender o território capitalista agrário. Isso foi notado principalmente quando tivemos a oportunidade de entrevistar os editores chefes, Gisele Thomé e Cristiano Oliveira, respectivamente, de *O Imparcial* e de *Oeste Notícias*. Eles afirmaram a respeito da carta de princípios dos jornais no sentido de manter “distância dos acontecimentos”, de modo que, quando noticiam assuntos polêmicos sobre as mobilizações e ocupações de terra, esses figuram como uma afronta ao bem-estar social e expressam a opinião da construção ideológica dos jornais nas suas linhas e

entrelinhas. Isso ocorre mesmo que os periódicos defendam ou tentem alcançar a imparcialidade, mesmo que essa seja perseguida de forma contraditória<sup>6</sup>.

Villaça (2009) ainda nos informa que apesar de *O Imparcial* e o *Oeste Notícias* serem jornais rivais, eles mantêm a perspectiva de lutarem a favor do interesse do ruralista. *O Imparcial* foi fundado em 1939 e tem como seus proprietários atuais, Mário Peretti, Adelmo Vaballi e Deodato Silva. Esse jornal tem ligações com um quadro de jornalistas pertencentes a várias agências relacionadas ao capital financeiro (SOUZA, 2005). O *Oeste Notícias* pertence ao Grupo de Comunicação Paulo Lima, vinculado ao agronegócio pelos elos com a bancada ruralista no congresso federal, onde atuou como deputado estadual e seu pai, Agripino Lima, como prefeito de Presidente Prudente e latifundista da região (VILLAÇA, 2009). Observamos no trabalho de Villaça (2009) características e coalizões interessantes para entendermos as relações entre a UDR (União Democrática Ruralista) e os jornais, no caso o *Oeste Notícias*.

Nascia, já nos anos 90, uma parceria entre as organizações Globo, onde se inclui o jornal *O Globo*, com a sua afiliada na região de Presidente Prudente, a TV Fronteira, e com o grupo de comunicação da família Lima, detentora do jornal *Oeste Notícias* e grande proprietária de terras na região, ligada à União Democrática Ruralista (UDR). Entidade representativa da camada mais tradicional e reacionária do patronato rural, a UDR foi recriada no ano de 1995, justamente na região do Pontal do Paranapanema. Esta instituição ressurgiu representando cerca de 300 fazendeiros da região, pertencentes a grupos que estavam adormecidos e que começaram a se reorganizar, dentre eles o MDV (Movimento Direita Volver), integrado por antigos militantes do extinto Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e a TFP (Tradição, Família e Propriedade). As medidas tomadas por esta entidade classista visavam a proteger os proprietários do processo de desapropriação de terras devolutas para reforma agrária. Desde então, a UDR assumiu a defesa intransigente da grande propriedade e além do habitual recurso à violência, desenvolveu uma campanha sistemática por meio da imprensa para divulgar suas concepções de mundo, valores, memória e seu papel no desenvolvimento econômico do país (p. 24).

Assim, a hipótese inicial é a representação dos ruralistas como detentores legítimos das propriedades no Pontal do Paranapanema e também como uma classe unida e legitimada da “modernização e progresso” do campo paulista. Entretanto, podemos notar também ao longo da história, por fatores peculiares da conjuntura social e agrária relacionado aos agentes históricos, no discurso e a representação desses jornais, certa simpatia com os camponeses. Mesmo assim, constantemente, os movimentos socioterritoriais e o campesinato são julgados por esses meios sob aspectos de “criminalidade”.

---

<sup>6</sup> Entrevistas com Cristiano Oliveira, editor chefe do *Oeste Notícias*, em 7 de Abril de 2011 e Gisele Thomé, editora chefe de *O Imparcial*, em 12 de Abril de 2011.

Essa hipótese é levantada devido à experiência tida durante a graduação com projeto intitulado: “Análise das representações dos ruralistas e camponeses no estado de São Paulo, de 1998 a 2008, a partir do acervo DATALUTA Jornal” e também ao acompanhamento da luta pela terra. Observando, especialmente, os sujeitos que transformam a realidade e como a imprensa capitalista representou, e ainda representa, a questão agrária brasileira e paulista, entendendo que as comunicações (mídia) em todo mundo trazem novos elementos na atualidade, como nos diz Harvey (2006):

O sistema da mídia e das comunicações e sobretudo, a chamada “revolução da informação”, produziram algumas mudanças importantes na organização do consumo e da produção, bem como na definição de desejos e necessidades integralmente novos. A “desmaterialização do espaço” no campo das comunicações, que é hoje o estágio avançado a que se chegou, teve como origem o aparelho militar, tendo no entanto sido apropriada imediatamente pelas instituições financeiras e pelo capital multinacional como meio de coordenar suas atividades instantaneamente no espaço. (p. 90)

A concentração de capital e o poder dos meios de comunicação vêm se tornando um problema cada vez mais grave para a tentativa de compreendermos vários mundos. Esse fato é acompanhado pela ideia de revolução da informação e isso fortalece a globalização, chamada perversa, que se desdobra na cultura massificada. Contudo, Harvey (2006) faz um alerta a respeito dessa visualização de uma cultura homogênea e é preciso entendermos isso mais profundamente.

O problema é contudo espinhoso porque é simplesmente demasiado simplista vê-lo como um mero movimento rumo a homogeneidade na cultura global mediante a troca de mercado. Há abundantes sinais da existência de todo gênero de contramovimentos que variam da propaganda da diversidade cultural como mercadoria a intensar reações culturais à influência homogeneizadora dos mercados globais e estridentes afirmações da vontade de ser diferente ou especial. (p. 97)

Harvey (2006) dá o tom de esperança para os *contramovimentos* de uma sociedade capitalista, e é justamente nesses espaços de esperança onde a luta acontece e cria a possibilidade da criação de espaços de relações não-capitalistas. Este trabalho visa, então, contribuir para aprofundar no entendimento das dinâmicas de apropriação da cultura e dos territórios pelo capital, e a partir disso expor também outras realidades de representação que participam desses *contramovimentos*.

Para tanto, no capítulo que segue buscamos contemplar a análise geográfica fundamentada em três conceitos que julgamos essenciais para este estudo. São os conceitos

de: território (envolvendo as questões material e imaterial, aparência e essência e identidade); ideologia (entendendo-a como a ideia estruturada na relação com a sociedade e que toma forma de força de vida); e paradigma (como visão de mundo que é formada a partir das disputas territoriais e da ideologia que desenham as ações humanas e as relações de poder).

## **CAPÍTULO 2**

# **OS TERRITÓRIOS MATERIAL E IMATERIAL**

Pela fé entendemos que os mundos pela palavra de Deus foram criados; de maneira que aquilo que se vê não foi feito do que é aparente. Hebreus 11.3

## 2.1 Sobre a concepção de território

**D**isputas territoriais têm por base relações sociais e correlações de força que se delineiam pelo espaço numa escala global, regional e local. Esses conflitos se dão no embate de forças que se estabelecem tanto no plano físico (material), quanto no plano invisível (imaterial). A formação social da mente está sujeita as ideologias dominantes (as visões de mundo que se territorializam nos símbolos e signos sociais), que se espacializam cotidianamente. É na contraposição a esses territórios que temos a resistência e a (re)criação que legitimam outros territórios, esses visam uma não subalternidade a visões de mundo dominadoras (que também são ideologias).

Em razão disso, pensamos em construir este capítulo para examinar os entendimentos sobre a possibilidade de construir os territórios, sejam eles material e imaterial, a partir das relações sociais, da dominação, da resistência e da colaboração. A realidade da formação do território tem como parte fundamental as disputas territoriais, as que se realizam no plano físico e por isso, tornam-se materialidade, e as que acontecem no plano imaterial, são imaterialidade, e se tornam materialidade e materialização nas ações (nos processos). Planejamos construir este trabalho para consubstanciar a possibilidade do território material e imaterial, a partir das relações sociais, da dominação e da resistência.

A partir da proposta do conceito de território, para além do espaço de governança, mas como território/ideia, ideologia e paradigma, observamos a essência e a aparência do território para entendermos como as relações sociais, a lógica do capital e a lógica anticapitalista vislumbram os territórios na realidade, como se dispõem a sua essência e aparência. A partir disso, consideramos o território e a ideologia como distintos. Esses conceitos nos auxiliarão a compreender a questão agrária de maneira geral e, mais especificamente, a paulista, quando visualizarmos os paradigmas como interpretação da realidade e da visão de mundo.

### 2.1.1 O *territórium* como espaço de vida

#### *Ratzel e Raffestin: o território e o poder*

Os conflitos e as disputas *no* e *pelo* poder (poder de fazer, de dizer, de estar, de realizar) é que co-determinam as relações sociais nas escalas micro e global, nas várias dimensões da atuação humana. Com efeito, fazem imprescindíveis as investigações científicas para entender os seus desdobramentos em mazelas, alianças, coerções, conflitos, entre outros

elementos que compõem o espaço, suas temporalidades e ação humana que formam o território.

Esse conceito foi trabalhado desde a ciência filosófica por Deleuze e Guattari (1972) e chegou à geografia, abordado por Ratzel (1990), historicamente no Estado alemão, e após isso, Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2004a e 2004b), Bernardo Fernandes (2008 e 2009), entre outros. Foi destacado nessas abordagens pelas suas características, etimologia e elementos que o compõem e auxiliam na investigação e no entendimento da realidade. As relações sociais mediadas pelas relações de poder e consubstanciadas nas correlações de força no espaço formam o território, como o vemos, o território conspícuo, e o que não vemos, o território invisível, mas que se materializa de formas distintas.

O território é indissociável ao espaço, contudo, esses são elementos distintos. O espaço geográfico é o todo e a razão geográfica<sup>7</sup>, a categoria de análise que engloba o território. Assim, concebemos o território como a parte do espaço dotada de relações sociais mediadas pelo poder nos seus sentidos mais amplos.

O território é gerado a partir das relações humanas. Ele está cercado de caracterizações, mas em nossa leitura o conteúdo para explicação da realidade desse conceito está nas ações da *des-re-territorialização* (T-D-R) que pertencem à materialidade e à imaterialidade (DELEUZE e GUATTARI, 1972). O que se desdobra no plano físico é também a reflexão relacionada à superestrutura e o que está invisível, mas que pertence a expressão territorial. Eles se traduzem no motivo, na razão filosófica, nos elementos histórico-geográficos que co-determinam as relações sociais e o poder.

O conceito de território é útil para nossa pesquisa, porque ele sugere, desde a sua gênese, a prioridade da ação humana no tempo e no espaço para existir e, além disso, proporciona o olhar voltado para a processualidade. O território nunca é uma coisa consolidada, ele está sempre no interior dos processos sociais e nas disputas de poder que desenham a realidade. Não seria ousado dizer que o território está sempre sendo disputado, pois ele consiste nas relações sociais, relações de poder e disputas de ideologias, que se materializam e legitimam ou o território imaterial capitalista ou o território imaterial anti-capitalista. Isso é fundamental quando queremos evidenciar processos e legitimar a ideia do território camponês mediante o *São Paulo Agrário*, isto é, evidenciar que as relações sociais, políticas, econômicas e de poder não estão definidas, mas estão sendo disputadas.

---

<sup>7</sup> O espaço é a razão geográfica, pois ele é a categoria de análise fundamental para essa ciência. O espaço se adequa as proposições da Geografia Crítica que se preocupa com a expressão e impressão das relações no mesmo. Essas relações se desdobram numa configuração espacial em diferentes temporalidades – do tempo lento e o tempo rápido, das rugosidades (SANTOS, 1988).

A *priori*, examinando os dicionários de latim e francês para definir etimologicamente o termo “território”: vemos que ele é formado pelo radical em latim, *territórium* (terra, pedaço de chão, utilizado no Império Romano para delimitar suas jurisdições). Pensando em jurisdições, como toda terra debaixo da proteção ou domínio do Império Romano, podemos perceber as vertentes, material e imaterial, do território no processo de dominação (imposição), em há os conquistados e resistentes, e ainda a existência da construção do poder vindo horizontalmente pela expansão desse território (nas correlações de força) e verticalmente pelo Estado romano (HAESBAERT, 2004b). Essa definição é frágil, quando nos preocupamos em resolver o conceito de território, mas reflete a importância de perceber o território como material e imaterial, simbólico e indissociável. Ele reflete muito mais que sua etimologia, essa contém as relações sociais como co-determinantes da sua história e geografia.

Inspirando-se na visão etimológica do território, a formação desse conceito passa pelos seus sentidos funcionais e simbólicos. Entendemos que o mesmo é possível para interpretarmos a realidade composta por elementos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais. Por meio disso, a sobreposição de territórios nas suas diversas facetas e constituições, a multiterritorialidade aparece para contemplar a necessidade de se explicar a complexidade das relações espaço-sociedade-temporalidade (HAESBAERT, 2004a). Tendo em vista também a etimologia da palavra, é essencial notarmos que o funcional e o simbólico consubstanciam o material, a materialidade e a materialização, do mesmo modo, o seu contrário (o dialético), o imaterial, a imaterialidade e a materialização, isso é claro, numa perspectiva integradora desses elementos.

Os trabalhos do alemão Ratzel (Antropogeografia) nos fornecem uma abordagem inicial que vai expor o território como um conceito para se apreender as relações humanas. Nesse caso, com vistas à formação do Estado-Nação, o autor nos traz contribuições fundamentais para a formação dos pensadores do conceito de território.

Frederich Ratzel é tido como o pai da Geografia Política, que é a gênese do pensamento do território para além da ciência biológica, atrelando esse conceito ao homem, à vida do homem e à natureza. Ratzel (1990), um naturalista, vai desenvolver a ideia de território adotado da biologia, no conceito de *habitat* (espaço vital). “Pode-se, portanto aceitar com a regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território” (RATZEL, 1990, p. 72) e ainda complementa dizendo que “a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará

sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo ela se transforma em Estado”. (RATZEL, 1990, p. 76). Para ele, o espaço era vital, como um território em excelência para reprodução da sociedade e aí já observamos a construção do conceito *a priori* da dinâmica social. Diferentemente, sobre a noção da formação do território, Haesbaert (2004a) e Fernandes (2008) apontam que ele se forma juntamente com a sociedade, nas suas relações. Ele se desenha e se redesenha nas suas continuidades e descontinuidades.

Verificando ainda as contribuições de Ratzel (1990), podemos observar que o território pode ser entendido como imprescindível para alcançar objetivos políticos, a proposição das relações sociedade, terra e tempo numa dinâmica de realizar o território, e a partir disso, o Estado-Nação (espaço de governança). O que fica para trás é uma compreensão de maior da complexidade do território. Ratzel (1990), simplesmente, trata território/terra como espaço de governança, onde coloca em segundo plano a necessidade da ação humana imanente ao território/terra (para que ele exista), ao invés do que observamos enraizado nesse conceito, explicitado por outros autores. Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Fernandes (2008 e 2009) já reforçam em suas obras que a análise do território - Estado-Nação - é por si só uma parcela da realidade e, definitivamente, não o todo. Esses teóricos afirmam a existência, desde Raffestin (1993), do Poder (poder público, Estado: forma institucionalizada dos fluxos das correlações de força nas relações sociais) e do poder (correlações de força e expressão concreta e abstrata das relações sociais que emanam de baixo para cima) no território que influi no processo *des-re-territorialização*.

No final do século XIX, Ratzel (1990) visava o elo entre a dimensão natural-física-política, para isso utilizava o conceito de território estatal, não por menos, pois vivia na época de unificação da Alemanha. Dessa maneira, vemos também a realidade vivida por ele influenciando na formação desse conceito. Mas, ele não ficou somente com essa definição, também expunha que o território tinha um sentido de espiritualidade (legitimação da formação do Estado alemão; a intencionalidade de justificar com o que não era físico, mas que se materializava), o que podemos entender como a parte imaterial do mesmo. Ratzel (1990) pondera o território a partir da ideia da utopia do Estado, do espírito universal (espiritualidade) e da ligação espiritual com a terra. Esse sentido imaterial do território é o que permite Ratzel (1990) adjetivar que o território, “ótimo” ou “solo”, é aquele pré-determinado com os recursos naturais atrelados à dinâmica social para condições de sua projeção. Então, vemos o próprio Ratzel (1990), em seus trabalhos, observar e propor a espiritualidade do território, enquanto um movimento que se dá não no âmbito material, mas

sim, no âmbito dos processos que se desencadeiam em virtude das relações sociais com a natureza.

Desse modo, averiguamos uma particularidade no território em sua essência e presente também na sua etimologia, mas, especialmente, na sua construção histórica teórico-metodológica, que é a noção de **disputas e imaterialidade**. Ou seja, o poder que está atrelado às dimensões materiais e imateriais do território e a esfera de dotar o mundo de significados mediante as relações sociais. O poder, de acordo com Raffestin (1993), é o elemento lógico que liga o território à ação humana dialeticamente. O poder nos revela as possibilidades materiais, contudo, ele nos incita, de maneira mais provocadora, a pensar a realidade imaterial.

Raffestin (1993), em *Por uma geografia do poder*, destaca o caráter multidimensional do poder, sendo ele o que se expressa na sociedade e se materializa pelas ações. A energia (força física, braçal, trabalho vivo e manual) e a informação (trabalho abstrato, intelectual) são partes fundamentais para estabelecerem a onipresença do poder. Assim, “a energia pode ser transformada em informação, portanto em saber, e a informação pode permitir a liberação de energia, portanto de força. O poder também é, nessas condições, um lugar de transmutação” (RAFFESTIN, 1999, p. 56). O poder é inerente ao território, a sua gênese e mutação.

“O espaço é a ‘prisão original’ e o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144). O espaço é a estrutura, mas também é o território, porque ele o realiza, contudo as suas diferenças estão na leitura da realidade, onde o território se faz essencial em ser lido pelo poder e o espaço geográfico não se mantém refém irresoluto desse processo.

Raffestin (1993), então, procura a construção desse conceito a partir da proposição de relações de poder que mobilizam, dialeticamente, a formação do território com base também nas relações sociais, elementos esses fundamentados nas obras de Michel Foucault, *História da Sexualidade I* (1988) e *Microfísica do poder* (1979).

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a ela;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados (p. 53).

No olhar desse autor sobre o conceito de território, vemos as relações de poder determinando a configuração espacial, essas relações estão mediadas pelo aparato social e

também pelo modelo de produção capitalista e ainda por modelos de produção que não são em essência capitalistas. “O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 60). Esse espaço político é relacionado à imaterialidade do território, pois é o reflexo do que não se vê claramente no território material, mas que se materializa nas relações sociais e nas relações de poder. Raffestin (1993) examina o território a partir da sua relação com o poder, onde o homem é inerente a essa criação, pois o território, distintamente de Ratzel (1990), dá-se simultaneamente à ação humana, mediada pelo poder que caracteriza e desenha o território material.

As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega a estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território (RAFFESTIN, 1993, p. 152)

O território é produzido em conflito, e esse é fundamental para explicar o processo, nele vemos as relações sociais e a luta de classes no cerne da disputa pelo território e pelo poder formador do território. O território é resultado do movimento incessante das disputas territoriais, das disputas nas relações de poder, da hegemonia de classes organizadas pelo capital e da contra-hegemonia de classes de resistência e/ou grupos (des)organizadas que não se satisfazem na reprodução do capital, mas comumente são cercadas e/ou cerceadas pelas mesmas. Os atores sintagmáticos são todos aqueles que realizam uma ação, uma função. Eles produzem o território e passam a reproduzir a sua territorialização e as suas territorialidades. Os símbolos fazem parte da formação do ator sintagmático e num processo reflexo, ele também forma os signos. O território, então, está composto dos aspectos materiais e imateriais que o determinarão.

### *A possibilidade da leitura do território imaterial*

O território é marcado pelas relações de poder e pelas correlações de força que estão implícitas e explícitas nas relações sociais. Assim, entendemos as representações simbólicas como um território que explicita leituras da realidade campo-cidade por meio do território material e também do imaterial. A partir das disputas territoriais inerentes ao modo de produção capitalista, que está intrínseca ao metabolismo do capital, pensamos o território imaterial não somente numa analogia ao pensamento, mas, sobretudo como a disputa do campo das ideias e conceitos, a dimensão ideológica da (re)afirmação do território material.

Quando investigamos as contribuições de Deleuze e Guattari (1972), em o *Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*, focamos na importância dada a capacidade do pensamento de sofrer o processo de *des-re-territorialização*, ou seja, o pensamento, no nível psicossocial e ideológico, movimenta-se dessa maneira e se territorializa como ação inerente ao território, a expansão do mesmo, ou a desterritorialização como sinônimo de transformação, mudança, rompimento a uma lógica anterior e obrigatoriamente a reterritorialização, como o estabelecimento de novas proposições materiais e imateriais (adequação ou emancipação). Assim, podemos considerar que se a mente pode sofrer esse processo, logo ela também faz parte do processo territorial, mediado nas relações sociais e de poder.

As representações (signos e símbolos)<sup>8</sup> participam ativamente na construção e, mais que isso, na constituição sócio-territorial da sociedade vigente. A imaterialidade do território não foge dessa lógica cultural do capital e nem das iconografias de resistência dos movimentos contra essa hegemonia. Por isso, Deleuze e Guattari (1972); Haesbaert (2004a e 2004b); e Fernandes (2009) definem o território a partir de aspectos materiais, simbólicos e imateriais. Sendo que, entendemos também o território material e imaterial como inerentes um ao outro, numa relação vital dialética desde sua gênese até suas mutações, pois o território não existe sem a disputa de ideias, assim de maneira contrária, mas não contraditória, as relações se desencadeiam e se territorializam por essa razão prática.

Portanto, concebemos o território material e o território imaterial, a materialidade e a imaterialidade do território, como processos distintos, porém **imanentes**. A materialidade (produto, resultado) e a imaterialidade (representações) refletem as dimensões, e são a expressão, a impressão, os símbolos e signos do território (elementos do processo em movimento). O território material é a materialização das ações, dos desejos, dos anseios, e do seu contrário no plano físico, desencadeia o processo de coisificação (conformismo) ou de resistência.

A materialidade é parte essencial do território material, enquanto a imaterialidade é parte essencial do território imaterial, e ambas dependem dos seus territórios para existir. Os territórios, material e imaterial, são uma mesma realidade, e, assim, comungam. A materialização (processo) e a materialidade (resultado) acontecem cotidianamente, são a razão da existência do território imaterial e vice-versa. A materialidade e a imaterialidade estão presentes no território material e imaterial, porque na sua complexidade eles nunca se separam (FERNANDES, 2008).

---

<sup>8</sup> De acordo com a escola francesa, Sahlins (1976) afirma que signos fazem parte da construção coletiva da identidade, enquanto símbolos são representações que vêm na forma arbitrária, de construção inerente e natural.

O território imaterial se dá no campo das ideias que tem na sua razão de existência a disputa territorial nesse campo, ou seja, a disputa territorial de lógicas de construção de mundo, partindo luta de classes materializadas em ações políticas, econômicas e sociais. Os signos, símbolos, identidade cultural e política são a imaterialidade do território, que passando pelo reforço ideológico, ou do capital, ou da resistência ao capital, fortalecem e territorializam um e des-reterritorializam outro. Por isso, a partir do território imaterial que se dá a criação das identidades culturais, pela realidade da relação sociedade-natureza que se proporciona a criação de símbolos, de sentidos ou não-sentidos. Recorremos a Fernandes (2009) para abordarmos o território imaterial:

O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a idéia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade (p. 15).

Com essas proposições, Fernandes (2009) nos fornece os fundamentos teóricos essenciais da formação do território imaterial, além da relação dialética com a matéria, ele se provê das relações de poder e da significação (símbolos e signos). O fato que se relaciona ao convencimento também resulta na ideologia, a materialização da ideia e do desejo de torná-la real, mediado pelas relações sociais (LUKACS, 2010). O filósofo brasileiro, Munir Jorge Felício (2010a), vai a fundo ao discutir o território imaterial e procura entender os elementos principais da sua constituição:

[...]o lugar onde se dão as disputas políticas e se desenvolvem as conflitualidades é o território material. A cada território material corresponde um território imaterial que é construído simultânea e necessariamente com o objetivo de tornar o primeiro visível ou invisível. [...] os territórios imateriais se movimentam através da luta pelo poder de dizer criando suas próprias representações e significados das coisas num confronto discursivo característico das sociedades capitalista através da luta de classes pelo controle e domínio do território e pelo controle e domínio dos valores culturais. (p 1-4).

O território imaterial da luta de classes e resistência é caracterizado especialmente pela cultura, e é reflexo da natureza, economia e política, as quais estão inerentes aos signos, aos símbolos, às tradições, às identidades territoriais, entre outros, que refletem a imaterialidade do seu território. É impossível que somente uma pessoa construa o território imaterial, pois ele é resultado de um arraigado processo histórico-geográfico, sendo impreterivelmente,

estrutural e coletivo. O território imaterial se desenha a partir da realidade das relações homem no espaço-tempo e assim, ele se forma a partir da sociedade em toda sua complexidade.

Em relação à luta pela terra no Brasil, a construção espacial de relações sociais forma a decisão das pessoas que se juntam ao MST. A formação de resistência foi incorporada no entendimento particular do espaço, ou o que chamo de “espaço imaginário” – estruturas cognitivas, tanto coletivas e individuais, constituído através do vivido, das experiências, percepções e concepções do próprio espaço (Lefebvre, 1991). Analisar estes imaginários espaciais ajudará a explicar as pessoas, mais precisamente como no Brasil rural, a experiência da modernização agrícola, a abertura política, e mobilização religiosa em formas que os fez optar por deixar tudo para trás e participar de um movimento radical dos sem terra. (WOLFORD, 2004, p. 410).

A geógrafa estadunidense, Wendy Wolford (2004), alerta que o espaço imaginário dá margem para que pensemos o território imaterial como produto, que vai além da ótica do imaginário, mas que se estabelece nas relações sociais do território e por isso, no espaço geográfico. A resistência e a identidade camponesa representam a continuidade da luta e da fortificação do território imaterial do campesinato, por isso, torna-se essencial entendermos a formação socioterritorial dos lugares, as relações sociais e de poder que estão inerentes ao território. A resistência e a recriação constituem as palavras-chave para compreendermos a reprodução do território camponês. O território imaterial do camponês, materializado nas suas ações é que dá vida a essa classe. Isso faz a necessidade dela ser explicada, como Shanin (1983) nos sugere. O território camponês se estabelece a favor do território que tem em seu cerne a reprodução de relações não-capitalistas e ideologias de resistência e (re)criação. O território é lugar das classes sociais e também das pessoas (seres individuais e coletivos), e assim, é resultado da relação matéria-ideia que se realiza no coletivo, na formação histórica e conjuntural.

Desse modo, consideramos os seres humanos como sujeitos sociais, e por essa razão são ideológicos e intencionais (SEARLE, 1995). A todo o momento, nos *des-re-territorializamos* de maneira simultânea (DELEUZE e GUATTARI, 1972). A movimentação dos territórios imateriais reage de acordo com a intencionalidade de um grupo social, que pode estar embasado nas vontades individuais. Então, para complementar o que Fernandes (2007, 2008 e 2009) e Felício (2010) expõem a respeito dessa compreensão do território, temos a concepção de intencionalidade:

A intencionalidade é uma propriedade da política entendida como liberdade. As intencionalidades propõem diferentes leituras para a realidade gerando

conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos. A intencionalidade como opção histórica é também uma posição política, uma preferência pelas leituras de uma determinada classe e/ou segmentos sociais (FERNANDES, 2007, p. 7).

Vemos na intencionalidade a imaterialidade do território em movimento para a formação do território material. O território material apresenta marcas e se desenha no espaço com base na multidimensionalidade das relações de poder, já o território imaterial é polissêmico, dá-se, principalmente, na descontinuidade, perpassando a formação da identidade cultural e do simbólico, que participam da mutação e da expressão dessa formação e das relações de poder no território material.

O conceito de território então carrega no seu interior elementos como o poder, ideologia, disputa, conflito e a intencionalidade, como essa propriedade política que permeia a construção e a disposição desses conceitos (SEARLE, 1995). A intencionalidade remete a questão da disputa de ideias na procura por legitimá-las. Desde Aristóteles, observamos o privilégio do mundo concreto e não da ideia. Dessa forma prevalece o materialismo e a ideia é decorrência da matéria e dos processos que a circundam. Esse foi o primeiro filósofo a mencionar a imaginação, sabendo que a ideia só existe na coisa: a realidade objetiva, enquanto as causas são integradoras da matéria e i-matéria, formal e eficiente.

Aqui, deixamos claro que temos o território como uma parte do espaço que está sempre em disputa. Lefévre (1991) assevera que a sociedade produz o espaço e assim, o espaço é o *locus* das relações sociais, que envolvem a sua produção e a sua reprodução mediante as formas de representação. O espaço é produto do trabalho humano em realidades físicas diversas, é o resultado da luta pela vida de indivíduos e grupos que se organizam em classes sociais para formar seus territórios. Toda relação social tem dimensões espacial e temporal, dois elementos da realidade inseparáveis. Um influencia o outro, gerando infinitas misturas de realidades físicas e metafísicas.

Assim, para que o território imaterial exista é inerente o território material como uma base, pois ele não existe por si só, mas por uma complexidade de eventos, fatos e situações que formam o território como parte do espaço e lugar de atuação do homem, onde se encontram as suas conflitualidades. Entendemos o território como um espaço de lutas, tanto política, quanto econômica, social, simbólica e ideológica. Por isso, consideramos sua multidimensionalidade, multiescalaridade, multifuncionalidade e multiterritorialidade. Com esse suporte vemos o território imaterial como o território que pode ir além da sua materialização, que se revela na ideia e na ideologia expressas nas ações, na territorialização. O território é assediado constantemente pelo metabolismo societário do capital. Isso é o que

torna o(s) território(s) complexo(s) e repleto(s) de contradições, para além do espaço de governança, sendo ele descontínuo e legítimo na luta de classes.

No interior do território do capital, as ideologias capitalistas; e no interior do território do anti-capital, as ideologias de resistência ao capital estão em disputa no campo da multiterritorialidade (a sobreposição de territórios) estão em constante atrito. Esses dois territórios especificam os que conhecemos, mas não por isso eles se materializam no atrito entre eles mesmos. O território do capital tem na sua essência, e especialmente, na representação e na concorrência, que se desdobra na multiterritorialidade voltada à disputa entre territórios do capital, de maneira que prevaleça o mais estratégico e coeso, tendo em vista também a destruição de territórios que não reproduzem o capital.

A realidade a ser formada a partir do território imaterial, no caso, projetos, a exemplo do “Sou Agro” e de corporações, como Odebrecht e Cargill, são implantados de maneira sutil, evidenciando termos como a “naturalidade”, “bem-estar social” e “desenvolvimento” sendo parte do território imaterial caracterizado como capitalista. De maneira oposta, o território do anti-capital pressupõe evidenciar que essa sutileza produz contradições, gera segmentação social, revelando o abismo em que nos encontramos no mundo de hoje. O que gera riqueza, ou tem potencialidade para isso, torna-se alvo do território do capital, e assim, acontece com o território imaterial. A ideia, a ideologia e as visões de mundo são passíveis de apropriação, pois agregam valor e co-determinam as ações humanas (KONDER, 2002 e LUKACS, 2010).

O anti-capital (coesão conceitual de negação ao *status quo* e resistência) não é ausência do capital ou do sistema capitalista, pois isso é impossível, mas é a resistência, recriação e/ou retaliação a essa lógica. É um território baseado, essencialmente, em outros elementos de reprodução, de relações não capitalistas de (re)produção. Esse território do anti-capital é o território comandado por relações sociais distintas das que se desenvolvem no território do capital. Essas se desenvolvem na autoexploração, na coletividade e na igualdade, não na (super)exploração, na mais-valia, no individualismo e na segmentação social (LEFEBVRE, 1979 e 1991; MARTINS, 1981; FERNANDES, 2001 e 2009). O território imaterial que propõe o anti-capital é o que reproduz relações não-capitalistas (CUBAS, 2009 e 2010). O capital ignora as relações não-capitalistas em sua análise (e procura englobá-las num discurso único), e se destaca, então, em se apropriar de tudo e de todos, já o anti-capital não ignora, mas procura questionar as suas incoerências (FELÍCIO, 2010a). O território do capital e do anti-capital formam ideias como gênese de ideologias, que vão legitimar e/ou emancipar com a realidade, evidenciando as disputas territoriais.

## 2.1.2 O imaterial do território e o território imaterial

### *A ideia no movimento socio-territorial forma a ideologia*

A ideia nunca é algo consolidado. Ela está sempre em movimento, necessita da criação e recriação constante. A ideia sofre com o movimento da sociedade e das disputas territoriais. Além de estar em movimento, a construção política dela é diversa e assim, bombardeia a construção do território. O processo de construção do conhecimento e do território é básico na ideia, de maneira que tudo passa por ela (consciente ou inconsciente) na sua formação até a sua transformação (ARENDRT, 2007). Faz parte da natureza humana o processo de construção do conhecimento e, conseqüentemente, o processo de posicionamento, intencionalidade e por fim e começo a ideologia (SEARLE, 1995).

Hanna Arendt (2007) define a política pelas relações entre os diferentes, pela diversidade das pessoas. A política também está envolvida com religião, história e cotidiano, por isso somos a política, pois ela faz parte de nós, integra a natureza humana. A política é entendida, nesse caso, como liberdade ou falta dela, em detrimento da livre ação dos agentes socioterritoriais que procuram/executam a dominação (2007, p. 21).

A política não pertence ao homem, pois ela se estabelece nas relações humanas, como Arendt (2007) chama de “entre-homens”. De fato, a política surge no território humano, ou território das ações humanas a partir da perspectiva de “do caos absoluto ou do caos absoluto das diferenças” (p. 21). A mesma se confunde com a ideia de organizar as diversidades absolutas com uma igualdade relativa da construção socioterritorial do ser humano, e em contrapartida a isso as diferenças também são relativas. Assim, o território também está relacionado à política pelas ações humanas, no *entre-espaço* ser a política em si. Esse agir e (i)materializar-se se desdobra no território, formando-o pelas relações políticas humanas, pois “sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos” (p. 36), interespaço, o qual podemos chamar *territorializar-se*.

Nenhum de nós consegue viver sem a política (opção/opinião/movimento/transformação). Somos seres políticos que refletem sua ideologia. A política é a ideologia aplicada a nossa realidade e transforma o ambiente em que vivemos. Por isso, a ideologia é um pensamento político carregado de intencionalidade, na visão e interpretação do mundo particular e no cotidiano com base na sua história e geografia. A ideologia é a política identificada. Ela é uma relação e só existe desse modo, abrange a ideia,

está no corpo todo, e desse modo, orienta as nossas ações. Diferentemente, no interior do pensamento de Marx (KONDER, 2002), tudo o que não é correspondente ao pensamento/ação do pensador é ideológico, e assim, o inimigo é quem limita a ideologia dominante ao discurso e as contradições ao contra-discurso.

O campo onde a ideologia manifesta mais explicitamente seu poder de enviesamento é, com certeza, o campo da atividade política. O sujeito da ação política é alguém que quer conhecer o quadro em que age, quer poder avaliar o que pode e o que não pode fazer, mas, ao mesmo tempo, é um sujeito que depende, em altíssimo grau, de motivações particulares – suas e de outros – para agir. (KONDER, 2002, p. 248).

O ser político se manifesta em duas vertentes, no particular e no universal, e segundo o próprio Konder (2002), é isso que o torna ideológico. Cada ser humano, cada grupamento, ou segmento ao intervir politicamente, ou ainda o ato de não intervir é ser ideológico e realiza uma opção. Esse autor explica que quando algumas pessoas começam a tomar conta dos meios de produção, elas se convencem de que aquilo é a verdade e vão em busca de convencer as outras.

A neutralidade é um discurso, uma opção política e por isso, ela também é a intencionalidade. A intencionalidade é o sentido, a direção que cada um toma para si como verdade e em razão disso escolhe os seus paradigmas. A partir do momento que consumimos o espaço, criamos nele uma intencionalidade, e a intencionalidade do espaço cria e recria o ser humano, evidentemente que isso não é determinante, mas é um ponto fundamental de referência a ser considerado. Somos produzidos pela experiência vital, pelas correlações de força, pelas relações sociais e pelo território material, imaterial e pela imaterialidade do território, que permeia o mesmo, dialeticamente, a sua construção e metamorfose pelos agentes socioterritoriais<sup>9</sup>. Dentre os agentes do socioterritoriais, os movimentos tomam o protagonismo quando atuam no sentido da construção de territórios emancipatórios e causam sempre um mal-estar aos projetos de dominação.

Assustados com as expressões mais barulhentas dos movimentos sociais, os teóricos do elitismo repetem que são favoráveis ao *progresso*, mas sem sacrifício a *ordem*; recomendam *prudência* e *moderação*; e asseguram que qualquer *radicalização* nas reivindicações populares *igualitárias* pode prejudicar os delicados mecanismos de proteção das liberdades individuais. (KONDER, 2002, p. 255, grifos do autor)

---

<sup>9</sup> Quatro classes sociais apontadas por Chayanov (1981) e Shanin (1983): burguesia (capitalistas), proprietários de terra, proletariado e campesinato.

Então, geograficamente, a ideia toma a forma territorial e, conseqüentemente, espacial. O território imaterial se torna material á medida que os movimentos atuam, no sentido de proteger e expandir seus territórios, frente ao discurso do conformismo e do “cuidado com o processo de proteção da liberdade”. Raffestin (1993) nos traz o território no interior do espaço, esse é limitado a partir do homem em relação à sociedade, configurada pelas correlações de poder. A ideia é uma interpretação direta da realidade mediante sua representação, intencional e territorial. No ato de praticar e aplicar as ideias, a ideologia no território transforma também o próprio território e forma os paradigmas.

O físico e filósofo estadunidense, Thomas Kuhn (1994), expõe conceito de paradigma a partir da construção da ideologia, sendo ela o resultado de um grupo de ideias. Ele resgata o paradigma como um modelo de interpretação e atuação na realidade, vemos aí, o território imaterial se formando a partir do território material e vice-versa. Esse é o processo básico de formação das teorias, grupos de pensamento que têm visões de mundo semelhantes e influenciam a formação do território material por meio de blocos de ideias, concisas ou não, hegemônicas ou contra-hegemônicas, que consubstanciam o território imaterial. O paradigma a partir de Kuhn (1994) desdobra-se em hegemonia, mas interpretamos o paradigma como sendo uma (ou várias) ideia(s), uma (ou várias) visão(ões), um conjunto de ideias que constitui a sociedade nos seus diferentes paradigmas em distintas comunidades.

As ferramentas para diferenciar os paradigmas estão intimamente ligadas à composição e aos elementos teórico-metodológicos e conceituais que os formam. Essa diferenciação se desenrola a partir do ponto das correlações de força que pensam: categoria, conceito, mundo, ideologia, teoria e política. A disputa de concepções e os projetos de desenvolvimento territorial diferenciados não implicam na existência de um único paradigma ou de sua ausência, mas que os que existem são parte essencial da disputa no território.

Um exemplo disso é o próprio Estado, quando considerado universal e homogêneo e não contraditório e fruto da construção social. Vemos que ele é criado pelo homem para corroborar sua dominação pelas suas ideologias. Contudo, todo ser humano é ideológico, mas nem todo o ser humano é objetivado na sua sanha pela dominação. “Qual é o poder do Estado político sobre a propriedade privada? É o próprio poder da propriedade privada, sai essência trazida à sua existência. E o que resta ao Estado político em oposição a essa essência? A ilusão de que é determinante, quando, de fato, é determinado” (KONDER, 2002, p.32). Isso que Marx trata como ideologia, não passa de uma ilusão ideológica, segundo Konder (2002), em que procura demonstrar o potencial construtor, destruidor e, sobretudo, desconstrutor da ideologia.

Podemos observar duas raízes para o processo de formação ideológica: a primeira que vem de encontro aos interesses sociais, aos interesses do próprio proletariado e do campesinato enquanto classes, que vivem em confronto com o capital, na criação, recriação e resistência nos e dos seus territórios. A segunda é a questão de que no processo de formação ideológica se formam lacunas sobre a ideologia dominante do sistema e assim, classes, como o proletariado e o campesinato, têm a missão de impor, ou pelo menos, expressar sua ideologia libertadora para construção de uma realidade distinta (FERNANDES, 2007).

A ideologia ativada na realidade, de acordo com Fernandes (2007), é a arma dos que não estão subalternos, ao menos no sentido de legitimar o território imaterial emancipatório. A ideologia é presente na construção do *São Paulo Agrário* e propõe no interior da conceituação do camponês, enquanto protagonista da história, informar didaticamente os processos socioterritoriais que esse estado vem sofrendo desde seu povoamento, culminando no recorte temporal do trabalho que é 1988 a 2009. O contra-discurso não exclui o discurso, porém se coloca no sentido de incomodá-lo e desconstruí-lo ideologicamente também.

Para Marx, a ideologia existente no capitalismo, em um primeiro momento de análise, dá-se quando esse modo de produção encarna o dinheiro, na sua capacidade de agilizar a troca de mercadorias e dar valores pela conjuntura, relativizando-o de acordo com situações político-econômicas e passa a nortear todas as relações sociais “pondo preço em todas as coisas” (KONDER, 2002, p. 46). Dessa forma, acontece a generalização da mercadoria e a transformação de tudo em coisas “vendáveis” e passando a ser medido e traduzido em dinheiro. Explica Konder (2002), não que esse seja o sujeito universal, mas toma o papel de “equivalente universal”. A sociedade capitalista gira em torno do capital e o capital movimenta/dinamiza a sociedade capitalista.

Enquanto sua esfera permaneceu restrita, o dinheiro não podia produzir todos esses efeitos. Quando, porém, a sociedade capitalista o pôs no centro da sua dinâmica, ele se transformou, segundo Marx, na encarnação das “capacidades alienadas da humanidade” [...]. E passou a agravar enormemente as distorções da ideologia. (p. 37)

A ideologia do capital, chamada por Marx de Ideologia Individualista, restringe o mundo à formação de uma sociedade conjuntural, relativizada e traduzida em valores quantificados. Diferentemente da ideologia contra o capital que observa o processo histórico geográfico dialético da sociedade e qualifica, culturalmente, os processos sociais, enquanto formadores dos seres humanos no território e vice-versa (KONDER, 2002). A ideologia libertadora ou revolucionária se preocupa em afirmar que ela não contempla toda a realidade,

é uma interpretação sujeita à transformação social, o que não acontece no ímpeto da ideologia do capital, que se identifica como o todo e universal, mas é singular e restrita.

As ideias da classe dominante são em cada época os pressupostos dominantes, pois elas têm o poder material atrelado ao imaterial (o que Marx chama de espiritual), isso é, “a classe que dispõe dos meios da produção material também dispõe dos meios da produção espiritual” (MARX apud KONDER, 2002). E assim, essa encarnação do dinheiro foi o primeiro passo para tornar o estranhamento um elemento essencial da composição da ideologia dominante do capital que estrangula a sociedade social, formando ela a-social (MÉSZÁROS, 2007). Nesse ponto, vemos os seres humanos determinados pelo movimento das suas ideias e essas determinando o movimento dos seres humanos. Cada ideologia se forma pela sua capacidade de convencimento, coesão e/ou coerção, não que as três caminhem juntas, mas sempre, pelo menos, uma delas existe.

Marx em seus trabalhos, em especial no *Manifesto Comunista* (1988), traz a ideologia como a falsa consciência que dinamiza as atividades do capital e causa o estranhamento nas relações humanas. Contudo, Konder (2002) abre essa discussão e nos provoca a pensarmos na ideologia como um processo que “é maior do que a falsa consciência, que ela não se reduz a falsa consciência, já que incorpora necessariamente em seu movimento conhecimentos verdadeiros” (p. 49). Desse modo, Konder (2002) e Lukacs (2010) não querem desconstruir tudo o que Marx escreveu a respeito desse importante conceito, mas sim, trazer uma nova interpretação, menos limitada e cética a respeito da ideologia e assim, trabalhá-la a partir da visão de mundo e de transformação do mundo entre as pessoas. Konder (2002) faz questão de levantar que o conceito de ideologia, desde Lênin, na interpretação de Marx, está ligado a ideologias reacionárias e progressistas, a burguesia e o proletariado, de maneiras distintas defendendo coisas divergentes. A construção de mundos diferentes está fundamentada nas concepções ideológicas dos agentes socioterritoriais. Isso a partir da continuidade, na aplicação de que os processos partem do evolucionismo e se encerram nele, e uma outra, que parte do rompimento com qualquer ideologia ou ação que pareça natural e universal, mas sim, de uma a ideologia contestável.

O sujeito humano existe intervindo no mundo, sendo constituído pelo movimento da história e, simultaneamente, constituindo esse movimento. Mesmo quando amplos setores da população de um país ficam reduzidos a uma situação de miséria material e espiritual, mergulhados nas formas empobrecidas e limitadas do senso comum, não se deve perder de vista o fato de que eles continuam a ser integrados por sujeitos humanos. (p. 109).

Os movimentos da sociedade (formação social) que constituem o homem e o território são multidimensionais, multiescalares e recíprocos, pois eles se co-determinam nas suas relações. A formação da ideologia depende também dessa composição e é preciso lembrar que mesmo elas, limitadas ou empobrecidas, ainda estão mergulhadas no meio humano. Não podemos ignorar a capacidade cultural da criação e recriação do território pela força do pensamento que se traduz nas ações, e um autor materialista, como Gramsci, sempre esteve atento para importância da criatividade humana no seu poder inovador, “as supra-estruturas em torno dos valores históricos do conhecimento da cultura” (KONDER, 2002, p. 107).

Antônio Gramsci (2001), pensador italiano e um dos fundadores do Partido Comunista na Itália, revela outras concepções a respeito do conceito de ideologia e mostrou ser necessário um olhar profundo para as diferenças internas do mesmo. Pois, a ideologia não poderia ser simplesmente limitada e levada a “pura estupidez ou a sua inutilidade”, era preciso entendê-la a partir da sua capacidade de transformação ou manutenção. Gramsci diz que é preciso diferenciar as ideologias orgânicas que são necessárias a uma estrutura, das outras, que são ideologias arbitrárias ou racionalizadas, sendo essas a que fazem parte do desejo humano (KONDER, 2002).

Nos trabalhos de Gramsci, a compreensão do território se dá por meio da matéria (estrutura) e da ideia (superestrutura) – dialética (SAQUET, 2010). Gramsci (KONDER, 2002) ressalta, ainda em seu trabalho, a imanência das relações ideológicas ao consubstanciamento da matéria (território), uma relação recíproca entre a estrutura e a superestrutura. “Para Gramsci, estrutura e supra-estrutura formam um bloco histórico, uma unidade contraditória e complexa determinada historicamente.” (SAQUET, 2004, p. 142). Ainda com base nesse trabalho, Saquet (2004) vai abordar a inerência da ideologia no que tange à formação, à mutação na economia, à política e à unidade intelectual e moral, que de certo modo, podem legitimar a hegemonia de um grupo social sobre outro. Nesse sentido, Gramsci (2001) teoriza com base na sua vivência, no período de governo militar italiano, em que foi perseguido com base numa ideologia (território imaterial) fortemente instaurada que aplicava a arbitrariedade do conceito e não uma ideologia transformadora, a qual pretendia demonstrar em seus escritos (KONDER, 2002). Gramsci defendia a ideologia que se firma na sua capacidade de sustentação, isto é, na capacidade de estabelecer razões com as quais o grupo se identifica.

Além de Gramsci (2001) expor que um dos principais equívocos a respeito da ideologia é tratá-la ideologicamente. Konder (2002) relata o que esse autor pensa a respeito do que seria a ideologia: A ideologia se torna ciência quando assume a forma de hipótese

científica de caráter educativo energético (caráter investigativo) e é verificada pelo desenvolvimento real da história. Ou seja, a ideologia age também como força que cria uma hipótese científica e reflete essa mutação juntamente com teoria e trabalhos empíricos, formando um paradigma que se estabelece como um desafio à realidade pelos trabalhos científicos, que buscam a objetivação dos problemas em soluções. A ideologia, ao mesmo tempo, que se torna um movimento que dá forma (a sua forma) à realidade mediante as ações, verificadas no desenvolvimento real da história, e aí, acrescentamos a geografia, ela também se cristaliza em território material e imaterial.

Todo elemento (político, ideológico, econômico, social e cultural) que se expressa no território com materialidade e comprova, assim, o território material na sua existência, não é, se não, um vetor de ida e volta do seu conteúdo imaterial, cognitivo, artístico ou signo/simbólico. De maneira que, o território material se expressa no território imaterial numa relação de transformações mútuas e de co-determinação pelos sujeitos que comprovam a sua veracidade. Pela capacidade, e antes disso, por esta potencialidade de representar a ideia no plano do território/pensamento, como um signo mediado pelas correlações de força, pela vivência social e por um símbolo, determinado arbitrariamente pelas regras sociais, é que temos o indício de que existe nas relações sociais e no território material o território imaterial.

### **2.1.3 Território: aparência e essência**

O território imaterial, então, é constituído pelo conjunto de relações sociais, pelas modalidades de produção, reprodução, conhecimento e pela aquisição de informações, que sedimentando-as na força de trabalho e na ação humana, são em seguida ativadas e vislumbradas no processo material e de recriação do território material. André Gorz (2005) em seu trabalho, *O imaterial*, elucida importantes elementos da constituição da imaterialidade, do trabalho material ao trabalho imaterial, das relações de composição do capital social e do capital do conhecimento, ambos imateriais, mas que têm embasamento e viés na materialidade das ações no território, incluindo, assim, disputas, conflitos e intencionalidade na transformação dessas ideias em matéria.

Um dos exemplos mais claros, ilustrados por André Gorz (2005) e David Harvey (2006), que podem nos auxiliar na compreensão do território imaterial e de como ele se relaciona com o território material na sua multidimensionalidade, multiescalaridade e multifuncionalidade é o da Nike. A Nike é uma empresa conhecida mundialmente, fabricante de material esportivo com destaque para o setor calçadista. Ela se faz representante política e

econômica quando se coloca como representante estadunidense, enquanto marca oficial, e, sobretudo, cultural quando atrela ao esporte e ao *Just do it* (simplesmente faça) como a mensagem de que o esporte é simples em ser realizado, ele só necessita da vontade de cada um para isso.

Cada organização procura reforçar sua posição obtendo trunfos suplementares, de tal modo que possa pesar mais que outras na competição: ‘o poder (político) aparece, em consequência, como um produto da competição e como um meio de contê-la’. Obter trunfos suplementares não significa de modo algum possuí-los ou dominá-los. (RAFFESTIN, 1993, p. 59)

Ela ultrapassa os limites de escala e se territorializa na mente das pessoas do mundo como sonhos. Já a propaganda e o marketing cristalizam o seu território (deixam sua marca na aparência do território) (DELEUZE e GUATARI, 1972). Outro ponto é que a “Nike não possui nem instalações, nem máquinas: sua atividade se limita à concepção e o design” (GORZ, 2005, p. 39). A fabricação, o marketing e a distribuição são terceirizados, logo não se instalam de fato nos EUA. O território imaterial da Nike é escamoteador da verdade e por isso se torna poderoso, pois a marca atrela o poder da pressão dos contratos, a imaterialidade do capital intelectual, o fetichismo do consumo e a venda de sonhos que podem se tornar realidade, junto isso, as pessoas, atletas<sup>10</sup> de preferência, vendem a sua imagem para o mundo inteiro.

O território imaterial dela é muito maior que o seu território material, pois essa empresa já não se preocupa em simplesmente reduzir o tempo de produção e aumentar o lucro, eliminando estoque e trabalho ocioso, mas sim, ela garante contratos (forçando e estreitando ganhos desses parceiros na reavaliação permanente dos contratos) com parceiros que intensificam a exploração de sua mão de obra (HARVEY, 2006). A Indonésia e o Vietnã são apenas dois países, dos muitos, que ratificam o território do capital, no caso das empresas do capital, incluímos aqui a Nike. Harvey (2006) disserta sobre dos subcontratos feitos por essas empresas com fábricas em outros países, considerados periféricos, e esses subcontratantes tendem a pagar baixos salários e impor gerência brutal. Esse é o território que não aparece, e é assim que o território imaterial do capital se estabelece fortemente, pois essas lacunas não são explicadas, elas não ficam expostas, e quando ficam, são mascaradas. Prova disso, é o que constatou um trabalhador da fábrica, contratado pela Nike:

---

<sup>10</sup> Do futebol: Ronaldo Nazário, Neymar Jr, Cristiano Ronaldo e Wayne Rooney. Do tênis: Roger Federer e Rafael Nadal. Do basquete: Michael Jordan, LeBron James e Kobe Bryant.

[O Senhor Nguyen] descobriu que o tratamento dos trabalhadores pelos gerentes de fábrica no Vietnã (de modo geral coreanos e taiwaneses) é uma “fonte constante de humilhação”, que recorrem a maus-tratos verbais e assédio sexual com frequência e que “é comum o uso de punições corporais”. Ele descobriu que quantidades extremas de horas extras obrigatórias são impostas aos trabalhadores vietnamitas. [...] Em vez de acabar com as condições abusivas nas fábricas, a Nike recorreu a uma elaborada campanha internacional de relações públicas para fazer parecer que se importa com seus trabalhadores. (HERBERT apud HARVEY, 2006).

Na continuidade dessa exposição, Harvey (2006) se posiciona diante da necessidade que vai muito além de campanhas e de discurso mascarado para transformar a realidade. No decorrer do trabalho, o autor apresenta a essência podre do território capitalista mediante as falas de trabalhadores (sub)contratados por fábricas que têm esse acordo com a Nike, a Reebok e a Lévi-Strauss. São bárbaras declarações de condições físicas e psicológicas precarizadas no território, que vão desde os baixíssimos salários, a superexploração do trabalhador, a falta de estrutura, a insalubridade e a humilhação pela opressão física e mental (HARVEY, 2006).

Desse modo, essas empresas, isso é, o grande capital representado na ideia, no desejo e na ação, compram a preços muito baixos os produtos entregues pelos contratados e revendem com sua marca. Ou seja, o trabalho e o capital fixo que se dão no território material, na estrutura da fábrica, são frequentemente desvalorizados. Já o território imaterial, permeado por esse capital imaterial atrelado às ideias e à publicidade, é avaliado na Bolsa de Nova Iorque, por exemplo, com ganhos imensuráveis (GORZ, 2005 e HARVEY, 2006).

Gorz (2005) nos ajuda a pensar o quão é real o território imaterial, como ele pode se desenhar nesse território material pró-capital incluindo apropriação, exploração e ganho social e cultural. A base material, nesse exemplo, é muito menor que a base imaterial, tratando-se da matriz, comparada a essa base imaterial em todas as proporções territoriais.

Como em uma batalha, o território imaterial é disputado por outras empresas, que na maioria das vezes, sofrem com a força imaterial e material (nesse caso, pelo poder de pressionar pelo *dumping* e/ou *holding*). A expansão do território dessa transnacional estadunidense, dinâmica de ideologia-pensamentos-sonhos, é visualizada no imaterial e no material e, derradeiramente, esmaga outras companhias. Isso nos revela também outra característica já presente, além da sobreposição de territórios: a descontinuidade do mesmo no campo material e, sobretudo, no campo imaterial, a descontinuidade na continuidade. Isso se desdobra em entendermos também a incontrolabilidade do modo de produção capitalista que se apropria do espaço em “abocanhar” outros espaços capitalistas. O território, desse modo, é

descontínuo na sua continuidade e se propõe também a assegurar conceitos. É isso que acontece nos territórios do capital e do anti-capital que disputam e se propagam ou se retraem. Tal fato não elimina o território anterior ao capital, ele existia enquanto território em disputa. Contudo, o acirramento das disputas territoriais nas relações sociais acontece no modo de produção capitalista e na necessidade de explicar esses processos contraditórios e divergentes.

Essa é parte complicada e que deve receber maior atenção dos grupos (pessoas com o mesmo intuito que podem ser também uma classe) que constroem e pretendem expandir seus territórios. “A monopolização de um conhecimento, de uma competência, de um conceito, continua, no entanto, uma tarefa difícil. Ela exige um investimento financeiro frequentemente muito superior àquele que demandou a produção do conhecimento que lhe serve de base” (GORZ, 2005, p. 45). É nítido que nessa passagem, o autor menciona sobre a preocupação dos conceitos criados no território do capital, mas essa proposição serve também para entendermos a dificuldade de criar e modelar um conceito no território imaterial do anti-capital. Como no exemplo da Nike, o conceito de excelência em material esportivo; ou ainda, pensando no contexto de trabalho anteriores relacionados a geografia agrária, com os conceitos campesinato e agricultura familiar (FERNANDES, 2009, CUBAS, 2009 e FELÍCIO, 2010a e 2010b). A Nike pode ser visualizada como exemplo real do *the inception*, o território construído pelo discurso e pela representação de uma ideia que se torna um estilo de vida. O que está por trás disso é para o que devemos nos atentar para não ficarmos no interior do sonho.

O investimento citado pode ser o financeiro, mas pode não ser exclusivamente ou principalmente esse, porque ele para se tornar um conceito válido precisa do respaldo midiático ou da própria academia científica, ou de ambos. O que diverge é a razão desses conceitos serem legitimados e quem está por trás desse respaldo, uns para dominar (incorporar e/ou destruir) e manter a expansão de um território, outros para mostrar uma realidade difusa, com lacunas e cheia de mazelas, com novas proposições e configurações que se desdobram nos processos sociais, nas relações de poder e no desenvolvimento territorial.

Em síntese, sobre os processos que se mostram inerentes a Nike, vemos a sua materialidade manifestada na mercadoria, na criação do consumo, nas várias empresas preocupadas em criar a necessidade, especializadas no *design* e no *marketing* que recaem sobre a imaterialidade do *Just do it*, da ficção cultural de fazer parte dessa realidade. O seu território material se expressa na complexidade das relações sociais e de poder que estão incluídas no espaço, temos no material o aparato físico, os prédios administrativos, centros de tecnologia, fábricas terceirizadas. O território (aparente) pretendido por essa empresa está na

representação coesa da sua realidade, na qualidade dos produtos e das mercadorias. Já o território imaterial em essência se revela nas suas profundas contradições, o discurso não explica tudo (e essa é a intenção), aliás, ele não esclarece quase nada, não explica a rigidez de contratos firmados em breves períodos de tempo que forçam a superexploração da mão de obra e resultam na homogeneização da cultura, um território singular e particular com aparência de universal e comum.

A disputa conceitual, de significados, a criação de identidade, a resistência, os aparatos políticos, econômicos, sociais, ideológicos, culturais são elementos e razão de co-existência para o território mediado nas diversas relações de poder. É preciso nos amparar dessas proposições e entender o exemplo da Nike. O território se faz nas relações sociais e de poder, ele se materializa e se imaterializa também por esses elementos, ele reage dialeticamente com a presença ideológica humana, na intencionalidade, nos seus desejos e vontades que se expressam e configuram o espaço. A luta de classes se manifesta no território, e o mesmo se torna, por esse aparato, conceitual. Isso é eficaz para entendermos o lugar das classes sociais, do coletivo e do individual.

O território do capital se situa em **aparentar** a realidade como discurso único, e essa é a sua **essência**, a razão de não se explicar por completo, e assim, ele se torna forte. Esse território é legitimado quando o que está posto é a resolução para todas as coisas. Ao contrário disso, a **essência** do território anticapitalista é desenhada nas ações de resistência e (re)criação, em explicitar a contradição, as mazelas e a marginalização no território. A imagem (aparência) não pode ser atribuída à totalidade, ela apenas faz parte de uma realidade muito mais complexa do que vemos, o invisível (ou aquilo que ainda não foi escancarado) é o desafio do território imaterial do anti-capital. E por isso, é também o nosso desafio.

#### 2.1.4 Território e identidade

A cultura está próxima a um modo de vida de sociedades e grupos, e com redes de significados que grupos e indivíduos usam para dar sentido e para se comunicar uns com os outros. O antropólogo estadunidense, Marshall Sahlins (1976), diz que o estruturalismo é abordado como uma teoria que argumenta sobre as estruturas discursivas (linguagem) universais que influenciam a natureza da sociedade. Isso é, a linguagem embutida na cultura e na "estrutura" do território.

Cada cultura é moldada pelas peculiaridades geográficas e temporais do local onde é exercida, mas todas tendem, ao longo do tempo, a se tornarem mais eficientes e complexas. A

criação da identidade cultural depende de uma série de processos que acontecem no bojo da sociedade, entendida, no caso a brasileira, como uma sociedade de construção do sujeito pós-moderno - capitalista e perversamente globalizada - (HALL, 2001), sendo esse sujeito:

Conceituado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeia. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2001, p. 2 e 3).

O sociólogo jamaicano, Stuart Hall (2001), provoca-nos a pensarmos na formação da identidade e na configuração do território pelas relações sociais que se desenham a partir da identidade. Desse modo, entendemos que é na oposição ou na subalternidade à lógica do sistema que se concretiza a identidade de grupo. A oposição se expressa de duas maneiras: a primeira está relacionada à oposição para uma superação que se estabeleça regida pela lógica do sistema (aperfeiçoar a sua lógica, ex: aparecimento da burguesia no sistema capitalista); e a segunda é a oposição que se dá na emancipação, como propositiva para uma distinta configuração socioterritorial e outro modo de produção e reprodução. A subalternidade se expressa fundamentalmente na fragmentação, individualização e/ou homogeneização do ser humano e suas relações. Isso se realiza na produção do território pelas relações sociais e de poder que vislumbra a identidade territorial, visões de mundo que se desdobram no tempo e no espaço (HAESBAERT, 2004a).

Na relação entre sociedades “tradicionalistas” *versus* “modernas”, vemos que a primeira valoriza a identidade e cultura a partir das experiências tidas no passado, os símbolos que se perpetuam pelas gerações e tudo isso é estruturado nas práticas sociais. Diferentemente, a sociedade moderna, que não ignora essa criação e manutenção dos símbolos, entrevê noções muito mais flexíveis e/ou voláteis<sup>11</sup>, a partir do momento em que as mesmas estão em constante mutação (transformação).

[...] Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades [...] (HAESBAERT, 2004a, p. 35).

---

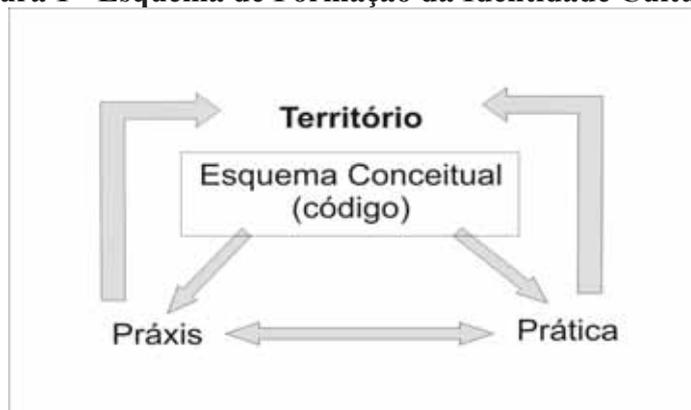
<sup>11</sup> Identidade inconstante, instável ou variável. Identidade sujeita às transformações sócio-culturais enraizadas na ideologia dominante e no capitalismo cultural (HALL, 2001).

As mudanças ou deslocamentos de identidade, como coloca Haesbaert (2004a), estão pautadas nas ações que acontecem no exterior das pessoas, que trazem para o interior de suas mentes outras percepções para colocarem como uma identidade cultural. A história modifica o modo de olhar, transforma e desloca as identidades. Atualmente, temos a globalização (perversa), exposta por Milton Santos, que mexe com a identidade, estimula diferentes posições do sujeito e distintas identidades. Assim, coloca-se em questão as consequências políticas da fragmentação ou pluralização de identidades e das suas consequências na formação do território material e imaterial por meio das representações.

Sahlins (1976) expõe alguns pontos importantes para situarmos os aspectos que auxiliam na formação de uma identidade cultural, como a linguagem (instrumento de colocar nome, criação de signos e símbolos), interpretação da realidade, signos (construção coletiva da identidade) e símbolos (arbitrária, a construção inerente, natural). Esse autor considera a cultura como o pensar e o pensar sobre o seu pensar, uma atitude própria e reflexiva da criação de signos mediante os símbolos e vice-versa, a capacidade de criação cultural na relação homem-natureza e homem-meio.

Nós, seres humanos, somos ideológicos, já que pensamos e nos baseamos nas situações que acontecem a nossa volta para, diante das correlações dialéticas que fazemos e do que sentimos, formar a nossa ideologia. Externalizamos tudo isso no território e escrevemos a nossa história desse modo, a intenção está totalmente presente em nossas ações, e essa atitude é territorializar-se, mais que isso, é fazer valer as territorialidades no outro.

O processo de formação da cultura passa pela linguagem para a construção da identidade cultural, e após isso, influi nas características do território. Pensa na nomeação, ou seja, a identificação de espaços. É um processo histórico e geográfico que também é simbólico. Essa nomeação de espaços, esse dar significado é a organização da realidade mediante a linguagem (expressão de símbolos) e o discurso (intencionalidade e ideologia), esses formam territórios, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1 - Esquema de Formação da Identidade Cultural<sup>12</sup>

A prática e o simbólico reagem dialeticamente com o esquema conceitual. As influências são endógenas e exógenas na formação (razão prática) da identidade que é inerente ao processo de territorialização da cultura. A fonética é uma parte do código que também sofre transformações a partir grupos de ideias (experiências) (SAHLINS, 1976). “[...] O território envolve uma ‘ordem de subjetividade individual e coletiva’, a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao ‘espaço liso’, homogeneizante, imposto pela ordem social política e dominante” (HAESBAERT, 2002, p. 12).

A linguagem se torna um elemento importante para entendermos a formação da ideologia, a sua força e a sua materialização no território pelas relações sociais e de poder. Para Bakhtin, “a linguagem é sempre social: é só nela que o sujeito pode tomar consciência de si mesmo e nela o sujeito depende necessariamente do outro.” (KONDER, 2002, p. 114).

Para o crítico russo, a linguagem estava sempre sendo criada, tinha uma existência dinâmica, transformava-se continuamente, e o povo – a multidão dos falantes – desempenhava um papel absolutamente essencial nesse processo de criação permanente.

Bakhtin não ignorava a existência de pressões ideológicas conservadoras provocando distorções na linguagem. Sua avaliação dos estragos, contudo, é menos dramática que a do ensaísta alemão. As forças vivas dos sujeitos que reagem contra a *coisificação* da linguagem, a seu ver, não se concentram nas crianças e nos poetas, já que se encontram amplamente enraizadas na fala das camadas populares. (KONDER, 2002, p. 157, grifo do autor)

Konder (2002) nos traz que a palavra quer ser ouvida, compreendida e respondida e assim sucessivamente e infinitamente, tornando isso um movimento permanente. “Esse movimento infundável caracteriza a linguagem marca, de maneira indelével, os signos de que

<sup>12</sup> Elaboração própria a partir da contribuição da definição de território para Raffestin (1993) e Fernandes (2008 e 2009), e com base no pensamento de Sahlins (1976).

ela serve a ideologia que nela se expressa” (p. 114). Assim, a ideologia também é formada, fundamentalmente, por essas relações, estabelecidas no movimento da linguagem e da codificação expressa e também imposta nela.

A ideologia e a linguagem são realidades interligadas. Konder (2002) baseado em Bakhtin, relata que tudo o que é ideológico é um signo e sem signo não existe ideologia. Eles são mutuamente correspondentes e um influencia o outro de maneira reflexiva, que se desdobrará nas relações sociais, que por sua vez, configuram o território. A polifonia de Bakhtin está contida nesse âmbito, e é concebida na essência da linguagem, num movimento incessante de mão dupla que depende da significação dos sujeitos e das relações que se estabelecem entre eles (KONDER, 2002).

A consciência individual se forma a partir da supra-estrutura social: não tem sentido atribuir-lhe uma essência psicológica e considerá-la matriz do meio em que surge. “A consciência individual não é o arquiteto dessa super-estrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos” (Bakhtin, 1986, p. 36). O edifício social dos signos ideológicos existe em constante mudança e a questão da ideologia, para Bakhtin, consiste em saber “como o signo refrata a realidade em transformação” (p. 41). (KONDER, 2002, p. 115).

A questão da ideologia não pode ser resolvida exclusivamente no âmbito da linguagem, mas teóricos como Bakhtin e o próprio Konder (2002) vão deixar claro que a linguagem faz parte da construção social e histórica. Por essa razão, ela é inacabada e ilimitada, expressando os mais diversos sentimentos e vontades e, até mesmo, subjugando outros seres humanos pela posição de quem está discursando.

Assim, entendemos que a contribuição da mídia para formação do território acontece a partir de aspectos que o cientista político, Benedict Anderson (1991), na obra *Comunidades Imaginadas*, mostra a sua função essencial por meio do capitalismo editorial na formação do ideário de nação, - como a expansão dos jornais e o que ele chama de linguagem de vernaculização<sup>13</sup> - a identidade cultural é ressaltada para a territorialização da comunidade imaginada. Como geógrafos, é a partir do conceito multidimensional, multiescalar e multitemporal de território, que temos que compreender que a identidade cultural é uma dimensão imprescindível para apreendermos as disputas territoriais nos campos material e imaterial que formam o território.

---

<sup>13</sup> Próprio do país a que pertence; nacional. Sem mescla de estrangeirismos (falando da linguagem); genuíno, correto, puro.

Parafrazeando Hall (2005), precisamos ficar alertas no que tange a compreensão da formação social pela mídia dos estereótipos. Destacamos em nosso estudo, a questão de imagem negativa em relação ao sem-terra na imprensa, como um povo de ordem cultural fora dos padrões brasileiros, a ausência de relatos da história de lutas pela terra no Brasil – especificamente, no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema<sup>14</sup> - sendo essa retratada de forma simplificada e simplista, em que a história, vida e cultura dos camponeses brasileiros são representadas de modo truncado. Entendemos que a formação dos territórios, inerentes à identidade cultural, perpassa e é mediada pela mídia. Por isso, devemos ir além da procura pelas distorções que a essa faz, mas o que ela representa parcialmente influencia a formação do “lá fora” (HALL, 2005).

A violência e a agressão, tanto implícitas numa representação racista, quanto classista, expressam os novos pontos que Hall (2005) apresenta como uma nova metodologia de análise. Ele coloca que a representação contribui pela duplicidade e pelas velhas ambivalências que bombardeiam as pessoas todos os dias.

O diferente é constituído como uma ameaçamaquiada de um sentimento antagônico à representação, como no seriado *Miami Vice*, onde um negro e um branco contracenam e são detetives astutos e principais personagens (HALL, 2005). Mas não precisamos ir tão longe, pois as novelas Globais praticam esse ritual quando têm em seu elenco personagens negros que desenvolvem, na maioria das vezes, um papel de superação, ou quando, na novela *Rei do Gado* é retratada a vida dos sem-terra, tendo no seu principal eixo de cenas a paixão entre um latifundiário e uma sem-terra<sup>15</sup>. Além da própria cultura caipira que é ressaltada, teríamos compreendido o belo de maneira distinta, se essa representação não tivesse sido rodada a partir de junho de 1996, após os massacres de Corumbiara (julho de 1995) e Eldorado do Carajás (abril de 1996).

[...] a convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna. A extensão potencial dessas comunidades era intrinsecamente limitada, e, ao mesmo tempo, não mantinha senão a mais fortuita relação com as fronteiras políticas existentes. (ANDERSON, 1991, p. 83)

---

<sup>14</sup> Welch em “A semente foi plantada” (2010), Fernandes em “A formação do MST no Brasil” (2000), Ferrari Leite em “A ocupação do Pontal do Paranapanema (1998), Feliciano em “Movimento camponês rebelde” (2010), entre outras.

<sup>15</sup> A sem-terra, Luana, representada por Patrícia Pillar e o latifundiário, Bruno Mezenga, por Antônio Fagundes.

O capitalismo e a imprensa criaram públicos leitores monoglotos, ou melhor, um público que se apropriou do discurso midiático com verdade. Essa apropriação teve força após a incisão da linguagem vernacular na disseminação dos veículos de informação daquele período. Isso gerou a disseminação de comunidades imaginadas. Além disso, o autor relata que não se observa nenhum processo isomórfico em relação ao campo de abrangência das línguas impressas. A nação é tratada como um fenômeno, um processo de construção que acontece por meio da difusão do simbólico entre a população. Essa propagação pode acontecer de maneira capitalista, homogeneizante e regulamentadora das lógicas de consumo (ex. fast food), ou pode ocorrer com a reprodução do território da própria população (ex. camponeses).

## 2.2 Paradigmas, territórios e ideologias

*Quando estamos olhando com os óculos de lentes azuis,  
até mesmo uma flor vermelha e brilhante se torna azul.*

**Munir Felício**

Felício (2010b) nos faz pensar a respeito das vontades e desejos de nossa vida canalizados, no intuito de pensar a realidade, de viver e de realizar as ações conforme essas perspectivas. A ideologia, então, é a nossa força de materializar os pensamentos, as ideias em ações, que dão forma ao território. Essa composição social, histórica e geográfica delimita esses princípios, os elementos, as dimensões, as escalas, as disciplinas, os conceitos e categorias, dando origem ao paradigma como a objetivação da ideologia.

Kuhn (2003) oferece na sua obra, *A estrutura das revoluções científicas*, o sentido do que ele considera paradigma, baseado nas suas análises da construção e desenvolvimento da ciência e influenciado pelas áreas chamadas exatas, nesse caso, a química e a física. Com isso, propõe entender o que é um paradigma e como se dá o desenvolvimento científico. A sua construção é fundamental, como um primeiro ensaio sobre esse conceito. Antes, vamos lembrar que essa construção é sobre as possibilidades de interpretação dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, enquanto duas interpretações da realidade agrária brasileira, alicerçadas em distintos pensadores com divergências quanto à estrutura agrária no Brasil e à participação dos atores socioterritoriais.

Para Kuhn (2003), paradigma reflete: uma constelação de compromissos, crenças, valores, técnicas, etc, partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada; e um

conjunto de exemplos compartilhados, as soluções concretas de quebra-cabeças sustentadas por uma somatória de elementos.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o entendimento das compreensões de Kuhn (2003) e de suas perspectivas. Pensamos os paradigmas como possibilidade de serem simultâneos, mais que isso, de serem territórios em disputa. Dessa maneira, pretendemos compreender a análise feita por Kuhn (2003). Essa análise é muito rica quando constroem teoricamente o paradigma, de modo que nas ciências humanas, observamos a proposição de dois territórios distintos, não porque escolhemos ambos, mas porque os avaliamos como abrangentes da realidade agrária brasileira na sua interpretação e ideologia.

### **2.2.1 As visões de mundo e transformação da realidade**

Os paradigmas, então, passam a ser a representação das ideologias singulares transformadas em um processo histórico e coletivo de crises, rompimentos e problemáticas que se desdobram num presente constantemente reformulado. A ciência faz parte disso tudo, pois ela é formada dos mesmos agentes sociais que propõem os paradigmas como interpretações possíveis de mundo com a intenção de entendê-lo e observar o desenrolar pelas crises e rompimentos, acarretando de vez, o que o próprio Kuhn (2003) chama de revolução. A transição de um paradigma para um novo está longe de ser um processo cumulativo, afirma Kuhn (2003), e ainda completa: “É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações” (p. 116).

Como a ciência é formada nessa comunidade científica, que por sua vez, movimentase sobre a superação e a imposição de novos paradigmas. Entendemos que os agentes sociais que configuram esse ambiente vivem em presente conflitualidade pela afirmação das posturas que convençam, em primeira instância, a própria comunidade científica e após isso, a sociedade, pela validade de se pensar tais problemáticas de determinadas maneiras, como vemos no filósofo húngaro, Gyorgy Lukács (2010). A intenção é observar os paradigmas como composição da realidade desses grupos que convergem a respeito do modo de interpretar a realidade, criando territórios imateriais que enriqueçam e compreendam o máximo possível da realidade apreendida. Kuhn (2003) define a ciência normal: “[...] significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (p. 29).

O estudo do paradigma é que influenciará a postura do estudante na sua formação até chegar a ser pesquisador e cientista. Paradigma, nesta situação, são todas as expressões possíveis de pensamento que buscam compreender o movimento da realidade, conforme sua história e geografia. Observando ainda a segunda parte da definição de Kuhn (2003) a respeito do paradigma, vemos que o mesmo é formado pelos problemas que traz e pelas soluções que apresenta, levando em conta a intercalação dos mesmos para projetar as suas contribuições para compreensão da realidade. Desta forma, a formação paradigmática se torna imprescindível para o conhecimento científico, pois permite que a ciência seja dinâmica e propositiva. Dinâmica, pois não será nunca satisfeita e sempre precisará de novas contribuições para compreensão do que é real. A formação paradigmática é composta por conflitos, interesses, políticas e ideologias que culminam no território. É propositiva por interpor o conhecimento acumulado e as indagações presentes que representam a possibilidade de soluções, ou pelo menos, de compreensão. Isso já seria um grande passo.

Thomaz S. Kuhn (2003) pensou nesse trabalho, lançado pela primeira vez em 1972, a estrutura das revoluções científicas com a intenção de compreender e melhorar a análise dos paradigmas, esgotar (compreender) as possibilidades estruturais teóricas e empíricas, sem ignorar e muito menos esgotar a ciência e a literatura.

“Em primeiro lugar, temos aquela classe de fatos que o paradigma mostrou ser particularmente reveladora da natureza das coisas” (KUHN, 2003, p. 46). Essas pontuações estão postadas na questão da estrutura do paradigma, algumas vertentes precisam ser definidas para que esse território imaterial se estabeleça e se firme enquanto verdade científica, baseada nas proposições dessa problemática. “Uma segunda classe usual, porém mais restrita, de fatos a serem determinados diz respeito àqueles fenômenos que, embora frequentemente sem muito interesse intrínseco, podem ser diretamente comparados as previsões da teoria do paradigma” (KUHN, 2003, p. 47). Encontrar novas áreas, nas quais a concordância de raciocínio, presente no paradigma, seja contemplada pela análise e pelos os elementos expressos e impressos no paradigma. Enfim, que almeje estabelecer um acordo entre a natureza e a teoria.

A terceira classe está relacionada às experiências e observações de fatos da ciência normal. “Consiste no trabalho empírico empreendido para articular a teoria do paradigma, resolvendo algumas de suas ambiguidades residuais e permitindo a solução de problemas para os quais ela anteriormente só tinha chamado a atenção” (KUHN, 2003, p. 48). O empírico se torna imprescindível para a realização do paradigma, tanto nas ciências consideradas exatas, biológicas ou humanas, pois a realidade é muito mais dinâmica que a pesquisa e muito mais complexa que a ciência. Assim, de maneira a compreender as semelhanças e as diferenças, as

convergências e as divergências, é necessária a análise do fato e a experimentação. Por isso, pensamos os paradigmas, pelo menos nas ciências sociais, muito mais relacionados a interpretar uma realidade anacrônica e divergente do que supostamente conjuntural e semelhante; e ao tratamento dos aspectos qualitativos e quantitativos e não um em detrimento do outro.

Uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível. [...] Assim um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeça, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma (KUHN, 2003, p. 60)

Os paradigmas mostram o quanto são pura ideologia, transformada em energia política e científica para propor um critério de escolha de problemas e uma composição da realidade por outros ângulos de visão. Desse modo, o paradigma pode afastar uma comunidade de seus problemas sociais relevantes. Contudo, para quem o pensa, ele se trata de uma postura estabelecida de interpretação da realidade, como o que é importante analisarmos e o que pode ser deixado de lado. Os conceitos que compreendem o paradigma, a partir dessa citação, devem ser incorporados a sua análise e investigação, e assim, acoplar-se a realidade de interpretação do mesmo. Esses conceitos serão instrumentos eficazes para a identificação do paradigma.

Em relação às ciências sociais que se propõem a entender a dinâmica campo-cidade no Brasil e as anomalias consideradas em cada um desses territórios, recordemos os paradigmas ligados a questão agrária e ao capitalismo agrário. De maneira geral, o exemplo é que o PQA considera uma irregularidade: o modo de reprodução do sistema capitalista nas lacunas que produz com a exploração desenfreada do trabalhador e do trabalho e a procura por tornar tudo vendável, transformando o máximo possível de valor de uso em valor de troca (KONDER, 2007). Já o PCA nos proporciona a possibilidade de que o campesinato é, sim, uma anomalia a ser superada pela abrangência tecnológica e pelo discurso de “progresso” do capitalismo no campo, conhecido, atualmente, no conceito de agronegócio. Esses são fatores que servem de exemplos para entendermos como se desdobram essas anomalias e a importância delas para cada tipo de paradigma na sua composição. O problema delas está no ponto em que, ao mesmo tempo, em que elas podem atuar como legitimadoras, também proporcionam as crises e superações, além da formação de novos quebra-cabeças. A partir disso, formarão novas

configurações paradigmáticas, novas implicações e questões que proporcionarão uma superação por um outro paradigma<sup>16</sup>.

Assim, os paradigmas, que procuram compreender a questão agrária como o desenvolvimento da geografia, enquanto ciência e proposição filosófica e social, passaram e continuam passando por crises, abastecendo-se para a compreensão de fenômenos que surgem todos os dias.

Depois da assimilação da descoberta, os cientistas encontravam-se em condições de dar conta de um número maior de fenômenos ou explicar mais precisamente alguns dos fenômenos previamente conhecidos. Tal avanço somente foi possível porque algumas crenças ou procedimentos anteriormente aceitos foram descartados e, simultaneamente, substituídos por outros. (KUHN, 2003, p. 93).

Isso reflete um estado de crise e renovação. A ciência é composta pela sempre renovação dos paradigmas, e os que se mantêm por tempos e tempos são aqueles que se propõem a perder para ganhar. Têm pensadores dispostos a entender a complexidade das dinâmicas sociais justamente pelas suas complexidades e, muitas vezes, contraditoriedades.

Já alertava Carlos Walter Porto-Gonçalves, “a Geografia está em crise, viva a Geografia!” (MOREIRA, 1982). Tal exclamativa é uma alusão à questão de que é por essa constante renovação que a ciência se integra ao aperfeiçoamento, e os pensadores que participam dessa transformação também devem constituir-la. Kuhn (2003) reforça que o período de crises é um período de atenção às particularidades, aos detalhes e às peculiaridades que compõe o paradigma e a ciência. Esse íterim interpreta a realidade e, por assim dizer, em nosso caso, as relações sociais no território. Desse modo, a crise peneira a realidade, cada vez mais refinada, é por estar em processo de rompimento que os fenômenos passam a ser mais apreciados, segundo o próprio autor. Por isso, ele ainda chama a atenção para os momentos de aperfeiçoamento dos instrumentos de análise e ainda para a criação de novos instrumentos com as crises, “o significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam a chegada da ocasião para renovar os instrumentos” (KUHN, 2003, p. 105). Sendo que, renovar não significa simplesmente substituir, mas direcionar para: a aplicação de recursos estatísticos, a crítica teórica e a qualificação da análise. Tudo isso para compreendermos elementos distintos que compõem a questão agrária brasileira.

Quando Kuhn (2003) se refere a uma resposta à crise, é pensando nas possibilidades da teoria científica num processo de se tornar, obter *status* de paradigma e substituir outras

---

<sup>16</sup> É o que aconteceu na transição da Geografia Teórica (Quantitativa) para Geografia Crítica (Qualitativa).

fundamentações teóricas. Quando nos remetemos aos paradigmas, temos que sempre subentender as relações sociais e políticas que estão por detrás da aparência do território. Essas relações permeiam a formação da política, da ideia particular e coletiva, e assim, da ideologia materializada no pensamento, na teoria e na prática. O que nos faz destacar que “decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro [...]” (KUHN, 2003, p. 108). Esses pontos somente vêm reforçar o que Thomaz S. Kuhn (2003) explorou em seu trabalho, explicando a estrutura das revoluções envoltas no paradigma. Vemos os pensamentos individuais formando pensamentos coletivos, a disputa dessas ideias que formam uma ruptura, por conseguinte, a crise instaurada se torna plausível à teoria científica, simultânea à elaboração de instrumentos de análise rearranjados e novos para interpretação da realidade.

A atividade científica é governada por interpretações da realidade, visões de mundo, e isso, após a disputa das teorias, faria com que uma se tornasse hegemônica (KUHN, 2003). Kuhn (2003) acaba negando a coexistência de paradigmas e expõe a diferenciação na interpretação como uma ciência pré-paradigmática. Negamos essa proposta para as ciências sociais (humanas), pois visualizamos o paradigma como a interpretação de mundo não-hegemônica na ciência extraordinária, a disputa que se forma é territorial, enriquece a ciência e legitima o paradigma como sobreposições de territórios que disputam as suas “verdades”.

A validade do pensamento científico está na sua contribuição para analisar a realidade e transformá-la, pensar a ideologia como legitimadora, e antes disso, formadora dos paradigmas, do pensamento e da conduta social. Esses elementos se desdobram nas relações sociais de poder e de trabalho (LUKACS, 2010). É preciso não tomar as ideologias no sentido marxista mais limitado, mas sim, abordá-las de maneira complexa, como formadoras das relações sociais nas ações e nos desejos, se não, conseqüentemente, elas serão utilizadas “para papel importante no esforço de grupos sociais para resolver seus conflitos segundo seus interesses” (LUKACS, 2010, p. 43), e apenas seus interesses.

As ideologias formadoras de paradigmas articulam as visões de mundo à materialização das ações no território. É a partir disso que Fernandes (2007) provoca-nos a pensar na existência de projetos políticos, e mais que isso, projetos de vida sendo disputados diariamente no campo material e imaterial, no físico e metafísico, na estrutura e superestrutura, no espaço e no tempo. Esse autor vai abordar a concepção de ideologia como força de vida que transforma a energia e o potencial de pensamento (os paradigmas) em ações que se territorializam no urbano e no rural. Sobre a questão agrária, de modo geral, a guerra

de pensamentos, ele expõe alguns pensadores importantes, que iremos resgatar para conhecer os campos em disputa.

### 2.2.2 Os paradigmas: correntes de pensamento e pensadores

Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, como a disputa paradigmática, têm origem no trabalho - *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial* - de Bernardo Fernandes (2007). Esse autor procurou distinguir, o que chamou de paradigmas a partir das ideologias. Esses transformam o território pelos pensamentos e pensadores que deixaram proposições profundas, sobre as quais Fernandes (2007) destaca as vertentes distintas de olhar o mundo. Essas maneiras de se portar e reagir a realidade vão do sujeito a formação coletiva, isso se desdobra em ações políticas conservadoras ou emancipatórias, respectivamente, ações que legitimam o território do capitalismo agrário ou da questão agrária.

O paradigma da questão agrária tem como pensadores e seus livros seminais (final do século XIX) Karl Kautsky, com *A Questão Agrária* (1968) e Vladimir Lênin, com o *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1988). Esses autores vão trabalhar de forma geral a apropriação do capital e do seu metabolismo no território e no tempo em detrimento do campesinato, que deixa de existir enquanto sujeito. Kautsky (1968) expôs que a concentração fundiária não prejudicaria o desenvolvimento do capitalismo, pois o mesmo tinha por base a indústria, que de forma híbrida se adaptaria aos distintos territórios. Lênin, de forma geral, vê o campesinato se extinguindo na diferenciação das classes que constituíam o ponto central da transformação capitalista. Observamos que esses estudiosos dão uma contribuição fundamental para entendermos as proposições que virão a seguir. Eles pensaram o campesinato e o discutiram com embasamento nas apropriações do capital e no capitalismo como problema estrutural.

Já Alexander Chayanov e o seu trabalho *La organizacion de la unidad económica camponesa* (1974) inauguram uma nova vertente no paradigma da questão agrária, isto é, a camponista. Esse autor vai trabalhar a corrente do campesinato como superação e resistência do mesmo sobre o território do capital, ou seja, o camponês que se reproduz pelas suas relações. Além de Chayanov, temos também o importante intelectual da atualidade Teodor Shanin, que expressa pela *La clase incómoda* (1983) a necessidade de explicar o campesinato pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capital. Assim, o estudioso vai desenvolver a sua postura de resistência camponesa frente ao capital (protagonista e incômoda).

No Brasil, as obras clássicas são de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, com *A agricultura camponesa no Brasil* (1997); José de Souza Martins, com *o Campesinato e a política no Brasil* (1981); e Bernardo Mançano Fernandes, com *MST – formação e territorialização* (2000). Tais autores vão pensar o paradigma da questão agrária a partir da resistência e superação das relações capitalistas no campo, relações essas que estruturam a sociedade em quatro classes: capitalistas, proprietários de terra, proletários e camponeses.

Ricardo Abramovay, nos *Paradigmas do capitalismo agrário* (1992), baseia-se num paradigma contrário, que procura revelar as mazelas camponesas (o camponês como antiquado) em detrimento da modernização capitalista no campo. Assim, o autor demonstra não tão somente a destruição do campesinato, mas a apropriação do campesinato pelo capital, a transformação das suas particularidades em um discurso de homogeneidade e superação. Esse paradigma tem como sua gênese o autor Henri Mendras, com a obra *O fim do campesinato*. Mendras expôs a transposição da agricultura camponesa para a agricultura familiar mediante os conceitos de antigo e moderno, a partir das suas observações e comparações: Europa pré II Guerra Mundial e Europa pós II Guerra Mundial. Após ele, Hughes Lamarche faz sua abordagem e análises a partir do encadeamento das ideias de Mendras e situa três proposições: o camponês e/ou subsistência, a agricultura familiar e a empresa familiar (FELÍCIO, 2010b).

Esse é apenas um mapa geral do pensamento, em que não pretendemos expor, neste momento, suas diversas complexidades, mas sim, no decorrer do debate e no desenvolvimento deste trabalho. Por isso, situamos alguns autores como os principais contribuintes dos diferentes paradigmas no intuito de exemplificarmos os territórios de que estamos tratando e pelos os quais pensamos a realidade. Baseados nessas proposições, vemos a necessidade de abordar outros quatro pensadores, com vistas a aprofundar suas obras. Esses têm uma contribuição definitivamente importante para entendermos a gênese, as perspectivas, as ideologias, as conceituações e as intencionalidades presentes para configuração dos paradigmas, que hoje se desdobram nos territórios material e imaterial. Precisamos expor que os conceitos introduzidos devem ser refletidos considerando-se o espaço, o tempo, a estrutura política e cultural das construções de suas obras.

### ***Kautsky: questão agrária***

A questão agrária como obra surge num impasse do governo socialista russo de 1898 a respeito da posição que ele deveria adotar frente aos camponeses e a sua situação na Rússia,

que vigorava com dificuldades no seu estabelecimento no território. Uma ala, a dos bávaros, defendia que os camponeses deveriam ser tratados como proletários pobres e que esses não tendiam a desaparecer, esmagados pelo capitalismo, pois, teoricamente, já faziam parte da sua dinâmica. Kautsky (1968) atacou essa postura e expôs isso como a possibilidade de uma série de medidas que fortaleceria o Estado burguês, “ao contrário de debilitá-lo, o que seria tarefa dos socialistas”. Então, a partir desse ponto de vista, Karl Kautsky, líder da II Internacional, apropriou-se das ideias de Marx de maneira brilhante para compor a obra *Questão Agrária* (1968), como uma análise completa e complexa da situação agrária na Rússia. O título foi publicado em teorias gerais que poderiam ser pensadas mundialmente.

O capitalismo no seu processo horizontal de territorializar-se, ao entrar no campo, promove o processo de concentração de riquezas e quando não a consegue de maneira totalitária, expõe suas territorialidades para garantir a circulação do mercado, sendo isso constatado por Kautsky (1968), numa comparação com as indústrias. “As grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, que não aguentam o peso dos impostos e das dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários” (KAUTSKY, 1968, p. 9). É inegável a descaracterização do camponês enquanto possibilidade, o fim do campesinato é uma realidade para esse autor. Dessa forma, ele expõe a questão agrária como problemática e propõe analisar as apropriações do capital, sua territorialização e territorialidades no campo, além de aplicar as teorias *marxianas* relacionadas à indústria na configuração agrária, o que depois revelaria a agro-indústria. Em um segundo momento, essa mesma questão revela um sentimento, um paradigma, uma ideologia em movimento que investiga e interpreta a sociedade pela dialética histórica e geográfica<sup>17</sup>.

Kautsky (1968), no início de seu livro, expõe a dualidade do sistema capitalista em destaque naquele período: a luta do capitalismo *versus* proletariado. Segundo o autor, completa-se a esse conflito, a economia de cooperação que viviam as sociedades pré-capitalistas e as sociedades comunais que vivem numa economia de cooperação.

A agricultura não é por si mesma, para Kautsky (1968), um mecanismo independente da produção social. Ela pertence a um processo e está enraizada numa dinâmica que, atualmente, é englobada pelo sistema que cerca a todos nós: o capitalismo. O autor completa, alegando que a agricultura tem sim seus mecanismos peculiares e suas dinâmicas próprias, contudo é no sentido de pensar a indústria e a agricultura como parte desse mesmo processo.

---

<sup>17</sup> Os dois primeiros parágrafos desse subtópico estão baseados na contribuição de Moniz Bandeira, na apresentação do livro *Questão Agrária*, de 1968, de Karl Kautsky.

Foi com essa finalidade que ele escreveu essa obra, pensar os dois como tendo “um mesmo fim”.

É o modo de produção capitalista que domina na sociedade atual. É o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move o nosso século e lhe dá sua fisionomia. Mas o modo de produção capitalista não constitui a única forma de produção existente na sociedade de nossos dias. Ao lado dele se encontram ainda restos de modos produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje. E já se pode igualmente descobrir em muitas expressões da economia de Estado, da economia comunal e da cooperação, os germes de um novo modo de produção, mais elevado (KAUTSKY, 1968, p. 21).

Ao lado da contraposição entre capitalistas e proletários, expostas em *O Capital*, de Karl Marx, ainda existem outros agentes transformadores pertencentes a essa realidade, como podemos notar em outros trabalhos desse mesmo autor, agentes que vão dos professores, estudantes até os camponeses e os pequenos burgueses (esses também desempenham um papel importante). O domínio do capital não implica na sua reprodução totalizada, não confundamos com totalitária, mas sim, pode ser entendida como a primeira contribuição imprescindível de Kautsky (1968) a de que existe a possibilidade de outros tipos de produção, que seriam pré-capitalistas, e que com os elementos da economia comunal, cooperativa e solidária tendem a se tornar um grau mais elevado na escala social do desenvolvimento humano do que o capitalismo.

Com esse pressuposto, Kautsky (1968) traz a social-democracia e procura expor que a mesma tem o caráter de inversão de alguns valores, como a questão da antiga luta dos camponeses contra a igreja e a nobreza. Atualmente, esses se colocam subordinados e passivos às mesmas classes. A social-democracia pouca atenção deu ao camponês no começo, devido ao seu caráter universal, visava satisfazer a todas as classes. Hoje, ela, ao penetrar no meio rural, encontra-se com problemas e toda teoria em que se apóia parece falsa ao aplicá-la à agricultura.

Esse autor contribui com uma afirmação essencial, a de que a teoria marxista não pode ser aplicada na agricultura antiga, principalmente antes do sistema capitalista se apropriar de alguns mecanismos e atrelar outros nessa mesma agricultura. Ele assevera que o meio urbano, que envolve o meio industrial, também é onde podemos aplicar diretamente a teoria de Marx. Como já mencionamos, essa teoria não poderia ser aplicada num contexto de subsistência, cooperação, pois a lógica da exploração, mais-valia e lucro, própria do capital, não conseguiria se instaurar. Todavia, ainda no período em que viveu Kautsky, na sua elaboração

e nos dias atuais, a *teoria marxiana* consegue penetrar nesse campo da agricultura, pois o capitalismo desenvolveu mecanismos eficazes para causar a dependência do rural com o urbano, e não somente isso, mas também a entrada de artificios do sistema para transformar a lógica de uma agricultura sem mais-valia como propósito, para uma com mais-valia.

As intempéries ligadas ao mercado e a indústria desembocaram numa opressão ao camponato, sendo essa a tentativa do capital de abarcar totalmente essas relações, tornando os camponeses “pobres proletários”. O sistema de produção capitalista se desenvolve, a princípio, nas cidades e nas indústrias, e a agricultura, que por muito tempo lhe escapava da influência, já pode ser alterada pela industrialização. A sociedade do camponês da Idade Média era autossuficiente, produzia o essencial para sua existência e o mercado lhe servia para adquirir artigos “supérfluos” e negociar seu pequeno excedente. Ainda no século XX, podia-se observar um quadro semelhante ao encontrado no período feudal, com camponeses autossuficientes vivendo sem nenhuma influência das imposições do mercado em seu cotidiano (KAUTSKY, 1968).

Mas, o quadro alterou-se pela profunda revolução socioeconômica e industrial, conduzida pelas fábricas e pelo comércio no modo de produção do camponês. Na produção camponesa não se tinha uma divisão social do trabalho como houve na indústria urbana, fato esse que otimizou e aperfeiçoou os produtos que penetravam no meio agrícola com facilidade.

Kautsky (1968) explana sobre a dissolução da indústria rural que produzia para subsistência. Começou ainda na Idade Média, quando apareceu a pequena indústria urbana, porém esse processo se deu lentamente. A indústria capitalista e suas redes (de comunicação e transporte) podem levar as mercadorias a todos os cantos e, assim, aumentam a utilização de uma moeda comum para a negociação destes produtos. O camponês, então, fica cercado pelo mercado e pelo dinheiro que gera sua circulação e manutenção.

Com a necessidade da moeda, crescia também a urgência pela força de trabalho do camponês. As prestações em gêneros deram lugar às monetárias e a carência aumentou ainda mais. O camponês cairia sob a dependência do mercado, uma boa colheita era um autoflagelo. E com o aumento da produção, agora, com caráter de mercadoria, surge a necessidade de um intermediário (por fatores como: distância e duração de mercados), e o comerciante tomou um lugar entre o produtor e o consumidor. Nos anos ruins não restava outra alternativa, a não ser fazer uso do seu crédito, começando mais uma dependência, uma das piores: o capital usurário (KAUTSKY, 1968).

O desenvolvimento da indústria urbana inicia com o declínio da família rural primitiva, que continha nas terras apenas o suficiente para suprir as necessidades de existência

e passa a precisar de dinheiro, assim, abre a propriedade ao serviço de outrem. Outra razão é que a agricultura é temporária, só demanda mão de obra no plantio e na colheita. No restante do período, a força de trabalho pode ser utilizada em outras atividades. Cria-se a mesma situação de operários assalariados, e o proprietário da terra exerce o poder exclusivo sobre sua propriedade como uma empresa, então o antagonismo de classes penetra no meio rural, invade o lar do camponês e destrói a antiga harmonia (KAUTSKY, 1968).

Quanto a isso, Kautsky (1968) vai expor que a indústria geralmente se desenvolve primeiro no urbano (é claro que isso não é a totalidade), mas ela seguidamente se apropria do campo e das relações nele estabelecidas, o que influi direta e indiretamente na fisionomia e fisiologia agrária, configurando assim uma questão agrária. “Mas o capital, não restringe a sua ação à indústria. Assim que adquirir forças bastantes, apodera-se também da agricultura (KAUTSKY, 1968, p. 31)”, remetendo-nos a pensar sobre o território do capital e a expansão do mesmo.

Só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para seu próprio uso. Unicamente o sistema de comunicações da sociedade capitalista, com suas estradas de ferro, os seus correios e jornais, pode transportar ideias e os produtos urbanos até os cantos mais recuados do interior, submetendo assim o conjunto da população agrícola, e não apenas os subúrbios das cidades, a esse processo. (p. 27)

A ideia transportada pela comunicação no capital se atrela aos questionamentos abordados por Foucault (1979) e Raffestin (1993) quanto à formação do território e à capacidade da sua exposição. Nisso implicaria diretamente a construção do capitalismo agrário enquanto conduta e ideologia. Podemos aplicar a sanha destrutiva do capital em se apropriar e se territorializar para desterritorializar o outro. Kautsky (1968) já vislumbrava isso com as limitações possíveis do momento, mas que nos fazem entender sua segunda contribuição fundamental: a do entendimento da estratégia de expansão do território imaterial do capital mediante a transposição de ideias a lugares, “cantos mais recuados do interior”, visualizando também a força de expansão desse território como um tremendo esforço avassalador, que se estabelecia enquanto uma verdade para os capitalistas. Após esse processo, deixar os camponeses vulneráveis à especulação, ao capital usurário, que se preocupa em destituir o camponês de seu território material (terra) (KAUTSKY, 1968).

O capital começava a circundar o campesinato, que antes era tido pelo próprio Kautsky (1968) como o *agricultor puro*, aquele que tinha uma mínima divisão do trabalho

instaurado no seu interior, ou seja, somente em relação às divisões dos trabalhos femininos e masculinos, que se dava direto, sem atravessadores. A temperatura ou as intempéries climáticas se faziam os fatores mais preocupantes. O cercamento do campesinato pelo capital requer explicação, e essa é dada a partir do mercado como a territorialidade do capital, um dos artifícios inclusos no seu território imaterial para cercar e cercear o camponês. O sentido do conceito passa a ser transformado e adquire a resistência e a composição não-capitalista de relações como elementos contribuintes para a formação do sujeito camponês.

O *agricultor puro*, que anteriormente Kautsky (1968) considerava, deu lugar a imensa gama de elementos e processos incorporados com a aproximação campo-cidade. Não que antes eram separados, mas neste momento, tratamos da aproximação estabelecida pelo capital por meio do sistema de mercado, oferta e procura, pela criação de necessidades, pelo aumento da população, e assim relativamente, pelo aumento no consumo de carnes e cereais. Assim, ele explica a agricultura moderna mediante as necessidades expostas pelo mercado, pelo capital e pela expansão urbana que proporcionava ao mercado vigor e criava demandas revertidas no campo em produção.

Kautsky (1968) aborda o processo de acirramento do mercado e da importância que ele ganha na sociedade capitalista como uma problemática que envolve essa questão agrária. É importante alertar o camponês quando esse mercado o torna totalmente escravo de suas determinações. O aviso se torna grave quando o mercado passa a influir diretamente no território imaterial do campesinato.

Atualmente o camponês não produz mais para si mesmo, não apenas como industrial, mas mesmo como agricultor, tudo de que tem necessidade. Ele é obrigado a comprar não apenas instrumentos, e instrumentos mais caros que os de outrora, mas ainda uma parte de seus gêneros alimentícios, que a sua exploração especializada não proporciona, ou não proporciona a quantidade suficiente. (KAUTSKY, 1968, p. 54).

Em suma, “quanto mais rápido o desenvolvimento da grande indústria capitalista e dos meios de comunicação, quanto mais depressa crescem as cidades, tanto mais velozmente devem aumentar as necessidades de carne (KAUTSKY, 1968, p. 48)”. Desse modo, de maneira simplificada, obtinha-se mais esterco, mais adubo orgânico, que por pesquisas posteriores atreladas à química e à engenharia surgiram outras possibilidades de adubação, para o palntio e assim alimentar o gado e atender as novas necessidades das cidades. Também se tornava necessária a produção de cereais e oleaginosas, mais território teria que ser

utilizado, e outro elemento que contribuía para isso era o desenvolvimento das pesquisas científicas. Para que não acontecesse a estagnação das terras, as culturas alternadas, ou rotativas, foram bastante utilizadas e, desse modo, incorporaram-se as estudos desenvolvidos especialmente para o campo e para expansão do comércio na agricultura.

A essa incorporação negativa, tendenciosa à expropriação do campesinato e à configuração do território do capital, enquanto insaciável a se expandir, temos o nome de *máquina na agricultura*. “A grande empresa moderna torna a coisa possível em virtude da divisão do trabalho [...] e como consequência a produção em massa para o mercado” (KAUTSKY, 1968, p. 55). Essa máquina da agricultura transformaria a própria de **ofício** para uma **ciência**, de onde surgiria a agronomia e os estudos agronômicos para tecnificação e desenvolvimento da mesma. Kautsky ainda vai refletir nos capítulos posteriores dessa obra, especialmente no Capítulo V, os elementos do caráter capitalista no interior da agricultura moderna. Esses aspectos serão apresentados em ordem de fundamentação teórica e, em seguida, como aplicação prática e exemplos. São eles: o valor (criação de elementos que permitam avaliação entre o uso e a necessidade e, imposta no interior disso, a ideologia e a criação da necessidade), mais-valia e lucro (riqueza apropriada do trabalho, um pelo outro, com a utilização da mesma de acordo com os interesses do capitalista), renda diferencial, renda territorial absoluta e preço do solo (depende do capital enquanto propriedade e da especulação exercida).

Podemos observar, no início do século XX, a processualidade desse pequeno esquema que levantamos no parágrafo anterior, uma coisa levou a outra, que finalmente induziu ao desenvolvimento da divisão do trabalho entre essas explorações agrícolas. Surgiu, então, a especialização, produções exclusivamente voltadas para atender a demanda e as necessidades específicas. Novamente, o mercado se colocou firmemente contra o território camponês. A concorrência estava em vigor, o que posteriormente culminaria em *holdings*, trustes, cartéis e monopólio. Podemos com isso, pensar na questão tempo-espaco e território nessas relações de poder que evidenciam as relações sociais e a fisionomia de cada lugar, o tempo rápido e tempo lento visto em Santos (1988), a apropriação pelo capital desse tempo fetichizado e das relações sociais fetichizadas. A ciência passa a ser mais um dos elementos abordados e instaurados para o desenvolvimento da agricultura e das ciências voltadas à agricultura, dita moderna.

Nada caracteriza melhor, talvez, a agricultura contemporânea do que esta contabilidade tão científica quanto comercial. A aliança estreita da ciência e

dos negócios, que dá fisionomia a todo sistema da produção moderna, não aparece em parte alguma tão claramente na agricultura (KAUTSKY, 1968, p. 71).

Essas contribuições técnicas – ninguém nega a importância das contribuições técnicas e científicas, contudo que sejam baseadas no desenvolvimento social e não na coisificação da agricultura – e essa dinâmica gerada por esse processo, resultaram, para Kautsky (1968), uma dependência muito maior da agricultura para com o comércio, e assim, quanto mais se desenvolve o comércio, mais o camponês fica subordinado a ele. A questão é, então, não perder o que o torna camponês, ou seja, as relações não-capitalistas de produção que caracterizam esse agente social, o que seria impossível, segundo esse autor. A partir desse ponto, podemos entender a terceira contribuição de Kautsky (1968), da qual discordamos. O autor situa o camponês distante do seu aparato, da tão só - economia camponesa -, mesmo assim, ele a apresenta de manutenção impossível, devido a sanha incessante do capital, que insiste em destruir o camponês ou apropriar-se dele de maneira a torná-lo *proletarizado*<sup>18</sup>, dependente e parte integrante da lógica do sistema do capital.

Kautsky (1968) aponta uma tendência à fragmentação do solo (observando a realidade daquele momento, pois ainda não conhecia o *agribusiness* e todo o aparato técnico e “modernizador”, além de ideológico que está inerente a ele<sup>19</sup>), e também às características camponesas, enfim, a inclinação do capital tomar o seu tempo e não somente seu excesso de mercadorias. Uma vez que, sua terra “reclama cuidados em determinadas épocas (p. 183)”, o camponês enfrenta a necessidade do dinheiro para se manter vivo no restante do ano, então o capital requer o seu excesso de tempo. O estudioso pensa o camponês como representante do mesmo papel do proletário, mas com funções distintas. A tendência do lar é totalmente oposta a da indústria e a relação do sujeito com o trabalho se funde estreitamente com a exploração. “Ao mesmo tempo, a terra passa a ser mais procurada, não como produção para a venda, mas como condição do lar (p. 184)”. A condição de proletário limita o seu território, cercando-o de todos os lados, assim, procura, de acordo com Kautsky (1968), transformar a condição da família e da fidelidade do sujeito camponês a sua família, a sua terra e a sua cultura. Examinando essas relações, Kautsky (1968) percebe:

---

<sup>18</sup> “O trabalho acessório mais a alcance do camponês é o trabalho agrícola assalariado (KAUTSKY, 1968, p. 194). Além do trabalho assalariado, tido como o trabalho acessório, podemos observar ainda a extrapolação dessa necessidade a lugar de origem, acarretando então o trabalho sazonal. Ou seja, o trabalho acessório não se dá como suficiente e o camponês não tem outro recurso senão sair de sua terra natal (veja isso em Kautsky, 1968, das páginas 205 a 211).

<sup>19</sup> Em Fernandes (2005), Welch e Fernandes (2008) vemos a contribuição a essa “recente” estratégia do capitalismo agrário, a da expropriação pela altíssima produtividade e grande tecnificação

O movimento da agricultura é, como se vê, inteiramente diverso ao movimento do capital industrial ou comercial. Mostramos no capítulo precedente que na agricultura a tendência de *concentração das explorações não acarreta o desaparecimento total da pequena propriedade*. Onde ela se torna dominante, produz-se a tendência contrária. Assim, pois, a tendência à centralização e tendência ao parcelamento se alternam. Verificamos agora que os dois movimentos podem atuar ao mesmo tempo (KAUTSKY, 1968, p. 193, grifo nosso).

Esse autor expõe, no seu brilhantismo, a alternância do capital nas suas estratégias de reprodução. “A fragmentação excessiva das pequenas áreas pode servir para consolidar a grande propriedade [...]. (p. 190). Isso acompanha a grande exploração capitalista na indústria que se transferiria do paradigma do capitalismo agrário para agricultura com as suas peculiaridades.

Outra lição apreendida é a capacidade da alternância do capital como estratégia de territorializar-se, e ainda entender que esses movimentos reais, visualizados por esse autor, podem e ocorrem de modo simultâneo. Mais uma vez, o alvo é a apropriação do campesinato, normativamente pelo viés econômico, mas que no decorrer das atividades capitalistas industriais e do comércio se instalariam também nas áreas culturais, políticas e sociais pela ideologia, o discurso do poder. Em seguida a isso, Kautsky (1968, p. 197 e 198) evidencia a marginalização que o capital realiza no território camponês, já que por algum obstáculo político e/ou ideológico, ele não pode se instaurar completamente, enviando os camponeses às mazelas.

Nesse ponto, o teórico expõe que o território camponês vai ser levado às áreas com solo infértil ou empobrecido, onde, ao mesmo tempo, as condições técnicas indispensáveis a uma grande produção são pouco propícias. Essa última frase é correta para a sua realidade, mas não se aplica ao capital agrário nos dias de hoje, pois o progresso científico a favor do território do capital pode sim se apropriar dessas áreas. Contudo, por razões políticas e ideológicas ele não as conseguem na sua totalidade. As mazelas podem então ser aplicadas à realidade do século XXI, pois essa estratégia é primordial para transformar o camponês territorializado em camponês des-re-territorializado.

### ***Chayanov: a organização da economia camponesa e a sua reprodução***

A estrutura agrária russa tinha como a maioria dos produtores rurais e do produto vindo do campo os alimentos da agricultura camponesa. Os camponeses vislumbravam uma estrutura de organização da unidade econômica. Então, no final do século XIX, e início do

século XX, podemos notar o aparecimento de intelectuais que escreveriam a respeito dessa unidade econômica camponesa, procurando defendê-la contra a sua apropriação pela territorialização do capital. A partir disso, precisariam identificar a economia, a ideologia e o território imaterial dos camponeses. A maioria dos proprietários de terras na Rússia ia para universidade e se preocupava em estudar os problemas agrários de seu país. Muitos se voltaram às perspectivas também da “escola para análise da organização e produção camponesa”, fundada por Chayanov (1974).

O que em 1861 tinha como principal objetivo fortalecer a comuna dos camponeses na Rússia, tornou-se em 1905, pelo regime czarista logo após a insurreição camponesa, a tentativa de se apropriar do projeto capitalista e de um “projeto ambicioso de modernização da estrutura social agrária” (CHAYANOV, 1974, p.7). O propósito principal desse planejamento estava voltado para tornar o camponês uma espécie de classe média rural, sobrepondo a função das comunas camponesas. Lênin chamaria isso de desenvolvimento a “la americana”, que em 1907, a social-democracia russa manteve o foco em implantar esse plano. Essa escola vai inaugurar a exposição do território camponês como não parte do território do capital, mas sim, como um modelo de desenvolvimento econômico, social e ideológico que vislumbra outra composição, o que será frisado no trabalho de Martins (1981), como um modo de produção onde as *relações não-capitalistas* são a sua essência. O que Chayanov (1974) pretende expor em seu trabalho é que o universo camponês está longe de ser apropriado pelo salário, presente no universo capitalista, e isso o torna distinto. O camponês percebia o excedente como retribuição pelo trabalho de **autoexploração**<sup>20</sup>, e isso era incorporado na vida familiar pelos benefícios e serviços. Os camponeses passam a ser protagonistas dessa história e não somente pobres proletários fadados à incorporação do capital.

A problemática da modernização e tecnificação agrária no campo russo, como o campo em estudo por Chayanov (1974), seria o alvo do trabalho desse autor para contrapor-la ao modelo camponês, mostrando as suas distinções e as maneiras diversas da estrutura da economia camponesa de se transformar e se adequar para sobreviver, mas não perder a sua essência. O equilíbrio da autoexploração camponesa e o autoconsumo ali presentes foram os conceitos fundamentais para expor o universo econômico e também político do campesinato.

---

<sup>20</sup> O trabalho do camponês é apropriado pelo capital na renda capitalizada da terra quando o tanto que o camponês investe não corresponde ao que ele recebe, é a partir disso que Chayanov (1974) vai expor o autoconsumo e a autoexploração como mantenedor da organização da economia camponesa.

Esse resgate é lembrado pelo autor Eduardo P. Archetti<sup>21</sup> na apresentação de *La organización de la unidad económica campesina* (1974), de Alexander Chayanov, como um trabalho memorável que, segundo Archetti, teria a continuidade no debate da antropologia com a repetição das ideias desse autor, “mas com menos paixão”.

Realmente, Alexander Chayanov (1974) nos revela uma contribuição ímpar para se pensar o campesinato. Ele proporcionou a possibilidade da existência camponesa não somente pela resistência, mas também pela emancipação dos valores capitalistas de reprodução. A ideologia camponesa está, sobretudo, inserida no pensamento do autor que no decorrer de seu texto irá nos mostrar uma proposta coesa e estruturada na unidade econômica camponesa. Inicialmente, ele apresenta as perspectivas de se entender a unidade econômica camponesa em torno da sua inevitável apropriação pelo capital, como alguns autores faziam. Todavia, ele declara que é essencial que o marxismo constitua essa análise de outra maneira de entender como o camponês pode sobreviver ao regime capitalista e às mutações que vislumbram as suas atividades, mas não a sua ideologia. De modo que o próprio Chayanov (1974) resgata que a contribuição da escola de pensamento que ele e outros pensadores estavam inaugurando não almejava investigar o campesinato em si, mas estudar toda a estruturação da economia agrícola da época e os problemas agrários da Rússia. Os camponeses foram apenas uma parte do estudo, que se revelou fundamental para os estudiosos pensarem um regime não-capitalista de produção<sup>22</sup>.

Para Chayanov (1974), o que contribui para uma contextualização histórica preocupada com território camponês é a plena expansão do capitalismo no mundo e a chegada do mercado do capital. Inerente a ele, estavam o capital industrial e comercial, que naquele momento passavam a cercar o território camponês. É nesse período que o estudioso percebe ainda na introdução de seu trabalho a perspectiva da criação do fetiche capitalista entre **o velho e o novo**, criando essa dicotomia no campo, que vigora no discurso do capital até os dias atuais. Com essas perspectivas, Chayanov (1974) vai contrapor as ideias de apropriação de outros autores e expor o universo econômico camponês não como um empresário, que como resultado do investimento de seu capital recebe a diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, mas sim, como “a motivação do obreiro por um peculiar sistema de salário à parte que lhe permite determinar por si mesmo o tempo e a intensidade de seu trabalho” (CHAYANOV, 1974, p. 33). O objetivo não é sistematizar o campesinato como um

---

<sup>21</sup> As contribuições iniciais são baseadas na apresentação de Eduardo P. Archetti na obra de Chayanov (1974), traduzida para o espanhol pelo próprio Eduardo P. Archetti.

<sup>22</sup> Veja os 12 temas de estudo proposto pela Escola de Organização e Produção volta da para economia agrária na página 28 (CHAYANOV, 1974).

empresário, que obrigatoriamente, estaria ligado ao metabolismo do capital, mas interpretá-lo de maneira diferenciada, como uma formação social distinta e que vislumbra outro tipo de reprodução econômica, política e social por meio da família.

No seu trabalho, *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas* (1981), Chayanov faz uma crítica, trazendo-nos o ponto de que a sociedade atual baseia todas as suas análises a respeito da realidade e das relações sociais no modo de economia capitalista. O autor frisa que esse modelo econômico permeia as discussões, fazendo com que a sociedade fique limitada a apenas um tipo de interpretação da realidade e de todas as suas relações sociais.

Posteriormente a essa discussão, o estudioso evidencia modelos econômicos que existiram, procurando destacar cinco deles nas suas principais características e limitações. Para finalizar, no último modelo – o econômico Socialista -, ele faz alguns questionamentos pela própria complexidade do mesmo.

O capitalismo tem com o principal pilar a maximização dos lucros, sendo o lucro todo o excesso, subtraindo os rendimento dos trabalhadores e os custos materiais. Chayanov (1981) elucida que o capitalismo tem pilares, tidos como categorias desse mesmo modelo, sendo esses fatores, mais adiante na sua obra, serão caracterizados como extremamente interdependentes, necessitando assim um dos outros para que o processo de dinâmica capitalista não pare (CHAYANOV, 1981).

No tópico “Categorias econômicas e economia natural”, Chayanov (1981) nos traz uma fórmula que propõe informar em síntese como a sociedade capitalista se comporta nos processos que a tangem. O pesquisador coloca a lucratividade econômica como o principal pilar, fundamentando a sua fórmula numa necessidade de que a economia capitalista precisa minimamente para se desenvolver. Sua composição consiste em: receita bruta, subtraída as despesas materiais e despesas com salários, que tem que gerar um capital constante e circulante (com os juros já incorporados) maior ou igual a esse cálculo. Dessa forma, Chayanov (1981) apresenta essa matemática não como grandezas acidentais, mas são “fenômenos fundamentais inerentes para uma ordem social e econômica” (CHAYANOV, 1981, p. 480).

Preço, capital, salários, juros e renda determinam uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes, contemplando, assim, o que Chayanov (1981) tinha anunciado, já na introdução de sua obra, a respeito das principais categorias existentes nesse sistema. O autor calcula que a quantidade do produto do trabalho é determinada pelo tamanho e composição da família trabalhadora; produtividade da unidade de trabalho e ainda expõe um novo fator: a

exploração, uma palavra-chave na explicação do modo capitalista de produção. Nesse intuito, o estudioso propõe, por meio de um quadro, a sintetização dos sistemas econômicos que trabalha durante sua obra, de modo a diferenciá-los nos seus elementos, como mostrado na Figura 2.

Percebemos que os elementos evidenciam e caracterizam cada tipo de sistema econômico. Essa síntese revela de um lado o sistema capitalista e de outro, o sistema comunista, que são totalmente contraditórios na maneira como lidam com as relações sociais, vislumbrando os elementos que os permeiam.

**Figura 2 – Elementos que caracterizam os sistemas econômicos**

Categorias econômicas	Sistemas econômicos							
	Capitalismo	Economia familiar		Escravidão	Serviço e Censo	Economia feudal (a)		Comunismo
		De mercadorias	Natural			Dos servos	Dos camponeses	
Preço dos bens	+	+	—	+	+	+	—	—
Produto indivisível e único do trabalho familiar	—	+	+	—	+	—	+	—
Processos técnicos de produção ou de reprodução dos meios de produção	+	+	+	+	+	—	+	+
Capital avançado pelo empresário e circulando na produção segundo a fórmula D-M-D + d	+	—	—	+	—	—	—	—
Juro do capital (rendimento do proprietário fundiário)	+	+	—	+	+	+	—	—
Salários	+	—	—	—	—	—	—	—
Renda dos escravos ou dos servos	—	—	—	+	+	+	+	—
Preço dos escravos ou dos servos	—	—	—	+	+	+	—	—
Renda diferencial	+	+	—	+	+	+	—	—
Preço da terra	+	+	—	+	+	+	—	—
Plano de produção do Estado	—	—	—	—	—	—	—	+
Regulação por via de coação extra-econômica necessária à manutenção do regime	—	—	+	+	+	+	+	+

(a) A economia feudal é uma simbiose entre a economia natural (baseada no trabalho) dos camponeses que pagam tributo e a orientação para a troca monetária dos senhores feudais vendedores de mercadorias. Esta economia tem portanto dois objetivos de natureza diferente e dois sistemas de categorias econômicas cujos elementos não coincidem. Daí as duas colunas do quadro.  
 (b) A renda não se manifesta aqui enquanto categoria especial de rendimento independente; apesar disso, os factores de renda afectam o nível do produto indivisível e único do trabalho familiar.  
 (c) A renda é apresentada aqui enquanto categoria de rendimento económico, mas a sua génese difere da renda própria ao sistema capitalista.

Fonte: Chayanov, 1981, p. 501.

Chayanov (1981) começa a explicar as categorias base do sistema capitalista em alguns tópicos que são descritos no desenvolvimento de sua obra. Começando pela questão do fator exploração, um ponto de extrema relevância no contexto desse modelo vigente. Para que o sistema continue coeso, é necessário que o trabalhador tenha uma necessidade maior que a penosidade do trabalho, uma pseudo-realidade de trabalho é criada, com vantagens, bônus, para manter a massa proletariada trabalhando e sendo explorada pelo sistema. Com essa afirmação, podemos entender que o autor nos revela a questão da importância do consumo e da penosidade do trabalho.

Chayanov (1981) expõe que uma empresa capitalista só pode aumentar sua intensidade além do limite de sua capacidade ótima, se a própria situação alterada de mercado força for ótimo na direção de maior intensidade. Ou seja, ele nos coloca que o capitalismo depende muito dessa lógica de mercado e da chamada, demanda e oferta, estarem sempre num suposto equilíbrio, alterando variações entre ambas, sem extremismos.

O investimento de capital é viável para a unidade familiar quando o nível de bem-estar social é elevado, isto é, o autor tenta nos passar que esse sensação está intimamente ligado à questão do equilíbrio entre a penosidade do trabalho e a satisfação da demanda. Torna-se importante a entrada da questão dos subsídios para a continuidade do sistema, que é mais um mecanismo do modelo econômico em vigor para se manter vivo, sendo desse modo, quanto maior o produto anual, mais fácil é para a família extrair dele os meios para a formação do capital.

Uma análise mais aprofundada permite chegar aos seguintes resultados: o produto do trabalho familiar, único e indivisível, e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira tão marcada como o rendimento da exploração capitalista influenciada pelos mesmos fatores. Com efeito, o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a auto-exploração da sua capacidade de trabalho. Satisfaz as exigências da família de maneira mais completa despendendo menos trabalho e diminuindo, portanto, globalmente, a intensidade técnica da sua atividade econômica (CHAYANOV, 1981, p. 485).

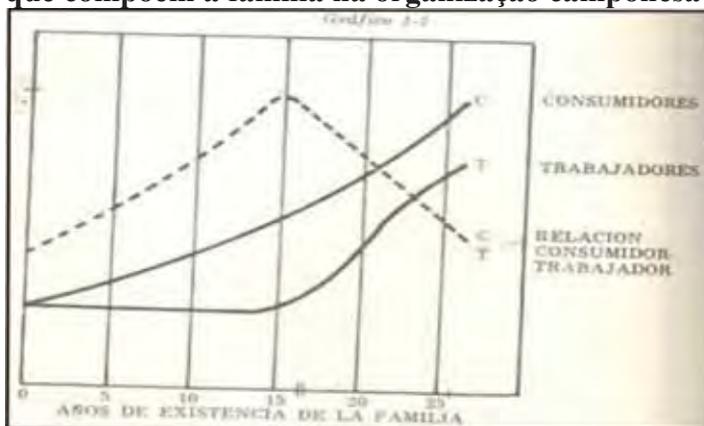
As unidades de trabalho familiar são concebidas a partir da negação da mais-valia no seu interior, a exploração de trabalho é nula, tendo-se, assim, a autoexploração. Já o capitalismo frisa o termo exploração, expõe a sua lógica a partir da tentativa de dominação e apropriação a respeito de fatores, como: a terra, a exploração natural, a cultura e todas as relações que permeiam essa discussão. Diferentemente, o aparato camponês vê a terra ligada à questão do cultivo. Chayanov (1981) explicita tal relação, considerando o cultivo com a extensão da terra utilizável, as necessidades e tamanho da família que ali está. Ele destaca que as relações sociais e as formas de utilização da terra determinam fundamentalmente o sistema econômico, além do próprio fator cultura auxiliar nessa disposição.

A família dirige a unidade campesina e, em essência, ela o é na reprodução de relações não-capitalistas. Chayanov (1974) reconhece, numa primeira instância, que a mão de obra é a referência para se construir e entender os aparatos de reprodução do trabalho e para se entender os processos de produção. A família para o camponês é vista de maneira diferente àquela estritamente biológica do ser, à natureza das correlações sanguíneas, mas, sobretudo, “o conceito de famílias inclui as pessoas que comem sempre a mesma mesa ou que têm comida da mesma panela” (CHAYANOV, 1974, p. 48) e até mesmo pessoas que passam a noite protegidas pela mesma fechadura. O contexto social é inegável nessa contribuição da formação do conceito de família, então, a troca de trabalho ou capital nas propriedades

camponesas estaria estritamente relacionada ao modo de vida do camponês e não à apropriação do trabalho, à mais-valia e ao lucro, mediado pela ganância como acontece na sociedade capitalista. A produção com o viés social também estaria no interior do território camponês.

Chayanov (1974) retrata a unidade da família como um aparato produtivo, a autoexploração da força de trabalho e o balanço (equacionado no equilíbrio entre consumidores e consumo, trabalhadores e trabalho - Figura 3) entre o consumo e o trabalho.

**Figura 3 – Desenvolvimento dos elementos básicos que compõem a família na organização camponesa**



Fonte: Chayanov, 1974, p. 54.

Dessa maneira, o que o autor quer nos passar é basicamente o equilíbrio entre a produção, consumo e o trabalho, no que tange ao desenvolvimento da vida familiar. Essa relação passa pelo nascimento e crescimento dos filhos e pela capacidade que esses têm no auxílio à família, que chega ao nível máximo e, posteriormente, decai com a formação de outras famílias. “Cada família então, segundo a sua idade, constitui em suas diferentes fases um aparato de trabalho completamente distinto de acordo com sua força de trabalho, a intensidade da demanda e suas necessidades, a relação consumidor-trabalhador” (CHAYANOV, ano, p. 55 e 56) e, a partir disso, aplicar a cooperação complexa.

Essa cooperação complexa permeia a atividade econômica da família e é entendida por Chayanov (1974), enquanto totalidade das atividades artesanais e comerciais (uma organização correta e solidária do trabalho). É preciso entender essa figura familiar, as proposições iniciais da família camponesa e a influência de seu desenvolvimento no desenrolar das suas atividades econômicas, não como um modelo – pois o próprio autor no decorrer de seu trabalho vai procurar expor todas as perspectivas que ele visualizou na composição da família –, mas como um exemplo básico para situarmos o equilíbrio nessas

relações. O estudioso ainda propõe que “[...] a relação entre o tamanho da família e o montante da atividade agrícola deve entender-se como dependência da área de terra disponível, com respeito ao tamanho da família e não o inverso” (1974, p. 66). Esse fato é extremamente importante, entretanto não só ele, afirma Chayanov (1974). Há aspectos que não estão tão diretamente ligados à questão familiar e sua relação com a terra, mas se fazem presentes, exemplos disso são o mercado e a configuração agrária do capital comercial e industrial. Com isso, a unidade familiar pode também variar o seu tamanho e a suas necessidades, ela, novamente ressaltamos, não é realizada num modelo.

O produto bruto e o produto líquido revelam em uma renda ao trabalhador rural camponês. As horas de trabalho, o seu consumo, o cotidiano e as intempéries climáticas são outros pontos fundamentais que devem ser considerados no cálculo que estabelece as relações camponesas como relações de autoexploração. Observando as contribuições estatísticas apontadas por Chayanov (1974), temos o camponês estimulado pelas necessidades da sua família, desenvolvendo uma maior energia e, conseqüentemente, uma aplicação da sua força de trabalho conforme essa necessidade demanda. “A medida da auto-exploração depende em maior grau do peso que exercem sobre o trabalhador as necessidades de consumo da família” (p. 81). Desse modo, Chayanov (1974) nos informa sobre a relação **tamanho-propriedade-uso**.

Resumindo tudo o que temos dito acerca dos fatores que estabelecem no nível da auto-exploração do trabalhador camponês, podemos afirmar com certeza que enquanto o tamanho da unidade agrária capitalista é teoricamente ilimitada, a extensão da unidade doméstica de exploração agrária está naturalmente determinada pela relação entre as necessidades de consumo da família e sua força de trabalho. Se estabelece em um nível proporcional com as condições de produção em que se encontra a família que explora a unidade econômica. (p. 89).

A relação do tamanho da propriedade, com a filosofia camponesa de existência e o uso desse território dá forma às relações camponesas e vice-versa, pois isso acontece de maneira simultânea e codeterminante. Aí está outro aspecto importante para entender a divergência do território camponês com o território do capital, revelando como é fundamental a resistência e a expansão do território não-capitalista. Mediante a relação: propriedade, uso da terra, força de trabalho e necessidade, é que veremos a autoexploração e o benefício em investimentos para o camponês, sem ignorar as flutuações de mercado e o volume dos capitais industriais e comerciais no campo.

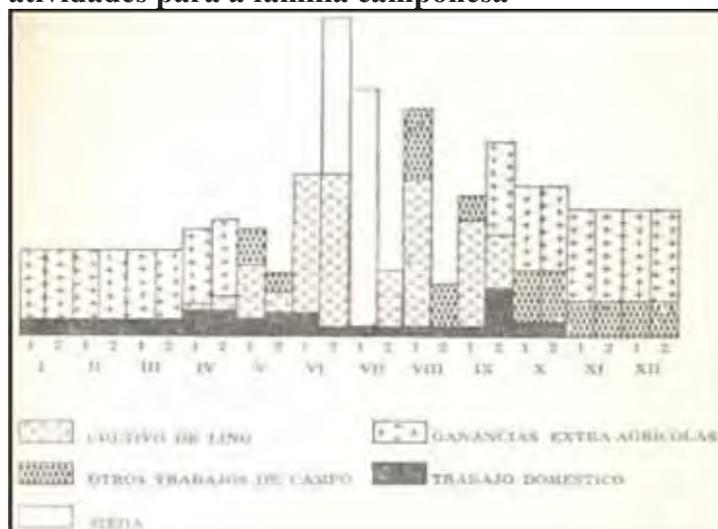
No território camponês, a força de trabalho está atrelada, de maneira direta, à necessidade de consumo da família e, de forma alguma, à quantidade de trabalhadores, assim como os investimentos e o retorno do produto líquido para o reinvestimento no modo de produção camponês. É inevitável que se o camponês vive numa sociedade capitalizada, e mais precisamente, numa sociedade capitalista, ele está constantemente sofrendo ataques do capital e precisa, desse modo, manter as relações não-capitalistas de produção no seio familiar e, conforme a necessidade, lidar com o dinheiro e investimentos de modo a não se tornar um capitalista. Em consequência disso, visualizamos o benefício como conceito econômico que transita livremente no território camponês, justificando os investimentos e as benfeitorias realizadas com a diferença do produto bruto e líquido, não se caracterizando como lucro, pois vem da sua autoexploração (CHAYANOV, 1974).

É levando esses fatores em consideração que Chayanov (1981) vai procurar caracterizar as economias não-capitalistas, expositoras de elementos que podem se relacionar com o capital, mas, não necessariamente reproduzem a lógica capitalista. Em virtude disso, Chayanov (1974) nos proporciona a possibilidade do bem-estar social, do consumidor e da família no território camponês. “Em outras palavras, podemos afirmar que o grau de autoexploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a medida da satisfação das necessidades e o peso do trabalho” (CHAYANOV, 1974, p. 84). O pensamento de Alexander Chayanov (1974) vem a elucidar a continuidade do campesinato pela sua capacidade de resistir ao modelo capitalista, ele adere ao mercado, sofre com ele, mas mantém sua existência sem ser transformado em capitalista.

Os princípios estabelecidos por esse autor para situar a unidade econômica familiar camponesa estão presentes em toda unidade econômica de trabalho familiar, desde que ela dependa do esforço físico e dos salários proporcionais ao desgaste, ao consumo e ao trabalho. O sistema de uso do solo e as relações sociais nele existentes devem ser entendidos a partir dos aspectos qualitativos e quantitativos do uso da terra, e ainda, da força de trabalho e do capital existentes. Podemos estabelecer a desmistificação de que o capital, obrigatoriamente, apropria-se de tudo e é tudo, ao contrário do que é configurado em seu discurso de totalidade, quando é apenas uma parcela da realidade (MELO, 2004). Isto é, de acordo com Chayanov (1974), ele não necessariamente se apropria de tudo e a unidade familiar se mantém caracterizada, da mesma maneira e com o mesmo tipo de reprodução. Então, podemos entender a agricultura familiar como um traço marcante da agricultura camponesa que vai auxiliar na sua caracterização. Entretanto, a agricultura camponesa se estabelece sobre outros fatores, que não somente a agricultura com a mão de obra familiar, como podemos notar na

Figura 4, em que o gráfico em barras exemplifica as diversas atividades em quinzenas na agricultura camponesa.

**Figura 4 – Gráfico em barras da distribuição das atividades para a família camponesa**



Fonte: Chayanov, 1974, p. 119.

Esse exemplo exposto por Chayanov (1974) ilustra a realidade camponesa que se adéqua a realidade dos camponeses no mundo até os dias atuais. A vida no campo está repleta e sujeita a diversas intempéries, que vão desde as naturais até as artificiais. Podemos perceber que no período do rigoroso inverno russo, prevalecem o trabalho doméstico e as atividades extra-agrícolas. A partir do quarto mês, são as atividades, como o cultivo de linho e outros trabalhos relacionados ao campo que começam a aparecer. Após isso, no quinto e sexto mês, predominam as atividades no território camponês. Simultaneamente, no sexto mês temos a colheita e depois, o novo preparo do terreno para a possibilidade do outro ano de uma nova safra. Novamente, as intempéries naturais retornam e outros tipos de atividades devem ser a maior parte das atividades naquele campo.

Esse gráfico não demonstra exatamente um ritmo ou um ciclo, mas a possibilidade de mudanças e a necessidade de adaptação da força de trabalho, da família, das urgências e do consumo camponês. O território capitalista também se faz presente pelo mercado, que não é exclusividade desse modelo de produção. No entanto, ele exige a adaptação do universo camponês para manutenção do equilíbrio familiar, ou seja, o redirecionamento estratégico do trabalho familiar se torna uma tática da preservação do território camponês. E isso é explicitado no decorrer dos terceiro, quarto e quinto capítulos do trabalho de Chayanov (1974), em moldes estatísticos e diversas análises no que tange ao campo econômico da vida

camponesa. Em outras palavras, o trabalho camponês se divide entre a agricultura, as atividades artesanais e o comércio de acordo com as intempéries naturais e, sobretudo, atualmente, de acordo com as intempéries artificiais, das quais o mercado é a principal (CHAYANOV, 1974).

***Abramovay: capitalismo agrário e a necessidade de destruir o camponês***

O capitalismo agrário e a sua incessante dinâmica de apropriação da sociedade, sua reinvenção e mutação refletem o cenário mundial e também a composição do campo brasileiro no século XXI. Ricardo Abramovay, em seu trabalho *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão* (2007), vai provocar o leitor a entender o capitalismo agrário como a adequação total à sociedade atual. Um sistema que mantém o seu modo de reprodução baseado na apropriação dos mecanismos econômicos, sociais, políticos e culturais através também da natureza. Assim, o englobamento de territórios se mantém sob a resistência ao capital, no que tange as suas relações e ao modo em que elas se desencadeiam.

Esse autor propõe para o campo brasileiro a interpretação da realidade como processual, do ponto de vista da dinâmica das relações abarcadas no meio rural, na relação campo-cidade e como conjuntural, sabendo que a conjuntura é o capitalismo agrário e o que foi retido ainda apresenta traços “antiquados”. Como a resistência camponesa tem se encaminhado para a extinção, acionaria o mecanismo da empresa familiar, uma configuração moderna da agricultura mundial.

“Seria, um equívoco, entretanto, imaginar que essas políticas [aqui ele está falando dos programas políticos que auxiliam a agricultura pelo Estado] resultem fundamentalmente da pressão e dos interesses dos próprios agricultores” (ABRAMOVAY, 2007, p. 32). Nesse momento, já observamos os pesos e as medidas utilizados para abordar o campo e os seus componentes, esse seria um padrão necessário para agricultura do capital desempenhar o seu papel expansivo e territorializador. Os rumos do capitalismo agrário obedeceriam ao padrão dinamarquês, apontado por Abramovay (2007), sendo a transformação de propriedades camponesas antigas em unidades produtoras individuais, que seriam altamente lucrativas, do mesmo modo produtivas, e abertas às incorporações tecnológicas e, de maneira menos explícita, às características do capital. Assim, o autor estabelece a diferenciação entre o camponês e a agricultura familiar, procurando desintegrá-los para supor a sociedade capitalista como apropriadora da agricultura familiar e a mesma parte da sua extensão essencial para seu desenvolvimento.

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*. [...] Apesar de uma base familiar comum, é intransponível a distância social entre um suinocultor da Comunidade Econômica Européia e, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas, e uma família rural na Índia, cuja reprodução social apóia-se em laços de dependência comunitária e cuja ligação com o mercado mistura-se com um conjunto de relações de pessoa a pessoa. (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

Felício (2010b) opõe-se a esse autor. Segundo ele, é nesse momento, no intuito de conceituar diferentemente a agricultura familiar e a camponesa, que “emanam os equívocos de Abramovay” (p. 135). Ele procura apontar que o debate, abordado por Abramovay (2007), para gênese e constituição da diferenciação da agricultura familiar e camponesa não tem sentido, pois em todos os tipos de sociedade a constituição da agricultura se faz no elemento familiar. “Logo, denominar essa forma de familiar ou de camponesa não altera a sua constituição” (FELÍCIO, 2010b, p. 135).

Ainda pensando nas proposições de Ricardo Abramovay (2007), esse estudioso expõe que a integração ao mercado é inevitável. A problemática da luta na terra e pela terra passa a ser conjuntural, e a partir disso, no decorrer de seu trabalho, ele retrata o camponês como parcial e incompleto, no entanto, isso será debatido no decorrer deste texto.

A sua construção teórica se aporta para essas análises a partir de conhecidos intelectuais da questão agrária, como Marx, Lênin, Kautsky e Shanin, e particularmente, Chayanov. Esse último é apropriado nessa abordagem, na tentativa da construção do paradigma do capitalismo agrário. Além desses estudiosos, também foram abordados pensadores do capitalismo agrário, como Hughes Lamarche e Graziano da Silva. Remetendo-se aos pensadores da questão agrária, Abramovay (2007), em relação ao que esses autores têm a contribuir para geografia agrária, afirma: “muito, se relacionarmos suas posições teóricas com o contexto histórico e sobretudo intelectual em que escreveram. Nada, se tomarmos suas idéias como expressões conceituais de categorias universalmente existentes ao capitalismo” (p. 47). Então, consideramos importante expor que ninguém está preso às análises modeladoras do capital, pois o mesmo é totalmente *metamorfo* e se acopla a sua capacidade de dominação, contudo é impossível ignorar sua contribuição para entendermos desde o conceito de camponês até a gênese e algumas características no sistema de reprodução do capital.

Desse modo, Abramovay (2007) refere-se à integração e aos valores materiais como a proposição da totalidade do capitalismo agrário e não menciona a capacidade da recriação campesina na resistência aos fetiches e às apropriações do capital. O território imaterial do capitalismo agrário está estabelecido no interior do capital e na sua dinâmica, e a sua ideologia se dissemina por essas razões. Os autores citados são utilizados para construir essa análise fundamentada numa leitura das obras clássicas, e assim, destruir a história de resistência pela máquina do capital e pulverizar o conceito de camponês pelos vieses econômicos e ideológicos.

Abramovay (2007) vai situar a sua pesquisa e proposições no período após II Guerra Mundial. Segundo ele, esse foi o momento fundamental, onde o capitalismo se desdobrou diferenciadamente no mundo agrário. As perspectivas de expansão e da apropriação da agricultura familiar, enquanto parte do agronegócio, é crucial para desenvolver o sistema capitalista no campo e na cidade. Em muitos momentos, no seu texto, o autor tenta desvencilhar a imagem que trás do camponês como antiquado, atravancador ao sistema e retrógrado, vestindo, assim, a máscara pela agricultura familiar e o discurso dessa diferença em distintas comunidades.

A estrutura pulverizada da oferta agrícola foi condição necessária para a operação desse mecanismo, mas não suficiente: sem a intervenção maciça do Estado, a própria violência das oscilações de preços acabaria por comprometer a abundância alimentar e a possibilidade de regulação institucional tanto da renda agrícola como dos preços alimentares. (ABRAMOVAY, 2007, p. 36).

Então, para Abramovay (2007), o Estado passa a imprimir uma força estratégica que está longe das vontades da burguesia agrária, ela seria apenas a necessidade dinâmica do capitalismo. O que percebemos nesse contexto é a necessidade de descaracterizar no território a cultura e a ideologia campesina, tornando-as parte do sistema, de modo que as mesmas, pelo contrário, reverterem essa lógica por meio de ações, movimentação social e militância. Vislumbrando essa caracterização do capitalismo agrário, o Estado estaria auxiliando nessa dinâmica ou como podemos subtender, o “processo inevitável” da transformação da pequena propriedade e o agricultor na empresa familiar, com vistas aos conceitos de empreendedorismo rural e agronegócio (*agribusiness*). Na Parte I do seu trabalho, Abramovay (2007) vai procurar a descaracterização do conceito de camponês, limitando-o ao que serve para sua análise e desvencilhando-o do que ele chama de camponês e agricultor familiar, sendo eles diferenciados, com alguns pontos semelhantes apenas. Desse modo, o capitalismo agrário pretende extrapolar os limites mediante o discurso da apropriação do

campo e do trabalho pela indústria, de maneira que o trabalho assalariado não é nada mais que essencial para o “desenvolvimento social”.

O papel exercido pelo campesinato no campo e na luta de classes em geral é fruto da sua própria teimosia, de acordo com Abramovay (2007). Uma vez que, o capital não é apenas, segundo ele, um mosaico de disputas e muito menos uma sociologia de conflitos, “a mercadoria [então] resulta de atividade particular, privada, mas voltada, ao mesmo tempo, para a satisfação de necessidades gerais, sociais” (p. 43). Nesse trecho, vemos destacada a “natureza particular” atrelada ao “caráter social”, que acreditamos ser em demasia ingênua essa relação, pois a apropriação revelada desde os manuscritos de Marx é violenta contra o trabalhador e visa concentração e nesse meio a fetichização (MELO, 2004).

Com base nessas proposições, Abramovay (2007) mantém o campesinato refém do Estado e subordinado totalmente à integração pelo capitalismo agrário, e nessa mesma perspectiva, vai relatar as suas aspirações em relação à obra, *A Questão Agrária* (1968) em Kautsky. “O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito nas relações agricultura e a indústria, na ideia de ‘industrialização da agricultura’, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas a disposição dos capitalistas [...]” (ABRAMOVAY, 2007, p. 57), e assim, portanto, não confundir o cultural e o social com o vetor econômico. Essa é a análise do próprio Abramovay (2007), que ainda expõe as fragilidades dos acontecimentos russos nas análises de Lênin (1988) para sobrepor a realidade mundial atual. Ou seja, por um lado é possível a crítica e por outro, ela se torna inaceitável. Em outro aspecto, esse paradigma vai procurar demonstrar que a grande exploração capitalista vai “abocanhar” as tentativas camponesas de conter o próprio capital.

Kautsky (1968), na verdade, vai apontar duas proposições: uma realmente é essa possibilidade da expropriação total do campesinato, o que segundo os trabalhos de Chayanov (1974), Fernandes (2007), Porto-Gonçalves (2004) e Oliveira (1997), vem sendo interpretada ao contrário. Outra proposição implícita ao trabalho do pensador da questão agrária seria a capacidade da resistência camponesa e a sua mutação, não na sua essência, mas nas suas estratégias de territorialização. A continuidade pelo social, cultural e ideológico seria mantida simultaneamente às constituições ( neste caso, representa conquista) de novos territórios e possibilidades incorporados para a sua reprodução.

“Se o camponês, não é, por definição, uma das classes que compõem a sociedade capitalista contemporânea, restam no plano teórico duas possibilidades” (ABRAMOVAY, 2007, p. 60): a primeira seria a da incorporação do não-capital pelo capital e a segunda a de que o camponês é mais uma categoria socialmente construída. Ou seja, a categoria

campesinato, ou camponês, seria impossível de ser aplicada contemporaneamente, devido à fragilidade da mesma em relação a sua história, elaborada pelos clássicos (ABRAMOVAY, 2007). Novamente, poderíamos expor que, segundo Shanin (2005), as classificações e a apropriação desse conceito se devem à postura, à filosofia de vida e à elaboração ideológica de se lutar contra a máquina do capital e sua reprodução desenfreada. Isso, diferentemente de Abramovay (2007), não estaria sendo subjugado pelo sistema, mas estaria lutando contra a sua territorialização, formando a resistência pela identidade territorial imaterial. O campesinato se forma e se mantém na sua capacidade de desenvolver estratégias que não atrelem o capital na gênese das suas relações, e assim encontra-o como sujeito político e ideológico.

Da mesma maneira, podemos notar na obra de Chayanov (1974), o campesinato com valor positivo, fora de um contexto puramente econômico e depreciativo. Apesar desse autor estar ligado à agronomia e também a estudos econômicos na Rússia do começo do século XX, o campesinato existindo para suprir uma necessidade social, fundamentalmente, a necessidade do bem-estar social é um fetiche nos padrões capitalistas.

Ainda ressaltando o campesinato, Abramovay (2007) elabora uma construção minuciosa do que seria o campesinato para Chayanov, baseando-se principalmente na obra, *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas* (1981). A partir disso, ele vai explicitar o campesinato como o equilíbrio entre o consumo e o trabalho, a razão matematizada básica entre o grau de satisfação da necessidade da família e a penosidade do trabalho efetuado. É nesse ponto, que o autor russo aponta o conceito de *autoexploração*, implicando-o em um determinado ganho, mas não lucro, um ganho que se reverte no social. Entendemos essas preocupações como válidas e elas respaldam a legitimidade da economia camponesa em Chayanov (1974). Contudo, ainda é esquecido o valor ideológico e propositivo da conduta camponesa, valorizada nos trabalhos de Shanin (2005), Fernandes (2007) e Felício (2010b). A discussão embasada por essas proposições do capitalismo agrário é transformar o camponês em agricultor familiar (a empresa do capital) e mais que isso, desautorizar a sua atuação política, histórica e transformadora, coisas que o próprio Shanin (2005) vai desconstruir quando trata do protagonismo do camponês na luta pela terra e da luta pelo conhecimento.

Os valores insistentemente ressaltados no trabalho de Abramovoy (2007) estão postos no sentido de que campesinato não tem escapatória. Ele está caminhando sempre para sua autonegação, pois a integração ao mercado é inevitável. Assim, ele explora a rica conceituação de Chayanov (1981), que vislumbrava a necessidade dos camponeses russos e

das cooperativas ali instaladas para barrar o território camponês da potência do capital, segundo Abramovay (2007), baseado em Chayanov (1981), essa barreira poderia ser horizontal (expansiva) e vertical (infiltradora) nos estabelecimentos camponeses. O cooperativismo, de acordo com Chayanov (1974), seria, então, uma saída para essa penetração do capital, resultando na autonegação do campesinato ou “o camponês não é mais o sujeito criador de si mesmo” (ABRAMOVAY, 2007, p.79), ele estaria ligado ao mercado e subordinado ao capital. É aí que Abramovay (2007) vai buscar desconstruir o cooperativismo, utilizando citações do próprio Chayanov, especialmente a composição estrutural da cooperativa enquanto uma máquina “muito semelhante” às propriedades “reveladas pelo capital agroindustrial” (p. 80), que figuram como normas reguladoras da quantidade e da qualidade.

Esse modelo, em Abramovay (2007), pulverizaria a “famosa ‘anarquia de produção’”, em que forças espontâneas de mercado se responsabilizam por regular a oferta de mercadorias. De certa maneira, esse autor subestima as proposições de Chayanov (1979) e impõe o sistema capitalista como o potencial maior de desenvolvimento numa organização planejada desse sistema econômico. O sistema capitalista estaria mais preparado, se comparado em outros países na mesma época do trabalho de Chayanov (1979), para estabelecer as características de crescimento econômico atrelado, supostamente, a ganhos sociais pela empresa familiar.

“O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar das características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social” (ABRAMOVAY, 2007, p. 142). Assim, Abramovay (2007) revela nos estudiosos marxistas essa “falta de comprometimento” em analisar essas contradições que evidenciam o campesinato no sistema capitalista como impossível na sua continuidade. “Tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e as instituições nacionais tomam conta da vida da aldeia, as bases sociais camponesas se esvanecem.” (ABARMOVAY, 2007, p. 139).

Quando falamos do território imaterial do capital, não é extrapolação afirmar que ele é essencialmente baseado nos seus argumentos econômicos, na maioria dos aspectos economicistas de uma realidade socialmente construída, segundo esses símbolos e signos. O território do paradigma do capitalismo agrário não foge a essa constatação, pois é em detrimento do campesinato e da suposta “modernização” e “desenvolvimento”, inerente ao capital, que ele se torna territorializador. Os vetores econômicos de construção se postam

fundamentais para manutenção da sua proposição, e esse é o elemento geralmente exposto nos legitimadores desse modelo de reprodução.

Na economia contemporânea a questão da racionalidade camponesa possui um peso significativo. O fato de terem por base teórica conceitos derivados fundamentalmente da sociedade capitalista não impediu os economistas neoclássicos de construir importantes modelos explicativos a respeito do comportamento econômico camponês. Sob esse ponto de vista é preciso assinalar que a contribuição da economia neoclássica é significativamente mais importante que as dos autores de orientação marxista: é que os neoclássicos procuram razões endógenas a um determinado comportamento, enquanto no marxismo as determinações de natureza social aparecem frequentemente como necessárias e suficientes. (ABRAMOVAY, 2007, p. 107)

É nítido, nesse momento, as tendências da ideologia do capital em focar as necessidades nas características endógenas ao campesinato e esquecer de delimitar os fatores sociais, políticos, culturais e ideológicos. Contudo, torna-se importante para nosso trabalho que não nos baseamos numa análise totalmente exógena, mas que ela mantenha a capacidade de dialogar com a realidade interna, contando que a sanha do capital é verticalizada, no sentido de destruir o camponês por dentro.

De acordo com *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (ABRAMOVAY, 2007), os anseios do capitalismo agrário estão voltados para conceber o camponês e a importância que ele tem no sistema capitalista, ou mesmo, a contradição que ele provoca no seu modo de existir, que é derradeiro em ocasionar a sua extinção. O dilema apresentado se prostra perante a ótica do próprio capital e das maneiras distintas exploradas por Abramovay (2007), em Theodore Schultz e Michael Lipton, em que o último sobrepõe a análise do primeiro e considera as reações econômicas camponesas baseadas num minimizador de riscos,<sup>23</sup> que seria inversa, ou “diametralmente opostas àquelas contidas na ideia do *agricultor maximizador de lucros*” (p. 99, grifo do autor).

Além desses fatores, a “aversão à penosidade”, exposta em outros autores neoclássicos frisados pelo próprio Abramovay (2007), vai inferir sobre o camponês, suas relações e o equilíbrio econômico da família camponesa. “A pobreza de um lado, e a fusão entre a unidade de consumo e a de produção, do outro, determinam, então, o nível de equilíbrio particular da economia camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 103). Sobrepõe novamente os fatores

---

<sup>23</sup> O desenvolvimento econômico não passa, no essencial, pela incorporação da agricultura tradicional dos meios técnicos característicos dos progressos científicos recentes. Ao contrário, exatamente por terem um comportamento a aversão ao risco, é possível que uma realocação de fatores ao alcance dos camponeses seja propiciadora de crescimento, desde que se eliminem as condições institucionais que bloqueiam sua melhor utilização. (ABRAMOVAY, 2007, p. 101).

econômicos como determinação do campesinato em detrimento das composições que ele próprio denomina como culturais e/ou psicológicas. Incorpora ainda outra variável, que segundo o autor, desestabilizaria o equilíbrio, como fator exógeno à economia camponesa, que seria o mercado de trabalho, atuando como uma espécie de especulador, influenciando diretamente na sua racionalidade e na unidade de produção camponesa. De acordo com isso, a economia camponesa deixaria de ser exclusivamente a fusão entre o empreendimento produtivo e a família consumidora.

O mercado que derivaria, nessa equação, da capacidade da sociabilidade camponesa, pois “na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários à sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica interna” (ABRAMOVAY, 2007, p. 114). É essencial clarificar que ninguém nega a exposição do campesinato às forças mercado, mas é importante notar os níveis anteriores a isso e que permeiam as relações camponesas. Considerando essas propostas, elaboradas na absorção de outros trabalhos, considerados por Abramovay (2007) como neoclássicos, entendemos que, além da própria descaracterização objetiva do campesinato, outro fator exposto é o desejo de transformar o “empresário familiar”, ou a unidade familiar à serviço da alta produtividade das *commodities* e da sua transformação na própria empresa familiar. O capitalismo é avesso a qualquer tipo de cultura e economia que se insiram parciais, assim como Felício (2010) nos traz: o campesinato busca uma inserção parcial no mercado. O camponês e a incompletude nas suas relações é algo inadmissível para o capital e esse seria, então, consumido pelo primeiro. A palavra-chave para o capitalismo agrário é integração, integração ao mercado, integração que se transforma, para os camponeses, em “entregação” (OLIVEIRA, 1997).

Como pontuação final, podemos expor que nessa integração, e, além disso, na confusão ideológica feita no conceito de camponês é onde realmente reside a importância dessa definição para o paradigma do capitalismo agrário. “Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês” (ABRAMOVAY, 2007, p. 142). Utilidade para fragmentar a luta e o território do campesinato, principalmente o seu território imaterial, e contrariamente, fortalecer o território do capital e mascarar suas lacunas. O autor ainda completa a respeito do campesinato: “sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento” (p. 142). A relação capitalista é completa e total para os autores do capitalismo agrário. O capitalismo é invencível a partir dessas análises.

***Shanin: o camponês é a classe que tem que ser explicada***

Teodor Shanin, sociólogo russo, que estudou na Inglaterra nos anos 1950, nas suas várias obras nos provoca não somente a pensar o camponês como incômodo, mas principalmente, como a necessidade de ser explicado por não se deixar destruir, pela sua capacidade de adaptação, resistência e não adequação. Em *La clase incómoda*, Shanin (1983) aborda o campesinato na Rússia, da revolução até aproximadamente 1930. Ele retrata a história camponesa e aplica as variáveis para reconhecer a economia dessa classe no interior dos processos históricos-geográficos russos. O estudioso admite, no início de sua obra, que é preciso reconhecermos o território (espaço para ele), o tempo, as conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, é que vemos a sua grande contribuição: uma análise conjunta, a fim de entender a realidade camponesa para além da economia e da economicidade, mas da economia camponesa pela sua cultura e pelo seu modo de vida.

O camponês, para Shanin (1983), resiste no seu modo de vida e, além disso, reafirma-se enquanto sujeito histórico, político e transformador. Ele é protagonista e tem capacidade, enquanto agente socioterritorial de conquistar território, reafirmando a sua função social. As características principais do campesinato estão no interior da esfera da interação social, e para complementar, Shanin (1983) discorre sobre algumas perspectivas do camponês:

As unidades domésticas camponesas formam o núcleo da sociedade camponesa. Sua natureza parece constituir a característica mais significativa do camponês como fenômeno social específico, sendo a sua vez a origem das características genéricas mostradas pelo camponês de todo o mundo. A unidade doméstica camponesa se caracteriza por uma quase total integração da vida da família e a exploração agrícola. A família administra o trabalho necessário de maneira que as atividades agrícolas se orientam, principalmente, a produção suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas e os tributos impostos pelos donos do poder econômico e político (p. 54).

Em pontos gerais, temos que entender que o camponês não é uno, mas é único dentro das possibilidades das suas ações. Ele constitui a sua própria ontologia pela diferença de atuação com outras classes e as características gerais iguais a de seus semelhantes, o que contraria a lógica vigente.

O camponês não é por si uma unidade, ele é definido por uma abstração lógica e reflete a construção *em si e para si*. Esse sujeito se realiza na sua reinvenção, pois ele foi extinto e recriado, está nesse processo constante, e “somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e

descristalização de classe, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas” (SHANIN, 2008, p. 15). Shanin (2005 e 2008) desenvolve a ideia de camponês como um modo de vida<sup>24</sup> (anterior a classe em Marx), uma construção social em si, já que ela se recria todos os dias por suas relações sociais e para si. Por isso, tem a potencialidade de executar a consciência de classe (“as classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal” (2008, p. 36)).

Os processos histórico-geográficos determinaram o sujeito camponês de hoje, pois ele já não é somente um sujeito, ele representa uma classe que se reinventou nas tradições, na cultura, no modo de vida camponês e deu força a sua realização mediante o processo de luta pela terra e na terra, pela ciência e na ciência. Isso instaura novas perspectivas de que o camponês, tratado até então como isso ou aquilo, pois o mesmo está fundado não na sua estratégia de vida. Para além disso, ele vive porque se recriou no sistema capitalista no interior das contradições desse modelo de produção. O próprio Shanin (2005) argumenta a tamanha diversidade dessa classe em muitos lugares do mundo e a incapacidade de definir o campesinato por caracterizações, pois ele se revela além das mesmas, a partir dessa dinâmica intensa de desconstrução e reconstrução de si mesmo.

Em uma primeira pontuação, Teodor Shanin (2008), no III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária de Londrina (PR), expõe que o camponês é uma classe internacional que ultrapassou os limites das fronteiras estatais e desenha seus territórios a partir de diversas práticas, isso inclui o trabalho camponês e não-camponês (trabalho acessório citado em Kautsky, em 1968). Para Shanin (2008), essa classe se reestruturou pelos princípios da criação e recriação. O processo de criação, como no caso brasileiro, com os sem-terra (camponeses desterritorializados) e com os não-camponeses, que recebem terra do governo para viverem e se reproduzirem. E o processo de criação e recriação (“recamponização”), como exemplo na Rússia, onde a partir do colapso da União Soviética existem russos retornando ao país, com objetivo de se estabelecerem no seu próprio ambiente étnico. Ao chegarem na cidade, tudo é muito caro, isso os leva às chamadas vilas mortas para se restabelecerem. Na Alemanha, o exemplo é com os camponeses turcos que vão para trabalhar nas fábricas para remeterem a maior parte do ganho para suas famílias na Turquia (aí um exemplo de trabalho não camponês que auxilia na sua reprodução)<sup>25</sup>. Nessas colocações percebemos quão integrada é a relação campo-cidade. A diferenciação se dá pela

---

<sup>24</sup> Baseado nas proposições de Fei Hesiao-Tung, filósofo chinês (SHANIN, 2005).

<sup>25</sup> É óbvio que isso não significa que exista apenas um ou outro processo se realizando nesses países, mas que a título de ilustração é importante apresentarmos desse modo.

fragmentação imposta em nossas mentes pelo capital, mas essa dinâmica - campo-cidade - pode restabelecer a força camponesa e auxiliar na sua recriação. É desse modo que vemos os camponeses, como os que se adaptam e não se adéquam, permanecendo criativos para se reproduzirem, como considera Shanin (2008), em duas constatações:

Primeiramente, a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que ninguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas (p. 25).

A criatividade camponesa é algo formidável, ela é uma das características mais imprescindíveis para a sua reprodução e libertação. É dela que vem a esperança da classe e dos pensadores para manutenção do modo de vida camponês. O seu território político não fica descaracterizado justamente por isso, ele se recria com intensidade, com resiliência, com criatividade, e não de uma forma simplista. Shanin (2008) apresenta um motivo importante do por que destruir o camponês para o capitalismo agrário e mantê-lo em forma de agricultor familiar. É exatamente esse tipo de produção familiar que sustenta o capitalismo, e isso se dá na sua contradição, pois ela, em essência, é inversa a sua lógica. Por isso, a classe camponesa se fortalece quando se afirma enquanto classe e sujeito camponês. A agricultura familiar não passa de um modelo econômico de comportamento e não revela protagonismo, ela é uma parte do modo de vida camponês que não ultrapassa a sua existência, mas é fundamental, bem como também ser dono de seu próprio trabalho (CHAYANOV, 1974 e SHANIN, 1983 e 2008). Shanin (1983) mostra o campesinato, sobretudo, como um modo de vida que pode dar origem a uma classe, dependendo dos processos histórico-geográficos.

A luta pelo sentido camponês é a batalha pelo conhecimento também, os intelectuais a favor do campesinato mobilizam-se e lutam com eles, dialeticamente mobilizando-os. Contudo, Shanin (2008) vai além disso, ele destaca que a luta ultrapassa essa perspectiva, porque “os camponeses podem ensinar uma variedade de coisas que não sabemos” (p. 28), e isso é o sentido de luta com o camponês (o ensino da flexibilidade da sobrevivência e da reprodução socioterritorial). Desse modo, é imprescindível expormos o camponês como o seu modo de vida, pois significa a sua existência que sempre poderá transformá-lo na classe que é.

Shanin (2008) anuncia que modelos são apenas modelos, mas são importantes para entendermos a realidade, se vislumbrarmos apenas abstrações. A partir disso, colocaremos

algumas generalizações expostas pelo próprio Shanin (1983), com o intuito de abarcarmos uma ideia do que seria a classe camponesa. Essa seria composta: nas suas relações endógenas pelo controle dos próprios meios de produção (a autoexploração, o autoconsumo e o trabalho familiar); nas suas relações exógenas pelas relações sociais e relações de poder que medeiam as relações camponesas e participam do seu processo de criação e recriação; na universalidade da diversidade camponesa (a capacidade de ser heterogêneo na sua reprodução e manter basicamente condições homogêneas para sobrevivência); nos padrões que refletem tanto a produção como a vida social (tendências ideológicas e padrões de cooperação); na sua capacidade criativa de superação de problemas e de flexibilidade a crises, e no aprendizado ocupacional no interior da família, que revela os conhecimentos camponeses e o seu modo de vida. É óbvio que o camponês não está à parte da sociedade capitalista, mas ele se realiza fundamentalmente na sua criatividade e na maneira de reprodução de relações sociais não-capitalistas. Shanin (1983) procura apontar a unidade econômica como o território familiar, produzido em vias dessa mão de obra, que recompõe as relações sociais não dominadoras e, assim, não são danosas ao ser humano.

Para causar a reflexão, essas projeções que compõem o universo camponês servem para entendermos esse sujeito como uma quarta classe para além da composição marxista. As classes seriam então: classe burguesa, proletariado, proprietários de terra e camponeses (sabendo que essa última seria distinta, por possuir mais que a renda do seu trabalho, ela possui a renda da terra e do seu território). Sabemos também que essas qualificações do modo de vida camponês e da sua transformação em classe não se dão linearmente, e tão pouco são obrigatórias a todos os lugares, na verdade elas se interpõem e reagem numa complexidade tamanha que ultrapassa de longe essa estruturação, a realidade é muito mais complexa que essa abstração (SHANIN, 1983 e 2008).

### **2.2.3 A ideologia do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária**

O trabalho desses autores é aqui fundamental, pois fornece a estrutura de pensamento para legitimarmos o PQA. Para Fernandes (2007), os trabalhos desses autores foram fundamentais no momento de desenvolver a proposição da disputa territorial paradigmática. Essa disputa é baseada nos conflitos de classes pelos seus territórios, e no interior desses, observamos as distintas vertentes de pensamento e de ação de classe. A contribuição da classe camponesa para a construção de uma sociedade distinta é essencial, e contrária a contribuição da exploração frenética e destrutiva do território capitalista. O *São Paulo Agrário* é, portanto,

a síntese dessas relações danosas que o camponês tem sofrido nesse Estado, mas que ainda segue sendo disputado pela classe camponesa.

Entendemos a luta de classes como inerente à sociedade capitalista, pois ela deixa fissuras em sua base que permitem essa articulação contrária, por isso, sinteticamente, Mézáros (2007) expõe a “incontrolabilidade destrutiva do capital” e a possibilidade de um mundo para além disso. Em nossa análise, temos *paradigma* e *território imaterial* como coisas que se completam e se complementam. De um lado a produção e reprodução do metabolismo social do capital e de outro, o mundo e a centralidade do trabalho (MÉSZÁROS, 2007 e THOMAZ JR., 2009).

O fato de combate ao capital, não o combate de fato, como meio de luta, mas o conflito embutido na realidade dos trabalhadores rurais (conflito capital X trabalho) cria e reforça identidade, a resistência. Isso para os camponeses que têm o dia a dia nessa relação, contudo a partir disso pensamos a realidade da formação da identidade do trabalhador rural e urbano que se apóia sobre os fetiches da estrutura sócio-política-territorial capitalista (THOMAZ JR, 2009, p.42).

É na Terceira Revolução Industrial ou Terceira Revolução Técnico-Científica, que observamos novos elementos para a composição campo-cidade. Thomaz Jr. (2009) concorda com Santos (1996), quando o mesmo faz a interpretação da nossa realidade estrutural e de fluxos, a partir do meio técnico-científico-informacional que permeia a criação de identidades culturais. Essa criação e transformação se dá no e para o território e faz parte da lógica dominante do capital, expressão informatizada e perversamente globalizada dessas mesmas informações que chegam até o sujeito.

Assim, Thomaz Jr. (2009, p. 78) vai trabalhar o conceito de (des)identidade relacionado principalmente às mutações no tecido social com base na expansão e na expressão do capital, além de atrelá-lo ao estranhamento. Esse conceito nos remete a Hall (2001), quando ele trabalha o sujeito sociológico e pós-moderno, diferenciando-os pelas suas características de resistência e manutenção da identidade. A construção conceitual de (des)identidade vai ao encontro das nossas proposições ao constarmos o elevado grau destrutivo do capital nos tempos de neoliberalismo (THOMAZ JR, 2001). Um neoliberalismo que radialmente extrapolou as fronteiras do urbano-rural e se fez expressar na acumulação flexível em seus diferentes níveis no campo.

No movimento e na processualidade do desenvolvimento rural brasileiro vemos os Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário que refletem distintas maneiras de observar e interpretar, antes disso, de viver a realidade agrária existente no Brasil. Esses

paradigmas vislumbram de forma geral: o paradigma da Questão Agrária (PQA) (FERNANDES, 2007 e FERNANDES *et al*, 2010) – uma questão agrária como essência das problemáticas ligadas a terra, onde as disputas territoriais são inerentes ao processo de desenvolvimento e as conflitualidades e contradições estão presentes nas análises das desigualdades sociais geradas pelo sistema. Segundo o PQA, é um problema de ordem estrutural. Para o Capitalismo Agrário (PCA) (ABRAMOVAY, 1992), não passa dos limites do sistema capitalista, pois propõe uma questão agrária já superada, um problema de ordem conjuntural e um desenvolvimento territorial rural baseado no desenrolar da agricultura capitalista que está se modernizando com novas tecnologias altamente produtivas.

Sobre o PQA:

*O paradigma da questão agrária prioriza as lutas de classes para explicar as disputas territoriais, os modelos de desenvolvimento e suas conflitualidades. Sendo a questão agrária um problema estrutural, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. [...]. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, grifo nosso).*

Como a questão é vista como estrutural, o PQA gera um problema que tange a discussão fundiária, somada às instâncias políticas, econômicas, sociais e ideológicas, formadoras do cenário atual do campo brasileiro. Esse paradigma tem sua gênese com Lênin e Kautsky (FERNANDES, 2009; FELÍCIO, 2010), e parte para duas concepções distintas na atualidade: a primeira é a que o campesinato será expropriado pelo capital e tende ao desaparecimento, por uma destruição mediante sua proletarização e não-continuidade da criação de espaços de relações não-capitalistas, que inclui a incisão de territorialidades do capital em território camponês, baseada também no corporativismo; a outra concepção, a que nos baseamos para construir este trabalho, está pautada na lógica, na capacidade camponesa de transformação do território e na resistência dele para se manter produzindo espaços de relações não-capitalistas, e em essência, relações camponesas norteadas pela solidariedade e como uma alternativa ao cooperativismo (CHAYANOV, 1974; FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 1997).

A agricultura e as relações sociais que se dão no território, têm no PCA a expressão dessa problemática, em que o camponês resiste ao modo de produção capitalista, buscando alternativas para a reprodução de espaços não-capitalistas. Espaços esses que têm em sua essência a lógica de reprodução camponesa. É importante entendermos nessa relação que o capital busca destruir o território camponês, se isso não acontece tenta incorporá-lo por meio de suas territorialidades.

O PCA está pautado na:

[...] a produção de desigualdades também é explicada como um *problema conjuntural do capitalismo* e que poderia ser superado por meio de políticas que possibilitem a “*integração*” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Esta “*integração*” seria necessária porque o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver. Nesta lógica, *campesinato e capital “interagem”* [...]. Esse processo é explicado pelo paradigma do capitalismo agrário que prioriza as políticas sociais para *aproximar relações entre a produção capitalista e a produção familiar* (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, grifo nosso).

Esse paradigma vai ao encontro da interpretação da realidade feita pelo PQA, pois procura avaliar o cenário nacional que abrange a luta pela terra como algo conjuntural. A questão conjuntural, que evidencia a disputa territorial entre camponeses e ruralistas no território/terra e no território/políticas públicas/opinião pública, expressa por um lado, a busca pela transformação social, fundiária, política e ideológica, e por outro, apresenta a manutenção e a otimização do uso e ocupação dos territórios do campo brasileiro.

A disputa no território imaterial pelos conceitos de resistência para os camponeses e de aparente modernização, para os ruralistas, refletem na territorialização dos mesmos. A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa, então, a ocupação é exemplo de forma política de objetivar os esforços do campesinato. Considerando que trabalhamos com o conceito de movimentos socioterritoriais, com o pressuposto de que a terra é o seu trunfo (FERNANDES, 2009), o território como fim, as ocupações e os acampamentos são o meio estratégico mais eficiente que esses movimentos conseguiram desenvolver para terem acesso ao seu território, instaurando as relações não-capitalistas de produção. Dessa maneira, entramos na disputa do território imaterial, onde o conceito de camponês, mesmo não sendo uma palavra de autoidentificação, utilizada regularmente no mundo rural do Brasil, é um termo de resistência e de lutas que os movimentos socioterritoriais resgatam no país.

A agricultura familiar é um conceito evidenciado nas perspectivas teóricas. Ela surge na academia e na apropriação do discurso do camponês na tentativa de organizá-lo e estruturá-lo na ideia de pequeno empresário agrícola ou “agonegociozinho” dentro do PCA. Já o conceito de campesinato surgiu com o próprio camponês, no interior da classe, como representação da mesma no contexto de disputas dos territórios material e imaterial (FERNANDES, 2007 e WELCH, 2010). Do ponto de vista do capitalismo agrário, o campesinato é diferente do agricultor familiar, pois de maneira sintética essa diferença é

baseada na temporalidade e na territorialização, a favor de entender o camponês enquanto atrasado e antiquado, e reconhecer a agricultura familiar como moderna e atrelada aos subsídios estatais. Já do ponto de vista da questão agrária, em essência, esses conceitos se situam da mesma maneira, pois se baseiam nas mesmas relações. Dessa forma, a determinação das divergências está enraizada na apropriação capitalista dessas definições e nas distintas relações sociais materializadas no território, além dos valores e da filosofia de vida camponesa (FELÍCIO, 2010a).

O camponês se torna a resistência e a esperança é vista na continuidade do seu território, ou seja, é a sua territorialização por meio da identidade camponesa. Nos trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes (2000, 2007, 2008, 2009) e Clifford Andrew Welch (2009 e 2010), podemos notar o anseio desses estudiosos em mostrar o camponês como realizador de sua história e agente social, que configura seu território de maneira a criar laços identitários com o mesmo, e estabelecer-se como protagonista. Além de expor os seus territórios definidos e entender as classes oprimidas pelo capital como libertadas na emancipação e na luta contra o capital. Esses autores exploraram em suas obras a construção da interpretação da realidade pelos elementos que levam à questão agrária não como algo superado, e sim, como superação da realidade em vigor. Eles vislumbram a cristalização do território imaterial do campesinato e, conseqüentemente, do território que em essência traduz-se em relações não-capitalistas de (re)produção.

Welch retrata o camponês (2010, p.23):

O conceito do camponês traz para o sem-terra uma identidade rica em história política, social e cultural, mas é uma identidade com poucas raízes no campo brasileiro. Neste sentido, a recuperação do conceito é um ato simbólico, uma tentativa de inventar uma tradição para fortalecer o movimento dos sem-terra e pequeno agricultor.

O campesinato não é o único personagem do campo a experimentar, nos anos deste estudo, uma renovação de identidade. O ruralista, um nome utilizado com orgulho por agricultores e donos de terras do século passado, vem sendo reconfigurado no século atual como “agronegócio”. O ruralista foi o coronel da terra, o fazendeiro, o Senhor de Engenho, o usineiro e, certamente, o latifundiário. Ainda nos dias de hoje, os poderosos membros da “Bancada Rural” no congresso nacional se acostumaram chamar de ruralistas. Em seu artigo de 2005, Fernandes comentou na similaridade real entre as características de todos esses tipos, apesar da tentativa de transformá-los pelo conceito de agronegócio:

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para ‘modernizá-la’. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (p. 1-2).

Esses são exemplos de disputas territoriais nos âmbitos materiais e imateriais. As lutas para definir os nomes refletem no processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R) dos camponeses e ruralistas no Brasil (FERNANDES, 2000). O T-D-R como um processo acontece no país e é visualizado mediante os impactos socioterritoriais que causam. São esses resultados: encarecimento dos alimentos (segurança e soberania alimentar), exclusão social (superexploração do trabalho: baixa remuneração, trabalho análogo ao escravo, concentração de terra e renda, expropriação/desterritorialização do campesinato) e impactos ambientais (agroecossistemas simplificados como o monocultivo, uso de agroquímicos, degradação do solo, transgênicos (OTM), desmatamentos). Os mesmos refletem a territorialização do capital ou dos camponeses e a disputa territorial pela propriedade camponesa *versus* a propriedade do agronegócio e/ou latifúndio.

Pensando na expansão material e imaterial, aparecem espetáculos do *Agrishow*, organizado primeiramente no mês de maio, e atualmente, durante todo o ano. Esse evento mostra novas maravilhas tecnológicas da agricultura e é representado nos jornais como símbolo do Maio Verde, estabelecendo contraste com o Abril Vermelho de ocupação de terras promovido pelo MST. Sua intenção é apresentar o “progresso” que o agronegócio supostamente traz para todo Brasil (CUBAS, 2009).

Os *Agrishows*, também chamados Shows Agropecuários, Exposições Agropecuárias, Festas de Rodeio, são típicos do interior do estado de São Paulo, tendo destaque em municípios tradicionais nas culturas do gado e da cana-de-açúcar, como Ribeirão Preto, Morro Agudo, Barretos e Araçatuba, e assim, simbolizam, pelo verde da agricultura e meio-ambiente, o capitalismo agrário na essência do seu discurso modernizador e progressista. São organizados usualmente em parceria com órgãos municipais, como as prefeituras e as secretarias de cultura, para disseminar as inovações tecnológicas, realizar leilões e negociações, além de territorializar a ideologia do capitalismo agrário na população atraída também por atividades culturais. As atividades culturais, em sua maioria, são encabeçadas pelo sertanejo pop da indústria cultural capitalista da homogeneização.

A campanha “Sou agro”<sup>26</sup> é “uma iniciativa multissetorial de empresas e entidades representativas do agro brasileiro” e vai no mesmo sentido dos rodeios *agrishows*, mas com uma potencial de prejuízo muito maior para os territórios anti-capitalistas e camponeses. Dentre os parceiros que patrocinam essa campanha estão a ABAG (Associação Brasileira de Agrobusiness), Vale, Cargill, Bunge, ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), ABRAPA (Associação Brasileira de Produtores Algodão), Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose), UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar) e Aprosoja (Associação de Produtores de Soja e Milho).

Essa campanha também está intimamente ligada à rede de debates “ambientais” Rio +20 e a alguns artistas conhecidos pela população brasileira, vinculados a rede Globo de televisão, como Lima Duarte e Giovanna Antonelli, no intuito de divulgar os conceitos do agronegócio em comerciais e projetos de difusão de marketing. No Encontro Rio+20, o “Sou agro” se fez presente denominando-se como um movimento social em pró da população brasileira, para que essa veja seu potencial e sua realidade em produzir e ser “sustentável”. Quando de fato, o que acontece é que o agronegócio, ao mesmo tempo, que produz milhões de toneladas de *commodities*, também gera, em escala muito maior, a desigualdade social na concentração fundiária e de riquezas, conseqüentemente, torna seu conceito “sustentável” como algo insustentável socialmente.

Na propaganda denominada “Gente”, realizada pelo ator, Lima Duarte, o conceito cunhado é o do agrocidadão, que colabora com o agronegócio, apoiando a sua produtividade. O artista chega a perguntar na peça publicitária: “o arroz e feijão de todo dia, como foram parar aí?! foi alguém que semeou, adubou, colheu, beneficiou e distribuiu”. A questão é que enquanto ele diz as palavras “semeou, adubou, colheu, beneficiou e distribuiu”, aparece, ao fundo, a imagem da monocultura da cana e um treminhão transportando a mesma. Nas cenas seguintes são expostas as imagens das culturas da soja e do algodão em grande escala, e o ator finaliza o seu texto com o “ser agrocidadão”. Torna-se claro que essa propaganda remete ao fetiche do território capitalista, pois empresas que estão ligadas ao agronegócio da soja, celulose, gado e cana não podem estar interessadas em produzir alimentos que visem à segurança alimentar da população, e muito menos, a soberania alimentar do povo brasileiro.

A atriz, Giovanna Antonelli, declara no texto da propaganda, intitulada “Fazenda”, que todo brasileiro é proprietário de uma fazenda. Durante a passagem do texto, ela busca objetos e ações cotidianas para expor quão é bom estar orgulhoso de consumir os produtos do

---

<sup>26</sup> Informações coletadas e vídeos assistidos foram postados no site da campanha “Sou Agro”. E podem ser visitados no seguinte link: <http://www.souagro.com.br>.

agronegócio brasileiro. Giovanna Antonelli começa sua fala com “o pomar, o gado de corte e soja” que estão na cozinha, quando lê um livro, a atriz diz: “aqui tenho uma floresta plantada”, com um cobertor no quarto feito de algodão, ela anuncia: “tenho uma fazenda de algodão em casa”, ou quando abastece seu carro afirma: “tenho também uma fazenda de cana”. Ela termina o texto dizendo: “eu amo essa fazenda chamada Brasil”. O conceito embutido nessa propaganda é o de “agrobrasileiro”, que sugere aproximação da população com a realidade do agronegócio, e com essa intenção, indica a necessidade de que as pessoas se sintam parte do papel brasileiro de país agro-exportador e de uma economia de *commoditização*.

O território imaterial do agronegócio obedece ao metabolismo social do capital e sua lógica incontrollável e destrutiva (MÉSZÁROS, 2010). Esse raciocínio deriva da razão econômica, da apropriação da natureza e do trabalho do homem, enquanto fator motriz de dominação pelo estranhamento e pela alienação (RANIERI, 2001 e THOMAZ JR, 2010). A imaterialidade da identidade cultural no seu território imaterial é uma questão recente. Ela detém o objetivo de expandir o discurso do novo e do moderno mediante os *agrishows* e rodeios, além da força da territorialização das monoculturas e da manutenção do *status quo*, fundamentado no latifúndio. Assim, dá-se a disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio, não somente no embate físico e material, mas muito no campo imaterial da disputa da territorialização dos paradigmas no particular e, especialmente, no público.

O contraste a isso é a sobreposição do território do campesinato, respaldado na questão agrária mal resolvida e da concentração fundiária e de renda. O vermelho, antigamente disseminado nos jornais como o “perigo comunista” (CUBAS, 2009), considerado uma ameaça, passa a representar luta e resistência, enquanto a agricultura camponesa e a diversidade apresentam uma ampla possibilidade de distribuição de terra e renda mediante o processo de Reforma Agrária. A cultura camponesa é territorializada pela cultura caipira, mas também por atividades culturais relacionadas ao rompimento com o sistema (CUBAS, 2010). Essa contradição se dá no território e expressa os signos e símbolos da questão agrária paulista, de um lado, uma tentativa de dominação atrelada muitas vezes ao Estado, e de outro, a luta pela terra e na terra com o intuito de fortalecer o território camponês. O território imaterial camponês é estabelecido e fortalecido com estratégias materiais, como as ocupações, acampamentos e assentamentos, como também com estratégias imateriais, como manifestações, identidade cultural, tradições, ritos, etc.

Vemos nessas pontuações o exemplo nítido da essência e da aparência desses territórios. A aparência é fundamental para o território do capital, porque ele não pode, não

deve, e nem quer se explicar a fundo. Não quer dizer a respeito das mazelas criadas e as desigualdades mantidas, além das condições precárias de trabalho, que são causadas pelo modelo de expansão do capitalismo agrário no conceito de agronegócio. A sua aparência se torna a sua essência. O campesinato é distinto por isso, pois a sua representação é profunda, essa está na tentativa de construção do território anti-capitalista. Suas motivações estão relacionadas à soberania alimentar, ao cuidado com a questão ambiental e social, levando em conta a autocrítica do processo de desenvolvimento socioterritorial. O território campesino, em sua essência, visa o combate ao capitalismo e busca uma nova possibilidade de desenvolvimento socioterritorial, a possibilidade de construir territórios com igualdade social e soberania alimentar.

Por isso, vamos aos dois próximos capítulos deste trabalho a fim de rearticular uma história de conflitos no território paulista, demonstrando a recamponização de Shanin (2005 e 2008) no território paulista e durante sua história. Explorar os processos contraditórios que se desenvolveram e ainda hoje, desenvolvem-se a partir do sistema capitalista, mas que se desenham na possibilidade de rupturas para a classe trabalhadora, entranhada na luta de classes. Procuramos, em um grande esforço, a emancipação com o discurso do capital e a construção de um discurso a favor da classe camponesa, e por essa razão, anti-capitalista.

A propaganda, o marketing, a notícia e a imagem são armas constantemente utilizadas pelo capitalismo agrário com as suas intencionalidades. Então, analisar a imprensa paulista no sentido de evidenciar pontos estigmatizantes e outros de desconstrução é fundamental para visualizarmos como alguns conceitos, que são tão cotidianos, também têm uma história nos territórios da imprensa. A mídia capitalista vive de sua aparência, porque ela nunca explica tudo e sempre está ligada a interesses políticos e econômicos. Desse modo o sem-terra é o baderneiro, o fora da lei, o criminoso, etc. Já o ruralista é o progressista, ligado ao agronegócio é o moderno, etc. O camponês só atinge um status quando ele se torna agricultor familiar. Aí sim, ele passa a ser reconhecido pela população, mas perde quase que totalmente a sua potencialidade política e de reivindicação se atrelando a esse conceito<sup>27</sup>.

No Capítulo 3, vamos exercitar o pensar (no interior do movimento escalar São Paulo-Pontal do Paranapanema) a desconstrução do discurso da imprensa paulista para o período de 1988 a 2009. E finalmente, no Capítulo 4, a construção de um novo discurso, o *São Paulo Agrário* que apresenta a história e geografia paulista, os movimentos e relações que procuram

---

<sup>27</sup> Para clarificar: como estratégia de (re)criação camponesa utilizar dos programas relacionados à agricultura familiar é fundamental para o camponês se reproduzir, porque ele é de fato um agricultor familiar. O que precisamos entender é que essa não pode ser sua única bandeira, até mesmo, porque ele não é somente isso.

mostrar as disparidades sociais e econômicas geradas pelo sistema capitalista, mas, para além disso, expor que, apesar disso, o camponês se reestrutura e toma nova forma na luta e na conquista de seu território (material e imaterial).

## CAPÍTULO 3

# REPRESENTAÇÕES DA DISPUTA

Ele mostrou a você, ó homem, o que é bom e o que o Senhor exige: *pratique a justiça*, ame a fidelidade e ande humildemente com o seu Deus. Miquéias 6.8

### 3.1 A imprensa e o território<sup>28</sup>

Podemos observar que durante os 23 anos (1988-2009) de luta pela terra no Brasil, e nos vinte anos (1991-2009), no Pontal do Paranapanema, de acordo com dados do DATALUTA Jornal, o tratamento e a representação pela mídia em relação aos camponeses e ruralistas mudaram. A conjuntura econômica e política transformaram o enfoque da imprensa, modificaram a realidade exposta nos jornais, e também a importância que adquiriram alguns atores sociais na ótica dos jornais. Na dissertação “Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa”, a geógrafa, Sônia Souza (2005), também observou essas possibilidades de representação de acordo com o contexto político, econômico e social da época. Por outro aspecto, os jornais tentaram e tentam legitimar seu discurso pela voz de advogados, juízes, delegados, que demonstram um possível respaldo da lei, aparentemente, transmitindo para a sociedade como ele sendo algo legal.

Percebemos que a grande mídia, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, não procurou representar todas as situações de um evento, mas optou por representar posições, criando territórios de disputa em meio a opinião pública. A imprensa corporativa, complementada em nossa análise pelo *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, é uma fonte legitimadora do capital financeiro, e assim, dá apoio ideológico para legitimar o paradigma do capitalismo agrário (CUBAS, 2009).

A representação e a cobertura, detalhada do evento, são feitas pelos jornais regionais, em razão, principalmente, da sua localização espacial em relação aos conflitos, pois o *Oeste* e o *Imparcial* estão sediados em Presidente Prudente/SP, maior município do Pontal do Paranapanema. Sobre o *Estadão* e a *Folha* podemos colocar que a repercussão dessas ações têm larga atenção no que se referem às ocupações. Podemos verificar isso pelo número de reportagens desses eventos que se equivale entre os jornais analisados.

A mudança de tratamento é visível, numa comparação de 1990 a 2009. De 1990 a 1994, a questão agrária era abordada de maneira vaga, além das representações favoráveis as organizações patronais em detrimento dos movimentos socioterritoriais, o que muda 1995 e 1996, quando a imprensa se apropria de alguns eventos para aproximar o leitor da questão agrária. No ano de 1998, os termos questão agrária e Reforma Agrária eram usados deliberadamente nos jornais. Após 2002, o uso dessas expressões continua, mas elas já não

---

<sup>28</sup> O Capítulo 3 é resultado do aprofundamento do trabalho de monografia na procura de um aprofundamento em suas análises, além de incorporar alguns novos itens que auxiliem nessa perspectiva.

são tão representativas nas chamadas das notícias nos jornais analisados, como observamos no Quadro 1.

<b>Quadro 1 – Mudanças nas representações dos jornais analisados – 1990 - 2008<sup>29</sup></b>		
<b>EVENTOS ANALISADOS</b>	<b>CHAPÉUS<sup>30</sup> DE NOTÍCIA (SIGLAS DOS JORNAIS)</b>	<b>CITAÇÕES NOS JORNAIS (REFERÊNCIA DA CITAÇÃO)</b>
<b>1995-1996</b>	Corumbiara (todos os jornais), Chacina (todos os jornais), conspiração (FSP), Eldorado dos Carajás (todos os jornais), massacre (FSP e OESP), Reforma Agrária (ON)	“Depois do conflito que deixou 11 mortos, Faz. Santa Elina, em RO, volta a ser ocupada” (OESP, 1995), “O governo é responsável por esse massacre” (José Rainha, ON, 1996)
<b>1998</b>	Questão agrária (todos os jornais), Conflito fundiário (ON e IMP), Conflito no Pontal do Paranapanema (ON, IMP e FSP); crise no Pontal (ON); Sociedade (FSP); Campo minado (IMP)	"Grileiros e ladrões de terra" (Rainha em relação ao juiz Darci Lopes Beraldo); “Devemos sempre ficar na justiça porque ela tarda, mas chega”, (presidenta da UDR, Tânia Tenório)
<b>2002</b>	Conflito fundiário (IMP), Pontal do Paranapanema (IMP); MST (FSP); Questão agrária (FSP e OESP); Crise no Pontal (IMP); Atrás das grades (ON)	“Podem matar um, dois ou mil, mas a luta vai continuar” (Rainha); Prefeito ditador, comparado a Nero e Hitler (Rainha em relação a Agripino Lima; “impunidade ao vandalismo” (Roberto Gargione Junqueira em relação ao MST); “Bandidos, safados, que ontem estavam bebendo pinga em Pirapózinho” (Agripino Lima em relação ao MST)
<b>2008</b>	Dissidência no campo (IMP); Terra sem lei (OESP, FSP); Reforma Agrária (IMP), Questão agrária (ON, OESP e FSP); Campo minado (FSP e IMP); Carnaval Vermelho (IMP)	“Vandalismo” (Nabhan Garcia em relação as ações do MST); "ações do MST atentam contra o estado de democrático de direito" (juíza Ana Paula Comini S. Asturiano em relação ao MST); “atos ilícitos” (Nabhan Garcia em relação ao MST); “invasão, danos materiais, esbulho possessório e ameaças” (Nabhan Garcia em acusação as ações do MST); "único jeito de chamar a atenção é invadir" (Bispo José Maria Libório)

**Legenda:** OESP (*O Estado de S. Paulo*); FSP (*Folha de S. Paulo*); ON (*Oeste Notícias*); IMP (*O Imparcial*).

O Quadro 1 nos mostra sinteticamente o que aconteceu na representação dos jornais em relação aos camponeses e ruralistas numa escala regional com São Paulo e Pontal do Paranapanema, e na escala nacional, Brasil. Esse quadro é baseado no Acervo DATALUTA

<sup>29</sup> Elaboração própria com base em trabalhos anteriores (CUBAS, 2009) e no acervo DATALUTA Jornal.

<sup>30</sup> Chapéu da notícia é um termo jornalístico. Ele é utilizado como uma palavra ou termo que se localiza usualmente acima do título da notícia e que sintetiza ideologicamente (dando ênfase) o conteúdo da matéria jornalística.

Jornal e sua metodologia<sup>31</sup>. De 1990 a 1994, como já observamos, foi o início da implantação do neoliberalismo no Brasil, e isso repercutiu de forma negativa para os movimentos socioterritoriais. A imprensa noticiava “invasões” em nível de Brasil, e em particular, no Pontal do Paranapanema, a partir de 1991, com a chegada de José Rainha Júnior.

Em 1995, com o massacre de Corumbiara (Rondônia) e 1996, com o massacre de Eldorado dos Carajás (Pará), a luta pela terra é difundida pela imprensa no território imaterial nacional. De acordo com o DATALUTA Jornal, onde temos em média, por ano, arquivadas mil notícias sobre todos os temas que envolvem a questão agrária e os seus desdobramentos, somente nos anos de 1995 e 1996, foram quatrocentas notícias sobre o tema Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A imprensa, então, voltou o foco para essa luta, e partir desses eventos, chapéus, como “questão agrária” e “conflito fundiário” começam a aparecer, além de outros, como “chacina”, “massacre” e “Reforma Agrária”.

De 1998 a 2002, os termos “questão agrária” e “fundiário” eram comuns nos chapéus dos jornais. De 2005 a 2008, aparece o termo “terra sem lei”, desaparecendo o termo “fundiário” e a chamada “questão agrária” tem seu uso mais limitado. Em 2008, notamos a volta do termo “campo minado”, utilizado em 1998.

Sobre a chamada “terra sem lei” podemos perceber a expressão da preocupação da burguesia com a falta de governança rural e que essa ausência de governança pode acarretar descontrole do campo. O termo “questão agrária” desapareceu em 2003 e voltou somente no ano de 2008, mas se prestarmos atenção para a análise quantitativa das notícias, esse termo, que anteriormente era utilizado em quase todas as notícias relacionadas à questão agrária, de fato decresce substantivamente nos anos posteriores. Já o termo “fundiário” desaparece da representação das chamadas dos jornais, o que pode significar uma descrença ou o próprio abandono do projeto constitucional de Reforma Agrária.

Os jornais auxiliam na formação da identidade cultural e partir da realidade material da luta criam territórios imateriais, que por sua vez, influenciam na criação de outras territorialidades, além reafirmar e legitimar o território e as relações de poder vigente no mesmo. Isso sem mencionarmos o território material dos jornais – o tamanho, enfoque, fotos, chamadas e chapéus de notícias, a evidência dada a algum personagem ou a personificação da luta em algumas pessoas – que explora os fatos reais como uma história narrada, buscando expor seu ponto de vista singular, como algo universal. Souza (2005, p. 165) reforça essa perspectiva e coloca que “ao analisarmos o espaço e um território a partir da dimensão do

---

<sup>31</sup> Manual DATALUTA está disponível no grupo de pesquisas NERA (FCT-UNESP), que inclui a metodologia do DATALUTA Jornal desde a seleção temática dos recortes de jornal até o acondicionamento do material.

discurso, buscamos ampliar a compreensão de um espaço de lutas como o do Pontal do Paranapanema, tanto no seu processo de ocupação, como em seu processo de produção”. Temos a leitura geográfica do território a partir de sua produção territorial e também simbólica, que legitima as relações de poder inscritas no mesmo.

A diferença de representação é clara a partir que alguns pontos básicos: 1) sejam agentes sociais relacionados ao conflito em pauta; 2) a abordagem distinta desses agentes sociais, baseada também na sua posição em relação ao discurso dos jornais; 3) aspectos que fogem ao cotidiano das ocupações são mais representados e recebem destaque nas páginas dos jornais (CUBAS, 2009). A imprensa então representa no território o que entende como relações sociais como as suas verdades, ela expõe a partir desses aspectos a sua visão da realidade, o que não faz transparecer que ela seja totalmente parcial e intencional.

A luta pela terra tem na imprensa a sua representação e também a formação e legitimação de territórios, veremos isso no breve histórico da luta em São Paulo e no Pontal do Paranapanema. Após isso, apresentamos a análise dos eventos selecionados para observarmos as representações da imprensa mais de perto.

### **3.2 Camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema**

O desenvolvimento capitalista da região do Pontal do Paranapanema foi facilitado a partir dos anos 20 do século XIX pela construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que promoveu a territorialização da grilagem (FERRARI LEITE, 1998). O investimento industrial representado pela estrada necessitava retorno e, pela história de desenvolvimento de outras regiões do Estado de São Paulo, foi favorecido o modelo de capital monopolizado. Podemos perceber que o modo de espacialização da agricultura nas terras do Oeste Paulista se converteu em algo contrário à ocupação camponesa e a favor da concentração de terras nas mãos dos ruralistas.

O geógrafo, José Ferrari Leite, analisou a história da ocupação do Pontal em seu livro de 1998. O estudioso mostra o crescimento do poder dos ruralistas no contexto de disputas governamentais sobre o destino da região, e que a grilagem foi e é um elemento fundamental para entendermos a questão agrária que se desenvolve no Pontal. A grilagem pode ser entendida como uma forma de relação social de territorialização que é, por um lado, resultado do processo de ocupação da região bem como uma força, que estruturou os conflitos que hoje são encontrados nas dezenas de assentamentos e acampamentos espalhados no Pontal (WELCH, 2009a). Esse fator influenciou e influencia imensamente as relações entre os

próprios camponeses e ruralistas que se instalaram no Pontal e hoje, promovem a luta pela terra.

Os camponeses que migraram para a região foram convidados a trabalhar em “parceria” com os grileiros no desmatamento e exploração das terras. Muitos deles acabaram sendo explorados nesse processo. Trabalharam sem pagamento, com direito de aproveitar a terra agricultável, que até então tinha sido aberta na Mata Atlântica que predominava até os meados do século XX. Os camponeses foram expulsos e assim se formaram os pastos, outros foram convidados a desenvolver plantações de algodão e outras culturas. No ambiente da pós Segunda Guerra, o preço do algodão caiu e muitos meeiros se encontraram prejudicados como a primeira geração de camponeses desbravadores. Os dois grupos, orientados pelo PCB, uniram-se entre 1945 e 1947 para estabelecer ligas camponesas e, assim, lutar por políticas públicas e melhores condições. Contudo, no contexto da Guerra Fria, para não mencionarmos a oposição constituída pelos grileiros, suas organizações foram reprimidas pela policia local, estadual e as políticas anticomunistas do Presidente Eurico Gaspar Dutra, que governou de 1946 a 1951 (WELCH, 2010).

Segundo o censo de 1940, já viviam na região do Pontal da Alto Sorocabana mais de 25 mil pessoas, sendo que mais 80% aproximadamente se instalaram nas áreas rurais. Ou seja, as companhias de colonização haviam tido sucesso e o discurso do progresso havia sido incorporado pelos trabalhadores que desmatavam e pelos fazendeiros que matavam e grilavam na intenção de fazer valer o progresso da “civilização” dessas terras. No trabalho de Leite (1998), podemos observar, um pouco mais a fundo, quando vemos que dez anos antes dessa data, essa já era uma área que, segundo a Secretaria Estadual da Agricultura, era de perigosa aquisição. Contudo, os fazendeiros já estavam no processo de grilagem dessas áreas, fazendeiros esses chamados “coronéis” pela sua grande influência política e, na maioria das vezes, armada. Além disso, Santo Anastácio/SP, em 1925, já se firmava enquanto município, e se posicionava como o segundo município da região, de acordo com Welch (2009b). Dessa forma, abriram-se as portas para o PCB, que posteriormente fincaria raízes também nessa região. As Ligas Camponesas se estabeleceram no Pontal também por Presidente Prudente/SP, Presidente Bernardes/SP, e também em Santo Anastácio, em abril de 1946, “em resposta ao crescimento expressivo das reclamações de trabalhadores rurais do lugar. Com a liga, o PCB pretendia agrupar todos os pobres e médios ‘trabalhadores da terra’, uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só” (WELCH, 2009a, p. 5).

Os camponeses ligados ao PCB se organizaram no sentido de se mobilizar contra o processo de desenfreio de concentração de terras, e tiveram como resposta do Estado:

O Estado respondeu aos apelos dos camponeses de Santo Anastácio mandando repreender severamente a liga em junho de 1946. O tamanho e a “ousadia” da organização deviam ter incomodado profundamente os com-terra. Até o mais influente proprietário da região, o coronel Alfredo Marcondes Cabral – que teve a fama de ser citado dizendo “terra empapada de sangue é terra boa” – não conseguiu uma força de jagunços suficientemente forte para intimidar o movimento camponês. (WELCH, 2009a, p. 7)

Essa era então a política da terra naquele período, manter os sem-terra no domínio dos com-terra, que assim, proporcionariam em troca os votos necessários aos representantes políticos. O clientelismo era uma prática corriqueira e, desse modo, também se espacializava por todo o estado de São Paulo. Para alguns governos, era interessante preservar a área em seu estado natural, para outros – principalmente, o governador Adhemar de Barros – as terras foram utilizadas para agradar aliados e segurar alianças políticas. Na confusão, os grileiros desmataram milhares de hectares e o mercado de terras foi ativo, apesar das irregularidades na venda de terras na região, dadas as provas de grilagem. Ainda assim, a tendência de concentração cresceu; algo que só piorou no contexto da ditadura militar que apoiou a tendência com seu projeto de criar complexos agroindustriais a partir dos anos 1960 e nos anos 1970<sup>32</sup>.

O historiador, Cliff Welch, investigou algumas das consequências dessas políticas na produção do espaço no Pontal do Paranapanema, em que estudou a relação entre os “com terras” (ruralistas) e os “sem-terras” (camponeses).

Entre 1970 e 1978, Teodoro Sampaio perdeu 78 % de suas propriedades rurais. O número de minifúndio, sítios com menos que 20 hectares, caiu 1.659 unidades, de 1.862 para 203. Por outro lado, apenas duas mega propriedades com mais que 10 mil hectares foram criadas durante o período e o número de fazendas entre 20 e 100 hectares aumentou por 20%. O geógrafo Leite ligou o declínio dramático do minifúndio ao fim do ciclo de madeira, já que quase todas as madeiras fecharam nos anos 70 com o fim da reserva florestal. Os desbravadores, muitos dos quais moravam em lotes de subsistência, sem escrituras, foram deixados sem emprego e assim migraram para outros lugares. O resultado foi um declínio da área cultivada em quase 10 mil hectares no período. Em 1979, a secretaria de planejamento do estado publicou um plano de desenvolvimento regional que [...] adicionou uma usina de álcool, indicando um futuro de concentração de terras não para pecuária, mas para cana-de-açúcar com a expansão de 15.000 hectares do “capim” valioso (WELCH, 2010, p.158).

O favorecimento dos ruralistas na distribuição de terras no Pontal do Paranapanema encontrou seu primeiro desafio também em meados dos anos 1970. Na Gleba Santa Rita, no

---

<sup>32</sup> Desenvolvimento do Proálcool.

município de Teodoro Sampaio, mais tarde desdobrado com a criação de Euclides da Cunha Paulista, os camponeses resistiram às tentativas de serem expulsos, promovidas pelo suposto dono da área. A polícia militar entrou com força várias vezes e algumas famílias desistiram, mas outras chegaram para reforçar o grupo original. Ganharam importantes aliados da igreja, do sindicato dos trabalhadores rurais, na prefeitura e finalmente, do próprio subprocurador estadual que condenou o dono como grileiro e tentou recuperar as terras para o estado, isso depois dos camponeses iniciarem uma ocupação a uma fazenda particular próximo a Gleba Santa Rita.

O primeiro governador eleito desde o início da ditadura, Franco Montoro, resolveu realizar então a reforma agrária da gleba, reconhecendo o direito dos moradores e abrindo novos lotes para os sem-terra em ocupação. Os ruralistas uniram para impedir a realização da resolução de Montoro, mas o sindicato, os padres vinculados à CPT (Comissão Pastoral da Terra) e um novo grupo que se chamava o Movimento dos Sem-Terras do Oeste de São Paulo retomaram a pressão. A luta continuou até o Presidente José Sarney, o primeiro da nova era democrática, decretar a criação do Assentamento XV de Novembro em 1986.

O MST é fundado, de fato, no mês de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, mas já no ano anterior, tinha no Pontal a presença de uma das organizações que deram a luz ao MST, o Movimento dos Sem-Terra do Oeste de São Paulo (WELCH, 2009a e FERNANDES, 2000). Em contrapartida ao MST, a UDR surge em junho de 1985, com o interesse de defender os seus associados no contexto do estabelecimento da Nova República, principalmente na Assembléia Constituinte. Ela surgiu com a intenção de criar um partido político que defendesse o interesse dos “produtores rurais” que a reforma agrária poderia prejudicar (WELCH, 2009a).

A intervenção federal na questão agrária no Pontal foi um dos motivos para fazer da região o berço da UDR (União Democrática Rural), uma nova organização formada principalmente por pecuaristas e coronéis da terra, defensores do direito fundamental do proprietário na sociedade capitalista. Logo, a UDR virou a mais citada organização ruralista do país e o Pontal não parou de ser o foco de conflitos fundiários (BRUNO, 2008). Vemos, nesses eventos, o coração de nossa análise. Primeiro, a exploração de terras griladas promovidas pelos donos, a resistência dos camponeses, a organização de defesa de classe, a intervenção do estado e a reação dos ruralistas. A novidade a partir do estabelecimento de XV de Novembro foi a experiência vitoriosa da luta camponesa.

Nesse contexto e, principalmente, depois de 1990, começam a ser implantadas as políticas neoliberais, tipicamente concretizadas na forma da eliminação de tarifas

protecionistas, subsídios e outros “privilégios” a agricultura capitalista. Apesar da influência da UDR sobre a Constituição de 1988, a magna carta criou oportunidades para o campesinato recuperar seus territórios. Por elevar reforma agrária ao status de responsabilidade constitucional do governo foram criadas novas possibilidades. Essas formas possíveis em virtude, de que nesse momento, o governo não poderia mais ignorar a existência de uma questão agrária mal resolvida e permeada por conflitualidades (COLETTI, 2005).

Assim, após 1990, os movimentos da luta pela terra vão continuar a territorializar-se no Pontal do Paranapanema. A UDR, representando o lado capitalista agrário, territorializou-se a partir dos pecuaristas locais, como Roosevelt Roque dos Santos. Já o MST, a partir da chegada em 1991 de uma liderança dinâmica, o capixaba, José Rainha Júnior, começou atrair atenção e territorializar-se, especialmente no Mirante do Paranapanema, com uma série de ocupações (FERNANDES, 1994; WELCH, 2009b).

O geógrafo, Bernardo Mançano Fernandes, que assumiu em 1989 uma vaga no Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente, no interior do Pontal, elaborou o conceito de “conflitualidade” para começar explicar a dialética da luta pela terra tão presente na região<sup>33</sup>. Fernandes (2007) nos mostra como a conflitualidade é um processo e compreende dentro de si vários outros aspectos:

A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades (p. 175).

Para Fernandes (2007), a conflitualidade gera o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização constante dos camponeses e ruralistas. Vemos essa relevância, quando essas duas classes têm suas disputas territoriais representadas, gerando conflitualidades a partir do confronto material e físico e também, criando conflitualidade a partir da disputa imaterial e metafísica. Essas organizações têm na mídia um território imaterial de luta para influenciar a opinião pública, além do território material disputado, como no caso das lutas para implantar medidas de reforma agrária nas fazendas griladas.

---

<sup>33</sup> O primeiro trabalho que ele cita esse conceito é em 2005, sobre movimentos socioterritoriais e socioespaciais, contudo o trabalho que vai conceituar de maneira mais aprofundada é em 2007, quando define conceitualmente conflitualidade. Nesses dois trabalhos ele vai debater a importância de entendermos a conflitualidade como elemento inerente, produzido na luta de classes que expressa territórios em conflito. E a partir desse entendimento, esse conceito se torna tão presente em nosso trabalho.

O interessante é que o MST cresceu nacionalmente a partir de sua formação no sul e sudeste do Brasil, enquanto a UDR recuou e quase desapareceu depois das brigas para influenciar a Assembleia Constituinte. Desde 1996, a UDR começou a atuar de novo, mas como organização regional, com sua base no Pontal. Desde 1996, a UDR existe com forte atuação somente no Pontal e continua com a política de defender o interesse dos latifundiários.

Na mídia, contudo, a tendência é de mostrar a UDR como a situação, enquanto o MST é representado como agressor, que busca o conflito. Quer dizer, ao contrário do exemplo da Gleba Santa Rita, onde os ruralistas foram os agressores, tomando para si terras públicas, a imprensa normalmente apresenta os ruralistas, representados regularmente pela UDR, como os legítimos donos, vítimas dos ataques criminosos dos camponeses. É nossa hipótese que a territorialização da UDR é quase nunca representada pela imprensa como processo e, sim, como algo natural. É o campesinato que ameaça esta ordem natural, predominada pelos ruralistas.

A espacialização do MST no estado de São Paulo teve maior destaque, especialmente na região do Pontal do Paranapanema, onde verificamos o maior número de ocupações no Estado (DATA LUTA, 2011). O MST se destacou no período, não apenas por estar presente em mais municípios que outros movimentos, mas também por ter mais famílias envolvidas em suas mobilizações. É isso que serve de base concreta para a ênfase que a imprensa dá ao MST como movimento representativo da luta pela terra. Sua espacialização é sua colocação em espaço. Ele é mais responsável que outros movimentos em espalhar pela região a causa camponesa. É isso que dá mérito à mídia por destacar o MST, como maior ameaça da ordem posta (FERNANDES, 2000).

Muito dessa espacialização se deve também à atividade de José Rainha Jr., conhecido como “Zé Rainha”, militante dos sem-terra no Pontal do Paranapanema. Rainha foi um líder que auxiliou na expansão do MST no nordeste, especialmente os estados de Espírito Santo e Bahia, antes de ser destacado pelo movimento no Pontal do Paranapanema. Como filho de pequenos agricultores do estado de Espírito Santo, que perderam suas terras e foram proletarizados, Rainha foi alfabetizado nas aulas da juventude da igreja, orientada pela Teologia da Libertação, e ficou envolvido no movimento de renovação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Ainda como sindicalista, participou do I Congresso Nacional do MST, em 1985, em que foi indicado para compor parte da Direção Nacional. Quando sofreu ameaças de morte no Espírito Santo, o MST o deslocou para o centro-sul, onde se transformou no coordenador regional do movimento no Pontal a partir de 1991. Protagonizou muitas ocupações, que resultaram na implantação de vários assentamentos na região.

Condenado a prisão várias vezes, fugiu em algumas delas e ficou preso em outras. Ou na cadeia ou na liderança de ocupações ou debatendo com a UDR na televisão, Rainha foi feito pela mídia militante representativo do MST (WELCH, 2009b).

A primeira ocupação registrada na base DATALUTA, com participação do líder José Rainha Jr. aconteceu em Mirante do Paranapanema, na fazenda São Bento.

A presença do Rainha no Pontal foi noticiada pela primeira vez em março de 1991, o identificando como organizador das 234 famílias que ocuparam a Fazenda São Bento (IMP, 1991). Em julho, o *Jornal dos Sem Terra* o citou afirmando, "Os acampados vão ocupar o que é deles, plantar, construir casas. As ocupações vão continuar até que os 350 mil hectares grilados no Pontal estejam nas mãos dos trabalhadores" (JMST, 1991). A experiência de Rainha, a situação duvidosa dos títulos de propriedade da região, bem como sua proximidade da grande imprensa, ajudaram a projetá-lo – e sua esposa Diolinda Alves de Souza – como militantes camponeses nacionais e consolidar a imagem do MST como movimento singular dos sem-terra (WELCH, 2009b, p.4).

De acordo com o banco de dados DATALUTA, para o estado de São Paulo, até o ano de 1991 tivemos sete ocupações, com a participação de 1196 famílias, sendo que somente uma dessas foi identificada como sendo realizada pelo MST e as outras não foram identificada(s) nenhum movimento. De 1991 até 1995, tivemos registradas 177 ocupações com 38.050 famílias. Dessas, 156 ocupações com 29.170 famílias foram registradas como de autoria do MST. Trazendo para a realidade do Pontal, ainda nesse período, dessas 156 ocupações do MST no estado de São Paulo, 134 foram realizadas no Pontal do Paranapanema com 26.355 famílias. Isso é para notarmos a importância da chegada do MST Pontal do Paranapanema e no estado de São Paulo, com Rainha como seu braço forte na época,<sup>34</sup>. A disputa territorial exacerbada aproxima a imprensa paulista da realidade do Pontal, abordando-a, em “síntese”, como a realidade estadual.

Em seguida, temos em 1995 e 1996, os massacres como eventos que consolidaram o MST no interior da opinião pública e também em São Paulo, pelos desdobramentos do grito de reforma agrária e no Pontal do Paranapanema, pela morte de um líder do MST. A formação do estado de São Paulo e do Pontal à sombra dos massacres e de outros acontecimentos narrados pela imprensa legitimou e ainda legítima imagens que refletem a conjuntura atual das lutas sociais, estereotipando alguns e exaltando outros. Vamos, então, a

---

<sup>34</sup> Isso posteriormente resultaria na continuidade da expansão da luta dos movimentos socioterritoriais no estado de São Paulo. Eles contabilizaram, segundo o DATALUTA, de 1996 a 2010, 1165 ocupações de terra com 155.566 famílias no Estado de São Paulo, e no Pontal, desses números foram 617 ocupações com 72.806 famílias. A luta se espacializou por todo o estado de São Paulo.

alguns eventos emblemáticos das representações da imprensa paulista para discutirmos a formação da imagem e da identidade que respaldam projetos políticos, ou o capitalismo agrário, ou a questão agrária.

### 3.3 O caso da fazenda São Domingos

No ano de 1995, os meses de abril (com 14 ocupações) e outubro (com 12 ocupações) foram os meses com maior intensidade de luta registrada. Veremos nesse ano as ocupações que ocorreram em outubro, pois foi nesse mês que aconteceram três ocupações na mesma fazenda, a fazenda São Domingos, em Sandovalina/SP. Fazenda essa que está em processo de desapropriação desde esse período, e tem a perspectiva de concretizar esse processo em 2012 ou em 2013. Segundo membros do MST, o imbróglio em torno dessa propriedade deve-se, por que, em um primeiro momento, ela foi grilada pela família Paes (Oswaldo Fernandes Paes era o suposto “proprietário”), e em um segundo momento, deve-se ao fato de ela ser uma propriedade de aproximadamente 2450 hectares, fazendo parte do oitavo perímetro, ou seja, terras que estão processo de desapropriação por ser de origem ilegal, ou seja, devolutas. A luta por esse território se torna emblemática justamente por reunir todos esses elementos, contando com uma série de ações dos movimentos socioterritoriais, que propunham a reforma agrária para essa área, sendo que muitas dessas ações foram duramente reprimidas (“à bala” em alguns casos). De 1995 até 2009, foram 16 ocupações somente nessa fazenda, com 6711 famílias participantes, cerca de 26 mil pessoas envolvidas nessa luta pelo pedaço de terra, e mais que isso, por esse território, o território camponês (DATALUTA, 2012).

**Quadro 2 – Notícias para análise de “O caso da fazenda São Domingos” no ano de 1995**

Pasta	Data da publicação	Título da matéria	Jornal	Pág.
P01	3/10/1995	Sem terra cumprem ameaça e invadem	ON	3
P01	3/10/1995	Sem terra volta a invadir área em SP	FSP	1-10
P01	3/10/1995	Fazendeiros reclamam da falta de governo	IMP	1C
P01	3/10/1995	MST promete novas ocupações	IMP	1C
P01	4/10/1995	MST diz que continuará ocupações	IMP	5C
P01-B	5/10/1995	Lula crítica política de assentamento	ON	2.4
P01-B	5/10/1995	Invasões no Brasil	ON	2.4
P01	7/10/1995	MST anuncia nova invasão no Pontal	ON	2-3
P04-C	7/10/1995	Incra promete assentar mil famílias já no Pontal	FSP	1-8
P04-C	7/10/1995	MST prepara nova invasão	FSP	1-8
P04-C	7/10/1995	FHC e PT vão tentar parceria no campo	FSP	1-8
P01	8/10/1995	MST invade fazenda São Domingos	ON	3
P01	8/10/1995	Advogada do MST sofre atentado	IMP	5C

P01	8/10/1995	Sem-terra invadem outra fazenda no Pontal	FSP	1-13
P01	8/10/1995	Sem terra invadem outra fazenda	IMP	5C
P01	10/10/1995	Polícia insiste em prisão de Rainha	ON	1
P01	11/10/1995	Mulher de Rainha diz que ele lidera na clandestinidade	ON	3
P01	11/10/1995	Sem terra resistirão pacificamente a PM	FSP	1-10
P01	11/10/1995	Polícia insiste em prisão de Rainha	ON	3
P01	12/10/1995	Sem terra adiaram despejo para hoje	ON	3
P01	12/10/1995	Promotora recorre ao TJ sobre prisão	IMP	8-B
P01	12/10/1995	Sem-terra desistem de resistir ao despejo	FSP	1-10
P01	12/10/1995	Rainha reaparece para negociar	FSP	1-10
P01	12/10/1995	Rainha leva negociação a impasse no Pontal	OESP	A15
P01	13/10/1995	Para líder, acordo está distante	OESP	A11
P01	13/10/1995	Sem terra não saem de área invadida	ON	3
P01	13/10/1995	PM não aparece e sem-terra mantém invasão	OESP	A11
P04-C	13/10/1995	Rainha, Fale com Julião	ON	2-3
P01	14/10/1995	Famílias de sem terra deixam a Cesp	IMP	5A
P01	14/10/1995	Invasores deixam área no Pontal	OESP	A11
P01	14/10/1995	MST define prazo para governo assentar	FSP	1-11
P01	15/10/1995	MST ameaça invadir área desocupada	ON	3
P04-C	15/10/1995	Sem opção, esquerda investe tudo no campo	OESP	A27
P04-C	15/10/1995	"Nossa luta é da sociedade e não de um partido"	OESP	A27
P04-C	15/10/1995	Sem opção esquerda investe tudo no campo	OESP	A27
P02-A	15/10/1995	MST acusa policiais de abuso de poder	ON	C5
P01-B	15/10/1995	Os gritos do silêncio	OESP	A2
P01	17/10/1995	Sem terra ameaçam com matança de bois	FSP	1-11
P01	17/10/1995	Deputados do PT visitam sem-terra	ON	7
P01-B	17/10/1995	O capital ataca novamente	FSP	6-4
P01	18/10/1995	Fazendeiros pedem intervenção federal	FSP	1-14
P01	18/10/1995	Atuação de Rainha já preocupa MST	FSP	1-14
P01	18/10/1995	Delegado reafirma pedido de prisão	ON	3
P01-B	18/10/1995	Sem terra e sem capital	FSP	1-3
P01	19/10/1995	Acordo pode assentar mil famílias	ON	3
P01	19/10/1995	Sem terra dão 'voto de confiança'	IMP	5C
P01-B	21/10/1995	FHC quer auxílio de Estados	FSP	1-8
P01	22/10/1995	Rainha mora de graça em casa do governo	FSP	1-12
P01	22/10/1995	Mao, Che e Cristo decoram as paredes	FSP	1-12
P01	22/10/1995	Líder é funcionario do MST	FSP	1-12
P04-C	24/10/1995	Incrá quer acabar com acampamentos	ON	2.8
P01	25/10/1995	Ruralistas preparam frente estadual	ON	3
P01	28/10/1995	Fazendeiros já contratam seguranças armados em SP	FSP	1-13
P02	29/10/1995	Estado pode assentar 67 mil famílias	ON	2-8
P02	29/10/1995	Sem-terra invadem fazenda e Cesp	ON	3
P02	29/10/1995	Rainha é mistura de Cristo e Lampião, dizem sem-terra	OESP	A28
P02	29/10/1995	Sem terra voltam para a São Domingos	IMP	4A
P02-A	29/10/1995	SP tem terra para assentar 67 mil famílias	FSP	1.8
P02	30/10/1995	MST recruta invasores na região	ON	3
P02-A	30/10/1995	MST invade fazenda em Paulicéia	ON	5
P02	31/10/1995	Juiz decreta prisão de líderes do MST	IMP	5-A
P02	31/10/1995	Líder sem-terra é processando por homicídio	IMP	5-A
P02	31/10/1995	Polícia prende dois líderes dos sem-terra	FSP	1-6
P02	31/10/1995	Ruralistas temem Rainha 'martir'	ON	4
P02	31/10/1995	Líder presa diz que invasões vão continuar	OESP	A-14

Fonte: Dataluta Jornal – 2011

A estratégia camponesa prevaleceu e esse território conquistado presenciaria muitos eventos relacionados à luta pela terra, além de sujeitos importantes que fizeram e fazem parte

da história paulista. O Quadro 2 mostra as notícias selecionadas no DATALUTA Jornal. Só do mês de outubro de 1995, foram 57 notícias e elas revelam a centralização da repercussão nas ocupações e no MST. A representação de Rainha como líder do movimento passa, a partir desse período, por outros aspectos para além de uma simples liderança. A imprensa começa utilizar sua imagem para ser sinônimo do movimento sem-terra. O que ele faz, onde anda e o que diz são o corpo e osso da luta. Ele torna um mito que engrandece a sua imagem e descaracteriza a luta, não pelo camponês, Rainha, mas pela representação da sua figura que dá lugar a outras questões mais importantes. Além disso, a representação da imprensa é bastante focada nas ocupações e nos acontecimentos que foram gerados em torno delas, como uma possível queda, do então, presidente do INCRA naquela época. Os sem-terra são os protagonistas, enquanto os ruralistas são vítimas de invasores, que “reclamam” a falta do estado de direito, são pegos despreparados e “temem” Rainha.

*Agosto de 1995, chacina em Corumbiara; outubro de 1995, as três primeiras ocupações na São Domingos; e abril de 1996, massacre no Carajás*<sup>35</sup>

A primeira ocupação de uma série foi em 1º de outubro de 1995, justamente na fazenda São Domingos. Essa ocupação foi registrada entre as notícias do *Oeste Notícias*, *O Imparcial* e *Folha de S. Paulo* (3/10/1995). Ela teve oitocentas famílias envolvidas, algo que chamou a atenção da imprensa regional e nacional para esse evento específico. A primeira de mais duas que viriam nesse mesmo mês, uma no dia 7 (com quinhentas famílias) e a última, no dia 28 (sem identificação do número de famílias) (DATALUTA, 2011).

As notícias publicadas pelo *Oeste Notícias* e *O Imparcial* expunham o Conflito Fundiário como chapéu e uma foto de José Rainha Jr. falando aos sem-terra que estavam na ocupação. Nesse momento, o *Oeste Notícias* revela as proposições de Rainha que não critica, de fato, o governo federal, mas confronta a realidade dos assentamentos pelo governo estadual, alegando que os assentamentos criados eram importantes, mas não, suficientes. A contraposição é a exposição dessas ocupações como um crime, em uma fala anônima de um proprietário, que teve, supostamente, sua fazenda ocupada. O conflito começa a se desenhar em meio ao governo federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o governo estadual de

---

<sup>35</sup> A primeira ocupação registrada na base DATALUTA: Ocupações na fazenda São Domingos em Sandovalina (SP), tem como fonte a pesquisa primária através de ligações ou contato direto com o movimento na época. A segunda e a terceira ocupações nessa fazenda estão registradas conjuntas, como fonte da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) e Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

Mario Covas. A notícia seguinte, na mesma página (ON, p. 3), é sintomática, quando entendemos que o Massacre de 1995 de Corumbiara, em agosto, obteve repercussão “favorável” aos camponeses (favorável a que custo). A busca por armas entre os fazendeiros no Pontal do Paranapanema era noticiada não somente nos jornais, mas também na televisão (ON, 3/10/1995, p. 3). Essas armas que estariam em posse de alguns fazendeiros, segundo os mesmos, foram devolvidas à polícia federal pelo aceite do acordo entre o Secretário da Justiça, Belisário do Santos Júnior e os fazendeiros, que iriam esperar a perícia e a indenização pelas propriedades.

O *Oeste Notícias* (4/10/1995, p. 2.3) ainda publica a fala do Ministro da Justiça, Nelson Jobim, de que as armas foram uma montagem da rede Globo de televisão em notícia veiculada pelo Jornal Nacional. A repercussão dessas ocupações passa a ter a atenção nacional. A luta pela terra já tinha obtido alguma atenção anterior, mas a partir do massacre de Corumbiara, em agosto de 1995, pela brutalidade das ações dos ruralistas contra os camponeses, a luta pela terra sofreu um crescimento de atenção da mídia. Em 1995, foram mais de vinte notícias encontradas nos arquivos do DATALUTA Jornal, somente relacionadas, como os próprios jornais denominaram, à “chacina de Corumbiara”. A violência ultrapassou os limites da personificação da luta apenas nos sem-terra.

No Pontal do Paranapanema, por exemplo, o apoio da Igreja Católica pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) foi duramente reprimido por ameaças de morte (*Oeste Notícias*, 6/10/1995). O padre João Pereira foi ameaçado de morte pelos ruralistas e teve respaldo das lideranças das CEBs para continuidade do seu trabalho junto aos sem-terra.

No momento das ocupações da fazenda São Domingos já havia uma espécie de abertura para os movimentos socioterritoriais serem representados na imprensa. Abertura essa que ganharia em 1996 uma grande porta, após o violento episódio de Eldorado dos Carajás. Usamos a expressão “abrir uma porta”, pois encontramos nos arquivos do DATALUTA Jornal, desde abril de 1996, quando aconteceu o incidente, cerca de 285 notícias veiculadas ao “massacre de Eldorado dos Carajás”, nomenclatura dada pela imprensa. A partir desse episódio, os movimentos socioterritoriais passaram a ser mais representados (vide Quadro Rítmico 1), contudo foram também muito mais reprimidos e a luta não cessou. Estrategicamente, ela tem momentos de calmaria, que antecedem a continuidade da mesma.

Em relação a primeira ocupação na fazenda São Domingos, temos nas notícias veiculadas no *Oeste Notícias* (4 e 5/10/2011) e na *Folha de S. Paulo* (7/10/2011), o território do jornal que foi cedido às cobranças de Luís Inácio Lula da Silva a FHC em relação a resolução da problemática da reforma agrária, respaldada nas ações dos sem-terra. Quanto a

isso, verificamos o seguinte trecho no *Oeste Notícias* (4/10/2011, p. 2.3) com uma declaração de Lula: “Se ele quer trégua dos sem-terra tem que dizer por quanto precisa dessa trégua e para fazer o que”, no *Oeste Notícias*, 4/10/2011, p. 2.3). Simultaneamente, o governador Mario Covas declarou que as últimas ocupações não afetariam os programas de governo.

Mario Covas renova então os votos de que as ocupações não prejudicariam a implantação dos assentamentos rurais, os territórios camponeses aumentaram nas ocupações, mas nos assentamentos como o território conquistado não obtiveram muita expansão. É nesse período que Francisco Graziano é nomeado por FHC como presidente do INCRA. Mario Covas expõe no jornal que o projeto do governo estadual é de assentar as famílias em 23 mil hectares destinados à reforma agrária, e que as ocupações não somavam 900 hectares nas áreas ocupadas. Esse discurso é a tentativa de descaracterizar a luta, e, mais adiante, veremos que ela é necessária para legitimar a área da fazenda São Domingos. Por outro lado, um artigo com respaldo e editoria do próprio *Oeste Notícias*, divulga dados do ITESP afirmando que duzentas famílias já saíram dos assentamentos para as cidades, apontando que o êxodo rural é intenso, mesmo no estado que supostamente mais investia em reforma agrária. Os motivos para tal fato seriam a baixa fertilidade da terra e a falta de créditos. Esses são outros fatores que dificultam a continuidade na terra, mas também os entraves instaurados pela burguesia do campo, na imprensa e no Estado (ON, 4/10/1995, p. 2.3).

A renovação dos votos por parte dos representantes do INCRA e ITESP não obtiveram efeito algum, já que a morosidade das lideranças de governo em atuar na Reforma Agrária era fato. Assim, o *Oeste Notícias*, *O Imparcial* e a *Folha de S. Paulo* noticiam no dia 8 de outubro de 1995, a reocupação da fazenda São Domingos, em Sandovalina/SP. A informação da quantidade das pessoas envolvida na ocupação vem do jornal *O Imparcial*, “Cerca de 2500 pessoas, lideradas pelo MST, invadiram na madrugada de ontem a fazenda São Domingos de 3200 hectares [...]” (8/10/1995, p. 5C). Ainda observando essa reportagem, ela traz a decisão judicial de que essa terra era considerada propriedade particular, e estava fora do décimo primeiro perímetro que já tinha sido julgado como área devoluta. A estratégia do MST, de acordo com a análise feita pelo jornal, era nova, pois enfocava a disputa além das terras devolutas, mas também das terras improdutivas, tanto que a atitude imediata do movimento, reproduzida na mesma notícia, foi a do plantio da mandioca, feijão e milho. Essa ocupação foi liderada por José Rainha Jr., segundo depoimento de Laércio Barbosa, e teve um grande efeito representativo. Além da nova postura do movimento, o símbolo de que era necessário cumprir com a função social da terra prevista na Constituição de 1988, e ainda lutar pela soberania alimentar.

Após isso, tivemos até o dia 28 de outubro de 1995 outras ocupações, que repercutiram na imprensa a imagem de José Rainha Jr. e as especulações que giravam em torno de sua prisão. Ainda houve a possibilidade de acordo com INCRA, que com Francisco Graziano Neto procurou desmobilizar a movimentação dos sem-terra com o assentamento de mil famílias no Pontal do Paranapanema até o final do ano de 1996. Foram feitas reuniões com José Rainha Jr. e Gilmar Mauro (lideranças do MST); Paulo Lima (deputado federal na época) e Claudio Evangelista (assessor de Mario Covas). A tentativa era paralisar as ocupações, negadas pelas lideranças, contudo o discurso do INCRA, por meio de Graziano, não acompanhava o mesmo tom que queria o diálogo e a paralisação das ocupações. Assim, o governo federal prometeu que ajudaria o governo estadual a pagar as indenizações às propriedades do décimo primeiro perímetro, o que manteria a fazenda São Domingos fora de cogitação para reforma.

Isso acarretou uma série de acusações vindas jornais dos *O Estado de S. Paulo*, *A Folha de S. Paulo*, *O Imparcial* e o *Oeste Notícias*, do dia 15 até o dia 22 de outubro de 1995, como podemos notar no Quadro 2. É com essa conjuntura que os jornais *Oeste Notícias*, *O Imparcial*, o *Estado de S. Paulo* (no dia 29/10/1995) e a *Folha de S. Paulo* (dias 29 e 31/10/1995) realizam a última cobertura sobre a ocupação na fazenda São Domingos. Mais uma vez, com grande repercussão da imprensa em torno do evento, mas principalmente em torno de José Rainha Jr. As publicações desses jornais relacionadas à destruição da propriedade da fazenda São Domingos se tornaram o centro das atenções junto as fotos de José Rainha Jr. em cima de um trator.

### ***Os desdobramentos das ocupações na Fazenda São Domingos em 1998***

Na continuidade da luta pelo território da fazenda São Domingos, em Sandovalina/SP, selecionamos outro evento, agora em 1998, com grande repercussão na imprensa e que retratou aspectos importantes para entendermos as representações da mídia e das disputas territoriais naquele período. No curso da luta, José Rainha Jr. e sua esposa, Diolinda Alves de Souza, foram condenados a dois anos de prisão, com direito a cumprirem em regime aberto (*sursis*) por formação de quadrilha. Rainha foi acusado de comandar 2,5 mil trabalhadores rurais na ocupação da da mesma propriedade em outubro de 1995. Na reportagem dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Imparcial*, são citados os mesmos líderes, mas a ênfase fica em Rainha e um pouco em sua esposa (Diolinda). A reportagem traz essa acusação como principal fato que fez o juiz decretar, durante a tramitação do processo, por duas vezes a

prisão de Rainha e Diolinda. O processo demorou, pois os réus colocaram como suas testemunhas de defesa figuras públicas, como Lula, Eduardo Suplicy, Martha Suplicy e Esther Pillar (os três últimos com cargos legislativos, até então), mas o juiz declarou que não valeu muito suas defesas, uma vez que não acompanhavam as ações do MST e só intervieram quando as prisões foram decretadas.

Figura 5 – *O Imparcial*, 1 de julho de 1998, p. 6B



O Juiz Darci Lopes Beraldo, que condenou mais seis integrantes do MST, expôs que o motivo é que “há indubitavelmente ações políticas descompromissadas com o processo democrático a partir dessa instabilidade do campo” – referindo as ações do MST de ocupar a fazenda São Domingos como “esbulho possessório e invasão” (*O Imparcial*, 1 de jul. de 1998, p. 6B). Esse juiz ainda citou, o então, presidente FHC afirmando que não se deve legitimar as “invasões”, pois a reforma agrária sairá dentro dos prazos da democracia e para quem ultrapassar esses limites a lei será aplicada. Outros condenados nesse julgamento foram: Laércio Barbosa, Claudemir Marques Cano, Márcio Barreto, Felinto Procópio dos Santos, Walter Gomes da Silva e Zelito Luz da Silva. Esse mesmo processo absolveu: Jonas de Andrade Justino, Manoel Neres dos Santos, José Eduardo Gomes de Moraes e Creusa Maria Turatto (*O Imparcial*, 1 de jul. de 1998, p. 6B).

O desdobramento dessa ocupação em 1995 teve repercussão apenas no mês de julho de 1998, estendendo-se por agosto e setembro com outras situações, como a vinda de Gilmar Mauro para o Pontal, visando fortalecer a luta do movimento camponês, como também a

tentativa dos ruralistas, colocando as Forças Armadas (exército) em pauta, para reprimir as ações dos movimentos. Vemos no território material dos jornais a representação da mídia e a luta pelo território imaterial. Nesse contexto histórico, a pretensão era de substituir o MST, que “batia de frente” com o governo tucano e mostrava existir uma questão agrária, assim, FHC tentou mobilizar a pressão popular, como já foi colocado, para a criação de movimentos mais dóceis e manipuláveis, como o MAST – Movimento dos Agricultores Sem-terra (MARTINS, 2000; FELICIANO, 2006). Outro ponto que liga os meses de julho a setembro de 1998, além das ocupações e manifestações por esses mandatos de prisão, foi a intervenção de Lula na prisão de José Rainha. Lula, que era então candidato do PT (Partido dos Trabalhadores) à Presidência da República, forneceu, a princípio, “munição” para os Ruralistas atacarem os camponeses, levando a pauta da questão das manifestações e ocupações como ações eleitoreiras, e não, com características de rompimento.

Esse evento foi escolhido devido à extensão de sua repercussão com a publicação de muitas notícias correlatas e algumas pessoas aparecem com destaque. Por parte do campesinato, a mídia personalizou a luta, dando atenção especial ao José Rainha Jr., Diolinda, também militante do MST, e Gilmar Mauro. Eles foram protagonistas da luta camponesa para ganhar território no estabelecimento de assentamentos de reforma agrária. Por parte dos ruralistas, a então presidente da UDR, Tânia Tenório de Farias, e o dono da Fazenda São Domingos são citados regularmente, dando a eles a oportunidade de explicar sua posição como proprietários legítimos e produtivos. Além de alguns outros que entram em segundo plano, como Raul Jungmann (Ministro da Política Fundiária), Milton Seligman (Presidente do INCRA) e Belisário dos Santos Júnior (Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo), Tânia Andrade (presidenta do ITESP), para defender que o processo de reforma agrária está sendo executado. Uma figura ambígua é o Enílson de Moura (“Alemão”), representado como militante político do SDS (Social Democracia Sindical) que vai fundar um novo movimento camponês – o MAST – reforçando os argumentos contra a legitimidade do MST.

Nos jornais analisados, o MST é sempre colocado como agressor da luta pela terra, mas a imprensa não fica satisfeita em focar uma instituição ou a liderança coletiva. É necessário ter um protagonista de suas atividades e nesse sentido, o escolhido a representante é José Rainha. Quando é acusado de atividades criminosas, então, é o MST que está sendo condenado. O que ele diz, é apresentado como a fala do movimento e se ele receber um favor político pode ser interpretado como falha pessoal, culminando no ponto de que o MST é corrupto.

Para analisar os eventos e suas representações, foram separadas para leitura crítica 51 notícias, como observamos no Quadro 3, as publicações foram entre os meses de julho a setembro de 1998 e as reportagens certamente expressaram eventos da atualidade. Mas, de fato, a origem da cobertura foi a ocupação de 1995 na fazenda São Domingos. Em 1998, somente, foi publicada a sentença do juiz Darci Lopes Beraldo, que renovou a polêmica, agora no contexto do pós-massacre, quando o governo FHC estava experimentando várias estratégias para amenizar o papel do MST, depois de conseguir, como efeito do massacre, um Ibope muito alto. Em 1998, o conflito iniciado em 1995 teve sua repercussão concreta.

**Quadro 3 – Notícias para análise dos desdobramentos da ocupação da fazenda São Domingos no ano de 1998**

Pasta	Data da publicação	Título da matéria	Jornal	Pág.
P16	1/7/1998	Questão Agrária: Rainha é condenado a dois anos de prisão por comandar invasão	OESP	A16
P16	1/7/1998	Ruralistas barram vitória do INCRA	OESP	A16
P16	1/7/1998	Conflito Fundiário: Justiça condena Rainha e Diolinda	ON	1.3
P16	1/7/1998	Pontal: Justiça condena José Rainha e líderes a prisão	IMP	6B
P18-C	8/7/1998	MST promete fazer campanha para Lula	FSP	1.7
P10-B	8/7/1998	FHC tem de explicar o que não fez, diz Lula	FSP	1--6
P18-C	24/7/1998	Stédile chama FHC de 'satanás'	OESP	A7
P16	31/7/1998	Eleições/98: Rainha quer Lula mais agressivo na campanha	IMP	5A
P17	3/8/1998	Questão Agrária: Mst pede invasões em todo o país após manifestação	FSP	1.4
P17	3/8/1998	Mst invade a 4ª fazenda no Pontal	ON	1.7
P17	3/8/1998	Conflito Agrário: Mst invade a quarta fazenda no Pontal	IMP	6B
P16	4/8/1998	Mst quer fazer acordo com fazendeiro	ON	1.4
P16	19/8/1998	Rainha modifica o tom do discurso	OESP	A8
P16	20/8/1998	Mst inspira outros movimentos na região	OESP	A13
P16	22/8/1998	Governo paulista e Mst unem-se no Pontal	OESP	A13
P18-C	28/8/1998	Rainha anuncia retomada de invasões no Pontal	OESP	A16
P18-C	29/8/1998	MST acaba com cerco do BB no Pontal	FSP	1.4
P17	1/9/1998	Invasão interrompe obtenção de terra, diz Seligman	IMP	6B
P17	1/9/1998	Operação marca o fim do período de trégua	IMP	6B
P17	1/9/1998	Questão Agrária: 'Mst invade para defender honra de Rainha'	IMP	6A
P17	1/9/1998	Conflito Agrário: Invasões estão sendo em áreas negociadas, diz Udr	IMP	6A
P17	1/9/1998	Mst suspende, temporariamente, invasão de 3 fazendas do Pontal	IMP	6A
P17	1/9/1998	Editorial: O Mst quer criar um quadro de instabilidade e insegurança por todo o período eleitoral	IMP	3A
P17	1/9/1998	Mst retarda cronograma de invasões	ON	1.6
P17	1/9/1998	Protesto deve se estender para municípios da região	ON	1.6
P17	1/9/1998	Questão Agrária: Jungmann ironiza invasões do Mst	FSP	1.6
P17	1/9/1998	Questão Agrária: Sem-terra suspendem novas invasões	OESP	A11
P17	1/9/1998	O reenquadramento de José Rainha	OESP	A3
P17	1/9/1998	Marta diz a produtores rurais que será "muito firme" com o Mst	FSP	5
P17	2/9/1998	Onda de invasões devem estender-se a todo País	IMP	6A
P17	2/9/1998	Pontal do Paranapanema: Mst intensifica ações e volta a invadir	IMP	6B
P17	5/9/1998	Presidente da Udr considera invasões como atos absurdos	IMP	6B
P17	5/9/1998	Pontal: Social Democracia Sindical critica Mst e o Itesp	IMP	6B
P17	6/9/1998	Campo Minado: Udr cobre atitude de autoridades	ON	1.7
P19-C	7/9/1998	Oposição usa 'Grito dos Excluídos' como palanque	FSP	Especial 1
P19-C	7/9/1998	'Grito dos Excluídos' vira palanque da oposição	FSP	Especial 8
P17	9/9/1998	Questão Agrária: Mst invade com 'interesse político'	IMP	2A
P17	10/9/1998	Pontal: Rainha e Gilmar Mauro lideram ocupação do INCRA	IMP	7B
P17	12/9/1998	Questão Agrária: INCRA quer assentar 100 mil famílias em 99	FSP	1.5

P17	12/9/1998	Sem-terra evitam confronto em invasão no Pontal	FSP	1.4
P17	12/9/1998	Questão Agrária: Liberados R\$ 25 milhões para compra de terras	OESP	A14
P17	12/9/1998	Após invasão, proprietário faz acordo no Pontal	OESP	A14
P17	13/9/1998	Questão Agrária: Vitória de Maluf ou Rossi preocupa Mst	OESP	A17
P17	15/9/1998	Pontal: Tensão aumenta e Mst ameaça ocupar mais cinco fazendas	IMP	7B
P19-C	16/9/1998	Justiça reintegra posse de Fazenda Santa Clara	OESP	A10
P17	17/9/1998	Questão Agrária: Governo usa Mst para ter apoio, diz Rainha	FSP	1.8
P17	17/9/1998	Questão Agrária: Rainha teme ação do Exército no Pontal	IMP	6A
P17	17/9/1998	Questão Agrária: Mst e MAST disputam espaço no Pontal	OESP	A14
P17	18/9/1998	10ª Região: Sem-terra ocupam sede do Itesp em P. Prudente	IMP	4B
P17	18/9/1998	Rainha diz que não haverá invasão em terras com seguranças	IMP	4B
P17	18/9/1998	Questão Agrária: Rainha anuncia suspensão das invasões no Pontal	OESP	A10

Fonte: Dataluta Jornal – 2011

Em 40 notícias, das 51 selecionadas, Rainha do MST é o foco principal da mídia; em cinco notícias temos a UDR, representada, principalmente, por Tânia Farias defendendo o ponto de vista dos ruralistas; em seis notícias, o Governo intervém nas pessoas de Seligman, Jungmann, Belisário e Tânia Andrade (do ITESP); a SDS e o MAST, com apenas três notícias, aparecem, representados pela mídia, criticando o desdobramento das ocupações e criminalizando o MST por algumas atitudes que julgaram ser desse movimento.

### ***Os desdobramentos de uma ocupação: a justiça lenta e capital***

Quando saiu a decisão do juiz, a imprensa recorreu à presidente da UDR, Tânia Farias, para colocar a opinião dos ruralistas. No jornal *Oeste Notícias*, ela foi citada apoiando o sistema judiciário brasileiro, “devemos sempre ficar na justiça porque ela tarda, mas chega” (*Oeste Notícias*, 1 de jul. de 1998, p. 1.3). Ela também colocou que naquele momento seriam tomadas as devidas providências a essas pessoas que “invadem e destroem propriedades rurais” (*Oeste Notícias*, 1 de jul. de 1998, p. 1.3). A impunidade age a favor da ideologia do MST e da formação de novos grupos, ela afirma. Farias ainda declara que o MST é uma “facção político ideológica organizada para mudar o sistema político” (*Oeste Notícias*, 1 de jul. de 1998, p. 1.3). Na foto da reportagem, está concedendo uma entrevista e termina infantizando que o MST não produz nada e não oferece soluções, somente problemas.

O advogado do MST, João Luiz Martins Rubira, no *Oeste Notícias*, em 1º. de julho (p. 1.3), aparece na notícia seguinte explicitando que vai recorrer da decisão judicial, pois relata que foi uma surpresa a condenação, já que consta nos autos a ocupação da fazenda São Domingos como reivindicação pela reforma agrária. Ele coloca que na época, quando foi decretada a prisão preventiva em 1996, o mesmo juiz concedeu o *habeas corpus* e nesse momento decreta a prisão novamente. O advogado ressalta ainda que essa é uma tentativa de

mostrar o movimento como “quadrilha revolucionária paramilitar”, e alega que a UDR esteja por trás do processo (*Oeste Notícias*, 1 de jul. de 1998, p. 1.3).

Nesta mesma data, o *Oeste Notícias* incorpora mais alguns fatos sobre o evento, como o de que os réus terão que comparecer mensalmente a comarca de Pirapózinho para justificarem suas atividades (p. 1.3). Outra publicação, no *Oeste*, é em relação à denúncia principal e ao processo que estava tramitando pela acusação de “formação de quadrilha”, porém outras denúncias foram anexadas a esse processo, como maus tratos aos animais e posse ilegal de armas. Essa reportagem levanta o ponto de que além da fazenda São Domingos ter sido ocupada, também foi ocupado o canteiro de obras da Usina Taquaruçu, de propriedade da CESP. Em 1995, foi decretada a prisão de Rainha que fugiu, outros integrantes conseguiram o *habeas corpus* no mesmo dia, na outra condenação o procedimento foi o mesmo. É curioso notar a foto grande ao lado da notícia, com Rainha em cima de um trator perto de trabalhadores rurais e outra foto pequena de Diolinda, sendo que os outros acusados nem aparecem (*Oeste Notícias*, 1 de jul. de 1998, p. 1.3).

Temos que colocar também que, nessa época, havia certa simpatia da imprensa dos jornais com a questão agrária principalmente em virtude do que se passava no país. Simpatia essa muito em virtude dos acontecimentos dos anos anteriores, Corumbiara, em Rondônia e Eldorado do Carajás, no Pará. Isso se deve, em grande parte, ao que apresentamos inicialmente, a questão do discurso do governo a favor da reforma agrária, alegando que a mesma estava sendo feita, e também a necessidade de amenizar a repressão contra os movimentos para não mobilizar a opinião pública. Em razão disso, vemos que a chacina de Eldorado dos Carajás marcou o nome do MST na história de lutas e criou um espaço de debate que favorecia os movimentos. Assim, a mídia dava muito mais espaço para os movimentos socioterritoriais nas páginas dos jornais, inclusive não utilizavam tantos termos pejorativos como chapéus<sup>36</sup> para a notícia. Um exemplo é o conceito “Questão Agrária” que era utilizado pelo *Estado de S. Paulo*, que após 2002 não verificamos mais sua utilização no acervo até 2007, quando essa expressão reaparece. A mesma, depois de deixada de lado, foi substituída em grande parte por “Campo Minado” e mais tarde, foi cunhada por “Terra Sem Lei”, entre outros.

No *Estado de S. Paulo*, a chamada era também para “Questão Agrária”, o que demonstrava existir algo no campo da conjuntura agrária. A Medida Provisória 2109-52, de 2000 proibiu a desapropriação de terras ocupadas por períodos variados, dependendo na

---

<sup>36</sup> Termo jornalístico utilizado acima do título normalmente para fazer menção ao tema principal da notícia, como se fosse uma chamada para o que vem na matéria.

repetição de ocupação. Ao mesmo tempo, FHC criou o primeiro ministério dedicado à questão de reforma agrária e depois um ministério – o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário – com a função de ajudar o campesinato (oficialmente o agricultor familiar). Isso tudo com intenção de mostrar que o governo estava sim, realizando a reforma agrária e que as ocupações não eram necessárias, e se acontecessem seriam reprimidas. Nesse momento histórico, o jornal *Estado de S. Paulo* começa a mudar seus chapéus e a maneira de abordar os camponeses. Os outros jornais, como a *Folha de S. Paulo*, *O Imparcial* e *Oeste Notícias*, mantiveram a utilização de termos como “questão agrária” e “reforma agrária” para os chapéus de suas matérias.

Em 1998, *O Imparcial* também publicou reportagens que revelaram certa simpatia com o movimento camponês. Uma notícia que enfatizou o ponto da vista de Rainha, citado por desvalorizar o julgamento, como “condenação absurda, vergonhosa, que desmoraliza a justiça” (*O Imparcial*, 2 de jul. de 1998, p. 8A).

Figura 6 - *O Imparcial*, 2 de julho de 1998, p. 8A



Rainha declarou nessa matéria que a medida judicial é um forte motivo para a manifestação que os sem-terra programaram para o dia 25 de julho (Dia do Agricultor). Ele acusou Darci Lopes de ser um defensor dos “grileiros e ladrões de terra” (*O Imparcial*, 2 de jul. de 1998, p. 8A); e que Lopes representa a perseguição da oligarquia rural que pensa que o

Pontal é sua propriedade. Segundo Rainha, a sua condenação não foi uma surpresa, entretanto, seria surpreendente os atos de agressão contra ossem-terras por parte dos fazendeiros e pistoleiros, que até mesmo disparariam suas armas, se fossem reprimidos. Ele também estava sendo julgado pela justiça capixaba, precisava se defender da acusação de ser mandante de um assassinato contra um fazendeiro e um policial, da qual, em primeira instância, foi condenado a 26 anos de prisão.

O mês de agosto, do dia 1º. a 19, aproximadamente, o MST manteve a agenda em todo o Brasil de ocupações e manifestações. Após o dia 20, os jornais *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Imparcial* e *Oeste* voltaram o foco para o julgamento de Rainha, como vemos nesta matéria do *Imparcial*, “Novo Juri: Rainha será julgado em Vitória, confirma STJ” (26 de ago. de 1998, p. 2A) e do *Estado de S. Paulo*, “Rainha será julgado em Vitória” (26 de ago. de 1998, p. A12). O que percebemos após a leitura das reportagens é que não teve nenhum acordo oficial com o governo para que cessassem as ocupações, mas sim, um momento de recuperação de forças, reordenamento estratégico do MST para retomar com mais ocupações e assim, mais pressão sob o governo federal, que mantinha a postura de criticar as ações do MST por meio de colocações que procuravam comprometer a moralidade do movimento perante a população brasileira (ex: “FHC vê relação entre sem-terra e maconha”, *Folha de S. Paulo*, 23 de ago. de 1998, p. 1.7).

No dia 28 de agosto, na *Folha*, “Invasões vão começar, diz Rainha” (p. 1.4). O título da matéria do *O Imparcial*, de 1º. de setembro, anuncia que “Milton Seligman, presidente do INCRA, foi surpreendido com a notícia da retomada das invasões”. Segundo a matéria, o presidente do INCRA colocou, que conforme a lei, as fazendas ocupadas teriam seus processos de contratação para reforma agrária suspensos. Ele afirmou ainda que o MST tinha a intenção de prejudicar o governo, e que não tinha motivos para ocupar. Contudo, o MST resolveu retomar as ocupações no estado de São Paulo pela justificativa que os órgãos competentes não estavam agindo a favor da reforma agrária.

No final de agosto de 1998, o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Belisário dos Santos Júnior, lamentou a retomada das ocupações. Belisário declarou que entrou em acordo com o MST, e que os planos seriam divulgados, reforçou que essas ações são eleitorais. Todavia, ele reconheceu que o INCRA ainda não repassou ao ITESP os 28 milhões de reais em recursos para a reforma agrária, segundo Jungmann (então presidente do INCRA), as verbas seriam liberadas em setembro de 1998, alertando que: “a demora do INCRA não é motivo para invasões” (*O Imparcial* – 1 de set. de 1998, p. 6B).

Figura 7 – O Imparcial – 1 de setembro de 1998, p. 6B



Entre as manifestações, o MST também ocupou o Banco do Brasil em Teodoro Sampaio/SP com algumas reivindicações. Propôs suspender o bloqueio a uma condição de que o BB tirasse o nome da Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária no Pontal Ltda.) da lista dos inadimplentes, pois

esperavam o crédito para o custeio da safra. Rainha explicou que essa foi apenas a gota d'água para a ocupação e a manifestação no BB, pois o mesmo vinha atuando na tentativa de retardar a reforma agrária. 130 assentados não haviam pago o financiamento de custeio, e Rainha reconheceu isso. Por isso, o BB impediu a Cocamp de receber o financiamento de 3 milhões de reais, autorizado pelo BNDES e o Proceca (Programa de Crédito Especial para reforma agrária), nessa época, já havia sido autorizada a prorrogação e o BB tinha que liberar a verba.

No dia 1º de setembro, o MST mobilizou 1800 trabalhadores em dez acampamentos para ocupar fazendas que estavam sendo reivindicadas pelo próprio movimento para reforma agrária. Eles promoveram 13 ocupações, com 1280 famílias nos meses de agosto e setembro. A imprensa representou as mobilizações com uma mistura de imagens, por um lado, foi destacada as mobilizações como invasões, com o quebra-quebra de cercas e prédios, matança de gado, etc. Por outro, relatou a produtividade dos sem-terra que, logo, começaram o preparo da terra com os tratores. Entre fonte primária, ocupações registradas diretamente no campo, e fonte secundária, registros pelos jornais, foram ocupadas: as fazendas Santa Clara e Inháca (duas vezes cada uma), e a fazenda Rancho Grande (uma vez) em Mirante do Paranapanema/SP; fazendas Rancho Grande e Rancho Alto em Euclides da Cunha Paulista/SP; fazendas Bonanza e Nova Pontal em Rosana/SP; duas ocupações na fazenda Santa Zélia em Teodoro Sampaio/SP; fazenda Santo Sofia em Presidente Venceslau/SP; e Área da Usina de Taquaruçu em Sandovalina/SP. Os líderes, Gilmar Mauro e Rainha, coordenaram essas ocupações. Mauro aparece como um novo ator social, com grande reconhecimento no Sul, o mesmo foi para o Pontal com a intenção de auxiliar as ocupações e ali estabelecer um pilar forte da luta pela terra (*O Imparcial* – 1 de set. de 1998, p. 6B).

### ***O fim da trégua***

Mauro e Rainha juntaram as pessoas no assentamento Che Guevara e aí anunciaram também o fim da trégua com o governo e a retomada das ocupações, “se as terras não vêm por bem, virão pela força das ocupações” (*O Imparcial* – 1 de set. de 1998, p. 6B), disse Mauro. Os sem-terra do MST arrancaram o palanque das cercas e queimaram as pastagens, segundo a reportagem de *O Imparcial*, em 1 de setembro de 1998 (p. 6B), um mês antes das eleições.

Em contraposição, a presidente da UDR, Tânia Tenório de Farias, alertou que chamaria o exército caso as ocupações continuassem e avisou que essa decisão foi tirada numa reunião feita da sede da UDR, em Presidente Prudente/SP. A mesma declarou que não

havia razão para as ocupações, pois os acordos de terras para assentamentos já estão com o INCRA. Ela advertiu o movimento enfatizando que os fazendeiros iriam defender suas terras, caso acontecessem as ocupações.

No dia 5 de setembro de 1998, *O Imparcial* colocou uma foto de uma criança do MST com foices nas mãos durante uma ocupação e fez uma entrevista com Tânia Farias, representante da UDR. A UDR alegou que essas ocupações chegaram a um ponto extremo pela complacência do governo com os atos do MST e que o movimento fez isso pela certeza da impunidade e da pressão exercida sobre os pecuaristas que perderam suas terras. Farias reclama também do “clima de baderna que prejudica e pressiona os fazendeiros”.

Com a volta das ocupações, Enilson Simões de Moura, presidente da Social Democracia Sindical (SDS), o Alemão, criticou os atos do MST nas ocupações das fazendas Inhacá, Santa Clara, Santa Zélia e Rancho Grande, que segundo ele, foram atos de “delinquência”. Moura acusou também Tânia Andrade, do ITESP, de comungar com os atos do MST, ainda comenta sobre as reuniões do acampamento Che Guevara com o movimento e considerando isso mais grave (*O Imparcial*, 5 de set. de 1998, p. 6B). Ele explica que mandou um ofício a Jungmann, do INCRA, para suspender a verba de 30 milhões para desapropriação de terras, pois coloca como “flagrante marginalização do estatuto legal por parte de autoridades formalmente constituídas envolvendo ministério da reforma agrária” (*O Imparcial*, 5 de set. de 1998, p. 6B). O mesmo Enilson de Moura, que fundou o MAST em 1998, viria trazer mais problemas para o MST (FELICIANO, 2006).

O MAST atua desde 1998, quando foi fundado em Rosana/SP. Ele foi fruto de pequenas dissidências do MST que se uniram e o formaram mediante uma articulação da Social Democracia Sindical (SDS). O fundador do MAST, Enilson Moura (Alemão), fez campanha para Fernando Henrique Cardoso, e esse movimento, cuja essência é a social-democracia, também coloca que o governo FHC poderia realizar a reforma agrária (FELICIANO, 2006).

Jungmann na *Folha* declarou que essa retomada das “invasões” causaram prejuízos às eleições e ao próprio movimento. Segundo ele, Lula deveria intervir e dizer ao MST para parar e esperar a reforma agrária sem mortes. Jungmann expôs que um mês antes das eleições o MST tentou ajudar o PT a se erguer e ganhar as mesmas, pois a média de ocupações tinha sido alta no começo do ano e naquele período voltou a subir.

Tânia Farias, presidente da UDR, no *Oeste Notícias*, do dia 6 de setembro de 1998, estava procurando amparo jurídico para os fazendeiros associados a UDR contra a última de onda de ocupações. Ela fez uma série de acusações, mencionando que os sem-terra estavam

fazendo, deliberadamente, as ações e isso poderia trazer conflitos, inclusive já haviam avisado os fazendeiros para ficarem atentos.

É quando Rainha decide negociar, assim, procura um diálogo com o governo. Seligman avisa que somente retornará as negociações com MST depois das desocupações, que já estavam acontecendo. O discurso mais ameno de Rainha e Seligman coincidiu com a liberação de verbas de R\$5 milhões para compra de fazendas em São Paulo. Segundo os jornais, o nome da Cocamp foi retirado do cadastro dos inadimplentes do BB, o que entra em confronto quando sabemos que a Cocamp nunca saiu desse cadastro dos inadimplentes. Esse é um fator que reforça a nossa análise de que a mídia não é uma verdade absoluta, sendo que ela procura reproduzir e legitimar a ótica dominante, ou corporativista, nesse caso, sem compromisso com a realidade de fato. Aí advertimos: devemos tomar cuidado com a reprodução fiel em nossas pesquisas do que a imprensa publica.

**Figura 8 – Folha de S. Paulo – 12 de setembro de 1998, p. 1-4**

FOLHA DE S. PAULO Tel.: (011) 3224-4995. Fax: (011) 324-2268. E-mail: folha@uol.com.br

QUESTÃO AGRÁRIA Rainha quer nova negociação; Seligman impõe condições

# Governo e MST amenizam tom e já admitem diálogo



**JOSÉ ERNESTO CREDENÇÃO**  
da Agência Folha  
em Teodoro Sampaio

O governo federal e o MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) amenizaram ontem o tom da "guerra verbal" que vinham travando há uma semana.

O líder do MST José Rainha Jr. afirmou que o governo federal "reconheceu" os direitos dos sem-terra e, em razão disso, chegou o momento de serem retomadas as negociações com o Incrta (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

O presidente do Incrta, Milton Seligman, por sua vez, afirmou que, assim que forem desocupadas as sedes do órgão invadidas pelos sem-terra no país, estará disposto a voltar a dialogar.

As sedes do Incrta em Marabá, Belém e Curitiba foram invadidas sem-terra. A de São Paulo foi invadida na semana passada, mas foi desocupada no mesmo dia.

"Por enquanto, nem tenho como negociar com o MST, mas eles sabem que não precisam de atos para falar com a gente. Tenho as relações pessoais com os líderes", afirmou Seligman.

O discurso mais ameno de Rainha e Seligman, após quase uma semana de troca de acusações entre o governo e o MST, coincide com o anúncio da liberação de R\$ 5 milhões para a compra de fazendas no Estado de São Paulo.

Seligman também disse que os programas de reforma agrária não foram paralisados no Estado, na terça-feira, devido à invasão do prédio do Incrta, e estão sendo retomados.

Anteontem, o Banco do Brasil também decidiu retirar a Cocamp (cooperativa do MST no PONTAL DO CADIN (Cadastro de Imóveis Rurais)), o que impedia a entrada a captar recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Mais comedido nas declarações, Rainha evitou falar em "reclamação" do governo. Ainda assim, o MST fez ontem sua 10ª invasão no Estado desde a semana passada (leia texto abaixo).

O sem-terra também prometeu invadir mais duas áreas neste fim-de-semana.

**Os homens do MST no Pontal**

- José Rainha Jr.**
  - Líder do MST no Pontal desde 1993 e o principal líder do MST no país. Divide o dia entre trabalhar na lavoura, fazer palestras em acampamentos, dialogar com o governo e ainda administrar a Cocamp.
- Edson de Moraes**
  - Divide o tempo entre administrar as obras de infra-estrutura do MST e na organização de acampamentos. Tem 40 anos e está em período de férias.
- Ademir Rodrigues Soares**
  - Foi um dos fundadores do MST em São Paulo. Trabalha em uma fazenda de São Paulo.
- Roberto Alves de Sousa**
  - É responsável pelo acampamento de São Paulo. Trabalha em uma fazenda de São Paulo.
- Cláudio César**
  - Foi um dos fundadores do MST em São Paulo. Trabalha em uma fazenda de São Paulo.
- Cláudio César**
  - Foi um dos fundadores do MST em São Paulo. Trabalha em uma fazenda de São Paulo.
- Cláudio César**
  - Foi um dos fundadores do MST em São Paulo. Trabalha em uma fazenda de São Paulo.

## Sem-terra evitam confronto em invasão no Pontal

**BERNARDINO FURTADO**  
enviado especial a Teodoro Sampaio

A imagem de dois empregados da fazenda Nova do Pontal ajudando militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) a desmontar a placa da propriedade invadida na madrugada de ontem pôs em xeque o cenário de confronto desenhado pelo governo federal e pelo líder do MST no Pontal do Paranapanema, José Rainha Jr.

Além da Nova do Pontal, no município de Rosana, o MST também invadiu ontem, sem enfrentar resistência, a fazenda Santa Zélia, em Teodoro Sampaio. Anteontem, a invasão foi na Santa Clara, em Mirante do Paranapanema, também sem resistência por parte do proprietário.

As três fazendas têm uma característica comum: estão em fase adiantada das negociações entre os proprietários e os governos estadual e federal para a transformação das propriedades em projetos de assentamento.

Há pelo menos um ano o MST não invade fazendas no Pontal nas quais sabe que encontrará resistência armada.

É o caso das fazendas São Domingos e Santa Irene, em Sandovalina, e Santa Rita, em Mirante do Paranapanema, onde invasões do MST foram repelidas a bala. De forma ostensiva e contínua, os proprietários dessas fazendas têm mantido, desde então, homens armados para conter possíveis invasões.

Para obter êxito na invasão dessas fazendas, mesmo admitindo o risco de ter militantes feridos ou mortos, o MST sabe que precisaria mobilizar milhares de pessoas.

Para isso, seria necessário arremessar militantes que atualmente estão pulverizados em uma dezena de acampamentos montados pelo do Pontal. Seria uma movimentação ostensiva, que despertaria a atenção tanto da polícia quanto dos fazendeiros.

Diferentemente do que ocorria até o início de 96, quando tinha acampamentos no Pontal com até 500 famílias cada, que acabaram em boa parte conseguindo seus lotes, o MST tem feito invasões com 80 a 100 militantes, em média.

Só a falta de perspectiva de confronto justifica a ruidosa e demorada preparação da invasão da fazenda Nova do Pontal.

Acampados há sete meses numa faixa de terra entre a rodovia de acesso à hidrelétrica de Rosana e a cerca da fazenda, as 70 famílias do MST passaram cerca de quatro horas desmontando os barracos.

A alagoinha Maria Helena dos Santos, 48, teve que arrancar sozinha as lâminas de zinco que formavam as paredes e o teto do seu barraco. "Vou conseguir agora a minha terra", dizia Maria Helena.

Das 21h de quinta às 3h de ontem, dois caminhões e seis peruaças ficaram estacionados no acampamento até serem carregados com os pedaços dos barracos, camas, fogões e até um cachorro.

A movimentação no acampamento chamou a atenção de policiais que passavam de carro pelo local. Depois de uma rápida conversa com os sem-terra, os policiais foram embora.

Figura 9 – O Estado de S. Paulo – 18 de setembro de 1998, p. A10



FHC autorizou um orçamento para assentar 100 mil famílias no ano de 1999, o orçamento para isso foi de R\$2,2 bilhões. O Presidente ainda propôs que o INCRA deveria se tornar uma agência executiva com diminuição no número de funcionários. Seligman e Jungmann se reuniram para organizar a estrutura após as eleições, transformando, assim, o INCRA num órgão menos burocrático (*O Estado de S. Paulo* – dia 18 de setembro de 1998, p. A10; *Folha de S. Paulo* – 12 de setembro de 1998, p. 1-4).

Abaixo da manchete “Decisão foi tomada após acerto entre sem-terra, ITESP e INCRA para realização dos assentamentos”, o *Estado de S. Paulo* relatou no dia 18 de setembro de 1998, que foram suspensas as ocupações devido à decisão em assentar 431 famílias de modo inicial. Essas declarações acirraram mais as relações entre MST e MAST. O MAST pedia igualdade de tratamento. A reportagem enfatiza o crescimento do MAST e o acirramento das diferenças com o MST<sup>37</sup> (*O Imparcial* - 19 de setembro de 1998, p. 2A).

Isso aconteceu quando o MST, liderado por Rainha, tentou fazer uma reunião com o ITESP e outros movimentos (supostamente, o MAST e outros) ocuparam a sede do ITESP no mesmo momento. A reportagem do *Imparcial* no dia 18 expõe a ocupação dos sem-terra ao prédio do INCRA, onde iriam se reunir com Tânia Andrade, do ITESP, para debater sobre as fazendas que iriam ser liberadas para reforma agrária, sendo que os sem-terra que ocuparam

<sup>37</sup> Em entrevista com Milton David da Silva (“Miltão”), líder do Mast, 11 de dezembro de 2008, observamos essa mesma perspectiva nesse evento.

foram do MAST, Terra Brasil<sup>38</sup> e do Must<sup>39</sup>. Esses movimentos esperavam os assentamentos e repasses de verbas para produção que estava atrasada. Lino Macedo, líder do MAST, disse na época que o manifesto continuaria enquanto não saíssem as propriedades à disposição para a reforma agrária. (as propriedades negociadas na época eram: fazenda Santa Maria, Nantes; Santa Madalena, Regente Feijó; Santa Mônica, Taciba; Natal, Caiuá; Santa Rita, Caiuá).

Rainha ainda frisou que a ocupação dos outros grupos sem-terra o pegou de surpresa, pois tinham marcado uma reunião para definir as terras a negociar. Afirmou que os grupos se aproveitaram da reunião para se manifestar e pedir seu pedaço de terra. Outro integrante do MST, Cledson Mendes, explicou que em cada fazenda que estava sendo negociada, o movimento estava acampado em frente. Rainha aproveitou para expor que as ocupações não eram eleitorais e que, contrariamente, ao que Exército vinha dizendo não eram para formar um mártir. Nas fazendas, como Santa Rita (na época pertencente a família Negrão) e São Domingos (pertencente a Osvaldo Paes de Andrade), o caminho era a fruticultura com pequenas e médias propriedades e não mais a pecuária.

Posteriormente a todos esses fatos, *O Imparcial*, no dia 18 de setembro de 1998, publica matérias no sentido de reforçar que as ações de ocupação ao ITESP são do MST, caracterizando-as como eleitorais. De acordo com o jornal, as ocupações às agências do Banco do Brasil não tiveram fundamento, porque as razões eram falsas, além das gerências dessas instituições dizerem que os financiamentos já estavam disponíveis e não dependiam da dívida da Cocamp. É claro que existe uma diferença de postura perante cada situação. *O Imparcial* e o *Oeste Notícias* procuram se colocar na maioria das vezes com a criminalização dos movimentos e condenam as ocupações, mas também abrem espaço para o diálogo das organizações envolvidas e do governo, tentando deixar as ideias de cada lado do discurso.

A luta pelo território material e imaterial é travada diretamente nos jornais e na terra, indiretamente, na opinião pública e a representação dos camponeses e ruralistas está exposta nos jornais. Essas disputas são evidenciadas em momentos como, a contraposição de forças entre MST e UDR, quando o movimento retoma as atividades e a UDR procura criminalizar e comover a opinião pública a seu favor, fazendo uso, por exemplo, da foto de uma criança sem-terra com uma foice na mão (*O Imparcial* – 5 de set. de 1998, p. 6B). Ao mesmo tempo, os jornais mostram os movimentos ocupando e realçando a perspectiva de que aquela luta pode ser legítima, por exemplo, quando a *Folha* ou o *Estadão* reconhecem uma questão

<sup>38</sup> MTB (Movimento Terra Brasil) diverge na ideologia e princípios com o MST, e tem na sua Coordenação Regional José Milton Silvestre Santos.

<sup>39</sup> Movimento, criado em 2004, é dissidente do MST. Atualmente, não existe mais, pois se aglutinou ao MAST.

agrária e expõem a necessidade da desburocratização do INCRA para que facilite a distribuição dessas terras reivindicadas (*Folha de S. Paulo* – 12 de set. de 1998), ou até mesmo, pelo espaço dado aos camponeses em todos os jornais, criminalizados ou não, os movimentos socioterritoriais aparecem muitos mais que o próprio governo e os ruralistas nesse período. Nesse evento, além da luta constante de território por parte dos camponeses e ruralistas, a imprensa procura sempre parecer “imparcial”, fornecendo as visões dos distintos atores sociais. A perspectiva principal levantada é a do jogo de interesses e das relações de poder estabelecidas entre o campesinato e o governo FHC na época. Nesse período, a imprensa ainda se apresenta mais branda aos movimentos, também devido ao pós-massacre, mas também por causa da ideia que FHC tenta concretizar, de que a reforma agrária era algo necessário, até mesmo para o imaginário social daquele momento.

### 3.4 O atentado a um líder camponês

No dia 19 de janeiro de 2002, José Rainha, da Direção Nacional do MST, ocupou mais uma fazenda em processo de desapropriação pelo INCRA. Era uma mobilização de 275 famílias na fazenda Santa Rita no Pontal. Na hora da ocupação Rainha realizou uma assembléia das famílias. Após isso, Rainha saiu junto a Sérgio Pantaleão e Fátima Siqueira, sem-terras pertencentes ao MST, para fazer o reconhecimento da propriedade. Quando estavam saindo da fazenda viram Roberto Gargione Junqueira que estava com mais dois homens, e ali houve um encontro que deixou Rainha baleado e deu fundamento ao movimento para alegar que houve um atentado a vida desse líder camponês (*Oeste Notícias* – 20 de jan. de 2002, p. 1.5; *O Imparcial* – 20 de jan. de 2002, capa *Folha de S. Paulo* – 22 de jan. de 2002; p. A8; *O Imparcial* – 22 de jan. de 2002, p. 6B).

No ano de 2002, selecionamos 29 notícias sobre essa suposta tentativa de assassinar Rainha (ver Quadro 4). Quantitativamente, podemos perceber alguns aspectos interessantes. Sendo que dessas, o nome de José Rainha é destaque em 19 notícias e a UDR surge em apenas duas. Os ruralistas foram representados também, sem a intermediação da UDR, na pessoa do procurador da dona da fazenda, Roberto Gargione Junqueira (engenheiro agrônomo), e da própria fazendeira, Yone Cartine Junqueira Binfoura e Agripino Lima, então prefeito de Presidente Prudente – ligado ao PTB. Todos falavam e trabalhavam a favor da lógica de reprodução do território do capital e do enfrentamento ao MST. Agripino Lima aparece em 13 notícias, equivalendo-se praticamente a presença de Rainha nas páginas dos jornais.

**Quadro 4 – Notícias para análise de “O atentado a um líder camponês” no ano de 2002**

Pasta	Data da publicação	Título da matéria	Jornal	Pág.
P30	20/1/2002	José Rainha é baleado no Pontal	ON	1.5
P30	20/1/2002	José Rainha é baleado no Pontal	IMP	capa
P30	21/1/2002	Acusado de balear Rainha é preso no interior de SP	FSP	A5
P30	21/1/2002	Preso fazendeiro sob acusação de balear José Rainha	OESP	A7
P30	22/1/2002	Para polícia, tiro em Rainha pode não ser atentado	FSP	A8
P30	22/1/2002	Fazendeiro alega legítima defesa	ON	1.6
P30	22/1/2002	Testemunhas dizem que fazendeiro agiu em legítima defesa	OESP	A11
P30	22/1/2002	Polícia ouve acusados e vítimas	IMP	B5
P30	23/1/2002	Ministro Jungmann abandona reunião	ON	1.6
P30	23/1/2002	Incidente marca visita de Jungmann	IMP	B1
P30	23/1/2002	Jungmann visita Rainha e diz que violência não voltará ao Pontal	OESP	A12
P30	24/1/2002	Advogado diz ter elementos para obter soltura de acusado de balear Rainha	FSP	A6
P30	25/1/2002	Para UDR, Jungmann transforma fazenda produtiva em "favela rural"	FSP	A8
P34-C	25/1/2002	MST: violência de mão dupla	OESP	A3
P30	28/1/2002	MST faz ato por terra no interior de São Paulo	FSP	A7
P30	29/1/2002	MST faz marcha pela reforma agrária	IMP	B3
P30	29/1/2002	Prefeito diz que vai fechar rodovia para impedir marcha do MST no interior	FSP	A8
P30	30/1/2002	Marcha sem terra é bloqueada em Pirapó	ON	Capa
P30	30/1/2002	Inquérito diz que não houve emboscada	IMP	B1
P30	30/1/2002	MPE pede desobstrução de estrada	IMP	Capa
P30	30/1/2002	Em Prudente, prefeito pára marcha do MST	OESP	A7
P30	30/1/2002	Prefeito fecha estrada e barra MST	FSP	A5
P30	31/1/2002	MST chega a Prudente, mas fala para poucos	OESP	A10
P30	31/1/2002	Inquérito apura bloqueio contra MST	FSP	A8
P30	31/1/2002	Advogado diz que prefeito agiu certo	ON	1.6
P30	31/1/2002	A falsa paz do MST	ON	1.2
P30	31/1/2002	Governador de SP desbloqueia rodovia	IMP	B.4
P34-C	31/1/2002	MST chegam Prudente, mas fala para poucos	OESP	A10
P34-C	22/3/2002	MST promete muitas invasões para abril	OESP	A11

Fonte: Dataluta Jornal – 2011

### *Ocupação da fazenda Santa Rita: perspectivas a partir da representação da relação camponato-ruralista-Estado*

Após o tumulto do dia 19 de janeiro de 2002, em um sábado, Rainha foi hospitalizado. Já no dia 21, na parte da manhã, o MST deslocou centenas de manifestantes para Rodovia Olímpio Ferreira da Silva (entre Pirapozinho e Mirante do Paranapanema) e a paralisaram durante duas horas. Esse foi o primeiro dia de protestos contra o atentado a José Rainha, protestos esses que tinham a intenção de terminar com uma manifestação em quatro ou cinco dias, na praça de 9 de julho, em Presidente Prudente/SP. Nesse mesmo dia, após a polícia militar conseguir liberar a estrada que liga Presidente Venceslau/SP a Presidente Prudente/SP, a manifestação continuou em Teodoro Sampaio/SP com uma marcha. Nas fotos da Figura 10

aparece a imagem de José Rainha, com uma frase dita por ele “podem matar um, dois ou mil, mas a luta vai continuar” (*O Imparcial* – 22 de janeiro de 2002, p. 6B); na outra foto, temos o delegado Dirceu Urdiales que prendeu o agrônomo que assumiu responsabilidade por baleiar José Rainha e na última foto, a passeata do MST em Teodoro Sampaio/SP.

Figura 10 - *O Imparcial* – 22 de janeiro de 2002, pg. 6B



Uma frase importante na última foto é “A Tânia também é culpada” (*O Imparcial* – 22 de janeiro de 2002, p. 6B) referindo-se a Tânia Andrade, do ITESP, e a culpando por não realizar a reforma agrária peladesapropriação da Fazenda Santa Rita. Temos nessa reportagem o governo estadual sendo indicado como parceiro dos ruralistas.

As perspectivas expostas nos jornais *O Imparcial* e a *Folha de S. Paulo* foram com aspecto de denúncia. A *Folha* com menos atenção, e o *Imparcial* com maior destaque, dispendo uma página para essa suposta tentativa de assassinato. O atentado a Rainha teve o desdobramento da prisão de Roberto Gargione Junqueira (procurador da dona da fazenda), que ficou em uma cela especial. O depoimento de Junqueira foi o mesmo de seus dois homens, que estavam junto com ele no momento em que Rainha foi baleado. Todos repetiram a história de que inicialmente estavam tirando o gado com os cavalos, quando perceberam alguns sem-terra abatendo dois bois, ouviram um disparo e um dos homens disse que o seu cavalo estava sangrando e ferido. Então, com medo de que quem estivesse no carro matasse seu animal, Junqueira iniciou os disparos (*Estado de S. Paulo*, 23 de jan. de 2002, p. A12).

Segundo relatos do delegado Dirceu, o carro em que estava José Rainha tinha muitas marcas de disparo e o mesmo havia sido incendiado, com suposta intenção de apagar as evidências. A questão levantada pelo advogado da proprietária da fazenda Santa Rita foi de que o responsável pela demora da desapropriação da propriedade foi o INCRA. Essa situação se converteu em algo maior, pois Raul Jungmann, na época ministro do novo Ministério de Desenvolvimento Agrário, propôs, segundo *O Imparcial*, do dia 22/1/2002, vir ao Pontal do Paranapanema tentar resolver a crise. Esse fato trouxe ainda mais notoriedade para o Pontal, o ministro ao visitar Rainha e declarou que acabaria com essa crise que havia sido instaurada, como publicado, “Jungmann visita Rainha e diz que violência não voltará ao Pontal” (*Estado de S. Paulo*, 23 de jan. 2002, p. A12).

A *Folha de S. Paulo* apresentou em seu caderno Brasil (p. A8), no mesmo dia 22, uma notícia em oposição à hipótese levantada pelo *Imparcial*, de que teria sido uma tentativa de assassinato por parte de Roberto Gargione Junqueira contra Rainha. O jornal da capital paulista reforçou a história narrada por Junqueira e os dois homens que o acompanharam aquele dia. Segunda esta versão, Rainha teria disparado primeiro em direção a Junqueira. Essa justificativa de Junqueira legitima seus argumentos de que o seu ato não foi premeditado, mas sim, em legítima defesa. Outro fato que foi levantado após isso foi o de um projeto de desarmamento no Pontal que estava deixado de lado pelo INCRA, Gersino Silva, vinculado a esse órgão, explicou que o projeto estava em aprovação para começar em março de 2002.

O suposto atentado chamou a atenção da UDR. Após alguns dias de notícias que falaram a respeito do MST, de José Rainha e de Junqueira, a UDR entrou na tentativa também de se territorializar com reportagens publicadas nos dias 24 e 25 de janeiro/2002. O novo presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia, um pecuarista no Pontal, aproveitou o evento para colocar sua insatisfação com o INCRA e com o que ele diz ser “impunidade ao

vandalismo” causado pelos movimentos socioterritoriais (*Folha de S. Paulo* – 25 de jan. de 2002, p. A8). Numa reportagem do dia 25/1/2002, o mesmo classifica o ministro Raul Jungman como transformador de fazendas produtivas em “favelamento rural” (*Folha de S. Paulo* – 25 de jan. de 2002, p. A8).

No início da mesma reportagem, a *Folha* colocou o MST e a UDR em campos opostos, como se as duas organizações estivessem insatisfeitas com a política agrária desenvolvida pelo INCRA. Nabhan desvia do assunto que é o atentado a Rainha e colocou a culpa em Jungman, afirmando que o mesmo não era capaz de realizar uma reforma agrária séria. Mas, logo após isso, o presidente da UDR usa as seguintes palavras contra o MST: “A região do Pontal está a beira de uma violenta explosão de conflitos, graças a ação do MST, que é hoje o Comando Vermelho do campo”. Nabhan ainda foi citado, avisando que os fazendeiros iriam defender suas terras com violência, se necessário, para preservar seus direitos (*Folha de S. Paulo* – 25 de jan. de 2002, p. A8). Nabhan não se posicionou sobre o atentado a Rainha, evitou problematizá-lo e apenas citou as ações de ocupação como violência contra os ruralistas. Sobre as declarações de Nabhan, o ministro Jungman declarou que a UDR era obsoleta e tinha profunda ignorância ao afirmar tais coisas. Ainda advertiu Nabhan, alegando que o mesmo tinha incentivado a violência (*Folha de S. Paulo* – 25 de jan. de 2002, p. A8)

### ***A representação do atentado na imprensa***

O MST continuou realizando ações por “Terra, Justiça e Paz”, com 600 pessoas, no sentido de protestar contra o atentado à vida de Rainha, mas também num sentido mais amplo, reivindicar a reforma agrária.

Rainha prosseguiu com as manifestações que teriam sua continuidade em Presidente Prudente/SP, e é aí que entra na narrativa da imprensa um personagem importante que lutou contra os ideais do MST - Agripino Lima. Na primeira página do dia 29/1/2002, abaixo da manchete, “Agripino abre guerra contra o MST”, *O Imparcial* publicou fotos do MST e de Agripino, e a reportagem continua com o apelo visual, onde o texto está cortando a página com fotos do MST e de Rainha do lado esquerdo e do lado direito fotos de Agripino.

Figura 11 – *O Imparcial* - 29 de janeiro de 2002; pg. 1A

**O IMPARCIAL**

www.oimparcial.com.br FUNDAÇÃO: 02/02/1979 Presidente Prudente, terça-feira, 29 de janeiro de 2002, ANO 62, Nº 15.511, R\$ 0,70 Ano 62

# Agripino abre guerra contra MST

*Prefeito decreta ponto facultativo em PP e promete barrar pessoalmente marcha organizada por sem-terra*

**O** prefeito Agripino Lima (PTB) abriu guerra contra o MST. Ele prometeu ontem barrar pessoalmente a marcha organizada por sem-terra no Pontal do Paranaguá prevista para amanhã em Presidente Prudente. Ele chegou a decretar ponto facultativo na cidade. Agripino, que não quer permitir a entrada dos sem-terra na cidade, disse que receberá os integrantes do MST "a pau". O prefeito afirmou que o líder José Rainha Junior só entrará em Presidente Prudente se passar por cima de seu cadáver. Rainha comparou Agripino a Adolf Hitler, o líder alemão da Segunda Guerra Mundial. O MST realizou ontem, na rodovia Olímpio Ferreira da Silva, em Presidente Bernardes, uma manifestação seguida da marcha intitulada "Por terra, justiça e paz". Cerca de 600 membros do movimento participaram da caminhada, que tem objetivo de discutir com o poder público estadual algumas questões judiciais pendentes contra integrantes do MST, além de cobrar da Justiça agilização da reforma agrária. *Pág. 3-B*



Cerca de 600 sem-terra iniciaram marcha ontem em Presidente Bernardes



O prefeito Agripino Lima decreta ponto facultativo e prometeu barrar o MST



Concentração em acampamento do Pontal, objetivos são "terra, justiça e paz"



O líder José Rainha Júnior comanda manifestação; comparação com Hitler

Rainha e Agripino estão representados pelas imagens que são criadas pelos jornais. As fotos então passam a chamar muito mais a atenção que qualquer coisa que esteja escrita, elas passam a sensação e o sentido inicial do que a reportagem, ou do que próprio jornal está tentando passar para o leitor. *O Imparcial*, em 30 de janeiro de 2002 (p. 5B), teve a representação dos ruralistas nas fotos, com a barricada de tratores e pneus que Agripino Lima havia feito na rodovia. A foto assume a sua função essencial que é a de passar informação, mas também se coloca como um processo que tem uma dinâmica de interpretações de acordo com o sujeito que a produz, além da intencionalidade inerente a esse sujeito.

Figura 12 – O Imparcial - 30 de janeiro de 2002; pg. 5B

O IMPARCIAL

quarta-feira, 30 de janeiro de 2002 cidades 5 B

CRISE NO PONTAL

# Agripino fecha rodovia e barra MST

Após reunião, impasse continua; MPE entra com ação cautelar, que será julgada hoje, para desobstruir SP-425



Também foram utilizados pneus na bloqueio



Grupo de assessores acompanhava o prefeito Agripino Lima durante todo o dia

Rafael Aze

O prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima (PTB), bloqueou ontem, com 13 máquinas da Prefeitura, no começo da manhã, a rodovia Assis Chateaubriand (SP-425), que liga Prudente a Pirapozinho, em represália à marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que vem sendo realizada desde a última segunda-feira. A marcha, intitulada "Por terra, justiça e paz", começou em Presidente Bernardes, passando por Pirapozinho, onde os trabalhadores permitiram, e quer chegar a Prudente. Cerca de 600 integrantes do movimento de terra a região participam da marcha, que tem como objetivo, segundo o líder do MST, José Rainha Júnior, discutir com liberações do poder público estadual algumas questões judiciais contra integrantes do MST e cobrar da Justiça a agilização da reforma agrária e a emissão de posse das áreas desapropriadas. "O que nós queremos é firmos a Prudente para discutirmos com as liberações e a sociedade, e não deturpá-los nada", afirmou Rainha. "Esta postura do prefeito é de um fascista, isso é um apartheid. Aonde nós estamos, que país é este? Esse homem está vestido com uma mentalidade de Nero de Hitler", disse o prefeito. "São bandidos safados, vagabundos, que continuam enganando o povo daqui em Pirapozinho", denunciou Agripino Lima. Ele também disse que o movimento acaba prejudicando o oeste paulista.



O líder sem-terra José Rainha Júnior: "Se aceitar isso, a sociedade de Prudente declara que tem um prefeito que é fascista, que é um débil mental"

mas aqui em Prudente eles não vão entrar de maneira nenhuma", disse o prefeito. "São bandidos safados, vagabundos, que continuam enganando o povo daqui em Pirapozinho", denunciou Agripino Lima. Ele também disse que o movimento acaba prejudicando o oeste paulista. "Esses bandidos estão atrapalhando o progresso do Oeste Paulista, ninguém mais quer vir para o Brasil por causa destas coisas", finalizou.

**"Esse homem está vestido com uma mentalidade de Nero, de Hitler"**

Em assessores do prefeito, peculares e líderes da União Democrática Ruralista (UDR), somavam cerca de 300 pessoas, que apoiavam o ato do prefeito. "Eles não respeitam a lei, a autoridade

de quem querem se dirigir através cabides da república. Foi montado um desvio de 18 km para os motoristas seguirem na direção a Anhumas e Pirapozinho. Os ônibus da municipalidade foram chamados e tendo seu cancelamento por simpatizantes do prefeito, já que se encontrava ao lado do bloqueio. As 13h, o superintendente regional do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Luis Denuncio Machzeff, se reuniu com comissões formadas pelo MST e por assessores do prefeito. Após a reunião, as duas partes não chegaram a um acordo e o impasse continuava até o fim da tarde de ontem. O superintendente do DER, Machzeff, disse, após a reunião, que o órgão, ligada

do à Secretaria de Transportes, poderia tomar duas medidas, uma administrativa e outra judicial. No final da tarde, o DER entrou com pedido de reintegração de posse da área, através da superintendência do órgão, em São Paulo, mas até o final desta edição o pedido não tinha sido analisado. "Temos analisar a situação e veremos o que vamos fazer. Na verdade queremos acabar com esse impasse, entre os dois manifestantes", disse Machzeff. Diante a reunião, o superintendente não deixou bem claro que os dois movimentos eram ilegais, sendo que o MST precisava de uma autorização para marchar pela rodovia e o prefeito não tem autoridade para bloquear uma rodovia estadual.

No final da tarde parte da rodovia, que liga Prudente a Pirapozinho foi liberada apenas de um lado para a travessia dos motoristas que há muito tempo aguardavam. Segundo um dos líderes do MST, Sérgio Pantaleão, a marcha reivindicou uma políti-

ca social mais correta. "Não existe uma pauta de reivindicação com órgãos públicos, e não só com a violência no campo, mas a violência da cidade, a falta de condições que os trabalhadores têm, a falta de emprego e várias outras coisas", explicou. "Nós não vamos à Prefeitura e sim na Procuradoria, no Fórum e no Iesp", completou. "Nós não vamos recuar", finalizou. Já o secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Presidente Prudente, Carlos Figueiredo, afirmou que se não fosse a reunião, o que o prefeito está fazendo é uma política que prejudica os trabalhadores que voltassem para outra cidade e não Prudente, e que assim a estrada seria desbloqueada. "Eles não aceitaram e agora vamos ver o que temos fazer", afirmou.

**"Esses bandidos estão atrapalhando o oeste paulista", diz Agripino Lima**

Outra autoridade que chegou a Presidente Prudente, na tarde de ontem, representando o governo estadual, foi o diretor executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Jonas Vilas Boas. Ele afirmou

que veio a região para se reunir com integrantes do MST e escutar as suas reivindicações. "Eu vim escutar as reivindicações do MST. Eu quero saber o que eles querem, sendo que temos analisar e ver o que podemos fazer na medida do possível", disse. Segundo o diretor executivo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) irá destinar este ano R\$ 29 milhões para adquirir novas áreas para novos assentamentos. "Aos fevereiro esperamos assentar cerca de 1.000 famílias. Este é um trabalho conjunto com o governo estadual e federal", disse Vilas Boas. "Eu não tenho nada a ver com o que o prefeito está fazendo. A polêmica fica entre o prefeito e os membros do MST. A movimentação dos membros do MST é pacífica e não há por que não deixar estas pessoas fazerem esta marcha", disse em relação à marcha do MST, que quer chegar a Presidente Prudente. O Ministério Público Estadual entrou no final da tarde com uma ação cautelar inominada para a desobstrução da estrada. O processo só será analisado hoje pela Justiça.



Foi um utilizado maquinário da Prefeitura no bloqueio da estrada



Agripino Lima impede movimentação dos sem-terra e prejudica o tráfego na SP-425

De instrumento para reconstrução e reconhecimento da realidade à arma poderosa de manipulação, a imagem sempre assumiu durante a história do Homem facetas diversas. De fato, antes de mais nada, a fotografia é uma imagem, um termo que possui definições unificadas e complementares. ‘Compreendemos que indica algo que embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece’. (MANCUZO, 2009)

Aí vemos claramente o território material caracterizando territórios imateriais que influenciam a compreensão e o entendimento dos leitores daquele momento histórico, destacadamente por meio das fotos (MANCUZO, 2009). Essa compreensão do leitor perpassa pela visualização inicial, a imagem também está no contexto da manipulação, não objetiva, mas subjetiva no campo imaterial, o território de disputa no campo do pensamento. Na Figura 12, podemos notar essa discrepância de informação, com somente uma foto do rosto de Rainha e as outras todas (cinco no total), além do próprio conteúdo da reportagem, reconhecendo a manifestação de Agripino Lima como legítima.

O MST pretendia então se manifestar em Presidente Prudente/SP, chegando no dia 29/1/2002, e nessa notícia, o prefeito adverte que vai receber a “pau” os manifestantes, reforça que Rainha só entrará na cidade “sob seu cadáver”. A territorialização do movimento e do capital estava acirrada, o momento de um novo conflito estava próximo, pois pensando em tudo isso, Agripino Lima, decretou ponto facultativo na cidade para se dedicar exclusivamente a impedir as manifestações (*O Imparcial* - 29 de jan. de 2002; p. 1A).

A marcha pela rodovia feita pelos sem-terras, representados pelo MST, chega a Presidente Prudente/SP, o maior município do Pontal. As promessas não ficaram somente no discurso, tanto do MST quanto de Agripino. O MST tentou seguir nas manifestações, mas Agripino Lima bloqueou a rodovia Assis Chateaubriand (SP-425) com pneus e máquinas da prefeitura de Presidente Prudente, junto a seus assessores manteve-se no bloqueio o quanto pode para chegar a seu objetivo, impedir a entrada dos sem-terra em Prudente. Muitas fotos na reportagem mostram o prefeito Agripino e sua manifestação contra o MST. Rainha expõe o prefeito pontuando que:

[...] esta postura do prefeito, é de um fascista, isso é um apartheid. Aonde, nós estamos, que país é este? Esse homem está vestido com uma mentalidade de Nero, de Hitler. Não pode, que sociedade de Prudente é essa, esse homem tem que ser preso. Se a sociedade de Prudente aceitar isso declara que tem um prefeito maníaco e débil mental (*O Imparcial* - 29 de jan. de 2002; p. 1A).

Essas atitudes do prefeito são reforçadas pela sua cúpula de assessores, em que a grande maioria é ligada a UDR (*O Imparcial* - 29 de jan. de 2002; p. 1A), e os mesmos organizaram cerca de 300 pessoas para apoiar essa barricada que se tornou uma manifestação contra o MST. E assim, podemos, sem menor dúvida, classificar Agripino como aliado, se não, porta voz da UDR e ver o uso da máquina municipal como a territorialização do capital.

“Bandidos, safados, que ontem estavam bebendo pinga em Pirapozinho” (*O Imparcial* - 29 de jan. de 2002; p. 1A), essa é a frase veiculada a Agripino Lima se referindo ao sem-terra. Segundo o argumento do prefeito, os movimentos camponeses estavam travando o progresso do Oeste Paulista. Anteriormente, percebíamos o MST e os camponeses representados por Rainha com grande parte do discurso abordado pela mídia. Já nesse evento, quando a figura do prefeito Agripino Lima passa a corresponder o interesse dos ruralistas, a representação da mídia se equivale, e passa a veicular a imagem dos ruralistas a pessoa de Agripino com muito mais intensidade, mostrando suas falas e os seus interesses (*Oeste Notícias* – 29 de jan. de 2002, capa; *Oeste Notícias* – 30 de jan. de 2002, capa).

Outras duas reportagens que *O Imparcial* lançou no mesmo dia não preencheram metade de uma página e elas foram relacionadas à opinião do advogado Alfredo Vasques, da presidente do sindicato dos Servidores Municipais, Sônia Vasconcelos, e do então presidente do PT de Presidente Prudente, Everaldo Melazzo. Os três concordaram e afirmaram que a atitude desorganizada e prejudicial veio do prefeito Agripino Lima, pois ele expôs toda a população de Presidente Prudente à margem das suas atitudes “insanas”, mobilizando os meios de comunicação para colocar a população contra as manifestações do MST. Os três fizeram a denúncia do prejuízo que o ponto facultativo trouxe aos pais da cidade, que precisavam das creches e escolas para deixar seus filhos para trabalhar, além disso, comentaram sobre a demora nas atitudes por parte dos responsáveis legais em advertir e interromper os atos na rodovia, que paralisaram o trânsito. Nessa mesma página, temos a notícia que deu origem a todos os desdobramentos desse evento, a ocupação da fazenda Santa Rita. Essa reportagem traz a reconstituição do que aconteceu no dia 19/1/2002, explicitando que não houve emboscada, contudo, a tentativa de assassinato existiu e Roberto Junqueira ainda continuaria preso. Percebemos que a imprensa mistura as representações, segue uma cronologia e foca somente nos fatos de possibilidade de maior repercussão ou de maior polêmica.

*O Estado de S. Paulo* tratou desse evento com o chapéu de “Questão Agrária”. Ele narrou nessa reportagem os acontecimentos de todo o evento, desde uma citação ao atentado a José Rainha, até a situação de saúde de Agripino Lima que após o bloqueio que durou 20

horas numa pista interestadual, que liga São Paulo a Paraná, passou mal e foi hospitalizado com desidratação, gastrite e pressão alta. Essa reportagem começou com a decisão do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, de pedir a polícia militar para dispersar o bloqueio na rodovia Assis Chateaubriand.

De fato, com término do bloqueio, o MST conseguiu entrar em Presidente Prudente e promoveu uma manifestação no centro da cidade – mais precisamente na Praça 9 de Julho. Entretanto, um fato importante a ser notado é que a manifestação não conseguiu espaço total na representação dos jornais, pois a notícia, “Prefeito que enfrentou sem-terra passou mal após ter feito bloqueio”, apareceu para expor o que havia acontecido com Agripino. E a reportagem começa com o seguinte parágrafo: “Presidente Prudente – Aos 70 anos, o prefeito Agripino Lima é admirado por sua disposição. Ele mantém o hábito de começar a trabalhar antes do nascer do sol e, dizem, não tem hora para parar”. A notícia seguiu com informações a respeito do então prefeito que fechou com os dizeres “de quem quer paz, trabalha e não invade fazenda”, expondo a disposição e colocando o prefeito Agripino Lima como um “mártir” da luta contra os sem-terra (*O Estado de S. Paulo* – 31 de jan. de 2002, p. A10).

Figura 13 – *O Estado de S. Paulo* – 31 de janeiro de 2002, pg. A10



Figura 14 – Oeste Notícias – 31 de janeiro de 2002, pg. 1.6

1.6 OESTE NOTÍCIAS GERAL Quinta-feira, 31 de janeiro de 2002

## QUESTÃO JURÍDICA

# Advogado diz que prefeito agiu certo

Para José Pascoal Pires Maciel impedir a marcha do MST constituiu-se numa medida legal

O prefeito Agripino Lima agiu corretamente para proteger o patrimônio público e municipal, avalia o advogado José Pascoal Pires Maciel, ao comentar a decisão do prefeito de barrar a passagem do MST. "Agripino agiu corretamente, usando-se das instrumentos que ele dispõe para defender o município", avalia.

O advogado lembra que havia um precedente, o incidente numa fazenda de Paulista. "Havia um precedente no dia anterior, o incidente nessa fazenda. Agripino foi obrigado a defender o patrimônio público, como estabeleceu o artigo 88 da Lei Orgânica Municipal", observa. Havia risco de danos e o prefeito agiu certo, segundo Pires Maciel.

Ele pergunta: "O que vale mais, o direito de ir e vir ou o direito de preservação do patrimônio público e da integridade física das pessoas?". O advogado critica o governador Geraldo Alckmin por ter determinado a reabertura da rodovia. Também critica a decisão do governo do Estado de transferir para Beure e sede do comando da Polícia Militar de Prudente. "Foi um erro por causa dos conflitos no Funtal. Não deveria ter transferido. Não ficou ninguém com poder decisório", finaliza.



Pires Maciel e prefeito em um momento da Lei Orgânica Municipal

## MST é subversivo, acusa produtor da região de PP

A atuação do MST no Funtal do Paratiaguema o irrita cada vez mais pelo produto rural. O produtor rural de Prudente, Gabriel Furtado, afirma: "O MST é um movimento subversivo e ilegal", acusa. Furtado lembra que o MST não tem sede, registro, CNP, e CNPJ de Responsável. "Não tem nada disso e, portanto, não é legalizado", diz.

O produtor chama a atenção para um detalhe importante: "Os assentamentos e ocupamentos do MST estão localizados nas proximidades das maiores hidrelétricas do País. Basta verificar: onde estão perto de Itaipu, no Paraná, de outras Sérgio Mota (no Funtal) e do Ilha Solteira, no Estado de São Paulo, e de Itaipu Binacional do Mato Grosso do Sul", lembra.

Os assentamentos e ocupamentos ficam em locais estratégicos e a sociedade não foi por acaso, segundo ele. "Não seria nenhuma surpresa se o MST, em parte dele, provocou um acidente no Funtal", avalia. O produtor avalia também que o problema fundiário no região afeta mais o cidadão comum, aquele que é cidadão comum. É de um exemplo: "O fazendeiro aqui embora de Prudente e da região e vai ser fazedouro em outro lugar", avalia.

Na opinião de Furtado, o MST atrapalha e está em prejuízo da cidade (Prudente). "Temos o MST e o prejuízo é isso aí atrapalha", afirma.

MST atrapalha e está em prejuízo da cidade (Prudente). "Temos o MST e o prejuízo é isso aí atrapalha", afirma.

MST promove ordem e desenvolvimento e não está prejudicando. Com essa situação, os produtores rurais não investem na região e acabam tudo embora", finaliza.



Gabriel Furtado: "O MST é um movimento subversivo e ilegal"

## Vários lojistas baixam as portas para o MST

A marcha do MST em Prudente proibiu e apreendeu em alguns comerciantes no manhã de ontem. Eles fecharam parcialmente as portas como medida de proteção e de repúdio.

O proprietário de uma loja de confecção da Avenida Comercial, o senhor Washington Martins, fechou as portas. "Fechei a loja porque não sei se vou poder continuar. Está muito ruim que a reforma agrária é um direito deles, mas isso, desde que não tenha violência", comenta o senhor.

A manifestação na praça é do Jallio foi assistida por pessoas populares e alguns deles desaprovaram a ideologia dos sem-terra. "Eu sou contra essa gente entrar na cidade. O prefeito estava certo. Eles fazem o que querem e ainda têm proteção, isso não pode acontecer", disse o aposentado Nestor Orlando Pevolaia, 78.

Para o gerente do Banco do Brasil, Antônio Carosini, o gesto de administração, José Antônio Popete, que permaneceu com as portas da agência de Calzadão abertas, normalmente o MST se contraria. "Agripino estava certo, sem que bloquear a rodovia. O movimento é pela paz, mas eles estão agindo ilegalmente", afirma.

Aposentado critica a proteção que é dada ao MST na região de Prudente

## Produtor acusa MST de promover desordem

"Até o momento, o José Rainha (líder do MST) só permitiu a desordem na nossa região e não estão as práticas constitucionais, situação de direito de propriedade". Foi assim que reagiu o produtor rural Orlando Valpin, de Prudente. Ele acusa Rainha de causar danos financeiros aos produtores locais.

Valpin elogia a decisão do prefeito Agripino Lima de bloquear a entrada do MST na cidade.

"O Agripino se preocupou com a segurança de sua cidade, os moradores de Prudente", disse. "Os assentamentos do MST e dos integrantes do MST entraram e proibiu Agripino Lima e impediu a entrada de uma zona que já estava os seus direitos no meio rural. Não é o melhor momento para continuidade e radiagem. O MST que não de produzir", afirma.

É no que diz respeito à produção. Valpin afirma que o MST: "Eles que tentaram para o Nado e que produziram até hoje. Sabemos que a maioria dos assentados não produz porque para o aumento de suas famílias", contou. Segundo o produtor, o governo federal (José Sarney) certamente sabe disso. Já quanto à reprodução da população na região, ele lembra que a manifestação não foi bem sucedida. "A presença do MST sempre trouxe negatividade para a população. A população sabe que aqui reside o maior número de proprietários rurais injustamente desapropriados", concluiu.



Orlando Valpin, agricultor do MST, afirma que o MST promove desordem

Nesse mesmo dia, o Oeste Notícias dedicou uma página inteira para trazer declarações dos que chamou de "produtores rurais", além de advogados para fazerem declarações a respeito dos atos que o MST proporcionou a partir do atentado a Rainha e nem sequer citaram as ações de Agripino Lima. Foram feitas algumas declarações, como "prefeito agiu dentro da Lei Orgânica do Município e protegeu a integridade física das pessoas", outra citação é "MST é subversivo e promove desordem no município" (Oeste Notícias – 31 de jan. de 2002, p.

1.6), além das acusações de proteção do Estado a atitudes dos sem-terra. Nesse evento pudemos notar claramente a territorialização dos distintos discursos, os camponeses e ruralistas, e algo curioso que vai ao encontro da pessoa de Agripino Lima, que quando apareceu como personagem, equivaleu-se à representação de José Rainha. Essa representação é equivalente em quantidade, número de notícias e na qualidade, aspectos que legitimam um ponto de vista, como fotos, fatos e falas dos atores sociais como verdade.

Além dessa equivalência na representação, o jornal *Oeste Notícias* expôs nas entrelinhas estar a favor das ações de Agripino Lima. Aí podemos notar que a parcialidades, tendências, intencionalidades estão presentes no discurso jornalístico, e por isso, não podemos confundir a representação e a ideologia apresentada com a realidade, não podemos confundir o discurso dominante que se torna forte e coeso por causa de suas lacunas (CHAUI, 1984). Nessa época, foram poucos lojistas que fecharam o comércio para contribuir com o objetivo de “parar a cidade” para barrar o MST, como propunha Agripino Lima. No entanto, a reportagem demonstra uma mobilização a favor do então prefeito. Nessa última reportagem do *Oeste Notícias*, é claro o reforço à perspectiva de luta ruralista pela imprensa corporativista regional, especialmente a desse jornal, que é a da manutenção de suas terras e do projeto de concentração de terras e poder.

### **3.5 A representação da descentralização da luta no Pontal**

No ano de 2003 iniciou o mandato do governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva. O mesmo deu muitas esperanças aos movimentos socioterritoriais de que a reforma agrária de fato seria realizada. Após algum tempo de mandato, o MST passou a observar que as alianças cruzadas feitas pelo próprio PT e o modo de governar estava baseado no sistema do capitalismo agrário. e então, a decepção tomou conta dos sentimentos desse movimento. Na luta pelo território e pela territorialização material e imaterial, perceberam a tendência do governo Lula ser semelhante ao governo FHC e os movimentos, gradualmente, voltaram a ver a necessidade de continuar a mobilização para concretizar o sonho da reforma agrária.

Novos espaços de luta e a descentralização da mesma são parte importante do contexto histórico-geográfico desse período. O MAST, que deveria ter aumentado sua militância, recuou devido também a sua dependência no jogo político construído pelo governo FHC, agora fora de poder. A grande novidade do período foi a atuação de Rainha como líder de um movimento independente do controle do MST. Preso durante quase metade do primeiro ano do governo Lula (julho a dezembro de 2003), Rainha voltou ser a figura representativa da luta

pela terra na imprensa paulista. Seguiu uma linha desenvolvida na região e não pelo MST, algo que criou momentos de tensão e tentativas de “re-educar” Rainha. A expulsão de Rainha do MST Nacional se tornou pública somente em maio de 2007 com um documento da Direção Nacional do MST (MACHADO, 2007). Mesmo assim, o seu dom de liderança foi tão bem desenvolvido que facilmente continuou ativo em aliança com outras organizações, contribuindo para desconcentrar a autoridade do MST no Pontal.

Para compreendermos melhor a influência deste racha entre o MST e Rainha na conflitualidade com os ruralistas e os governos federal e estadual, bem como a produção de espaço no Pontal, selecionamos em 2005 um evento no mês de setembro, em que todos os protagonistas do acontecimento estavam presentes na reportagem. Durante esse ano, tivemos eventos que levaram a esse momento em que a imprensa expõe as diferenças entre o modo de agir de Rainha e do MST, algo que posteriormente traria à tona a dissidência do MST Nacional, formando o MST da Base, coordenado por José Rainha.

No ano de 2005, foram 45 ocupações registradas no DATALUTA Ocupações. O ciclo começou forte com o Abril Vermelho e a mobilização foi retomada com força a partir do mês junho. O conflito que depois culminaria em nova prisão de Rainha ocorreu no início de junho, quando grupos de sem-terra, coordenados por Rainha, ocuparam seis fazendas em apenas uma semana. Acusado de “depredação de patrimônio particular”, Rainha, que nem apareceu nas ocupações, foi preso pela polícia em 6 de setembro (*O Imparcial* – 7 de set. de 2005, p. 5B). Nabhan, presidente da UDR, entrou com uma requisição junto a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar essas ações do movimento. A UDR, através de Nabhan, e o movimento dissidente do MST, criado por Rainha, vieram a representar, na mídia, a conflitualidade da formação geográfica do Pontal.

A *Folha de S. Paulo*, em 24 de Maio de 2007, publicou notícias confirmando o afastamento de Rainha pela Direção Nacional. O jornal citou uma carta do MST datada de 14 de maio de 2007. Notícias essas que num primeiro momento explicitam o racha e num outro momento, evidenciam a contradição entre o MST e Rainha, sendo que o Rainha ainda defende o governo Lula, e no último momento, apresentam críticas do MST Nacional ao governo federal. Segundo a *Folha Online*, essa foi a primeira vez que o MST admitiu em nota a separação de José Rainha do movimento:

José Rainha Júnior não faz parte de nenhuma instância nacional, estadual ou local do MST [...]. E, portanto, em seus pronunciamentos públicos, audiências com autoridades e nos espaços que a mídia tem lhe reservado ele fala unicamente em nome pessoal e não em nome do MST (MACHADO, 2007).

Entre outros motivos relacionados ao rompimento estão os que se referem aos princípios, organicidade e ideologia. Rainha foi afastado por comungar do projeto do governo Lula de agrocombustíveis (biodiesel e álcool) atrelado a multinacionais. No caso, nesta citação, foram publicados os motivos complexos desse afastamento. São itens, como divergências sobre as políticas do governo, de relações com corporações transnacionais e com o próprio conceito de organicidade que o MST tem como regra central para o sucesso nas ações pró reforma agrária. A organicidade para o MST Nacional não elenca personagens principais e detentores do poder de decisão, mas todo militante pode auxiliar no debate e nas atividades do movimento, e dentre todos existem os que se destacam na luta e assumem papel de liderança abrindo participação para toda comunidade, já o caso do MST da Base (ou o MST do Rainha) o poder de decisão e liderança está nas mãos de um só homem.

A *Folha Online* foi o único a tentar explicar as causas fundamentais da desconcentração do movimento socioterritorial no Pontal. Assim, a imprensa deu destaque para uma suposta anarquia no campo, como rachas, dissidência, divisão e fragmentação. Associou essa interpretação negativa com o governo Lula e deixou de relatar informações explicativas que poderiam mostrar ao público a lógica, a organicidade, a ideologia e os argumentos do movimento camponês para ver na reforma agrária uma política de salvação para o povo brasileiro e não de oportunismo e bagunça. Esse é um fator que elucida aspectos sobre a variabilidade de representações, que é importante para compreendermos, basicamente, como se dá a lógica de representação da imprensa.

### ***Primeiras ocupações do ano de 2008***

A tensão existente entre partes do movimento camponês é um foco que sempre recebe bastante atenção pela mídia. Se pensarmos no ditado: “dividir para conquistar”, – entenderemos melhor o significado deste foco. A imprensa corporativista<sup>40</sup>, como parte e parceira da formação social do capitalismo agrário, vai enxergar qualquer divisão nas fileiras do inimigo camponês como oportunidade para atacar. No ano de 2008, nas primeiras ocupações realizadas pelos movimentos, podemos notar a renovação dessa representação no foco da reportagem baseada em uma série de ocupações mobilizadas pelos dois MST’s, entre outros movimentos. O foco ajudou evitar questões fundamentais, centradas na questão agrária e no conflito ruralista-campesinato-Estado, e não, em algum conflito campesinato-

---

<sup>40</sup> *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Oeste Notícias e O Imparcial.*

campesinato-Estado. Temos que desconstruir as reportagens para podermos chegar mais próximo a realidade que, de fato, seja formadora e formação dos territórios do Pontal.

Em 26 de janeiro de 2008, a primeira ocupação do ano no Brasil aconteceu em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, sob comando do MST Nacional. Até o final de fevereiro foram mais 17 ocupações noticiadas na região, dando a época de luta o nome: “Carnaval Vermelho”<sup>41</sup>. Nomenclatura essa atrelada pela imprensa a esses eventos, e adotada pelos próprios movimentos sócioterritoriais.

Podemos ver no Quadro 5 que foram 32 notícias selecionadas em torno dessa série de eventos, que envolveu a retaliação por parte da UDR e a participação a favor dos movimentos por parte de representantes da igreja católica. Das 30 notícias, 27 enfatizaram a situação dos camponeses nas figuras de Cido Maia (MST Nacional) e José Rainha (MST da Base).Essas 27 notícias enfocam a atuação desses dois coordenadores, de seus respectivos movimentos, em contraponto com a retaliação por parte da UDR na figura de Nabhan Garcia, que apareceu como personagem central da narrativa jornalística em quatro notícias.

**Quadro 5 – Notícias para análise de “Descentralização da luta no Pontal” em 2008**

Pasta	Data da publicação	Título da matéria	Jornal	Pág.
P38-MST	27/1/2008	MST faz 1ª invasão do ano no Pontal	ON	1,3
P38-MST	28/1/2008	No Pontal, MST faz sua primeira invasão do ano	OESP	A6
P38-MST	29/1/2008	MST tomba terra para plantar em área invadida	ON	2.2
P38-MST	29/1/2008	MST anuncia invasões a partir de fevereiro	IMP	6-B
P38-MST	31/1/2008	MST atenta contra Estado de Direito, afirma juíza	ON	2.2
P38-MST	31/1/2008	UDR adicionará MPE e polícia contra invasões	IMP	4-B
P39-MST	2/2/2008	MST deixa área mas promete "manter luta"	ON	2.2
P39-MST	4/2/2008	MST realiza 4 invasões no Pontal e articula outras 10	OESP	A5
P39-MST	4/2/2008	MST faz onda de invasões no Pontal	ON	1.3
P39-MST	5/2/2008	Em ano eleitoral, governo acelera ritmo de desapropriações de terra	OESP	A4
P39-MST	5/2/2008	MST ameaça invadir mais 6 áreas no Pontal	OESP	A4
P39-MST	5/2/2008	Movimentos invadem 14 fazendas no Pontal	IMP	5B
P39-MST	5/2/2008	MST ocupa 14 fazendas em 2 dias no Pontal	OESP	A6
P39-MST	5/2/2008	Sem-Terra fazem 10 invasões em menos de 24 horas em SP	FSP	A5
P39-MST	7/2/2008	MST planeja novas invasões na região	IMP	5B
P39-MST	7/2/2008	Para MST, compra de terra beneficia os latifundiários	OESP	A9
P39-MST	8/2/2008	MST desocupa hoje área em Piquerobi	IMP	5B
P39-MST	8/2/2008	MST ligado a Rainha Jr. Faz décima primeira invasão no Pontal em 5 dias	FSP	A8
P39-MST	8/2/2008	MST faz décima primeira invasão em cinco dias no Pontal	ON	1.3
P39-MST	8/2/2008	Sem-Terra invadem fazenda em Piquerobi	IMP	3B
P39-MST	10/2/2008	Sem-Terra invade mais uma fazenda no Pontal	IMP	4B
P39-MST	10/2/2008	Sem-Terra invadem décima segunda propriedade do Pontal	ON	1.4

<sup>41</sup> Menção essa, utilizada pela imprensa recordando o período de Guerra Fria, alertando sobre o “perigo comunista”.

P39-MST	10/2/2008	MST faz décima sexta invasão no Pontal	OESP	A11
P39-MST	12/2/2008	Bispo incentiva ocupações de Sem-Terra na região	ON	1.3
P39-MST	12/2/2008	Grupo de Sem-Terra invade mais uma fazenda no Pontal	FSP	A9
P39-MST	12/2/2008	Movimentos invadem áreas em Epitácio	IMP	4B
P39-MST	13/2/2008	“Único jeito de chamar a atenção é invadir”, diz bispo	OESP	A10
P39-MST	14/2/2008	Bispo cria instabilidade ruralista	ON	1.5
P39-MST	14/2/2008	UDR rechaça "apoio" de bispo a invasões	IMP	3B
P39-MST	14/2/2008	UDR fará representação contra bispo	IMP	1A
P39-MST	19/2/2008	MST coloca justiça de joelhos, diz fazendeiros	OESP	A9

Fonte: Dataluta Jornal – 2011

### ***A disputa territorial entre os movimentos e a UDR***

Em todas as fases dessa reconstrução histórica da territorialização dos ruralistas pelos jornais, algo interessante é o respaldo de funcionários de ordem pública, especialmente dos representantes do Estado de Direito, tais como juízes, delegados e promotores. Junto com os ruralistas se opõem ao movimento camponês e engrossam o coro do capitalismo agrário. Nesse caso, Nabhan Garcia juntou-se uma juíza que declara que o MST se beneficia da impunidade além de usar a bandeira da reforma agrária para realizar “atos ilícitos” (*Oeste Notícias* – 27 de jan. de 2008, p. 1.3).

Cido Maia, apresentado como Coordenador Regional do MST no Pontal, esteve na fazenda São João na primeira ocupação do ano, o que trouxe bastante atenção da mídia. Nessas matérias, foi dada a oportunidade a Maia de expressar o motivo da ocupação como algo necessário para agilizar o processo de reforma agrária no estado de São Paulo. Percebemos algo que não está totalmente explícito, mas notamos a estratégia dos movimentos em mudar o foco de reforma agrária do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), ou seja, do federal para estadual.

O *Oeste Notícias* e *O Imparcial* destacaram a ocupação com a primeira página do jornal. Já *O Estado de S. Paulo* expôs uma pequena nota na página A6, do dia 27 de janeiro de 2008, com a chamada “terra sem lei”. Esse chapéu procura reprimir um ato que na ótica dos movimentos é considerado de libertação. A luta pelos conceitos também é uma disputa territorial que se dá nos jornais, pois a criminalização, nada mais é, que o ato de reproduzir a ótica de interpretação do capital, embasado no Paradigma do Capitalismo Agrário. Esse ato de tornar as ocupações um crime sugere que elas estão “fora-da-lei”, e entendemos isso como uma contradição, pois a função social da terra está prevista na Constituição, por isso a luta pela terra é um ato de liberdade e de territorializar o campesinato.

Na matéria do *O Imparcial*, em que o título é “MST anuncia invasões a partir de fevereiro”, o subtítulo da matéria era “reforma agrária”. Essa notícia ainda relata que o movimento tombou a terra para plantar feijão e milho e esse foi tido como um gesto simbólico que revela mais que um desejo, a necessidade das famílias sem-terra terem suas terras para plantar e defender a soberania alimentar. O conteúdo das notícias é basicamente semelhante, com algumas diferenças, como, por exemplo, as fotos na notícia dos jornais *O Imparcial e Oeste Notícias*. O primeiro com uma foto tirada ao longe da ocupação com as tradicionais lonas pretas e a bandeira vermelha do MST, e o segundo com uma assembléia do movimento, além do momento em que os manifestantes tombavam a terra para plantar. Algo que o *Oeste Notícias* ainda mantém como chamada, ou chapéu, é o termo “Questão Agrária”, que o *Estado de S. Paulo* utilizava e deixou de utilizar entre os anos de 2004 e 2005 (*Oeste Notícias* – 27 de jan. de 2008, 2.3).

Figura 15 - *Oeste Notícias* – 27 de janeiro de 2008, p. 2.3



Figura 16 – *O Imparcial* – 29 de janeiro de 2008, p. 6B

A UDR não perdeu tempo em entrar com uma ação judicial contra o MST e sempre colocou o ponto da impunidade que o movimento tem e que isso a beneficia. No dia 29 de janeiro de 2008, a UDR mandou para a justiça um pedido de reintegração e uma ação para tentar reprimir as ações do movimento por “invasão, danos materiais, esbulho possessório e ameaças” (*O Imparcial* – 31 de jan. de 2008, p. 4B). Uma ocupação de estratégia política por parte do movimento, que além de requerer a área, tem a atenção da mídia quando afronta um líder ruralista. A defesa de Nabhan foi principalmente baseada na questão do MST atentar contra o “Estado de Direito” de um “produtor rural”, produtor esse que afirmou ter sua propriedade supostamente em área não-devoluta e produtiva (*Oeste Notícias* – 31 de jan. de 2008, p. 2.2).

Nabhan Garcia conseguiu o pedido de reintegração de posse concedido e explicou que as áreas não são de origem do Estado, ou seja, devolutas. Nessa reportagem, temos uma breve resposta de Valmir “Bill” Chaves, esclarecendo que o movimento luta sim, contra as fazendas

griladas, mas também contra o projeto de lei<sup>42</sup> de regularização de terras que, segundo os camponeses, “legalizaria a grilagem”. A descentralização dos poderes de implantação da política de assentamentos pelo INCRA, feita no governo Collor e reforçado no governo de FHC, nesse momento reflete a mudança de alvo dos movimentos para uma postura de atribuir ao ITESP a responsabilidade de realizar a reforma agrária. Assuntos chave, como fim das terras sob controle estritamente federal, falta de atuação do ITESP, projeto de regularização e maior atrito entre tucanos e petistas, permeiam as representações da imprensa e a luta dos camponeses que passam a atuar, especialmente, no Pontal do Paranapanema fazendo pressão no ITESP sediado em Presidente Prudente/SP.

A reintegração de posse foi concedida pela juíza Ana Paula Comini S. Asturiano, e, além disso, a mesma teceu comentários expondo que as ações do MST são ilícitas e passíveis de punições. Ela colocou ainda que essas ações atentam contra o “estado democrático de direito” dos produtores rurais (*Oeste Notícias* – 31 de jan. de 2008, p. 2.2).

A UDR também resolveu entrar com uma representação para reprimir as ações do movimento sem-terra no início do ano de 2008. Nessa disputa territorial, material e imaterial dos jornais, *O Imparcial*, como também o *Oeste Notícias* fornecem esses espaços para uma resposta da UDR às ações do MST. A juíza Ana Paula Comini S. Asturiano reforçou essa atitude da UDR, com a informação de que a propriedade era produtiva. Nabhan Garcia, respaldado pela UDR, ainda entrou com um processo junto ao MPE (Ministério Público Estadual) contra as ações do movimento. Ele alegou que iria desmistificar o fato dos movimentos colocarem as terras do Pontal como devolutas e improdutivas, afirmando que quem causa o desemprego são as ocupações, que paralisam a produção (*O Imparcial* – 31 de jan. de 2008, p. 4B).

---

<sup>42</sup> Projeto de Lei que foi aprovado apenas no de 2009 e é baseado na Medida Provisória 458 de 2008.

Figura 17 – Oeste Notícias – 31 de janeiro de 2008, p. 2.2



Nesse clima de tensão aparece, novamente, José Rainha atuando também na ocupação de terras. A *Folha de S. Paulo* no dia 2 de fevereiro de 2008, apesar de ser o único jornal que reconheceu seu afastamento, publicou uma pequena nota anunciando que mais “quatro fazendas foram invadidas por sem-terras liderados por José Rainha Jr.”. A *Folha* trata Rainha como líder do MST e colocou a expressão “Campo Minado” para a chamada dessa reportagem.

Figura 18 – *O Imparcial* – 31 de janeiro de 2008, p. 4B

Numa notícia do jornal *O Imparcial*, aparecem mais 14 ações (ocupações) com alegação de responsabilidade de coordenação de José Rainha, mas quem foi entrevistado em nome do grupo foi Sérgio Pantaleão, identificado como integrante e parte da coordenação do MST da Base. Nessa reportagem, o jornal alega que Rainha é responsável, mas que a sua situação legal é contrária, pois ele não aparece como envolvido diretamente no incidente, mas sim, coordenando-o (território imaterial) e, não, presente na ocupação de fato (território material).

Na primeira ocupação, em Teodoro Sampaio/SP, o MST Nacional entrou na propriedade do presidente da UDR com aproximadamente 200 trabalhadores rurais participando da ação, o que tornou a ocupação, além de ser a primeira do ano, um ato de pressão política contra o governo de José Serra, que desde o início das reportagens já vinha sendo o foco dos movimentos com uma falta de articulação com o ITESP para realizar a reforma agrária. Essa tentativa de pressão no governo estadual vai ser representada alguns

dias depois (em meados de fevereiro de 2008) quando entram em cena o CPT e a Igreja Católica.

### ***Os movimentos camponeses na busca por seu território***

Notamos que existem diferenças de estratégia, organicidade e ideologia no caso do MST e do MST da Base. Vemos isso logo na territorialização, após 2007 (vide Prancha 20), quando o MST da Base sobrepõe o número de famílias em ocupações em relação ao MST, pois faz alianças com outros movimentos (ex. MAST e a CUT). Três são os pontos básicos em que observamos essas diferenças e essas também foram as justificativas levantadas para expulsar Rainha do MST, são elas: 1) organicidade, pois diferentemente do MST Nacional, José Rainha coordena o MST da Base e as decisões são centralizadas, além da personificação desse movimento; 2) orientação ideológica, Rainha, por exemplo, poupa Lula e se mostra aberto para negociar com transnacionais, faz alianças cruzadas, algo contrário ao posicionamento do MST Nacional; e 3) política de acesso a terra, a partir do momento que o MST da Base se atrela deliberadamente a outros movimentos socioterritoriais, que ferem os princípios e/ou ideologia do MST, desde que os mesmos auxiliem na luta.

Essas diferenças não são mais que formas distintas de manter a luta pela terra, contudo, visando outras estratégias, ou até mesmo, outra organicidade. Lembramos que mesmo com diferenças, a luta camponesa está se territorializando, e assim, observamos nas matérias jornalísticas a confusão que a imprensa faz com os movimentos, buscando fragmentar essa lógica de reprodução em detrimento do próprio campesinato.

Todavia, o processo da luta pela terra se mantém firme, mesmo com as divergências de estratégias dos movimentos, no que tange também a sua ideologia e a seus princípios. A notícia intitulada, “MST ocupa 14 fazendas em 2 dias”, do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 5 de fevereiro de 2008, registra isoladamente as ocupações realizadas pelo MST da Base e também as ocupações realizadas conjuntamente com outros movimentos socioterritoriais. Na notícia, inicialmente, podemos notar na representação da imprensa o uso do termo “ocupação” na manchete. Ele parece estar em contradição com a ideia da chamada “Terra sem lei”. Mas, pode ser que o *Estadão* tenta se aproximar e se apropriar da terminologia *ocupação* – sempre visto como um ato justo contra distinção do termo preferido dos jornais, *invasão* – associá-lo à criminalidade. Alguns dias depois, o *Estadão* usou como manchete a fala de um bispo, apoiador da luta pela terra, que usou a palavra “invasão” (13 de Fev. de 2008, p. A10). No conteúdo da notícia observamos uma declaração de Rainha contra o governo do estado de São

Paulo, que coloca que essas ocupações tiveram colaboração de ação conjunta do MAST (*O Estado de S. Paulo* – 5 de Fev. de 2008, p. A6).

Figura 19 – *O Estado de S. Paulo* – 5 de Fevereiro de 2008, p. A6



No mesmo dia em que são relatadas essas ocupações, vemos um fator interessante que remete às diferenças entre governo federal e estadual, especialmente expressas em Lula e Serra na distinção de atitudes relacionadas à reforma agrária. *O Estado de S. Paulo*, (dia 5/2/2008, p. A4) publicou uma reportagem noticiando que Lula destinaria para o ano de 2008 mais áreas para reforma agrária que todo o ano de 2007, isso nos leva a entender que o governo Lula é responsável pela reforma, enquanto o de São Paulo está fazendo ela acontecer, mesmo quando coloca que o governo está atuando junto aos movimentos.

Como já foi explicitado, Rainha se preocupa com a força das ocupações para conseguir ao assentamento. Foi no governo FHC que apareceu o MAST, numa contraposição com o MST Nacional, pois esse movimento visava alcançar seus objetivos numa perspectiva social democrata, que não rompe com o sistema e nem com o capitalismo agrário. No governo Lula, segue-se uma linha de ocupação da terra similar ao MST. Nos jornais regionais, *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, saem mais notícias a respeito das ocupações, sempre mostrando fotos

com bandeiras do MST nos acampamentos, fornecendo ao público a aparência de um único movimento. Além das ocupações do MST da Base, o coordenador, João Pedro Stédile, também aparece falando a respeito da compra de terras pelo governo federal destinada aos assentamentos (*O Estado de S. Paulo* – 7 de Fev. de 2008, p. A9). Ele critica o processo de compra e da sua não transformação em assentamento, e alega que essa compra beneficia os latifundiários. O processo de desapropriação, como colocou Stedile (*O Estado de S. Paulo* – 7 de Fev. de 2008, p. A9), naquele momento havia caído muito, e essas compras de terras geravam inclusive uma sobrevalorização das mesmas. Esse foi também um motivo declarado pelos movimentos para ocupações, além da requisição de uma reformulação dos índices de produtividade rural. Nessa mesma notícia do *Estadão*, de 7/2/2008, é feita uma defesa dos ruralistas por parte do presidente da UDR, Nabhan Garcia, que acusa o governo de acelerar os processos de desapropriação, ao contrário do que acha Stedile, quando alega que o governo paga muito aos latifundiários para evitar briga com a bancada ruralista.

### ***A igreja e luta pela terra: campos em disputa***

Nesse mesmo evento, juntamente com as 15 notícias relacionadas aos movimentos socioterritoriais, aparece o agente social, que é a Igreja, representada pelo CPT na figura do bispo José Maria Libório, que em quatro notícias afirmou que “único jeito de chamar a atenção é invadir” (*O Estado de S. Paulo* – 13 de Fev. de 2008 – p. A10). A imagem do bispo concorda com as ocupações e ainda reforça as pretensões de assentamentos e da luta contra o beneficiamento dos latifundiários. Percebemos aí que a representação da igreja, pelo bispo e pela CPT dão força aos movimentos socioterritoriais. Percebemos no *Estadão* e na *Folha* a dedicação de mais de meia página a essa declaração do bispo.

Figura 20 – O Estado de S. Paulo – 13 de Fevereiro de 2008 – p. A10



Observamos que, quando a Igreja se posiciona a favor de algo, a probabilidade de isso ter um impacto positivo na população é maior, pois a Igreja Católica é uma instituição gigantesca de raízes profundas no Brasil. Já numa entrevista com Nabhan Garcia, no *Imparcial* do dia 14/2/2008, vemos a retaliação, por parte da UDR, às ações dos movimentos e também encontramos acusações ao bispo, que defende a luta pela terra. Garcia ataca o mesmo afirmando que ele “não pode usar batina para esconder seus atos ilícitos” (*O Imparcial* – 14 de Fev. de 2008, p. 3B). Novamente, a disputa territorial é configurada no conteúdo imaterial das notícias (MANCUZO, 2009). A UDR disputa esse território com menor representação em relação aos movimentos socioterritoriais. Aí, de forma visível, a luta e a territorialização dos camponeses e dos ruralistas, cada um com suas “armas”, procuram territorializar-se. Mais do que essa disputa, entendemos que a mídia é um espaço, também uma rede de interesses que joga com notícias e com a necessidade de ser vista. A imprensa não somente forma opinião, mas reforça sentimentos na população.

As fotos, do bispo com bonés e bandeira do MST, além do próprio Rainha numa conversa com o mesmo, expressam essa relação dos atores sociais que enfatizam a necessidade da reforma agrária. *O Estado de S. Paulo*, nos dias 13 e 14/2/2008, publicou essas notícias com enfoque no discurso da igreja, pontuando que o governo estadual tem grande responsabilidade na realização de políticas de reforma agrária. Além disso, temos a contraposição nessa matéria do então diretor executivo do ITESP, Gustavo Úngaro, que declara que o “o processo de regularização abre espaço para sanar os problemas fundiários do estado” (*O Estado de S. Paulo* – 14 de Fev. de 2008, p. A10). Contra isso, os bispos colocam que esse processo reforça a política dominante da grilagem. Nesse contexto, o bispo José Maria Libório estava sendo mobilizado pelos movimentos para encontrar com o governador.

O território material dos jornais – o tamanho, enfoque, fotos, chamadas e chapéus de notícias – evidenciou alguns personagens específicos que trouxeram um caráter de personificação da luta (território imaterial) que explora os fatos reais como uma história narrada, buscando expor seu ponto de vista singular, como algo universal (CHAUI, 1984). Souza (2005, p. 165) reforça essa perspectiva e coloca que “ao analisarmos o espaço e um território a partir da dimensão do discurso, buscamos ampliar a compreensão de um espaço de lutas como o do Pontal do Paranapanema, tanto no seu processo de ocupação, como em seu processo de produção”. Temos a leitura geográfica do território a partir de sua produção territorial e também simbólica, que legitimam as relações de poder inscritas no mesmo.

A disputa territorial não é somente por terra, mas também se dá na representação da realidade, na legitimação e na construção ou desconstrução do território imaterial. Por isso, pensamos que quando reproduzimos conceitos e termos do Paradigma do Capitalismo Agrário, conseqüentemente, auxiliamos na sua territorialização, assim é importante não associarmos vocábulos, como “invasão” e “criminalização”, a ações de libertação como as ocupações.

Durante o mandato de Lula, a imprensa atrelou, no evento analisado, os movimentos socioterritoriais ao governo com intuito de desmoralizar ambos. Principalmente, pela postura paradigmática da própria imprensa a favor do territorialização do Capitalismo Agrário como modo de interpretação e modo de reprodução material e imaterial. O Governo, representado pelo PT, inicialmente, revelou-se uma afronta ao *status quo* estabelecido pelas classes dominantes brasileiras, que reprimem a luta pela terra, e não a tem como um ato de liberdade. Aí, observamos dois dos principais agentes, o governo e os próprios movimentos socioterritoriais, e não somente Lula, ou José Rainha Jr. e Cido Maia. Personificar também é uma estratégia da interpretação do PCA, e no interior dessa tática vemos a necessidade de

tornar determinadas pessoas responsáveis por alguns atos, que após cometidos, tanto eles, quanto os envolvidos serão reprimidos com a condenação pelo aparato judiciário atrelado ao Estado Capitalista e oprimidos pela estereotipo criado para usufruto da população.

O que vemos, além das ocupações e da constante repressão pela criminalização da imprensa sobre os movimentos, é a tentativa desses de transferir mais responsabilidade para o governo estadual na solução do problema da reforma agrária no Pontal. Nesse evento foi colocada a ligação dos movimentos socioterritoriais e a Igreja, uma relação recíproca, pois a Igreja e a CPT, representada por alguns bispos, reforçaram a necessidade de se ocupar para pressionar. A CPT retratada nos jornais reproduz, então, o território do campesinato.

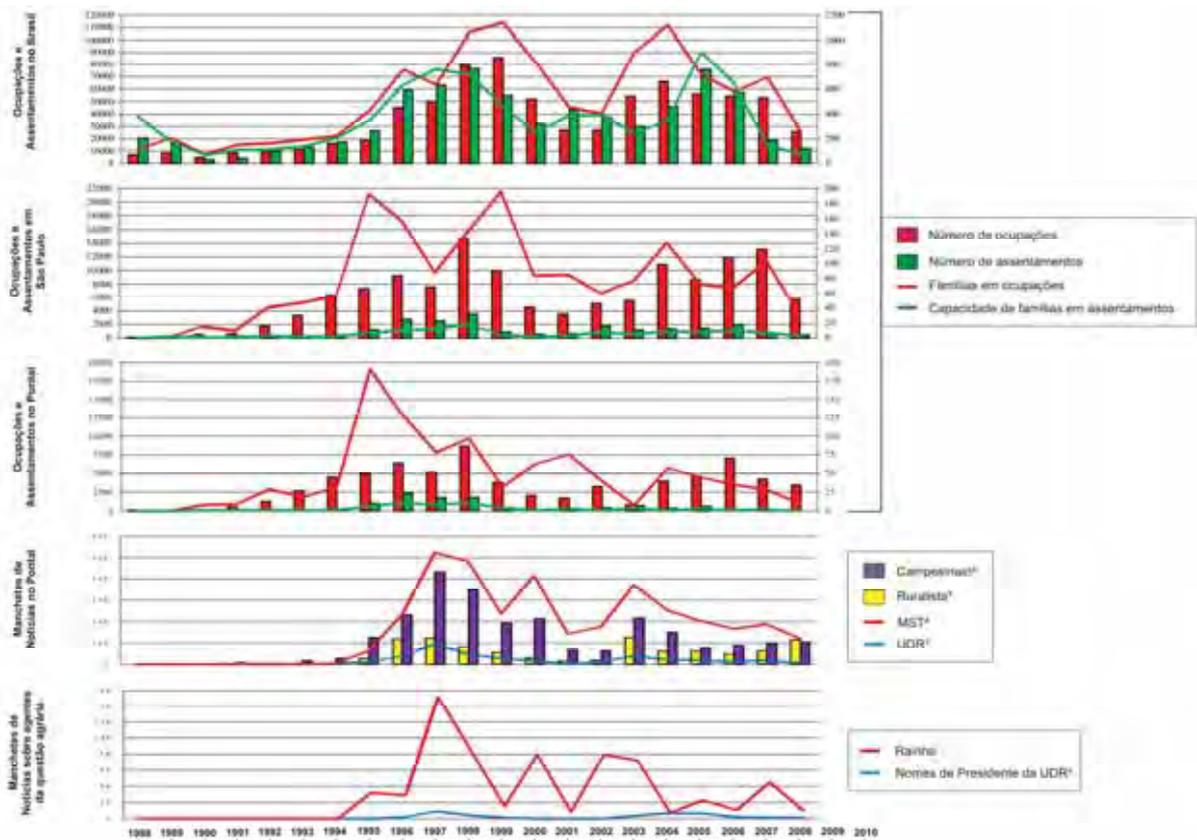
### **3.6 As representações da imprensa na configuração do território paulista**

A representação é simples e complexa ao mesmo tempo. A representação pode ser um espelho da realidade, do mundo material, ou mesmo, uma foto, por exemplo. Mas, observadores das artes e dos textos, desde os tempos de Aristóteles vêm analisando como as formas de representação – imagens, discurso, signos, símbolos, narrativas – são, como interpretações da realidade, longe de ser espelhos dela. Neste sentido, a representação é complexa e no mundo das relações de poder que a luta pela terra é, sua imagem criada na imprensa é filtrada por interesses poderosos. É nosso argumento de que, de modo geral, a grande imprensa vê a luta pela terra com óculos coloridos ideologicamente pelo paradigma do capitalismo agrário. É fundamental sabermos que as suas representações da realidade são assim limitadas, pelo espaço que tem para essa representação, contudo, a mesma prefere (por princípios e seus regimentos) estabelecer a favor da lógica dominante. Já, quando desconstruímos a realidade exposta nas notícias, fazemos valer a perspectiva teórica da Geografia Crítica que desvenda as lacunas do território do capital.

A partir da teoria materialista histórico-geográfica de Harvey (2006) e observando a contribuição geógrafo, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1976 e 2002), podemos pensar uma proposta de análise conjunta entre geografia e história, atrelada ao ritmo que revelam processos e dinâmicas. Monteiro (1976 e 2002) observou a necessidade de encararmos a realidade de uma maneira distinta, o que ele vislumbrava como distinta era a possibilidade de sobrepor dados (quantitativos) a uma análise histórica e perceber o processo e o movimento histórico do objeto a ser investigado.

O Quadro Rítmico 1<sup>43</sup> vai mostrar a possibilidade de compararmos as ações que acontecem na realidade, o movimento da questão agrária e a dinâmica de representação desses territórios pela imprensa.

### Quadro Rítmico 1 - A representação jornalística e a luta pela terra de 1988 a 2008



<b>Governo Estadual</b>	Onestus Duarte (PMDB)	Lúiz Antônio Fleury Filho (PMDB)	Mário Covas (PSDB)	Geraldo Alckmin (PSDB)	(BOSQ) (CSPM)	José Serra (PSDB)
<b>Governo Federal</b>	Sarney (PMDB)	Fernando Collor (PRN)	Itamar Franco (PMDB)	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)		Lula Inácio Lula da Silva (PT)

**Ruralistas**  
 Fazendeiros e pecuaristas são os que mais aparecem. Também aparecem alguns outros.

**Camponeses**  
 Sem-terra aparece com destaque de 1993 a 2002. Camponês ainda é pouco utilizado, mas tem representatividade. Os outros termos são pouco ou nada utilizados.

<sup>1</sup> Palavras-chave para a pesquisa: UDR e União Democrática Ruralista  
<sup>2</sup> Palavras-chave para a pesquisa: Roosevelt Roque dos Santos, Tânia Tenório de Freitas e Nabhan Garcia  
<sup>3</sup> Palavras-chave para a pesquisa: ruralista, fazendeiro, agronegócio, latifundiário, pecuarista, empresário rural e usineiro  
<sup>4</sup> Palavras-chave para a pesquisa: MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e Movimento Sem-terra  
<sup>5</sup> Palavras-chave para a pesquisa: agricultor familiar, agricultura familiar, camponês, pequeno produtor, pequeno agricultor e sem-terra  
 Obs.: Os Jornais pesquisados foram: Oeste Notícias, O Imparcial, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra  
 NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
 www.nera.usp.br/nera  
 Elaboração: Tiago Egídio Avencio Cubes  
 Base de Dados: DATALUTA Ocupações, DATALUTA Assentamentos e DATALUTA Jornal  
 Apoio: CNPQ  
 Presidente Prudente, Fevereiro de 2011

<sup>43</sup> Realizamos a construção desse quadro a partir dos dados do DATALUTA, INCRA e ITESP para a luta pela terra; e *Oeste Notícias*, *O Imparcial*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, para a representação da luta pela terra, de 1988 a 2008.

No que tange a uma parte da questão agrária que expressa a conflitualidade, temos a luta pela terra, as ocupações e os assentamentos, e de outro lado, a representação da imprensa, além da contribuição conceitual que temos hoje para compreendermos essa questão agrária. A imprensa passa a ser um outro elemento, que está também no interior da questão agrária, pois ela influencia a formação dos territórios e representa também a disputa territorial entre camponeses e ruralistas. Afirmamos a partir do quadro rítmico e a discussão do conteúdo dos artigos publicados sobre vários conflitos, que o maior nível de atenção dado ao campesinato, o MST, e Rainha, foi negativo, promovendo interpretações que apresentavam a luta pela terra como agressiva, o camponês retratado como forasteiro, contra a lei, perigoso a ordem estabelecida e os ruralistas eram vítimas e os sem-terra os assaltantes. É assim que a imprensa corporativista e atrelada ao grande capital colaborou para apoiar o paradigma do capitalismo agrário. A formação da opinião pública ajudou a diminuir a elaboração e a implantação de planos e projetos de reforma agrária.

Na análise do quadro, se olharmos de maneira segmentada os três gráficos que representam a quantificação da realidade da luta pela terra, vemos certa proporcionalidade entre a luta (as ocupações) e a reforma agrária (os assentamentos) no nível nacional. Contudo, o quadro rítmico permite uma análise comparativa. No mesmo período, a luta e os resultados na forma da implantação de assentamentos no estado de São Paulo e na região do Pontal são muito distintos em sua desigualdade. Assim, o segundo e terceiro gráficos mostram que a relação entre o estado de São Paulo e o Pontal do Paranapanema contrariam a primeira verdade que estabelecemos para ver o primeiro gráfico de maneira segmentada. As famílias em ocupações e a capacidade de famílias em assentamentos, no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema, refletem o abismo de que onde há luta, não existe uma resposta adequada na concretização da reforma agrária. É pior ainda pensar que se não houvesse luta e pressão por meio das ocupações, a conquista da terra estaria ainda mais paralisada (ou o processo de reforma agrária estaria ainda mais em retrocesso).

A elevação no número das ocupações e das famílias que estão nessas ações acontece no Brasil, em São Paulo e no Pontal, após 1994 e vão sofrer um leve refluxo em 1995 e 1996. Logo depois, é quando as ocupações voltam com força até o ano de 2001. No período entre 2001 e 2003, as ocupações diminuíram como um todo, porém, as famílias em ocupações permaneceram entre 8000 e 10.000 ao ano para o estado de São Paulo. Após 2003, as ocupações voltam a crescer e, assim por diante, as famílias em ocupações. Com exceção do Pontal do Paranapanema, onde o número das famílias participando proporcionalmente diminuiu em relação ao número de ocupações. Olhando para esse ritmo, em concordância

com a conquista dos assentamentos, é nítido (mesmo que sejam poucos) para o estado de São Paulo e para o Pontal, que quando o número de ocupações é alto, o número de assentamentos obtidos passa a ser maior também. A partir dessas colocações, podemos observar como é interessante saber que a repercussão da imprensa paulista, no que tange a questão agrária, está atrelada a luta pela terra no Brasil, no estado de São Paulo e no Pontal. A representação do campesinato é realmente muito maior quando pensamos nessa realidade conflituosa, e como destaque para o MST. Em segundo plano, com a notícias voltadas a parte de produção e “progresso” pela modernização estão os ruralistas e em menor foco, a UDR, que sofre grande refluxo a partir de 1997 até 2008. Outro ponto que destacamos é que quando a imprensa resolve personificar a luta pela terra, José Rainha Jr. se mostra como principal alvo, comparativamente a esse destaque estão os presidentes da UDR. O discurso de Rainha e seu comportamento mais agressivo na defesa dos interesses do campesinato foram utilizados para representar os sem-terra e a reforma agrária, bem como a imagem de mal-comportado e que dificilmente merecia a simpatia e apoio do público.

O território imaterial do capital está constantemente sendo legitimado, principalmente por meio de conceitos que remetem a “progresso”, modernização e tecnologia. De 1998 a 2004, o ruralista começa a ser destaque, incluindo os termos fazendeiro e pecuarista para representar esse segmento. Inclusive, é nesse momento que o conceito agronegócio começa a aparecer nos jornais pesquisados. De 2005 até 2008, vemos uma crescente para o termo agronegócio e usualmente, esse conceito é atrelado pela imprensa aos termos “modernização” e “tecnologia”. Essas constatações só reforçam o que teoricamente foi abordado no Capítulo 2. Ainda no intuito de fragmentar e desqualificar a luta camponesa aparece o conceito de agricultor familiar, que visa substituir, como pequeno empresário rural a história de luta que tem o conceito de camponês. Nesse momento pretendemos proporcionar mediante o Capítulo 4, a possibilidade da desconstrução do discurso do capitalismo agrário e a construção do discurso atrelado ao camponês por meio da Cartografia Geográfica Crítica.

## **CAPÍTULO 4**

# **SÃO PAULO AGRÁRIO**

Mas para igualdade; neste tempo presente, a vossa abundância supra a falta dos outros, para que também a sua abundância supra a vossa falta, e haja igualdade. II Coríntios 8.14

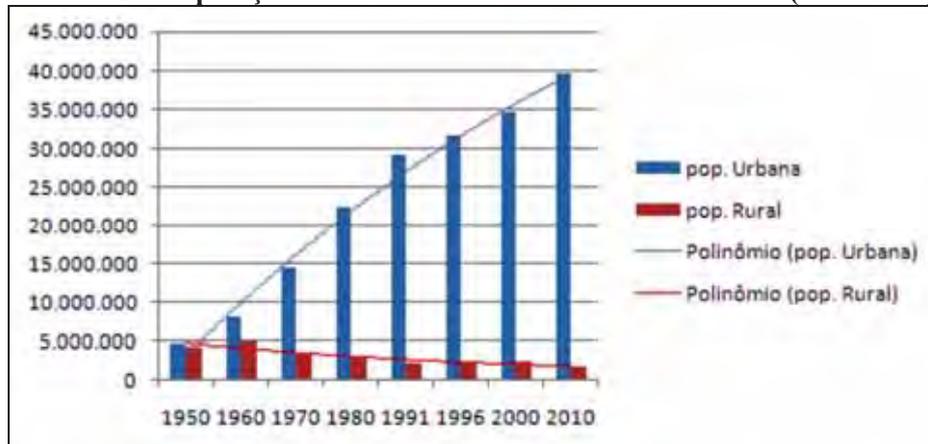
#### 4.1. As características socioeconômicas e fundiárias do território paulista

Entendemos o estado de São Paulo como multiterritorial, e por isso, no interior do sistema capitalista, um estado que reflete uma intensa disputa territorial em diversos âmbitos. A representação então passa a ser um instrumento de desvendamento do discurso dominante (“único”) através da desconstrução. Essa estratégia que tem por elemento fundante, desconstruir a estrutura pelo seu próprio discurso, ou representação, não implica em destruir, mas em estabelecer novos aspectos que compõem a realidade. Desse modo podemos vislumbrar através dessa estratégia construir novas maneiras de representar a realidade que para nós, se dá nas contradições e disparidades refletidas na composição territorial (dos vários territórios).

As disputas territoriais da atualidade refletem a construção histórica e geográfica realizada pelos agentes socioterritoriais. Então o presente do território é o reflexo do seu passado, da constituição do espaço pelas relações sociais e pelas correlações de forças. As impressões socioeconômicas no território são características elementares para abordarmos o estado de São Paulo com vislumbre a questão agrária paulista, que não se separa da questão agrária brasileira e mundial, mas que tem suas peculiaridades, semelhanças, contrastes, atrelamentos, desagregações, etc.

A população é a característica para o primeiro momento, então vamos analisá-la e após isso expor as características socioeconômicas representadas no território paulista pelos índices de Desenvolvimento Humano, de Pobreza Relativa e de Gini. O estado de São Paulo, de uma maneira geral no Brasil, desde 1988, tem a população geral crescente, e caminhando em sentido contrário a população rural que é descendente e a população urbana ascendente.

**Gráfico 2 – População urbana e rural no estado de São Paulo (1950-2010)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2011).

No Gráfico 2, os anos de 1950, 1980 e 2010 representam a população da seguinte maneira: a população urbana em 1950 era de 4.800.000, em 1980 passa a 22.500.000, mantendo o crescimento em 2010 e chegando a 39.500.000 aproximadamente; a população rural em 1950 era de 4.300.000, passa em 1980 para 2.900.000, e descende em 2010 para 1.700.000. Esse gráfico nos mostra a tendência de esvaziamento do rural e a inchaço de pessoas no ambiente urbano. Isso é um dos fatores causadores dos intensos problemas de urbanização dos grandes centros que refletem nas disparidades sociais tanto no campo como na cidade.

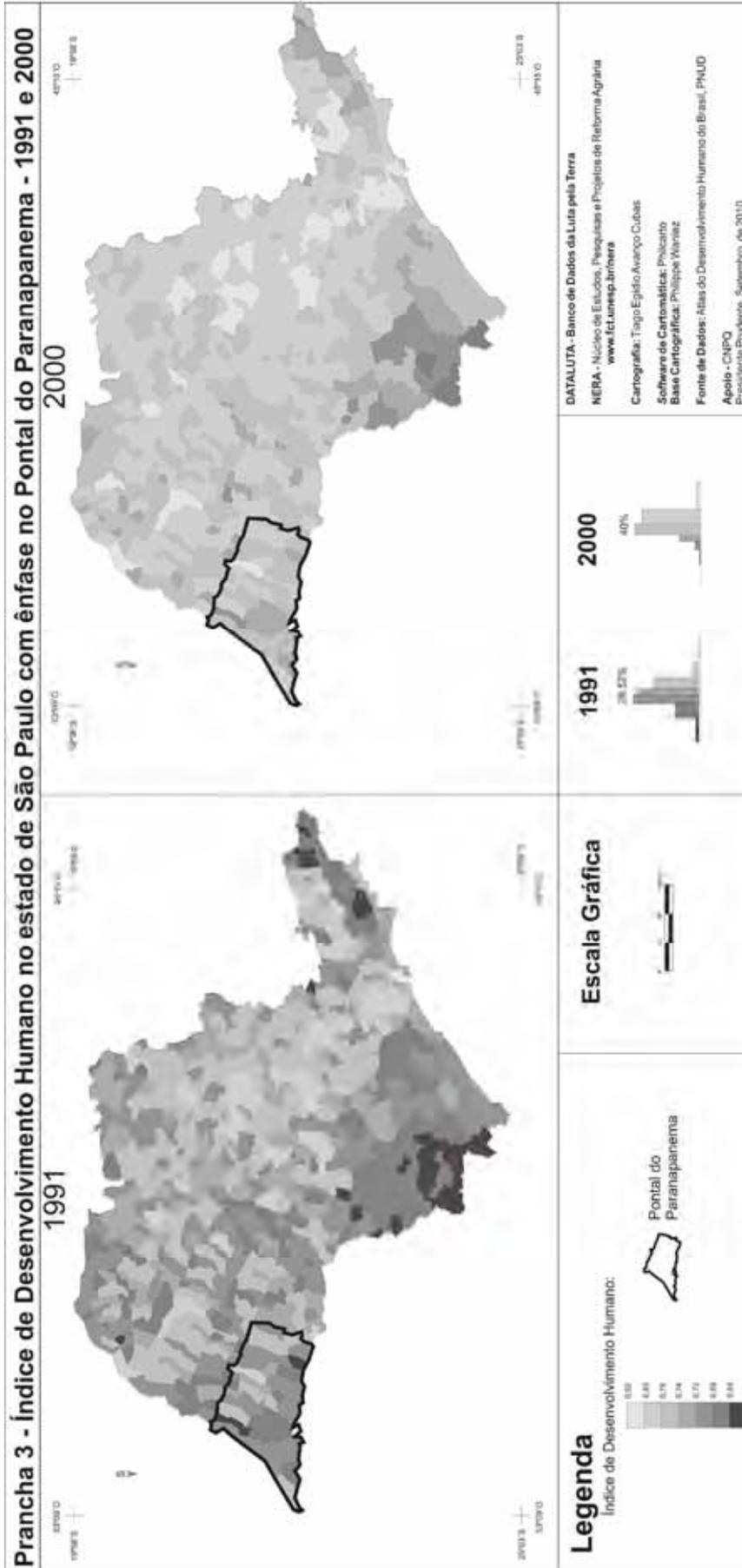
#### **4.1.1 As características socioeconômicas**

O êxodo rural a partir da década de 1970, com a modernização da agricultura brasileira é nítida quando observamos o Gráfico 2. Contudo, com atenção a média polinomial, também podemos notar que ela registra num leve sentido descendente para a população urbana e leve sentido que indica estabilização (levemente ascendente para deixar de ser um crescimento vegetativo negativo) para população rural e assim nos informa que esse êxodo tem sido amenizado por algum motivo e a população urbana tem diminuído proporcionalmente em seu crescimento. Isso se deve a diversos fatores, como por exemplo, a diminuição do crescimento vegetativo e também a tentativa de algumas políticas de governo de manter as pessoas no campo ou trazê-las de volta. Mas ainda veremos que isso não é tudo, e as políticas federais e estaduais, tem se desenhado no território de maneiras bastante contraditórias. Essas políticas desenham as características socioeconômicas do estado de São Paulo, passadas e atuais. Vamo começar analisando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Índice de Desenvolvimento Humano é um índice criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. Esse índice leva em conta o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, a educação e a longevidade. Segundo Amartya Sen, esse índice revela as características econômicas atreladas ao social e a cultura<sup>44</sup>. Assim, a função desse índice era informar e diferenciar os países, estados e municípios quanto ao seu grau de desenvolvimento.

---

<sup>44</sup> Informações coletadas em: <http://www.pnud.org.br/idh>.



A primeira impressão quanto olhamos a Prancha 3 é uma suavização das cores de uma maneira em geral entre 1991 e 2000. Essa suavização reflete uma melhora no índice de desenvolvimento humano. Uma média que em 1991 variava em 28,52% dos municípios entre 0,69 e 0,72, em 2000 vai a 40% dos municípios que vão entre 0,72 e 0,74. A ascensão no índice informa num primeiro aspecto que a renda per capita da população aumento, e em seguida que a taxa de analfabetismo diminuiu, assim como aumento dos anos que as pessoas estudam e também a longevidade também pela melhora no sistema de saúde.

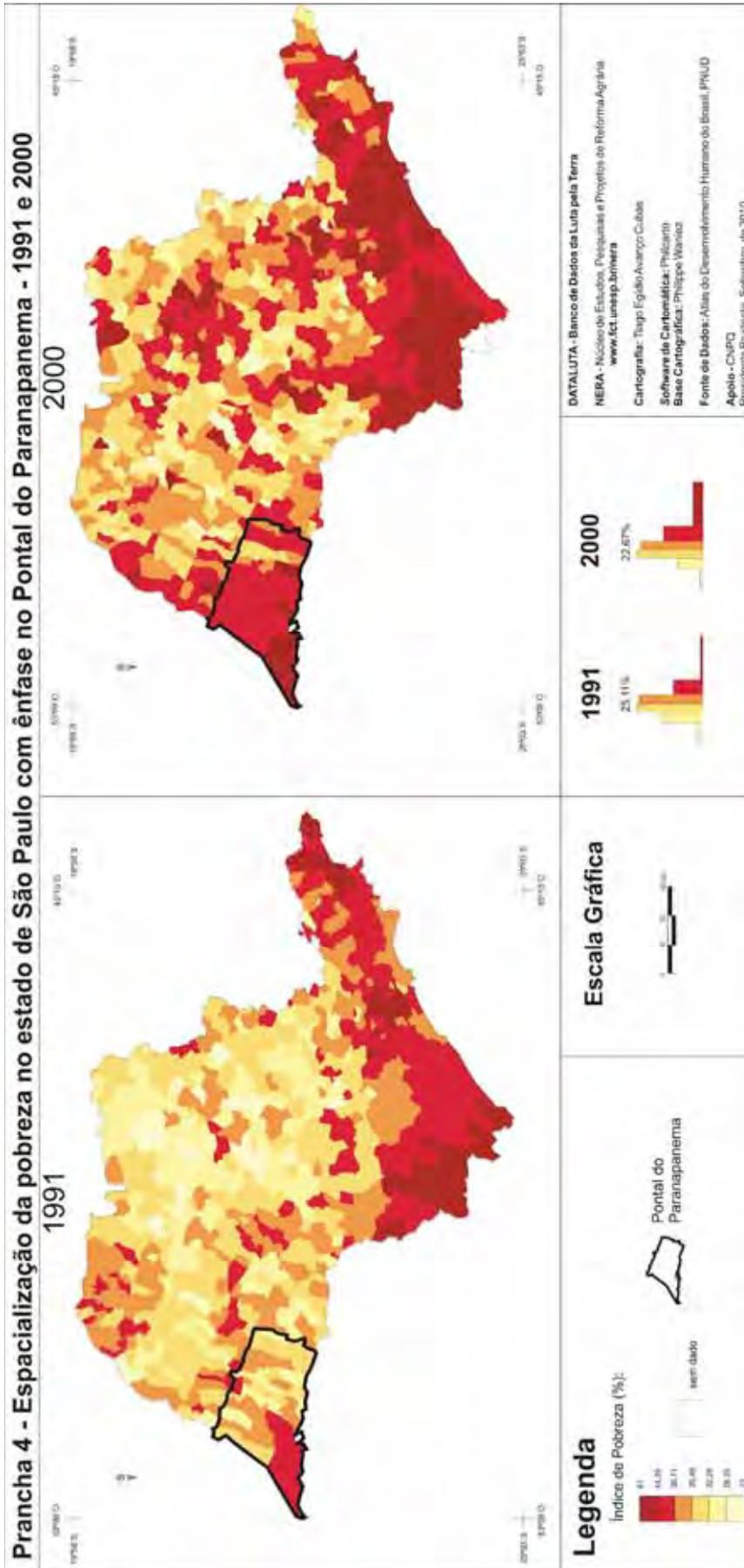
Em 1991 os cinco maiores IDH's eram dos municípios de: Águas de São Pedro (0,848), São Caetano do Sul (0,842), Santos (0,838), Ribeirão Preto (0,822) e Ilha Solteira (0,813); e cinco menores eram: Ribeirão Branco (0,565), Itapirapuã Paulista (0,574), Itaóca (0,577), Barra do Chapéu (0,590) e Bom Sucesso de Itaré (0,594). O maior índice era de 0,842 e o menor de 0,565, e a amplitude entre o menor e o maior era de 0,277. A discrepância representada em 1991 era bastante acirrada, vários tons de cinza apareciam demonstrando essa diferença. No ano de 2000, os cinco maiores IDH's eram dos municípios de: São Caetano do Sul (0,919), Águas de São Pedro (0,908), Santos (0,871), Vinhedo (0,857) e Jundiá (0,857). Entre os cinco menores índices estavam: Itapirapuã Paulista (0,645), Barra do Chapéu (0,646), Ribeirão Branco (0,649), Itaóca (0,650) e Barro do Turvo (0,663). O maior índice no ano de 2000 era 0,919 e o menor 0,645, a amplitude desses índices está 0,274.

São três milésimos decimais apenas de diferença, ou seja, ao mesmo tempo que todos os municípios obtiveram um aumento no IDH eles praticamente mantiveram a amplitude (a distância) entre os maiores os menores índices. A renda per capita subiu, o acesso ao ensino e a saúde pública também, mas o que veremos na sequência é se a pobreza e a concentração diminuíram. E se no capital quem tem dinheiro é quem tem poder de decisão, e quem tem terra é quem decide o que nela fazer, veremos se o poder de decisão e a função social da terra tem sido aplicadas a realidade paulista. De maneira que podemos entender que o PIB per capita e a suposta inserção social são elementos que podem nos dar uma impressão errônea da realidade. Vamos então ao índice de pobreza.

“O índice de pobreza é um índice que mede a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza” (PNUD)<sup>45</sup>.  
Veamos a Prancha 4:

---

<sup>45</sup> Informações coletadas em: [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=104](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=104). Esse índice é atualizado de acordo com o ano em questão (levando em conta as médias de renda domiciliar per capita no ano da pesquisa).



Esse é um índice que estabelece em percentuais o indicador para uma espécie de abismo econômico, e por isso também social, de forma que quanto maior esse valor percentual, maior o abismo econômico e vice-versa. Na Prancha 4 visualizamos a espacialização da pobreza no estado de São Paulo. O índice de pobreza pode ser entendido de maneira simplificada nesses mapas que quanto mais próximo do vermelho, maior esse índice é para aquele município. Das cores pastéis às cores quentes podemos notar em um olhar comparativo entre os mapas, o acirramento das cores quentes de 1991 para 2000. As regiões do Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira, Meso região de Itapetininga, Alta Mogiana, Extremo noroeste paulista e da Grande São Paulo obtiveram o maior acirramento nesses índices e conseqüentemente um aumento no abismo social. A intensidade da pobreza tem se revelado cada vez maior nessas regiões.

Vamos então ao ranking com os dez municípios de maior intensidade de pobreza em seus territórios, e eram eles em 1991: São Caetano do Sul (60,96%), Barra do Chapéu (55,18%), Itaóca (55,13%), Itapevi (54,77%), Mairinqui (54,36%), Ribeirão Branco (52,17%), Ribeira (51,69%), Arapeí (50,46%), São Bernardo do Campo (50,45%) e Silveiras (50,22%). O maior índice era 60,96% para São Caetano do Sul que coincidentemente tinha no mesmo período o segundo maior IDH, a contradição é clara, e é preciso cuidado para pensarmos esses índices isoladamente. A faixa percentual em 1991 com um quarto (25,11%) dos municípios era entre 32,29% e 35,46%. Em 2000, os dez municípios com a maior intensidade da pobreza eram: Barra do Turvo (61,1%), Guapiara (58,5%), Itaóca (57,94%), Santana do Parnaíba (57,41%), Itapirapuã Paulista (57,2%), Barra do Chapéu (56,94%), Iaras (56,87%), Vargem Grande Paulista (55,95%), Apiaí (55,47%) e Mongaguá (54,84%). Comparativamente 1991 e 2000, vemos que os índices de pobreza aumentaram sensivelmente entre os municípios com maior intensidade de pobreza. Além disso, temos na camada percentual de 44,39% em diante, para 1991 apenas pouco mais de 1% dos municípios, e em 2000 esse índice chega a quase 4%.

É importante, além da visão nítida exposta no mapa do aumento da intensidade da pobreza, observarmos que dos 645 municípios paulistas cadastrados para mapeamento, apenas 228 municípios conseguiram amenizar a intensidade da pobreza, e no maior caso foi amenizado, estatisticamente, 17% do total (Mairinqui). O restante, ou 417 municípios, praticamente dois terços dos municípios paulistas sofreram com o aumento da intensidade da pobreza, e estatisticamente o município que mais sofreu com isso teve o aumento de 20% no total (Cosmópolis). O acirramento da pobreza é então abordado para demonstrar que o discurso de estado mais rico fazendo referência a São Paulo, também significa dizer que é um

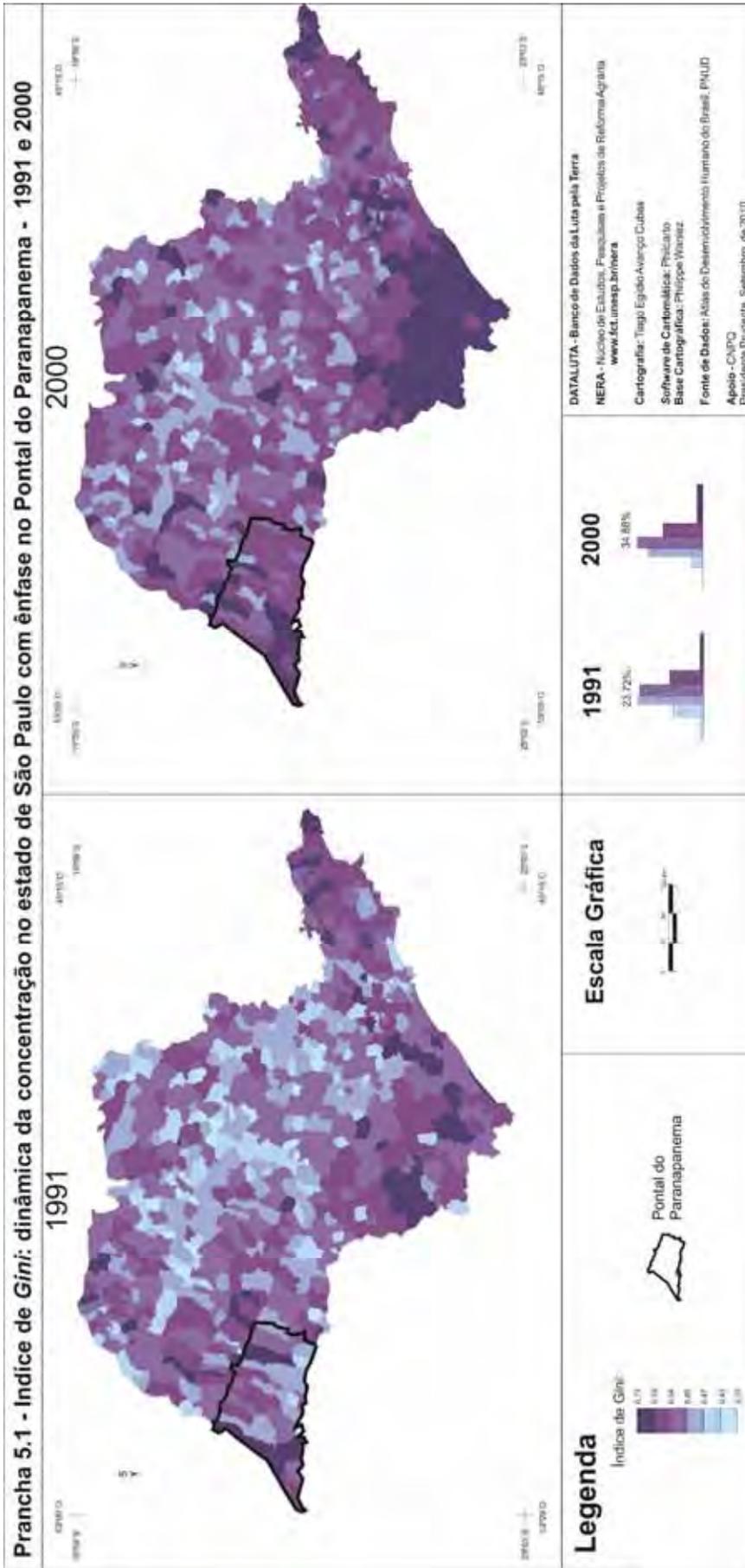
dos estados que tem mais pobres (relativamente) no Brasil. Para consubstanciar e enriquecer essa análise vamos pensar agora na concentração de renda explicitada no índice de gini.

O índice de gini demonstra - que também pode ser chamado de coeficiente de gini - as desigualdades de distribuição de renda, e pode refletir também nas desigualdades na distribuição de terras ou concentração fundiária (GIRARDI, 2008). Quanto mais próximo de 0, maior a distribuição de renda, e quanto mais próximo de 1 maior a concentração da renda.

O índice de gini revela muito mais que simplesmente a concentração de renda, ele reflete também as desigualdades sociais. Novamente observamos o acirramento das cores, nesse caso as cores mais fortes (próximas ao roxo) ficam mais evidentes. Quanto mais próximo da tonalidade da cor roxa, maior o índice de gini, maior a concentração da renda. De 1991 para 2000 as regiões do: Pontal do Paranapanema, Meso região de Itapetininga, Vale do Ribeira, Grande São Paulo e Vale do Paraíba, foram os territórios que mais sofreram com a concentração da renda. Os gráficos que estão logo abaixo dos mapas na Prancha 5.1 demonstram esse aumento na concentração da renda, pois em 1991 a amplitude do índice de gini de 0,47 a 0,50 era 23,72% dos municípios paulistas (quase um quarto), já em 2000 a amplitude 0,50 a 0,54 era 34,88% dos municípios paulistas (mais de um terço).

No ano de 1991 os cinco municípios com os menores números (maior distribuição de renda) para o índice de gini eram: Américo Brasiliense (0,35), Areiópolis (0,35), Igaruçu do Tietê (0,35), Ibaté (0,38) e Várzea Paulista (0,38) – é importante frisar que todos esse municípios sofreram aumento de concentração de 1991 para 2000. Ainda em 1991, os cinco municípios com maiores números (maior concentração de renda): Santana do Parnaíba (0,72), Arco-Íris (0,67), Bastos (0,67), Itaberá (0,67) e Guartinguetá (0,65). Agora, em 2000, os cinco municípios com os menores números para esse índice foram: Ariranha (0,42), Ibaté (0,43), Várzea Paulista (0,43), Palmares Paulista (0,43), Santa Gertrudes (0,43). Em 2000, os cinco municípios com maiores números foram: Santana do Parnaíba (0,73), Guapiara (0,71), Teodoro Sampaio (0,69), Barueri (0,69) e Emilianópolis (0,67).

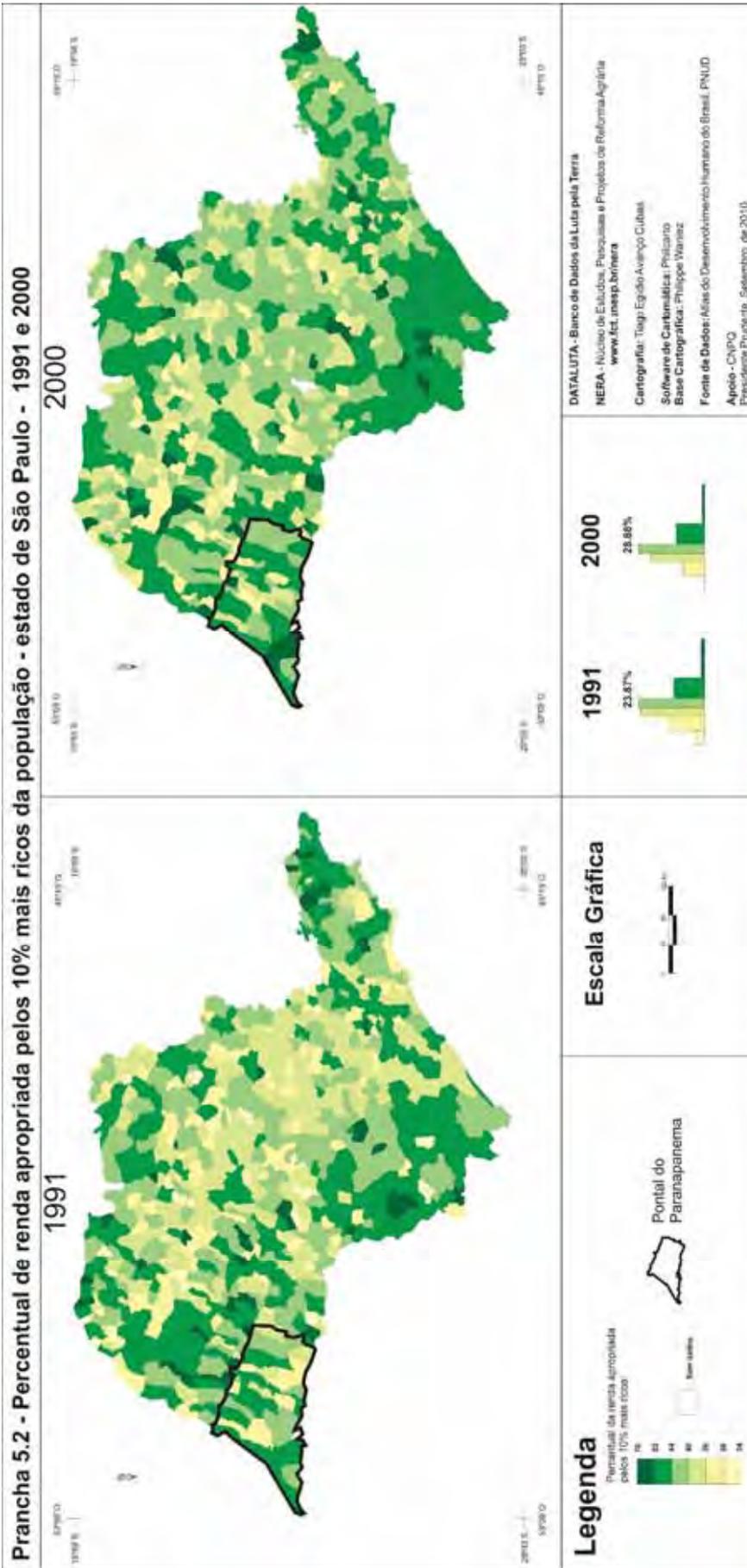
A Prancha 5.1 traz as representações de 1991 e 2000 para o índice de gini.



Tanto entre os municípios com menores índices de gini quanto os com maiores índices demonstraram um aumento nos números na comparação entre 1991 e 2000. Ou seja, a concentração de renda tem realmente aumentado no estado de São Paulo. Dos 645 municípios do estado de São Paulo, somente 187 registraram números negativos na subtração dos seus índices em 2000 para 1991, isso significa que esses municípios obtiveram de algum modo a desconcentração da renda. Os 458 restantes, praticamente 71% dos municípios do estado, tiveram nessa subtração números positivos, ou seja, o aumento da concentração da renda. E num respaldo a essa análise apresentamos a Prancha 5.2 (na página seguinte) que mostra, de 1991 para 2000, a concentração da renda apropriada entre os 10% mais ricos da população.

Para respaldar as análises até o momento temos a visualização comparativa dos mapas da Prancha 5.2. É inegável o acirramento das cores novamente, o amarelo mais claro, a faixa de percentual entre 24% e 30%, que significa um índice mais baixo na apropriação da renda praticamente inexistente no território paulista em 2000, diferentemente de 1991 onde observamos uma maior quantidade de amarelo do que de verde. Os gráficos abaixo do mapa consubstanciam a nossa análise, em 1991, 23,87% dos municípios estavam entre 40% e 44% da renda apropriada entre os 10% mais ricos; no entanto em 2000, esse índice se acirra para a mesma faixa de 40% a 44%, esse número vai a 28,88%. Claramente a concentração de renda, e as desigualdades sociais têm aumentado sensivelmente no estado de São Paulo.

De 1988 a 2009, com um período de 7 anos de governos “pmdebistas” (PMDB) e 16 anos de governos tucanos (PSDB), observamos que a concentração da renda e pobreza tem somente ascendido, desse modo temos o arraigar das disparidades regionais e municipais. Hoje fazem parte do Programa do Governo Federal “Territórios da Cidadania” o Vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema, territórios onde vemos a maior concentração de pobreza em 1991, entre 30 e 40% desse índice, no ano de 2000 superam os 60% segundo o PNUD no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de 2010. Outro índice que revela o acirramento das desigualdades é a concentração de renda e fundiária, as disparidades têm sido cada vez maiores, e são reveladas no índice de Gini. No Pontal do Paranapanema e no Vale do Ribeira tínhamos em 1991 números entre 0,47 e 0,54 com algumas exceções acima disso, já no movimento para o ano 2000, todos os municípios nessas duas micro-regiões do estado de São Paulo superam o índice de 0,54 até 0,73 revelando essa constatação do aumento das disparidades regionais.



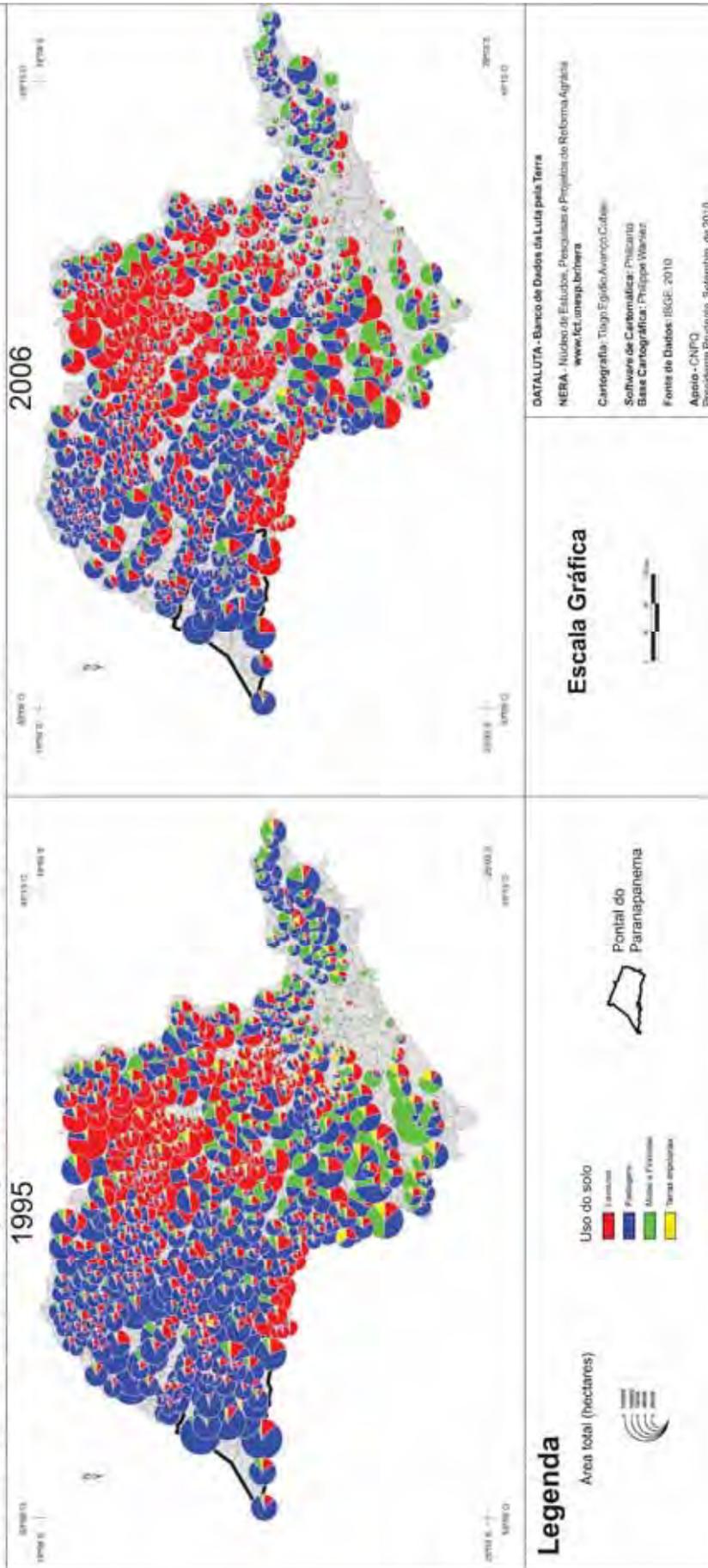
#### 4.1.2. Do uso da terra a quem usa ela

Por mais que tenhamos visto no início desse capítulo que a população rural tem diminuído significativamente desde a década de 1950, o que veremos a seguir vai proporcionar outros elementos importantes para analisarmos a questão agrária. Além da expansão urbana e assim a incorporação de áreas rurais, outros elementos passam a figurar no cenário agrário paulista. Visualmente a Prancha 6 (na página seguinte) nos permite perceber algumas coisas, como uma diminuição relativa dos círculos concêntricos, como por exemplo podemos notar os espaços em cinza que representam os municípios muito mais em 2006 do que em 1995. Outro ponto que podemos ressaltar é que comparativamente o aumento das áreas em vermelho (lavouras) também é claro contrastando com uma sensível diminuição das áreas em azul (pastagens), além da nítida diminuição das áreas em amarelo (terras impróprias).

Devido a falta de concordância de padrões entre os censos de 1995 e 2006, agrupamos os elementos de uso e ocupação do solo em quatro eixos principais que se referem a distintos fatores nos diferentes censos. Agrupamos da seguinte maneira: a) Para o Censo de 1995: lavouras (permanentes, temporárias e em descanso); pastagens (natural e plantada); matas e florestas (naturais e artificiais); e terras impróprias (produtivas não-utilizadas e inaproveitáveis); b) Para o Censo de 2006: lavouras (permanentes, temporárias, e plantada com forrageira para corte); pastagens (naturais, plantadas degradadas e plantadas em boas condições); matas e florestas (naturais para reserva legal, área de preservação permanente e agroflorestas, área plantada de florestas, área cultivada florestas); e terras impróprias (terras degradadas, e terras inaproveitáveis).

Em geral, tivemos no censo de 1995 o total de hectares contabilizados em 17.369.204 hectares, e no censo de 2006 temos 16.098.215 hectares, com uma diferença de 1.270.989 hectares. E mesmo tendo essa diferença e a falta de critério por parte do IBGE na modificação do foco (nos tipos de uso e ocupação do solo) em cada um dos censos, pudemos colher informações interessantes que revelam a expansão da agricultura em detrimento de outros tipos de uso e ocupação do solo.

**Prancha 6 - Uso e ocupação do solo no estado de São Paulo**



A partir disso o uso do solo para as lavouras, comparativamente a expansão entre os censos, observando a Prancha 6, vemos a expansão da cor vermelha para todo o estado e especialmente para a região do oeste do estado de São Paulo. Dentre essas as regiões que englobam o Pontal do Paranapanema e as meso regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto. Os dados refletem essa análise, pois em 1995 tivemos 5.484.159 hectares ocupados com as lavouras, e em 2006 tivemos 6.822.084 hectares ocupados com as lavouras (no próximo sub-capítulo vamos entender quais são esses ocupantes do território). A diferença é de 1.337.925 hectares entre os censos, um aumento de aproximadamente 25% em 11 anos no aproveitamento do solo. Aí vamos aos dados de terras impróprias que nos auxilia em entender de onde podemos sugerir que venham essas terras para lavouras. Em 1995 as terras impróprias contabilizavam 873.412 hectares, e em 2006 eram 172.827 hectares, somente nesse tipo de uso, temos 700.585 hectares aproveitados que antes eram tidos como impróprios.

As pastagens eram em 1995 um total de 9.062.254 hectares e em 2006 um total de 6.894.549 hectares, uma diferença de 2.167.705 hectares. Por um lado temos a perda de território da pecuária, e de outro lado a expansão da agricultura substituindo as pastagens. A pecuária deixa de ser a prioridade em muito tempo de hegemonia no território paulista e também pode ter a impressão de uma pecuária mais intensiva do que extensiva. As matas e florestas eram em 1995 responsáveis por 1.949.378 hectares, e em 2006 eram 2.208.755, uma diferença de 259.377 hectares. Houve então um aumento nas áreas de matas e florestas.

Esse aumento se deve essencialmente a incorporação das reservas legais a partir de 2001, as áreas de preservação permanentes e agroflorestas que são protegidas por lei e são obrigatoriamente parte das propriedades rurais e do planejamento urbano-rural (ela deve estar no interior dos planos diretores)<sup>46</sup>. Como a lei foi reeditada através das Medidas Provisórias em 2001, temos o aumento significativo das áreas de matas e florestas, mas isso não significa obrigatoriamente que essas áreas foram realmente preservadas ou conservadas de um período para o outro<sup>47</sup> (o aprofundamento desse tema fornecem subsídios para outros estudos que devem ser abordados também na geografia agrária, mas que não abordaremos neste).

Sinteticamente podemos entender que o uso e a ocupação do solo no estado de São Paulo tem refletido a expansão da agricultura, com maior destaque para a lavoura temporária

---

<sup>46</sup> A reserva legal, a área de proteção preservação permanente e os sistemas agroflorestais foram regulamentada pela Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal), alterada pela Lei Federal nº 7.803, de 18 de julho de 1989, e pelas Medidas Provisórias 2166 e 2167, editada em 24 de agosto de 2001.

<sup>47</sup> Para 1995 tivemos protegidos em matas e florestas naturais 1.352.370 hectares, e em matas e florestas artificiais 596999 hectares. Para 2006 tivemos protegidos em matas e florestas naturais 1.756.715 hectares, e em matas e florestas artificiais 452.040 hectares. Tivemos um aumento na área natural devido a incorporação da M.P. de 2001, e uma diminuição da área plantada.

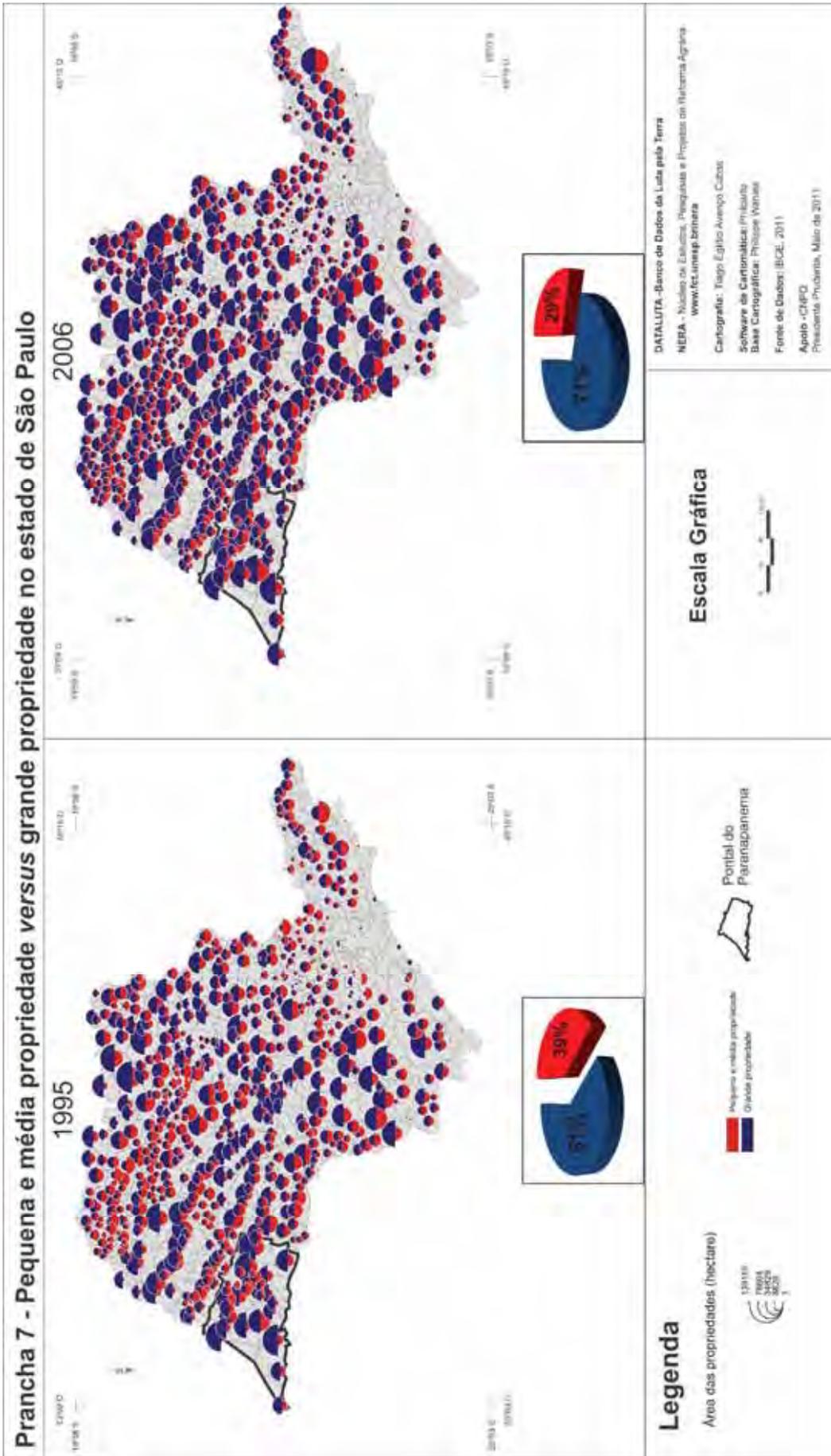
segundo IBGE (como veremos para a cana-de-açúcar). Além disso a tecnologia *versus* a mão-de-obra no campo pode ser outra especulação levantada, porque contrariamente a população no campo, a produção tem elevação significativa nos últimos anos (IBGE, 2011). Além da produção e da expansão da agricultura, uma questão permeia essas colocações: quem está utilizando essas terras? Que territórios então têm sido reforçados? Consideramos nesse momento a Prancha 7 que espacializa a pequena e média propriedade *versus* a grande propriedade, entendendo que respectivamente, as pequenas e médias são propriedades menores ou iguais a 200 hectares e grande propriedade acima de 200 hectares<sup>48</sup>.

Visualmente a proporção dos semicírculos na cor azul são percebidos muito mais claramente do que os vermelhos em 2006. Os territórios das pequenas e médias propriedades tiveram comparativamente um crescimento menor que os territórios das grandes propriedades. O gráfico em pizza reflete as fatias para cada território, vemos que a expansão do território das grandes propriedades tiveram uma expansão de 10% de 1995 para 2006, foi de 61% para 71%, já o território das pequenas e médias propriedades perderam participação, foi de 39% do total para 29%, isso não significa que perderam terras de fato, pois se trata de uma relação de dados, entretanto veremos que perdeu.

E essa comparação entre os mapas na Prancha 7 legitima as proposições de Girardi (2008) em relação ao índice de gini e também a análise no sub-capítulo anterior de que esse índice também demonstra concentração fundiária. Essa prancha também demonstra a ineficiência das políticas públicas do governo estadual principalmente em amenizar as disparidades regionais, pois a concentração fundiária cada vez é maior. E esse discurso é embasado na ideia de que os pequenos e médios proprietários não tem perdido território, ao contrário do que vemos nos dados, pois em 1995 era de 6.709.313 hectares para em 2006, 5.840.727 hectares, uma perda de 868.586 hectares (perda em 2006 de aproximadamente 13% em relação a 1995). No entanto, proporcionalmente os territórios dos latifundiários tem se expandido, em 1995 era de 10.659.891 hectares para em 2006, 14.332.546 hectares, uma expansão territorial de 3.672.655 hectares (ganho em 2006 de aproximadamente 35% em relação a 1995). As regiões mais afetadas por essa concentração fundiária foram o Noroeste Paulista, o Vale do Ribeira e o Vale do Paraíba. Outras regiões como o Pontal do Paranapanema e a Meso região de Araçatuba também tiveram concentração, em menor grau.

---

<sup>48</sup> O corte duro de pequena e média para abaixo ou igual a 200 hectares e grande para acima de 200 hectares foi aplicada de acordo com metodologia utilizada pelo pesquisador Bernardo Mançano Fernandes (para o Brasil), baseada Atlas Fundiário Brasileiro de 1996 e no II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de 2003.



Os territórios e a concentração da renda e fundiária são evidentes, por isso se tornam necessários meios de combater isso, como por exemplo, a luta dos movimentos socioterritoriais. A luta *pela* terra e *na* terra são parte fundamental da estratégia camponesa de resistência e de reprodução dos seus territórios. A luta faz parte das conflitualidades, ela é a contradição do sistema e o discurso da desconstrução. Refletindo a respeito dessa territorialização camponesa e contrariamente a isso as dinâmicas ruralistas de reprodução que envolvem fatores como a compra e venda da terra, expansão latifundiária, concentração fundiária e violência, revelam não somente a disputa territorial num embate físico, mas na maioria das vezes simbólico.

Essa disputa imaterial que se materializa também na produção de *commodities* reflete a realidade do que são as prioridades e as ligações do poder enquanto existe uma grande necessidade de manter a segurança e soberania alimentar da nação brasileira. O problema é aqui não é a cana, não é a laranja, ou a solução não é simplesmente a produção de arroz ou feijão, mas de entender que tipo de modo de produção e apropriação do trabalho e terra gerando lucro (na concentração de renda e poder) estão por trás dessas culturas territorializadas no estado de São Paulo.

#### **4.2 Agropecuária paulista: seus territórios**

Estamos no início de uma nova fase de produção de energia no Brasil, a dos agrocombustíveis, ou seja, a energia produzida a partir das de gêneros biológicos não fósseis. Nesta perspectiva, o agronegócio no Brasil tem intensificado a monocultura dessas plantas. O Brasil, enquanto país tropical tem sido um dos maiores produtores mundiais, principalmente da cana-de-açúcar que tem destaque para o estado de São Paulo. Essa combinação monocultura-agrocombustíveis-latifúndio, além da exclusão/expropriação dos povos do campo, e dos danos ambientais, tem sido um dos causadores do encarecimento de alimentos, atingindo as populações com menos recursos financeiros.

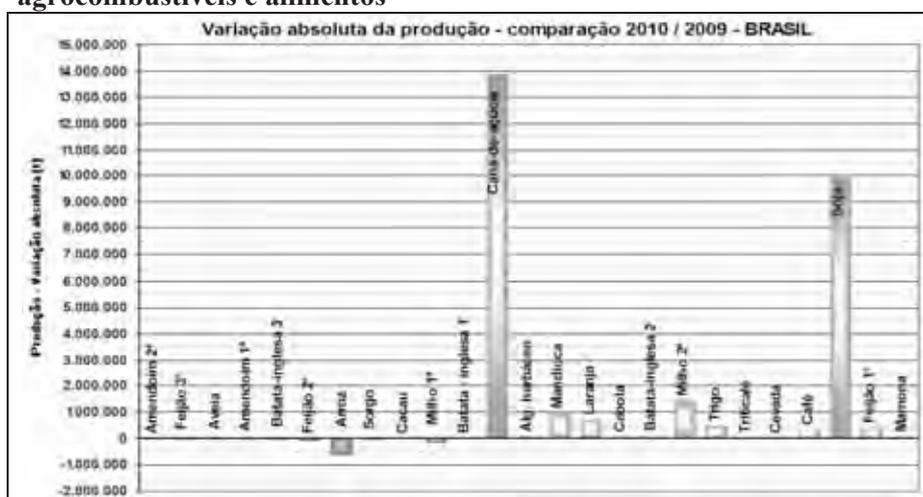
O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca. Assim entendemos que a agricultura camponesa e a dos povos tradicionais do campo possuem uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam a

transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital.

Na produção de agrocombustíveis temos duas lógicas distintas: uma baseada no paradigma do capitalismo agrário que tenta integrar de maneira subordinada o campesinato ao agronegócio e de outro lado uma prática fundamentada no paradigma da questão agrária que visa construir uma produção autônoma do campesinato numa perspectiva de interação entre a produção de alimentos e a produção de energia. Essas duas lógicas produzem territórios distintos com paisagens e territorialidades distintas (FERNANDES, 2009). O cenário brasileiro então reflete um país que busca concretizar as *commodities*, como a cana-de-açúcar e a soja, que estão em larga expansão no país, exposto na Figura 21.

A partir disso, visualizamos a situação que se encontra a disputa territorial entre os paradigmas do capitalismo agrário (representado na monocultura) e o da questão agrária (representado na segurança e soberania alimentar). Esse é um espaço de luta política e ideológica que no paradigma do capitalismo agrário reforça a dominação e expansão das *commodities* e no paradigma da questão agrária legitima a luta pela reforma agrária, soberania alimentar, resistência e justiça social.

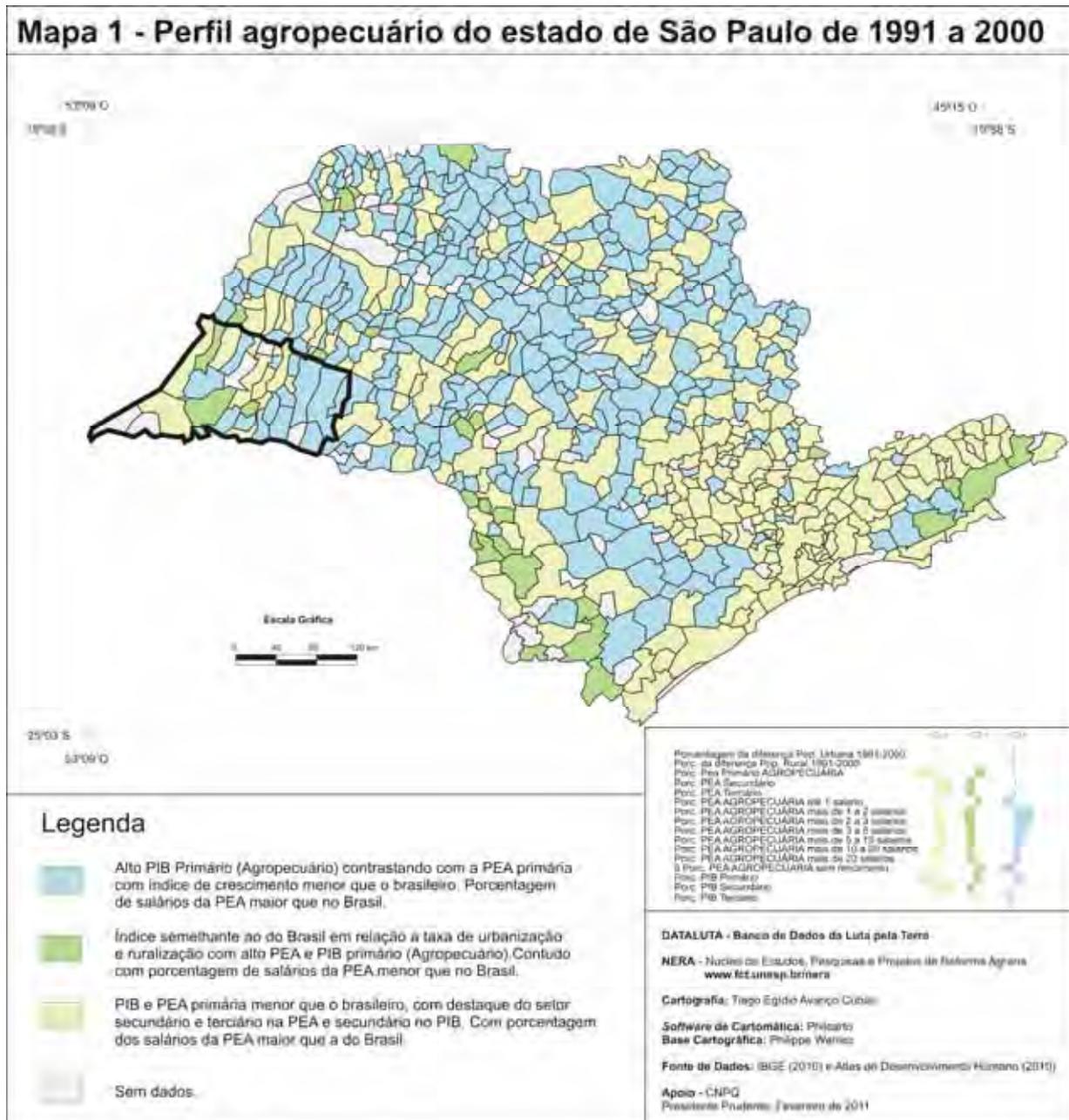
**Figura 21 - Reflexos dos paradigmas na agricultura brasileira: agrocombustíveis e alimentos**



Fonte: IBGE, 2010.

A cana-de-açúcar (14 milhões de toneladas) e a soja (10 milhões de toneladas) são produtos de exportação e destaque de produção do agronegócio, em detrimento dos alimentos como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca que estão numa amplitude de variação absoluta negativa para positiva com no máximo de 2 milhões de toneladas, no caso do Milho. Isso reforça o que situamos a respeito do cenário nacional da agricultura brasileira: a expansão do

território do agronegócio, para as *commodities*, e a redução da produção de alimentos que é colocada em segundo plano pelas políticas públicas<sup>49</sup>. Vejamos o Mapa 1:



A *commoditização* da economia brasileira visa expandir a produção dessas culturas que tem altíssimo potencial de exportação. O que não fica visível são as condições e os conflitos do e no território, onde camponeses e ruralistas se territorializam todos os dias, onde

<sup>49</sup> Para o ano de 2011 temos o investimento de 100 bilhões de reais no agronegócio, especialmente para *commodities* (7% de aumento em relação ao ano passado, e 100% de aumento de 2007 para 2011) e 16 bilhões de reais para a agricultura camponesa (sem aumento nenhum em relação ao ano passado). Dados do Ministério da Agricultura.

camponeses são duramente oprimidos pela expansão desse mercado transnacional, de grandes corporações que pelo metabolismo natural do capital, exploram até a última gota do seu suor e sangue. Isso tem sido legitimado em âmbito nacional e estadual, com mais e mais programas de incentivo a economia capitalista agrária. Por exemplo, sabemos que uma única colheitadeira substitui o trabalho de pelo menos 100 cortadores, e a intenção da mecanização das usinas é de 100%<sup>50</sup> (WELCH, 2010). A agro-exportação atrelada aos latifúndios e ao ganho de capital dado na mais-valia e lucro nos revela um perfil agropecuário para estado de São Paulo, onde os cada vez mais o PIB primário tem sido elevado ao contrário da PEA primária em razão da mecanização no espaço rural.

As cores azul e verde-escuro revelam alto PIB primário, ou seja, o perfil que acompanha mais de 90% dos municípios paulista mostra um produto interno bruto gerado na agropecuária. A diferença é que no caso dos municípios em azul podemos sugerir uma alta mecanização e controle territorial do agronegócio, pois a PEA (em quantidade) é menor se comparada aos índices brasileiros e os salários são mais altos para quem está nessas áreas (o trabalho especializado). Nos municípios em verde claro vemos um alto PIB primário e também alta PEA, comparativo ao Brasil, podemos então entender mais pessoas no campo, contudo isso não revela que essas populações no campo não obedeçam obrigatoriamente a uma lógica de desconcentração fundiária.

O território paulista tem em seu perfil agropecuário um território com grande produção na agricultura e rebanho ressaltado no PIB primário, isso eleva a importância de analisarmos mais a fundo os territórios que fazem parte do estado de São Paulo. De maneira geral vemos o território imaterial camponês estabelecido e fortalecido com estratégias materiais como as ocupações, acampamentos e assentamentos, mas sobretudo com as conquistas materiais e o desenvolvimento através da agroecologia e da produção camponesa voltada para a segurança alimentar e soberania alimentar. É desse modo que estaremos apresentando a seguir as disputas territoriais no interior do processo de *des-re-territorialização* das culturas da cana, laranja, gado bovino, arroz e feijão.

---

<sup>50</sup> Não queremos dizer que o trabalho atual no corte da cana é benéfico como emprego para os cortadores, mas exemplificar que o lucro está sempre à frente do ganho social, principalmente porque essas pessoas saem do subemprego para desempregadas, e ainda assim não são realocadas socialmente.

#### 4.2.1 A territorialização dos *commodities*

A territorialização das *commodities* é uma realidade no estado de São Paulo. Essa territorialização tem a intencionalidade de gerar mais-valia e o lucro através da produção em larga escala e exportação, a produção dos agrocombustíveis é constituída pelo tripé **latifúndio-monocultura-exportação** do agronegócio. Temos empresas de diversos setores que estão comprando e criando novas usinas de álcool em vários lugares no estado de São Paulo. Um exemplo, no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, é “[...] o *Grupo Odebrecht*, uma corporação brasileira transnacional do setor de construção, comprou em 2007, a *Destilaria Alcídia* [...]”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 10, grifo nosso).

O imperialismo dos países considerados desenvolvidos fica evidente quando constatamos que empresas multinacionais estão interessadas em produzir o etanol em nosso território e, conseqüentemente, explorar nossa mão-de-obra e destruir nossa biodiversidade (CAMACHO, 2008). Aqui segue o Quadro 6 que mostra os principais programas de incentivo a cultura sucroalcooleira no Brasil:

<b>Quadro 6 – Programas Estatais para agroenergia – o PCA e os Programas Governamentais</b>		
<b>NOME DO PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>MINISTÉRIOS E LANÇAMENTO</b>
Plano Nacional de Agroenergia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da participação das energias renováveis na matriz energética brasileira;</li> <li>• Interiorização e regionalização do desenvolvimento;</li> <li>• Criar oportunidades de expansão do emprego e geração de renda no âmbito do agronegócio, com a participação de pequenos produtores;</li> <li>• Contribuir com o cumprimento do compromisso brasileiro com o Protocolo de Quioto;</li> <li>• Induzir a criação do mercado internacional de biocombustíveis.</li> </ul>	Lançado em 2005 pelos Ministérios da Agricultura (MAPA), Ciência e Tecnologia (MCT), Minas e Energia (MME) e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool;</li> <li>• Menor dependência de combustíveis fósseis importados;</li> <li>• Menor emissão de poluentes e os resíduos das usinas são reaproveitados;</li> <li>• Maior geração de empregos, sobretudo no campo, diminuindo a evasão rural e o "inchamento" das grandes cidades;</li> <li>• Os subprodutos da cana são utilizados no próprio ciclo produtor de álcool;</li> <li>• Fonte de geração de divisas internacionais.</li> </ul>	Criado pelo governo brasileiro em 1975 (Decreto nº 76.593). O financiamento ocorreu por meio do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil, além de bancos regionais e estaduais de desenvolvimento.
Programa Nacional e Produção do Biodiesel (PNPB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social;</li> <li>• Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento;</li> <li>• Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas;</li> <li>• Adquirir a matéria-prima;</li> <li>• Celebrar contratos com os agricultores familiares;</li> </ul>	O PNPB (governo Lula), elaborado por um grupo de trabalho interministerial, em parceria com as associações empresarias ANFAVEA (Associação Nacional dos Veículos Automotores) e ABIOVE (Associação Brasileira das Industrias de Óleos Vegetais).

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares;</li> <li>• Desoneração parcial ou total de tributos;</li> <li>• Participação nos leilões públicos de biodiesel organizados pela ANP;</li> <li>• Facilidades de acesso a financiamento junto ao BNDES.</li> </ul>	Financiado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento).
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------

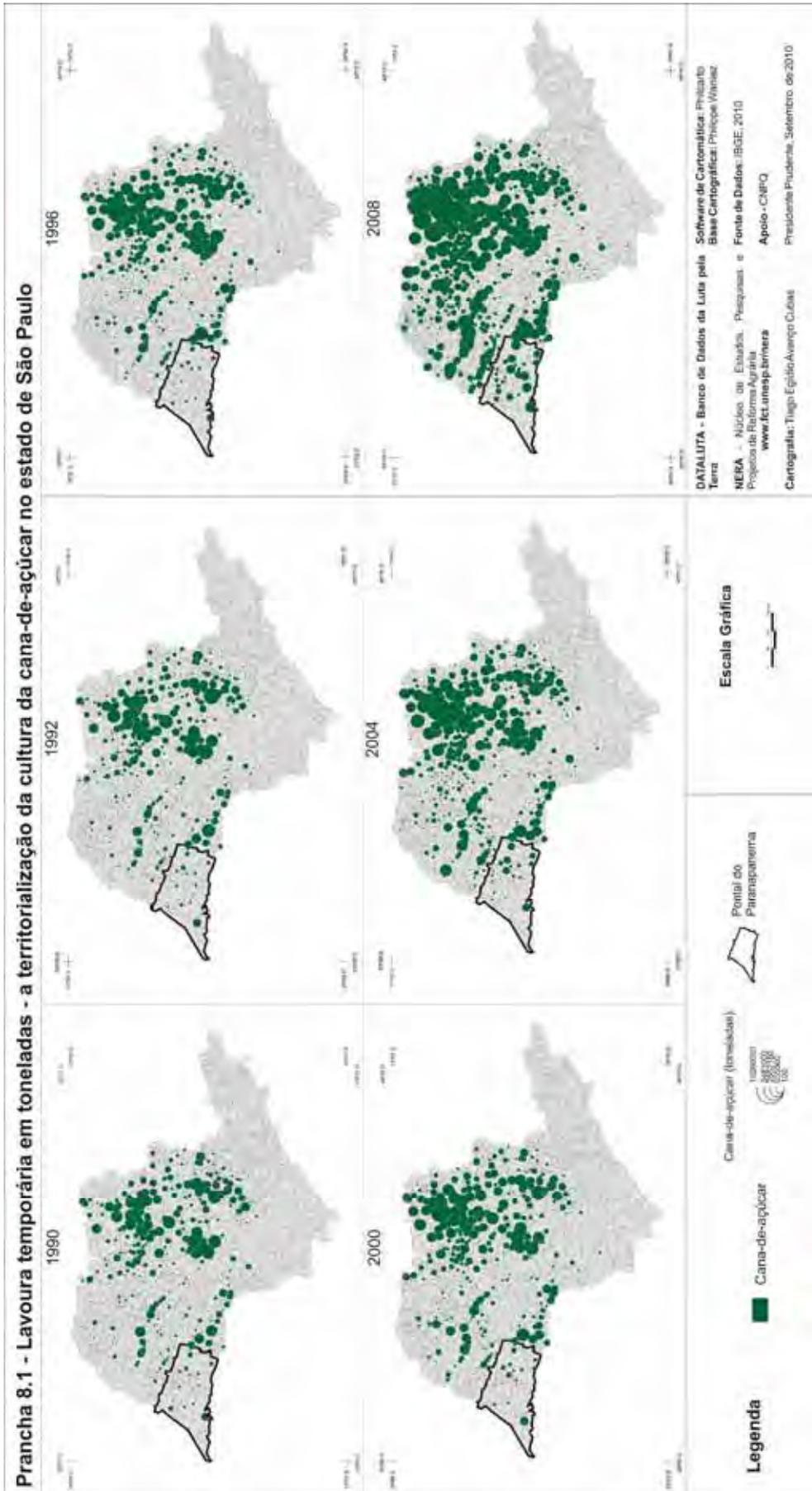
**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados no Ministério da Agricultura e no trabalho “Agrocombustíveis no Brasil” (SUÁREZ; BIBKEL; GARBERS e GOLDFARB, 2008).

O reflexo desse quadro é o que tem acontecido no território brasileiro e paulista, especialmente, a implantação de programas de auxílio e injeção de capital no agronegócio e nas suas territorialidades que reforçam cada vez mais seu território. O PROALCOOL foi o primeiro desses programas, e visava uma nova matriz energética, uma saída para crise do petróleo da década de 1980. Ele buscava uma menor dependência dos combustíveis fósseis, mas que simultaneamente gerasse divisas internacionais. O Plano Nacional de Agroenergia e o PNPB foram lançados no governo Lula, e coincidentemente o governo que mais atuou no sentido da expansão da cana é o governo que mais a obteve com uma intensa injeção de capital nesse setor.

O Plano Nacional de Agroenergia tinha e tem a intenção de criar um mercado internacional de agrocombustíveis baseado no discurso da proteção ao meio-ambiente incorporado a sustentabilidade que estão no interior do Protocolo de Quioto. Em razão disso levar o desenvolvimento ao interior com vista a criar renda que favoreça o agronegócio. O PNPB é fundamentado na mesma lógica, mas visando outro alvo. Esse alvo é o que o governo chama de agricultor familiar, e assim a partir dessa lógica integrar os agricultores familiares ao agronegócio e as perspectivas dos governos federal e estadual.

Os programas estatais para expansão da cana-de-açúcar tem sido eficazes nos intuitos que visam o crescimento econômico e a expansão dessa monocultura, contudo, cada vez mais estudos verificam a expropriação do trabalhador, violência física, psicológica e trabalhista contra os mesmos. Esses programas nos mostram sob o domínio de quem estamos, sob que território de governança e os desdobramentos dessa governabilidade na vida da sociedade em geral, mas dos camponeses especificamente. A expansão da cana é apresentada na Prancha 8.1 que vislumbra a produção em toneladas, e na Prancha 8.2 que nos traz o território em hectares dessa cultura<sup>51</sup>.

<sup>51</sup> Produção em toneladas de cana: 1990 com 137.835.000; 1992 com 145.500.000; 1996 com 192.320.000; 2000 com 189.040.000; 2004 com 239.527.890; e 2008 com 386061274. Produção em hectares de cana: 1990 com 1.811.980; 1992 com 1.889.523; 1996 com 2.493.180; 2000 com 2.484.790; 2004 com 2.951.804; e 2008 com 4.541.509.





A territorialização da cana, num primeiro olhar, é nítida, e através desse tipo de mapeamento que integra a geografia e a história podemos observar o movimento, o sentido dessa expansão. Na Prancha 8.1 que expressa a produção em toneladas é bastante claro o aumento dos círculos concêntricos que denominam esse aumento de produção, e a Prancha 8.2 nos precisa essa imagem territorial da expansão no sentido sudoeste da cana. Essa cultura não passou de um lugar para outro, ela se expandiu, uma elevada expansão que exige de um lado o aumento da tecnologia de produção e de outro a conquista de territórios que pertenciam a outras culturas e em determinado momento até outras lógicas de produção. De uma maneira geral a produção total da cana em 1990 foi 137.835.000 toneladas com 1.811.980 hectares, numa razão média de 76,06 toneladas por hectare, já em 2008 tivemos 386.061.274 toneladas com 4.914.670 hectares, numa razão média de 74,48 toneladas por hectare. Isso nos mostra uma leve queda na média, o que é distinto da sua territorialização de produção e área quando observamos os mapas.

A expansão da cana, quando buscamos os dados, é nítida na grande maioria (mais de 90% dos municípios tiveram a expansão da cana numa comparação entre 1990 e 2008) dos municípios que participam dessa produção. Os cinco maiores produtores em 1990 eram, em toneladas: Ribeirão Preto (3.006.844 toneladas e 40.000 hectares), Pederneiras (286.9150 toneladas e 44.302), Jaboticabal (2.720.000 toneladas e 34.000 hectares), Piracicaba (2.560.000 toneladas e 40.000 hectares) e Lençóis Paulista (2.400.000 toneladas e 30.000 hectares). A razão toneladas/hectares pode ser expressa: para Ribeirão Preto era 75,17 toneladas por hectare; para Pederneiras era 64,76; para Jaboticabal era 80; para Piracicaba era 64; e para Lençóis Paulista era 80.

Os cinco maiores produtores em 2008 foram, em toneladas: Morro Agudo (10.260.000 toneladas e 114.000 hectares), Barretos (5.481.000 toneladas e 60.900 hectares), Guaíra (5.100.000 toneladas e 57.600 hectares), Paraguaçu Paulista (4.723.200 toneladas e 55.000 hectares) e Araraquara (4.410.000 toneladas e 50.000 hectares). A razão toneladas/hectares pode ser expressa: para Morro Agudo era 90 toneladas por hectare; para Barretos era 90 também; para Guaíra era 88,54; para Paraguaçu Paulista era 85,87; e para Araraquara era 88,2.

Em um primeiro momento podemos notar o aumento da produção em toneladas além da expansão do território em hectares, e num segundo momento podemos observar que os principais produtores mudam de localização. Essa mudança nos mostra que a expansão da cana saiu principalmente da região da Alto Mogiana para outras localidades, e ainda os municípios que anteriormente, em 1990, eram os maiores produtores não deixam de produzir,

eles mantêm uma taxa de crescimento, mas é superado pela expansão do próprio território da cana e investimentos em outros municípios. Além disso, os maiores índices de crescimento na produção foram nos municípios da Noroeste Paulista e do Pontal do Paranapanema, Araçatuba e Presidente Prudente, respectivamente demonstram isso para essas regiões. No Pontal, com exceção de quatro municípios que não produziram ou registram baixo decréscimo, elevaram os investimentos e a produção da cana, com destaque para além de Presidente Prudente, para Teodoro Sampaio, Sandovalina e Rancharia.

Todo esse território conquistado, toda essa produção se deve ao aumento da tecnologia no caso dos maiores produtores e da invasão dessa cultura nas pequenas e médias propriedades. Outro motivo é desterritorialização de outras culturas por esses motivos. No estado de São Paulo segundo o 6º Relatório de Terras e Análise de mercado (2012, p. 64):

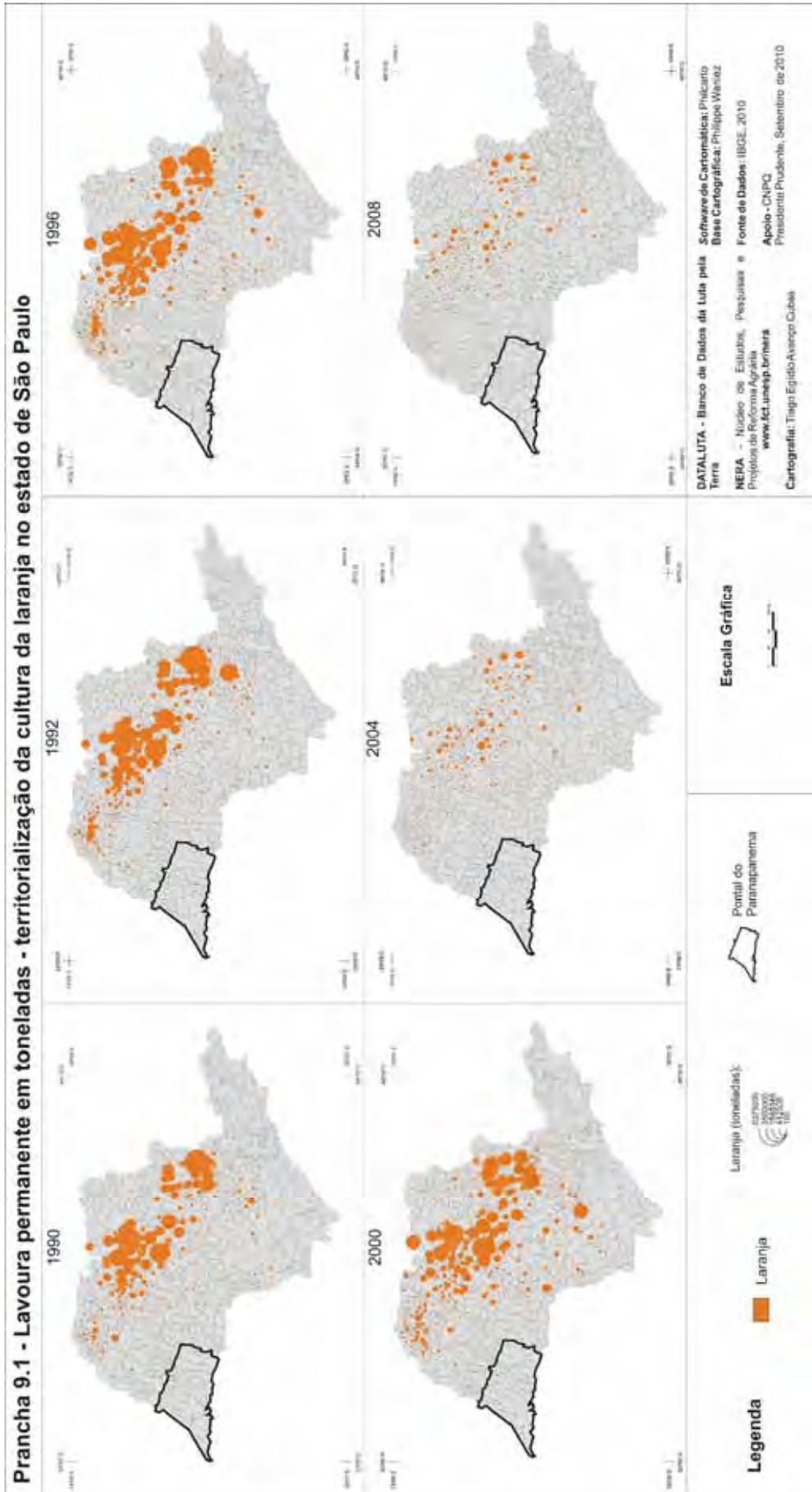
A cana de açúcar vem se expandindo e ocupando áreas de soja, milho, algodão e pecuária. A laranja é uma das culturas que nos últimos anos perdeu espaço para os canaviais. Um dos fatores que facilitou esse processo foi a concentração de indústrias do setor cítrico. Para processar toda a fruta produzida no país, existem apenas quatro indústrias, o que é desestimulante. Isso reduziu o poder de negociação do produtor e pressionou os preços.

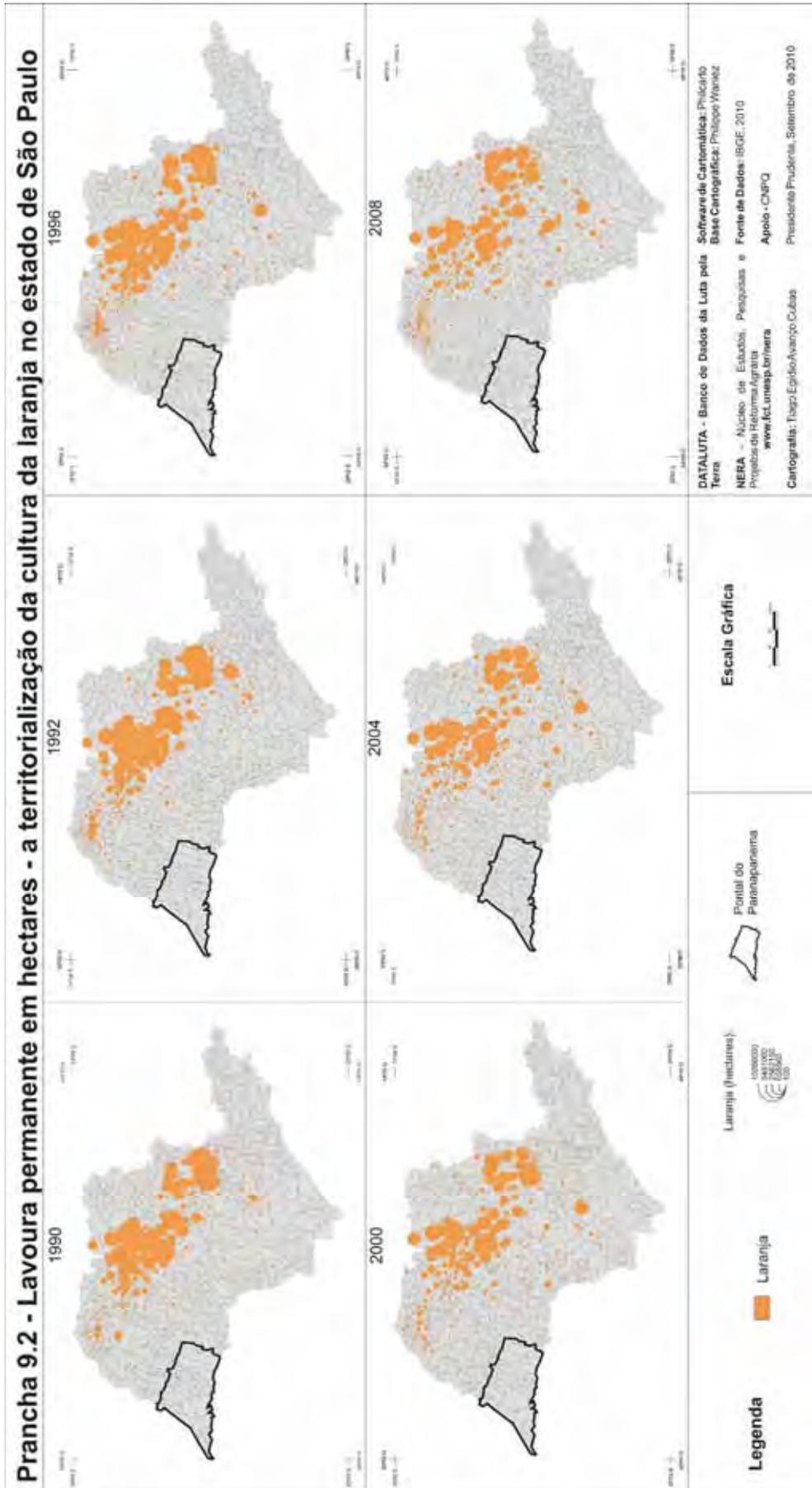
Como vemos, a laranja, foi uma dessas culturas que sofreu com os incentivos a cana, manteve em grande parte os seus territórios, mas sofreu com as prioridades dos governos federal e estadual na produção e enfoque na cana. Vamos a Prancha 9.1 que revela a lavoura em toneladas e a Prancha 9.2 que nos mostra o território em área da laranja<sup>52</sup>.

A produção em geral, da laranja, teve um decréscimo tanto na parte de toneladas, quanto na área. A razão média de toneladas/hectare para 1990 em todo o estado foi de 100,05 toneladas por hectare, no entanto em 2008 foi de 25,65. Uma queda drástica na otimização da produção. Os cinco maiores produtores em 1990 foram, em toneladas: Mogi Guaçu (6.000.000 toneladas em 40.000), Bebedouro (3.819.348 toneladas em 42.440 hectares), Itápolis (3.500.000 toneladas em 37.500 hectares), Olímpia (2.468.750 toneladas em 24.710 hectares) e Araraquara (2.040.000 toneladas em 24.000 hectares). A razão toneladas/hectare: para Mogi Guaçu era 150 toneladas por hectare; para Bebedouro era 89,99; para Itápolis era 93,33; para Olímpia era 99,90; e para Araraquara era 85. Esses números revelam a alta produtividade da laranja no início da década de 1990, e além desses municípios a Alta Mogiana como um todo se destacava nessa produção.

<sup>52</sup> Produção em toneladas de laranja: 1990 com 72.326.990; 1992 com 82.886.957; 1996 com 87.736.701; 2000 com 88.985.316; 2004 com 14.719.794; e 2008 com 14.539.618. Produção em hectares de laranja: 1990 com 724.840; 1992 com 785.666; 1996 com 721.731; 2000 com 611.475; 2004 com 589.939; e 2008 com 594.576.

Prancha 9.1 - Lavoura permanente em toneladas - territorialização da cultura da laranja no estado de São Paulo





Já os cinco maiores produtores em 2008 foram: Aguaí (556.160 toneladas em 17.000 hectares), Casa Branca (489.600 toneladas em 18.750 hectares), Itápolis (459.000 toneladas em 22.000 hectares), Mogi Guaçu (408.000 toneladas em 15.635 hectares) e Matão (387.300 toneladas em 12.910 hectares). A produção se manteve na mesma região de municípios com alternância dos maiores produtores que detiveram números relativamente menores que os de 1990. A razão de toneladas/hectares foi: para Aguaí de 32,71 toneladas por hectare; para Casa Branca de 26,11; para Itápolis de 20,86; para Mogi Guaçu de 26,09; e para Matão de 30.

A cultura da laranja perdeu alguns investimentos, mas se mantém territorializada na região da Alto Mogiana como destaque de produção. Esse território se mantém forte principalmente quando observamos a Cutrale (uma das maiores agroindústrias do suco de laranja no mundo). As famílias camponesas, desde a década de 1980 tem sido descapitalizadas e desterritorializadas da terra e da informação. Elas têm sofrido com o fechamento do território do capital em “condomínios” (formas de controle político e econômico por parte das empresas capitalistas, controle do modo de produção) e grande parte desse território perdido tem sido por parte dos próprios camponeses citricultores, e é isso que Welch e Fernandes (2008) nos afirmam em seu trabalho sobre a citricultura em São Paulo (Brasil) e na Flórida (EUA).

Na década de 1990, a implementação da verticalização da produção foi intensificada, diminuindo a participação do campesinato citricultor e citricultores capitalistas no processo produtivo. Somente nessa década o número de citricultores caiu em quase dois terços. Simultaneamente ocorreu a expansão dos laranjais das empresas processadoras, aumentando ainda mais seu poder político e econômico. Configura-se assim uma pressão para eliminar o citricultor familiar pequeno e médio, por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa o territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizadas para a produção de laranja. (p. 179)

Ainda completam dizendo que no século XXI, houve um aumento da concentração de poder nas mãos agronegócio, e em razão disso os citricultores de pequeno e médio porte ficam a mercê das processadoras que dominam todo o processo industrial. Welch e Fernandes (2008) resumiram seus objetivos e conclusões em alguns pontos: primeiro, o campesinato sempre foi utilizado na produção da laranja, no que tange a sua força de trabalho e a sua imagem, como a agricultura “pura” e orgânica; segundo, o controle do capital no processo agrícola se acirra principalmente a partir da década de 1980 e isso subalterniza os camponeses em detrimento promoção do capital; e terceiro, o controle a resistência e a expropriação são elementos fundamentais para analisarmos o capital, o trabalho e os camponeses no processo

histórico do desenvolvimento do agronegócio da laranja. Ou seja, “se compreendermos o agronegócio como totalidade, não há outras perspectivas para os citricultores” (p. 187).

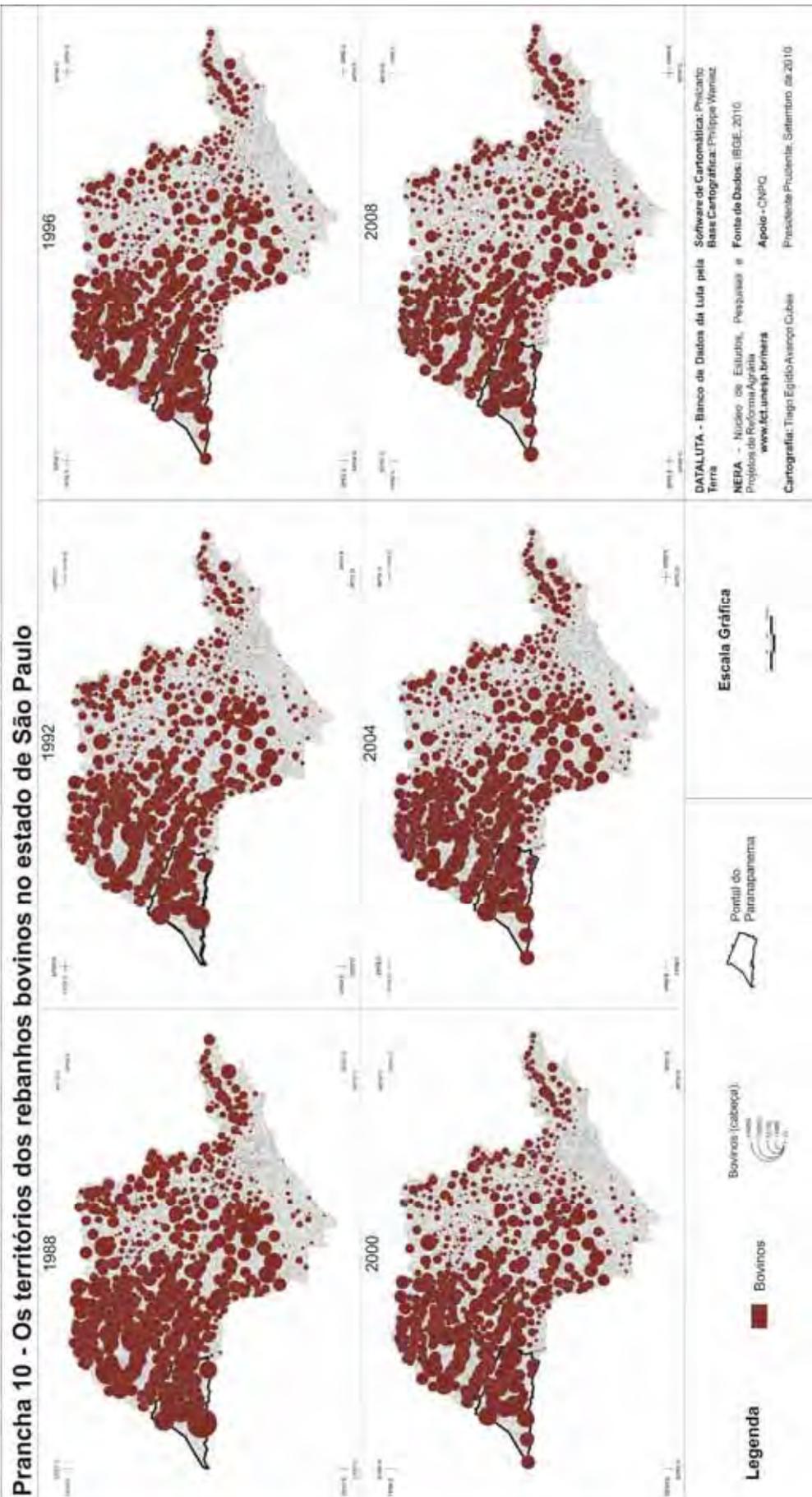
O discurso e a totalidade real depende que território estamos falando, ou qual território está discursando. Para o campesinato é extremamente fundamental que se aplique nos valores da resistência e da legitimação do território imaterial pela identidade territorial e por isso cultural, mas também das características propositivas de firmar novas relações, relações que sejam não-capitalistas. Uma das culturas que ainda mantêm-se praticamente intactas com leves quedas alternadas com leves elevações é o rebanho do gado bovino. Esse rebanho se territorializa por todo o estado e tem sua produção desde os pequenos até as grandes propriedades.

Os territórios do rebanho do gado bovino são firmados com destaque no oeste do estado de São Paulo, contudo podemos notar na Prancha 10 que ele está presente em todo o estado. Numa análise comparativa de 1988 para 2008, temos respectivamente, 11.912.382 cabeças e 11.185.556 cabeças, notamos então um leve decréscimo no número total das cabeças de gado que pode ser explicado também pela expansão da cultura da cana. Mesmo assim o rebanho de gado bovino se mantém praticamente inalterado durante os períodos exposto nos mapas, vemos que o gado de corte e de leite não deixou de ser um meio de produção viável aos produtores, na sua maioria grandes produtores de gado para corte e laticínios<sup>53</sup>.

Os dez maiores produtores de 1988 foram: Araçatuba (216.052 cabeças); Teodoro Sampaio (190.842), Pereira Barreto (150.363), Rancharia (135.000), Mirante do Paranapanema (109.300), Martinópolis (106.794), Presidente Bernardes (104.900), Itapetininga (97.395), José Bonifácio (97.021) e Presidente Epitácio (91.900). Todos esse municípios se localizam no oeste paulista, sabendo que Araçatuba e Pereira Barreto estão na Alto Noroeste paulista, e Rancharia, Mirante do Paranapanema, Martinópolis, Presidente Bernardes, José Bonifácio e Presidente Epitácio estão no Pontal do Paranapanema. Em 2008, os dez maiores produtores foram: Mirante do Paranapanema (126.948 cabeças), Rancharia (121.236), Marília (114.631), Presidente Epitácio (113.318), Martinópolis (111.188), Presidente Bernardes (92.248), Castilho (90.904), Marabá Paulista (85.505), Mirandópolis (83.429) e Teodoro Sampaio (78.952).

---

<sup>53</sup> Produção de gado bovino em cabeças: 1988 com 11.912.382; 1992 com 12.394.312; 1996 com 12.797.505; 2000 com 13.091.946; 2004 com 13.765.873; e 2008 com 11.185.556.



Todos esses municípios obtiveram alguma elevação na produção do rebanho bovino, contudo ainda podemos entender que cederam parte dos seus territórios para a cana. Aqui podemos destacar Araçatuba, que nem aparece mais entre os dez maiores e antes era o maior produtor, e Mirante do Paranapanema que apesar de se tornar o primeiro na produção de gado, sofreu também com a expansão da cana, além dos outros municípios do Pontal do Paranapanema.

A produção voltada para a *commoditização* da economia brasileira pode ser notada em nossas considerações. É nítida as vontades governamentais que investem claramente em tornar o Brasil um país cada vez mais agro-exportador, porém o que devemos realmente questionar é: as custas de quem estamos nos tornando os maiores exportadores de cana do mundo? E que custos terão isso em nossa sociedade? Qual a importância da segurança e da soberania alimentar? A quem o governo brasileiro e paulista estão servindo?

#### **4.2.2 Segurança alimentar e soberania alimentar**

Algumas reflexões em relação às questões levantadas no último parágrafo do subcapítulo anterior já podem ser pensadas desde o início deste capítulo e a partir desse ponto com maior enfoque. As proposições até aqui expostas vão ao encontro de entender os agentes socioterritoriais e a que territórios os mesmos servem, isso dentro a sociedade e o Estado. Desse modo, o debate atual, no ano de 2011, a respeito do Código Florestal brasileiro pode nos esclarecer e delimitar algumas possibilidades para os territórios (multiterritorialidade) brasileira e especialmente a paulista.

O debate a respeito da produção agropecuária e o a proteção ao meio-ambiente, vem recentemente sendo discutido, a nível nacional, pelos elaboradores e defensores da aprovação novo Código Florestal brasileiro. A estratégia desses interventores a favor dessa aprovação se apropriam do discurso de que o Código Florestal anterior interdita, de certo modo, a expansão para a produção de alimentos. Essa posição reflete os interesses, na verdade, de expandir os territórios do agronegócio, pois esse discurso não tem embasamento científico algum.

Os maiores entraves para a produção de alimentos no Brasil não se devem a restrições impostas pelo Código mas sim a fatores como desigualdade na distribuição de terras, restrição ao crédito, falta de assistência técnica, investimentos em infraestrutura e pesquisas voltadas para a segurança alimentar do país (MARTINELLI, *et al*, 2010, p. 1).

Essa dicotomia criada para aprovação do Código Florestal não tem nenhuma relação com a produção de alimentos de fato, isso evidencia então outra realidade, a de que a

produção para agroexportação é uma pauta dos governos federal e estadual, isso acontece em detrimento da agricultura para segurança alimentar e soberania alimentar. Isso explicita o território como a parte do espaço marcada pelas relações de poder e pelas correlações de forças que estão implícitas e explícitas nas relações sociais e assim na configuração da realidade.

Assim, entendemos a Soberania Alimentar como um território que explicita leituras da questão agrária por meio do território material e também do imaterial. As manifestações, as ocupações, as políticas públicas, os agrishows, entre outros instrumentos dos movimentos socioterritoriais, das organizações patronais e do Estado territorializam os seus objetivos todos os dias e assim criam e recriam territórios imateriais, através do aparato simbólico, que por sua vez irão influenciar na consolidação/manutenção ou rompimento de uma determinada lógica nos territórios materiais (CUBAS, 2009).

Concordamos com Fernandes (*et al*, 2010) quando ele trata do tema de Agrocombustíveis, Agroenergia e Soberania Alimentar como sendo uma questão da atualidade no cenário nacional, e que existe uma possível mudança da matriz energética que acarreta severas implicações ao abastecimento de alimentos no Brasil e no mundo.

Tomamos a soberania alimentar como um exemplo de território, partindo de sua concepção como idéia materializada em política pública que muda as relações sociais, gera conflitualidades entre classes sociais e muda modos de vida. São idéias – territórios, que ao serem construídas carregam em si os princípios do espaço e das relações onde nasceu. Com este exemplo, procuramos demonstrar como os territórios estão presentes em nosso cotidiano e como é importante compreendê-los (Não paginado).

Colocamos que o território é sempre um espaço de lutas nas esferas política, econômica, social, cultural e até mesmo ideológica, por isso consideramos sua multidimensionalidade. O território é alvo de disputa tanto nos campos materiais como nos imateriais e, por isso, os conflitos entre os conceitos do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário. Conceitos esses que refletem no que entendemos sobre a “Segurança Alimentar” e a “Soberania Alimentar”, ou seja, se torna necessário explicitarmos essas relações para não nos limitarmos à realidade capitalista.

É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, antes que possíveis confusões possam ser construídas, pois quando apostamos na soberania alimentar não estamos apenas demarcando um campo de pesquisa ou mais uma nomenclatura para os próximos projetos, tampouco mais um conceito ou palavra chave. Então, para o momento é importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em

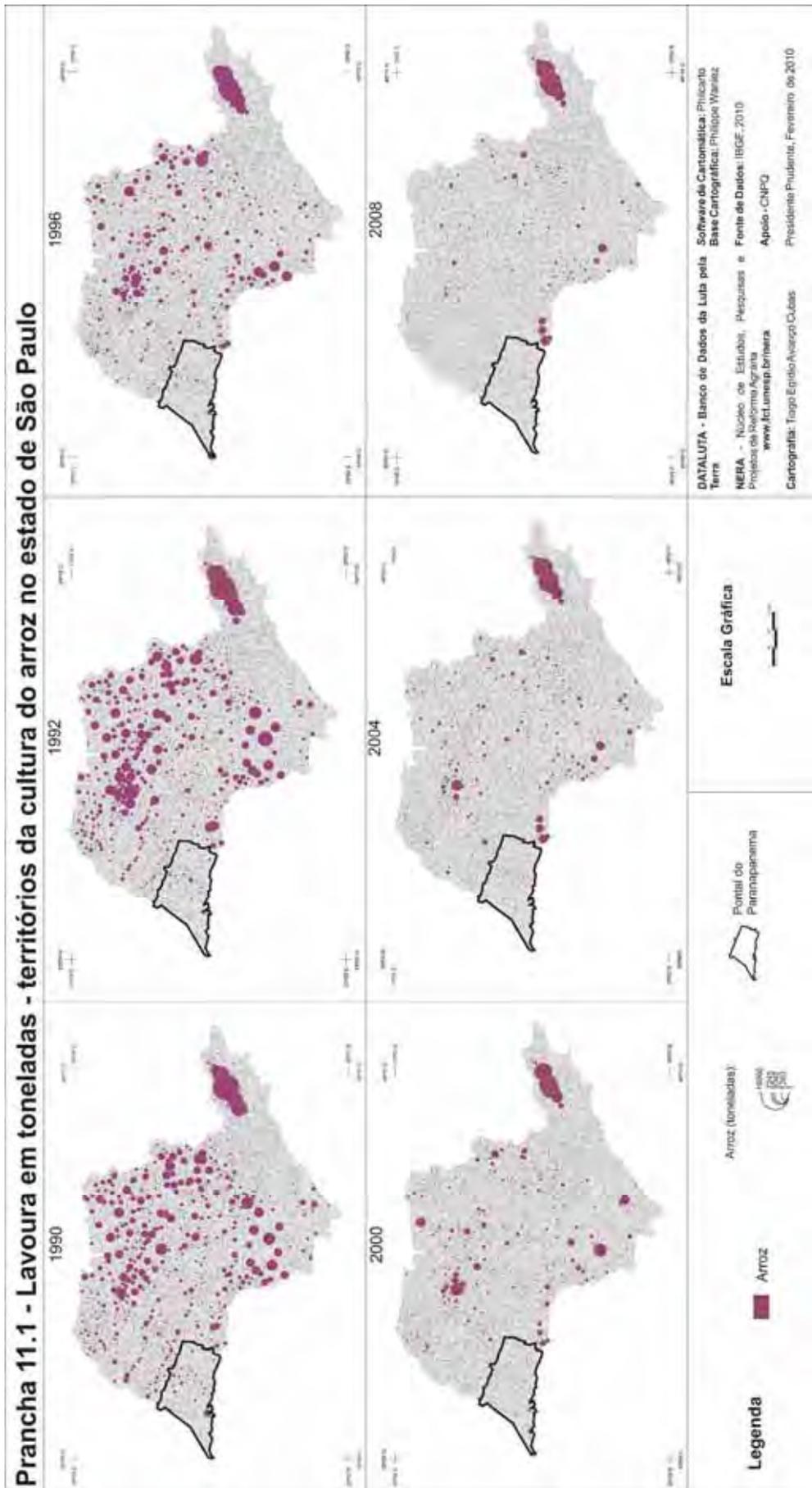
garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a idéia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

Essa diferenciação é fundamental para entendermos a importância de como a Soberania Alimentar é construída. Esse conceito é consubstanciado pela lógica do Paradigma da Questão Agrária, pois o mesmo propõe uma política de desenvolvimento territorial rural que remete ao plano camponês e por consequência a agricultura camponesa. A produção de alimentos deixa de ser algo para ser resolvido de maneira imediata e paliativa, para algo que tem a necessidade de transformar a estrutura de todo o modo de produção. Substituindo a lógica mercadológica do agronegócio e no lugar desenvolvendo uma lógica social de não só abastecimento de alimentos a população, mas também de controle dessa produção de alimentos de modo que possibilite o fortalecimento da agricultura camponesa.

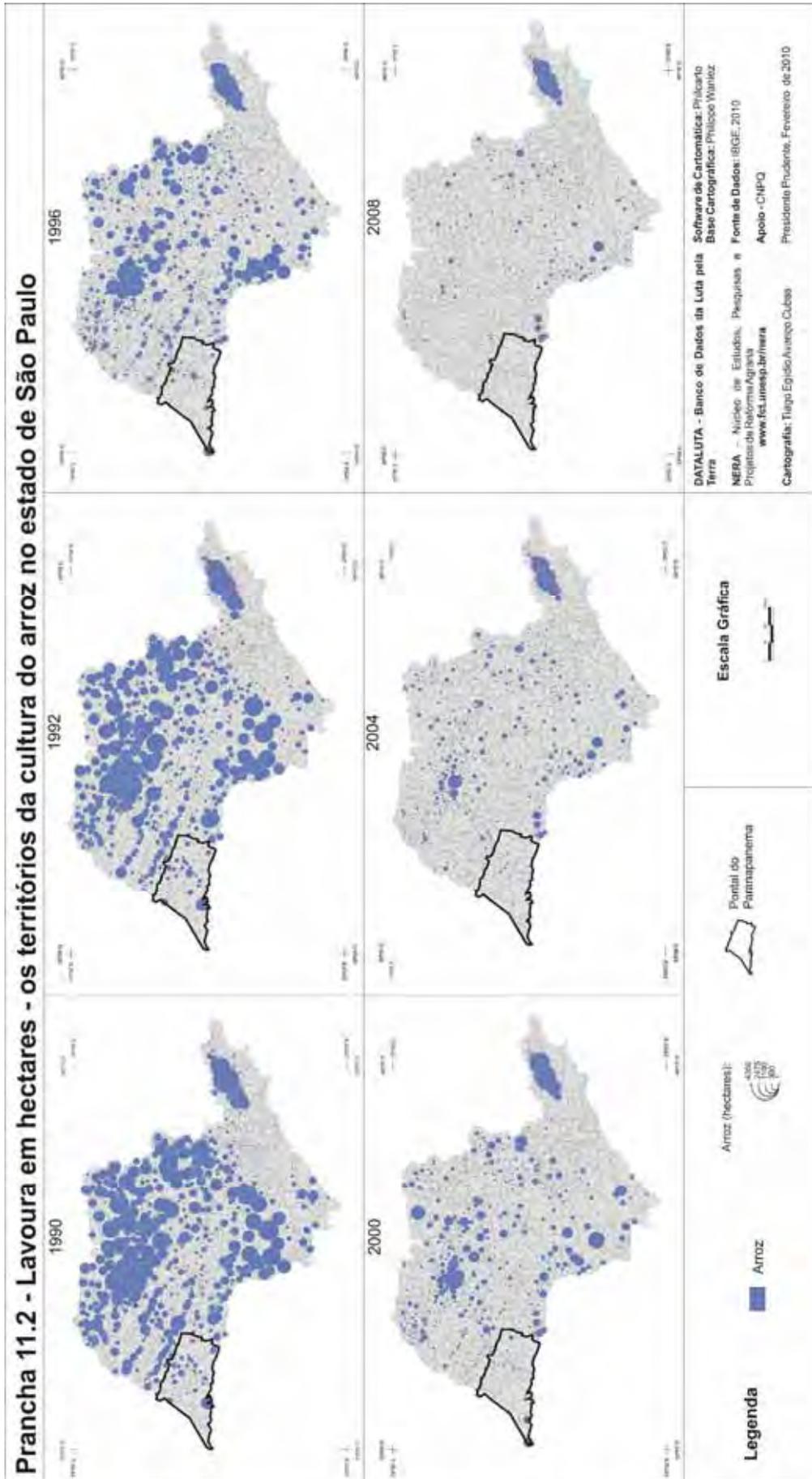
Desse modo, se torna uma questão de relevante importância para refletirmos, a Soberania Alimentar, ou seja, “a soberania alimentar é entendida como um princípio que define o direito e até o dever que cada povo tem de produzir os alimentos de que necessita para sua sobrevivência [...]”. (STEDILE, 2007, p. 42). Essa questão se mostra fundamental, principalmente na atualidade, em que começa a ficar mais rentável plantar para a produção de agrocombustíveis (somente), ao invés de plantar para a produção de alimentos.

Essa inversão de prioridades ocorre porque a produção agrícola para o capitalismo e, conseqüentemente, para o agronegócio não passa de mais uma mercadoria. O alimento também se torna mercadoria, cuja produção depende do retorno financeiro que esse “negócio” (*business*) dará. Porém, a alimentação é a primeira necessidade humana, e, logo, é a primeira função do trabalho na transformação da natureza. É pensando nessa necessidade básica humana que envolve não somente a segurança e soberania alimentar, mas a digna do homem e a significância de sua existência que pensamos em especializar durante os tempos dois itens que são integrantes essenciais da alimentação de qualquer família brasileira e desse modo também faz parte da cesta básica, o arroz e o feijão. As pranchas 11.1 e 11.2 mapeiam a cultura do arroz e as pranchas 12.1 e 12.2 mapeiam a cultura do feijão.

**Prancha 11.1 - Lavoura em toneladas - territórios da cultura do arroz no estado de São Paulo**



**Prancha 11.2 - Lavoura em hectares - os territórios da cultura do arroz no estado de São Paulo**



A Prancha 11.1 representa a lavoura de arroz em toneladas, e a Prancha 11.2 representa a extensão dessas lavouras em hectares, isso durante o período de 1990 a 2008<sup>54</sup>. E sem a leitura do mapa mais aprofundada, apenas com o olhar é possível tecer duas características que são nítidas, a primeira nos diz respeito a comparação entre as duas pranchas onde observamos que os territórios dessa cultura se localizavam até 1998 mais ao norte do estado de São Paulo e após esse período ele passou a concentrar a sua produção no Vale do Paraíba; e segundo, observando o tempo e o território vemos que essa cultura sofreu com a desterritorialização, a perda de territórios e da sua importância consequentemente na vida dos seus produtores. Os territórios que anteriormente a 1995 eram bastante significativos, como o norte paulista e o Vale do Ribeira, atualmente sofrem em detrimento de outras vontades políticas e econômicas que se territorializam em outra(s) cultura(s).

Para exemplificarmos essas comparações, de maneira geral em 1990 no estado de São Paulo tínhamos uma produção de arroz de 313.018 toneladas em 221.505 hectares, numa razão de 1,41 toneladas por hectare. No ano de 2008 tivemos uma produção de 58.346 toneladas em 22.610 hectares numa razão de 2,58 toneladas por hectare. O aumento na razão de produção significa uma otimização na produção, o que é importante, mas a queda na produção e na área de produção são fatores preocupantes que refletem diretamente nas necessidades cotidianas da sociedade.

Continuando com os dados, os cinco maiores produtores em toneladas no ano 1990, eram: Pindamonhangaba (18.960 toneladas em 4350 hectares), São José dos Campos (7245 toneladas em 2220 hectares), Guaratinguetá (7120 toneladas em 2400 hectares), Taubaté (7080 toneladas em 2025 hectares) e Caçapava (7024 toneladas em 2100 hectares). A razão de toneladas/hectare foi: para Pindamonhangaba de 4,35 toneladas por hectare; para São José dos Campos de 3,26; para Guaratinguetá de 2,96; para Taubaté de 3,49; e para Caçapava de 3,34. A produção denuncia a importância dessa cultura no território da “politicagem”, tanto os territórios, como a vontade política, como também a razão tonelada/hectare já eram superficiais.

Nesse momento veremos os cinco maiores produtores em toneladas no ano de 2008, eram: Pindamonhangaba (12.300 toneladas em 2600 hectares), Guaratinguetá (9611 toneladas em 2012 hectares), Tremembé (8800 toneladas em 2150 hectares), Taubaté (5000 toneladas em 1100 hectares) e Caçapava (4000 toneladas em 1000 hectares). A razão toneladas/hectare

---

<sup>54</sup> Produção em toneladas de arroz: 1990 com 313.018; 1992 com 337.200; 1996 com 212.730; 2000 com 113.600; 2004 com 106.120; e 2008 com 81.962. Produção em hectares de arroz: 1990 com 221.505; 1992 com 189.470; 1996 com 104.010; 2000 com 61.900; 2004 com 35.780; e 2008 com 22.610.

foi: para Pindamonhangaba de 4,73 toneladas por hectare; para Guaratinguetá de 4,77; para Tremembé de 4,09; para Taubaté de 4,54; e Caçapava de 4. Novamente vemos que por um lado a otimização da produção foi levemente elevada em sua média, e dos maiores produtores praticamente serem os mesmos, o território expresso nos hectares e na produção foram perdidos. Os territórios explorados até esse momento pelos alimentos ou não entram em conflito com a produção da *commoditie* paulista, ou são rigorosamente substituídos pela mesma. A questão de maneira sincera não é produzir um produto “x” ou “y”, mas sim, como eles são produzidos, como o território do capital se apropria do trabalho e do trabalhador e como ele abocanha as fatias das exportações e direciona esse capital, e assim para onde vão os investimentos.

Do mesmo modo a cultura do feijão sofreu com as imposições do território do capital e dos seus planejamentos. Contudo como é uma cultura que se adapta mais facilmente a determinados tipos de solo e atrelado a isso é também um elemento essencial na refeição do brasileiro, essa cultura ainda se manteve em produção, mas em alguns lugares foi praticamente extinta, como é o caso do Pontal do Paranapanema visualizado nas pranchas 12.1 e 12.2.

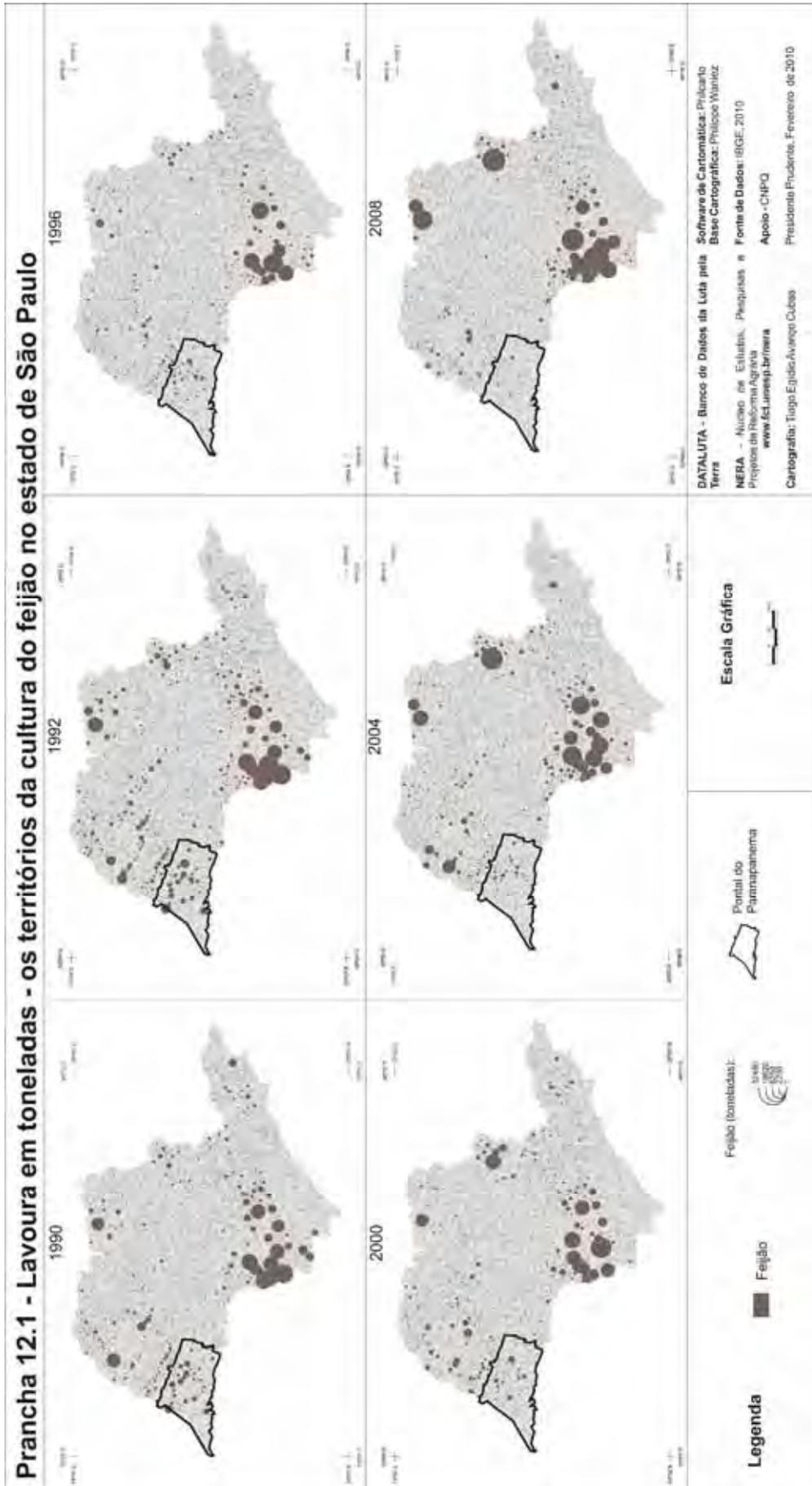
A Prancha 12.1 representa a lavoura de feijão em toneladas e prancha 12.2 representa a área da lavoura dessa cultura. O que percebemos imediatamente é que não houve uma brusca desterritorialização, como vimos no caso da laranja e do arroz, mas sim a desterritorialização em alguns lugares levou a produção para outros lugares. O território feijão parece ter tido uma leve expansão, principalmente ao norte e ao nordeste do estado de São Paulo concomitantemente, como já foi exposto, a sua quase extinção no Pontal do Paranapanema<sup>55</sup>.

A lavoura em toneladas do feijão em 1990 produziu 271.800 toneladas em 367.650 hectares de terra, já em 2008 produziu 283.954 toneladas em 179.670 hectares de terra. A produção em toneladas teve um leve aumento nesse período, já o território em hectares sofreu uma perda, e essa diferença se deve a produção e representatividade que tinha o Pontal do Paranapanema no início da década de 1990.

---

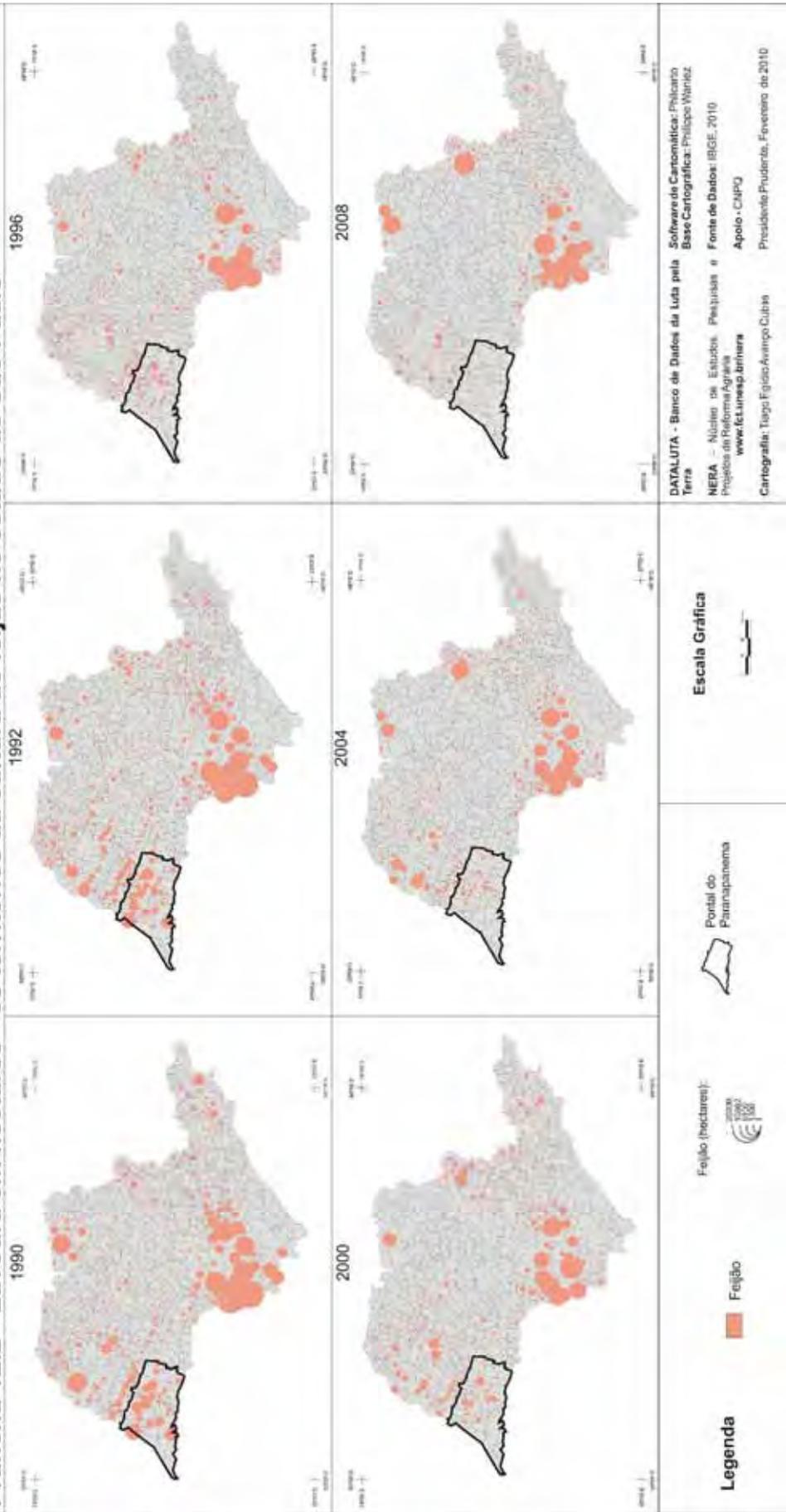
<sup>55</sup> Produção em toneladas de feijão: 1990 com 271.800; 1992 com 310.100; 1996 com 173.600; 2000 com 238.424; 2004 com 282.330; e 2008 com 283.954. Produção em hectares de feijão: 1990 com 367.650; 1992 com 332.450; 1996 com 181.690; 2000 com 212.780; 2004 com 190.190; e 2008 com 179.670.

**Prancha 12.1 - Lavoura em toneladas - os territórios da cultura do feijão no estado de São Paulo**



C

**Prancha 12.2 - Lavoura em hectares - os territórios da cultura do feijão no estado de São Paulo**



Os cinco maiores produtores em toneladas no ano de 1990 foram: Itararé (16.142 toneladas em 20.200 hectares), Riversul (12.220 toneladas em 15.500 hectares), Itaí (12.150 toneladas em 13.000 hectares), Itaporanga (11.520 toneladas em 15.500 hectares) e Itaberá (11.059 toneladas em 14.400 hectares). A razão toneladas/hectare era: para Itararé de 0,79 tonelada por hectare; para Riversul de 0,78; para Itaí de 0,93; para Itaporanga de 0,74; e para Itaberá de 0,76.

Os cinco maiores produtores em toneladas de 2008 foram: Itaberá (32480 toneladas em 15.800 hectares), Casa Branca (24.600 toneladas em 12.530 hectares), Paranapanema (22.761 toneladas em 13.545 hectares), Guaíra (18.620 toneladas em 9800 hectares) e Itapeva (15.000 toneladas em 10.700 hectares). A razão da produção toneladas/hectare foi: para Itaberá de 2,05 toneladas por hectare; para Casa Branca de 1,96; para Paranapanema de 1,68; para Guaíra de 1,9; e para Itapeva de 1,4. Vemos que a produção aumentou e o território, nessas áreas onde a produção aumentou, obteve expansão. A cultura do feijão sobrepôs (em determinados lugares) aos interesses econômicos e resistiu em sua grande maioria no trabalho dos camponeses, nas pequenas propriedades. A necessidade social do consumo desse alimento se sobrepôs a extinção total dessa cultura que não tem importância para o capital, pois não serve para gerar divisas internacionais, ela serve para alimentar a população. Pensando nisso vamos procurar entender comparativamente a realidade paulista, a realidade dos territórios capitalistas e camponeses.

Para explicar os processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização abordamos neste trabalho também aspectos das disputas territoriais da luta pela terra – que envolvem ocupações, assentamentos, tipos de violência contra trabalhadores rurais, territórios agrícolas, nas escalas estadual (São Paulo) e regional (Pontal do Paranapanema) entre 1988 e 2009. A partir disso representaremos o São Paulo Agrário como a síntese das disputas territoriais nesse estado, a contradição do território do capital, e além disso a dinâmica histórico-geográfica na espacialização do território imaterial que fortalece o campesinato.

#### **4.2.3 Os territórios capitalistas e camponeses**

A realidade é a imagem de que a burguesia rural não está preocupada em preservar a nossa sociobiodiversidade e muito menos a segurança e soberania alimentar, pois o que interessa para estes é o lucro a qualquer custo. Nesse sentido tem lançado e legitimado

conceitos frágeis como o de sustentabilidade de maneira a convencer à sociedade que apoiem seus projetos. Os fins então, nesse sentido para o capital, justificam os meios.

O solo e a água deixam de ser elementos naturais e, passam a ser agora, objetos de apropriação. Transformam-se, então, na única coisa importante para a burguesia internacional e nacional em nosso território. E a população, dessa maneira, se torna elemento residual (CAMACHO, 2008). O solo ainda mais que a água garante a reprodução social além das relações capitalistas e assim a segurança para a soberania alimentar como legitimação em primeiro grau e expansão em segundo do território imaterial do campesinato.

No entanto, o capitalismo segue sua lógica perversa no campo, tendo como características essenciais: o consumismo desenfreado e a exploração descomedida da natureza. Exploração da natureza combinada com a exploração das pessoas, pois este processo gera mais-valia, permitindo a acumulação/reprodução do capital. É, por isso, que esse processo de desenvolvimento capitalista no campo é responsável pela exclusão e marginalização dos povos, além da destruição da biodiversidade, colocando em risco toda a humanidade. Logo, o que temos é a destruição da sociobiodiversidade.

O custo dessa exploração da natureza e das pessoas junto ao consumismo desenfreado foi pago pelo sacrifício de milhões de trabalhadores pobres, camponeses, indígenas, pastores, pescadores, e outras pessoas pobres da sociedade, que entregam suas vidas a cada dia. E pela agressão permanente da natureza que foi e continua sendo sistematicamente devastada. Sua integridade e a diversidade de formas de vida, que são o sustento da biodiversidade, estão ameaçadas. E, se a natureza de nosso planeta está ameaçada, está ameaçada a própria vida humana, que depende dela. [...]. (STEDILE *et al.*, 2006, p. 40).

Essa destruição biológica e cultural e, portanto, da sociobiodiversidade, efetuada pela territorialização do capital no campo e seu agroecossistema, tem como uma de suas causas à homogeneização/simplificação dos ecossistemas que, por isso, necessitam de uma grande quantidade de insumos industrializados para manter sua reprodução. O emprego desses insumos tem como consequência a poluição dos rios e dos solos, causando a morte de peixes e comprometendo a reprodução das comunidades ribeirinhas que tem na pesca uma atividade principal ou complementar de sua subsistência (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Questão importante a ser discutida, também, é a dos trabalhadores assalariados do campo, os bóias-frias, empregados principalmente na produção de cana, tendo em vista que já foram registrados inclusive casos de morte por exaustão. Foram registrados, também, incidência de trabalho escravo e semi-escravo, além da degradação ambiental que sempre acompanhou a produção da monocultura para a exportação. Os trabalhadores, na maioria das

vezes, são submetidos a uma jornada fatigante que, quando não leva a morte, causam sérios problemas de saúde. Poucos têm os seus direitos trabalhistas regulamentados:

A produção de cana no Brasil é historicamente conhecida pela *superexploração do trabalho, destruição do meio ambiente e apropriação indevida de recursos públicos*. As usinas se caracterizam pela *concentração de terras para o monocultivo voltado à exportação*. Utilizam em geral mão-de-obra migrante, os bóias-frias, sem direitos trabalhistas regulamentados. Os trabalhadores são (mal) remunerados pela quantidade de cana cortada, e não pelo número de horas trabalhadas. E ainda assim não têm controle sobre a pesagem do que produzem. Alguns chegam a cortar, obrigados, 15 toneladas por dia. Tamanho esforço causa sérios problemas de saúde, como câimbras e tendinites, afetando a coluna e os pés. A maioria das contratações se dá por intermediários (trabalho terceirizado) ou “gatos”, arregimentadores de trabalho escravo ou semi-escravo. [...]. (BETTO, 2007, Não paginado, grifo nosso).

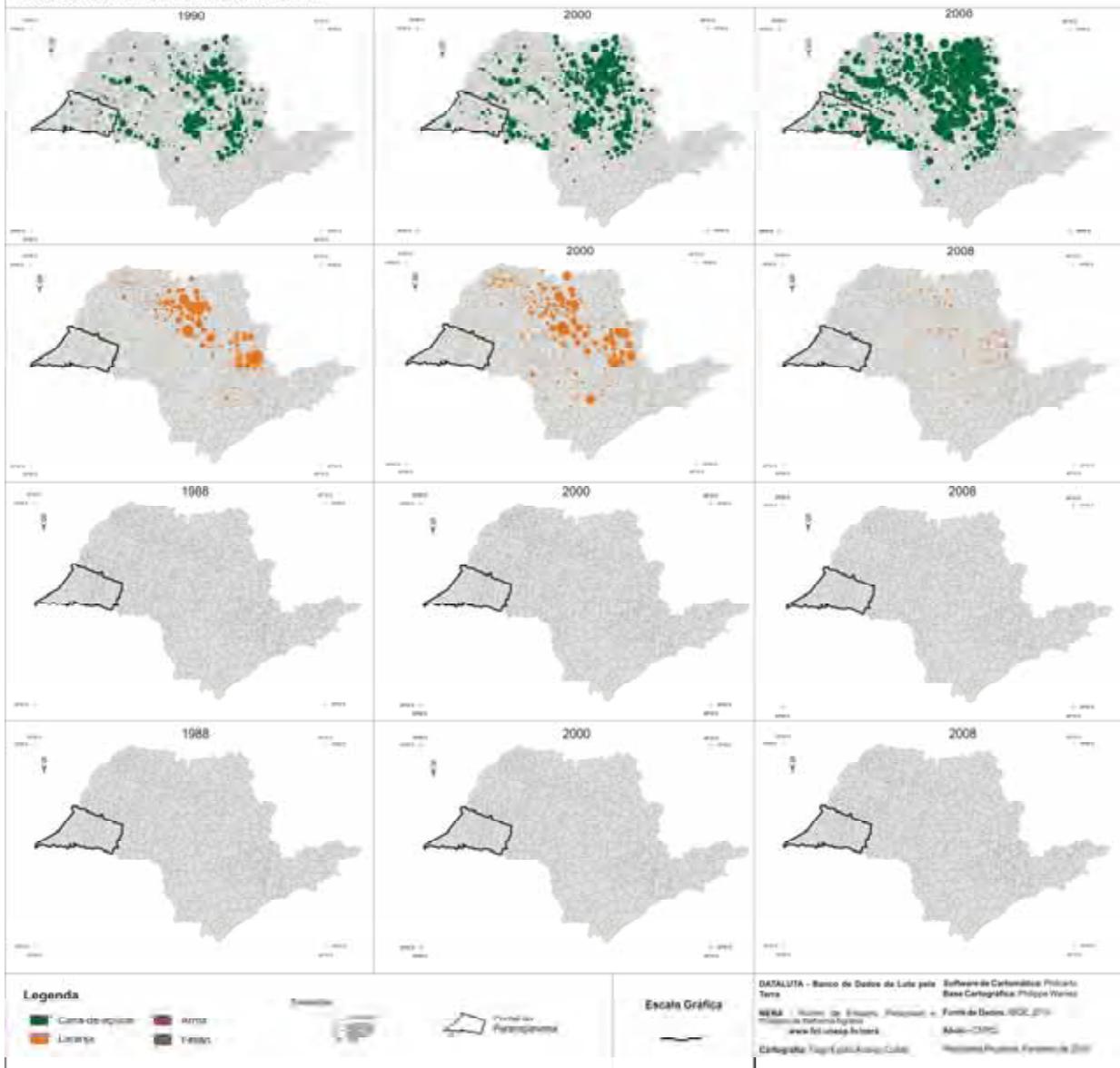
Outra problemática que se coloca com relação aos agrocombustíveis é o encarecimento dos alimentos. Além desse encarecimento, a respeito desse assunto, diz Frei Betto: “Os grãos deverão custar de 20 a 50% mais. No Brasil, a população pagou três vezes mais pelos alimentos no primeiro semestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2006.” (2007, Não paginado).

O aumento dos preços dos alimentos, apesar de não ter como único motivo a substituição das culturas alimentares pelas culturas energéticas, suscitou um amplo debate acerca da soberania alimentar. Os preços dos alimentos têm aumentado rapidamente gerando graves preocupações com as populações mais vulneráveis socialmente (FAO, 2008). A segurança alimentar então passar a ser um importante elemento que será discutido em seguida.

O que está em jogo nessa oposição de produção entre alimentos e agrocombustíveis é a valorização da produção de energia em oposição à produção de alimentos que é a necessidade básica do ser humano. Ou seja, a fome e a desnutrição têm uma importância menor do que a energia que alimenta os carros. Os objetos passam a ter mais valor que o ser humano (BETTO, 2007).

As pranchas 13.1 e 13.2 revelam também a disputa territorial ao longo do tempo, travada pelos *commodities* (representando o agronegócio) e a luta na terra (representando agricultura camponesa). Essa disputa territorial se revela na espacialização das vontades e desejos que se transformam ou em mais-valia e super-exploração que geram crescimento econômico e concentração de renda, ou em auto-consumo e auto-exploração gerando segurança alimentar e soberania alimentar.

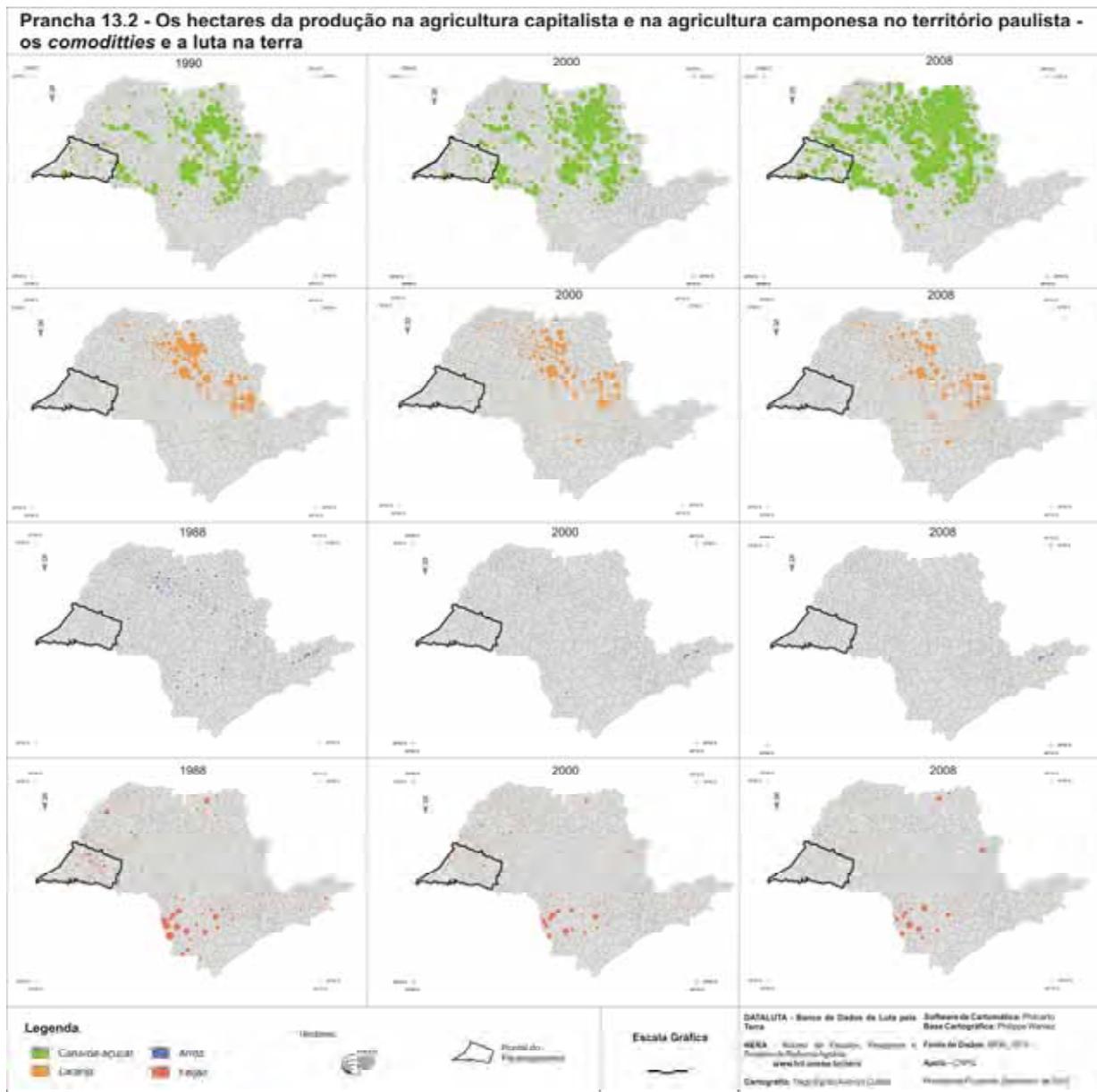
**Prancha 13.1 - A produção em toneladas na agricultura capitalista e na agricultura camponesa no território paulista - os *comoditties* e a luta na terra**



A Prancha 13.1 coloca na mesma quantidade em toneladas, para observarmos quantitativa (produção) e qualitativamente (relação temporalidade e território), que os territórios privilegiados no estado de São Paulo são os territórios do capital com as culturas transformadas em produtos e manifestadas na realidade do agronegócio (o que já chamamos de tripé latifúndio-monocultura-exportação). Comparativamente as culturas do arroz e do feijão tem uma produção irrisória em relação a cana-de-açúcar e seus derivados, a laranja também sofre com a perda de território (não em larga escala) apresentada na Prancha 13.2 e tem sua produção debilitada.

Contudo, a maior perda da cultura da laranja, é como Welch e Fernandes (2008) já apontaram, são os pequenos e médios citricultores que se deslocaram como método de

sobrevivência para a produção de outras culturas (da cultura da cana-de-açúcar na maioria). Ainda em relação a Prancha 13.2, os hectares da produção de arroz não tem representatividade nenhuma praticamente em comparação com a cultura da cana e da laranja, mas o feijão ainda pontua seus territórios distribuídos principalmente na região do Vale do Ribeira (destaque na região de Itapetininga). Essa cultura demonstra a resistência da agricultura camponesa em meio ao tempo do debate na mudança da matriz energética.



Esse momento de mudança na matriz energética mundial, do petróleo para outras fontes de energia alternativa se desenha principalmente na expansão da produção do etanol da cana em São Paulo. Essa mudança espacializa as relações entre camponeses e ruralistas, e isso afetará (além do que já afeta) o uso e ocupação do território, a territorialização de um ou de

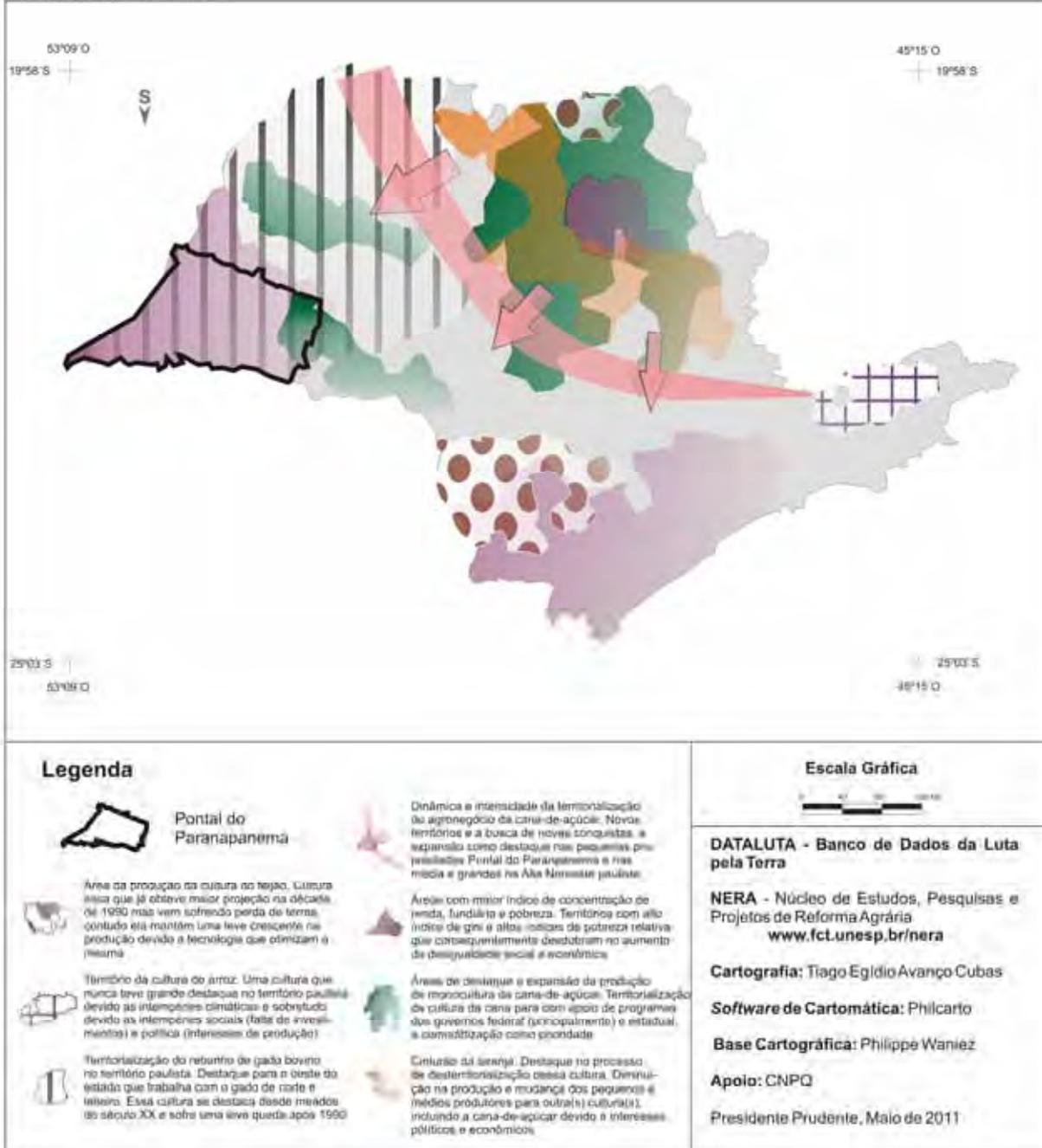
outro, e ainda o controle do poder refletindo nessa conflitualidade. Como já expomos anteriormente, o capital busca eliminar os interesses camponeses e quando não consegue, a sua principal estratégia é a imposição de suas territorialidades no interior do modo de produção camponesa.

Assim entendemos que essa mudança na matriz energética e a busca por novas formas de produção evidenciam a disputa territorial entre os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. É importante então olharmos essas novas formas de produção como a possibilidade de criação e consolidação dos territórios camponeses, sem esquecer que o fortalecimento do território também está baseado na relação do mesmo com mercado. Por isso colocamos também a necessidade de novos mercados com uma lógica distinta do sistema capitalista, para que esses novos mecanismos de reprodução do território camponês não culminem na limitação que o capital tenta impor. Essa disputa acontece nos âmbitos do território material (processo T-D-R) e no imaterial (formação da opinião pública, disputa por conceitos e categorias).

A disputa territorial não é somente por terra, mas por todas as dimensões do território. A educação, a cultura, a agroecologia, a produção de alimentos, a produção de energia, o controle da produção, distribuição, circulação e consumo da produção alimentar e energética. Tudo isso, envolve a disputa por modelos distintos de sociedade e campo que produzem territórios diferentes, com paisagens diferentes. E, vão engendrar paradigmas distintos de interpretação da realidade e vice-versa.

Na produção de agrocombustíveis e de alimentos existe uma disputa entre o campesinato e o agronegócio por modelos distintos, a partir de lógicas/racionalidades antagônicas. A lógica camponesa é uma contraposição a construção do território do agronegócio, pois ela tem na sua essência o respeito a diversidade cultura e biológica do campo, além da manutenção da segurança e soberania alimentar. Essas lógicas, esses territórios se desdobram então em uma composição que sintetiza o território agropecuário paulista, incluindo as disposições territoriais já expressas nos sub-capítulos 4.1 e 4.2. A conjunção dos mapas e das pranchas dos sub-capítulos 4.1 e 4.2 geram esse modelo que expressa a desigualdade socioterritorial e os territórios na agropecuária paulista de modo a sintetizar as ideias apresentadas até o momento, vejamos o Mapa 2.

**Mapa 2 - A desigualdade socioterritorial e a agropecuária em São Paulo de 1988 a 2009**



### 4.3. Das ocupações aos assentamentos

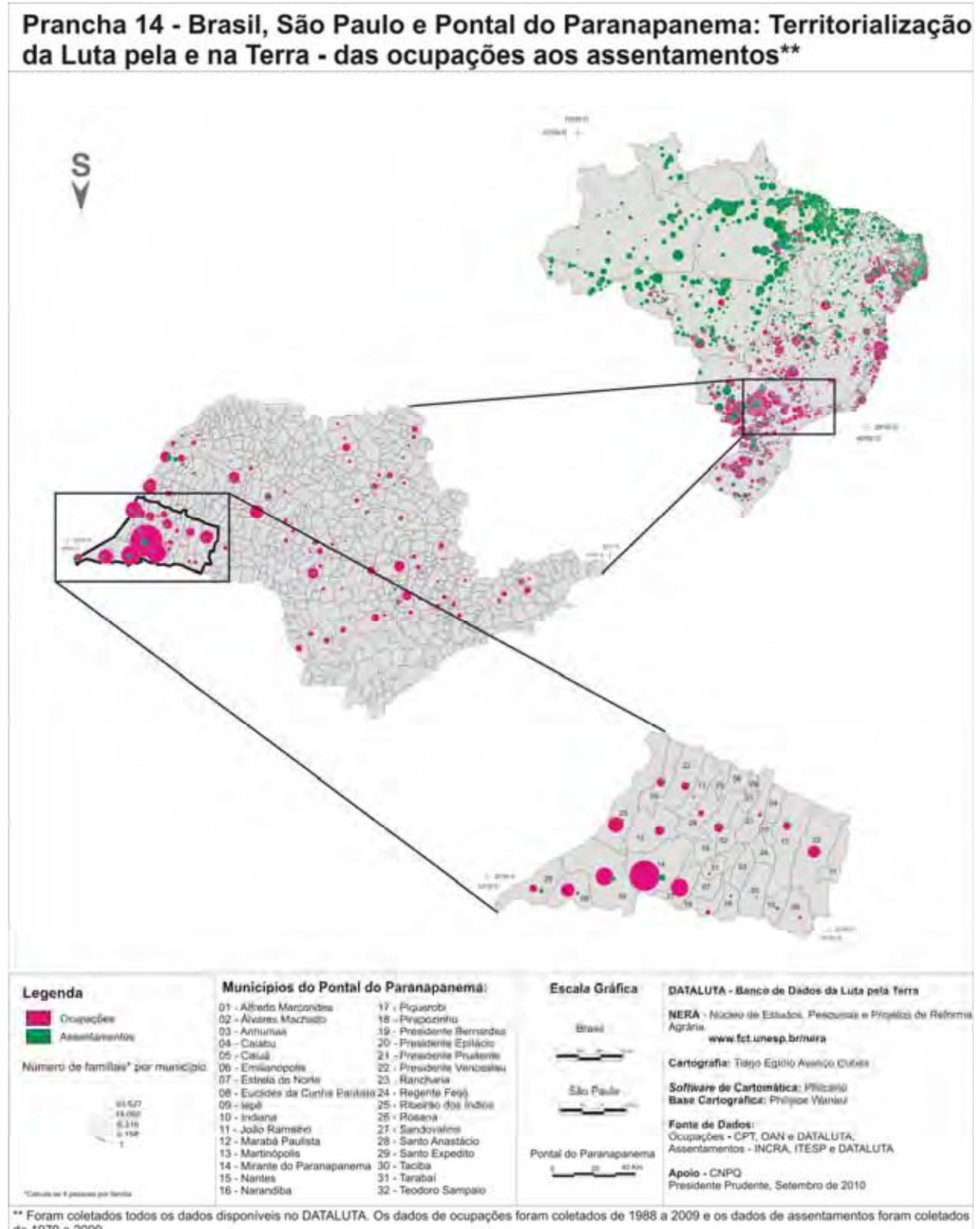
#### 4.3.1 As lutas de 1988 a 2010

Nesses últimos 23 anos (1988-2010) da história agrária no estado de São Paulo e no Brasil observamos os desdobramentos de um território composto por distintas características e, sobretudo por disputas territoriais que envolvem principalmente camponeses e ruralistas, sabendo do Estado como atrelado ao capitalismo agrário. Então o rumo desse processo é o que hoje se expressa no campo, a *commoditização* da economia brasileira que visa expandir a produção das monoculturas que tem altíssimo potencial de exportação. O que não fica visível são as condições e os conflitos do e no território, onde camponeses e ruralistas se territorializam todos os dias, onde camponeses são duramente oprimidos pela expansão desse mercado transnacional, de grandes corporações que exploram até a última gota do seu suor e sangue. Isso tem sido legitimado em âmbito nacional e estadual, com mais e mais programas de incentivo a economia capitalista agrária. O São Paulo Agrário serve então para frisar em forma de representação figurativa para fins de analisar esta matriz complexa causada pelos movimentos do capital e do trabalho em realidades físicas e metafísicas distintas.

O momento da ocupação é como o instante crítico da luta onde se dá a espacialização do campesinato, ou a sobreposição do território do campesinato sobre o território do capital como um ato simbólico da luta. No assentamento vemos o território camponês, assim muitos dos sentimentos, ações e situações são ali colocadas como forma de cada lado garantir o seu território (FERNANDES, 2000 e FELICIO, 2010). Esse momento expressa ruptura e recriação do espaço camponês, um espaço de relações não-capitalistas (FERNANDES, 2001).

Vamos ver agora que o maior protagonista do processo de luta pela terra no Brasil e com destaque também em São Paulo é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), fundado em 1984 em Cascavel, no Paraná, um movimento que devido a sua história vemos como o principal agente histórico-geográfico lutando em nome da territorialização dos camponeses. Em contrapartida, surgiu em junho de 1985, com o MST e a pressão da opinião pública, geralmente a favor da Reforma Agrária redistributiva, a UDR (União Democrática dos Ruralistas), entidade de direita que comungava com proprietários rurais, principalmente pecuaristas. Essa entidade tinha como base a defesa, com armas se fosse preciso, da propriedade contra ocupações dos sem-terra.

A seguir apresentamos a Prancha 14 com a territorialização da luta *pela* terra e *na* terra, das ocupações aos assentamentos e após isso as ocupações e assentamentos por governo estadual em São Paulo:



Olhando para mapa a nível nacional, o Brasil, é nítido o contraste entre os assentamentos e a territorialização das ocupações, e o inverso também é real. Isso representa por um lado à tentativa do aparato governamental evitar o conflito com os ruralistas, e especialmente o agronegócio assentando nos lugares aonde existe menos luta e desse modo menos pressão, ou ainda, e de acordo com Ramos Filho (2008), esses assentamentos obtidos são fruto de regularização fundiária, ou seja, assentamentos que já existiam e são contabilizamos de modo a inflar os números. No Pontal, onde essa conflitualidade é evidente e cotidiana, noticiada pelos jornais e enraizada no território imaterial do capital, os assentamentos não são implantados, principalmente, pois nessa área temos latifúndios e a expansão do agronegócio da cana e a manutenção da pecuária extensiva. Latifúndios que concretizam a estrutura da terra baseada na concentração fundiária, e o agronegócio da cana que demonstra a produção moderna das grandes corporações da agricultura capitalista. Então se torna mais fácil implantar assentamentos em regiões de fronteira agrícola, do que numa área de intensa territorialização e conflitualidades entre o campesinato e os ruralistas (GIRARDI, 2008 e ROCHA, 2009).

Rocha (2009) ainda apresenta essa realidade com um estudo mais aprofundado, quando fala a respeito dessas implantações de assentamentos como números camuflados. Essa camuflagem da realidade se dá a partir da noção de que esses assentamentos em sua maioria são arrecadados de acordo com a política de obtenção chamada de “regularização”, uma (re)forma agrária nos moldes capitalistas. Ou seja, assentamentos que já existiam desde o período militar que foram regularizados, ou grilos também regularizados recentemente pelas políticas agrárias dos governos federal (Brasil) e estadual (São Paulo).

No estado de São Paulo, nas tentativas de manter aspectos da Lei de Revisão Agrária de 1961 mostram a sofisticação da classe dominante paulista em criar um governo que pode lidar com mobilização popular enquanto reforçava o sistema capitalista e assim a continuação da dominação dos empresários agro-industriais. O primeiro governador da abertura, Franco Montoro, atendeu a mobilização com ordens para resolver os conflitos com a criação de assentamentos (WELCH, 2010). Em 1983, concentrou as responsabilidades da inativa Assessoria Técnica da Revisão Agrária no novo IAF (Instituto de Assuntos Fundiários) sujeito ao controle da Secretaria da Agricultura, para “organizar os pequenos produtores, apoiar o sindicalismo e o uso social da terra”. A crítica da subordinação do IAF a pasta dos ruralistas desafiou o governador Orestes Quécia criar em 1987 a Secretaria de Assessoria Fundiária. Mais duas modificações estruturais da administração paulista resultaram em 1992 com a fundação do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da

Silva”. Até hoje, o ITESP é responsável por resolver conflitos fundiários, distribuir terras devolutas estaduais, administrar assentamentos estaduais e acompanhar com assistência técnica a produção dos assentados. Mas, como entidade da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, ficou firme a visão da Reforma Agrária como programa compensatório de solução de problema social e não projeto de desconcentração da estrutura fundiária e tudo que isso implica para limitar a democracia<sup>56</sup>.

A grilagem e o derramamento de sangue foram artificios esquecidos pelos líderes políticos no momento de julgar, mas lembrados no momento de reprimir no estado de São Paulo que desde 1988 se mantiveram atrelados a burguesia capitalista. De 1988 a 1994, tivemos distintos governos, de partidos diferentes, mas que mantiveram a mesma estratégia de reprodução da máquina capitalista. Os governos de Sarney (1985 a 1990), Fernando Collor (1990 a 1992) e Itamar Franco (1992 a 1994 – assumiu após o impeachment de Collor) a nível nacional, e os governos de Quéricia (1987-1990) e Fleury Filho (1991-1994) a nível estadual paulista, concordaram em abordar o processo de lutas com a repressão e descrença no processo de reforma agrária no seu sentido original como desconcentração fundiária e de renda, assim esvaziaram esse conceito no que tange a uma reforma social.

Num primeiro olhar, a Constituição de 1988 criou poucas oportunidades para o campesinato recuperar seus territórios perdidos. Mas, por a Reforma Agrária ser responsabilidade constitucional do governo, foram criadas novas possibilidades para exigir a desapropriação de terras que não servirem à uma função social ou desenvolvidas de maneira que violem as leis trabalhistas e ambientais. A execução e implementação desta responsabilidade exigiram investimentos orçamentários. De fato, a luta dos camponeses acabou sendo uma luta para definir Reforma Agrária radical como algo ao mesmo tempo constitucional e moral (WELCH, 2009b).

#### Sobre a Constituição de 1988

Durante a constituinte de 1988, entretanto, a Contag perdeu seu poder majoritário no movimento camponês. Um *lobby* renovado de donos da terra, a UDR – União Democrática Ruralista – esvaziou o PNRA, e enfraquecendo as conquistas centrais da constituição de 1946, tais como os artigos limitando os direitos de propriedade para aqueles cuja prática da agricultura não promovesse o bem-estar social, e cláusulas do ET de 1964, que permitiam o pagamento da terra desapropriada em bônus e não em dinheiro. (WELCH, 2010, p. 435)

<sup>56</sup> Página do Itesp: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/historico.aspx>

No estado de São Paulo a dinâmica agrária se manteve atrelada à dinâmica nacional, pois de 1988 a 2009 a Reforma Agrária foi uma política totalmente deixada de lado pelos governadores que estiveram em exercício. Como vemos em Feliciano (2009):

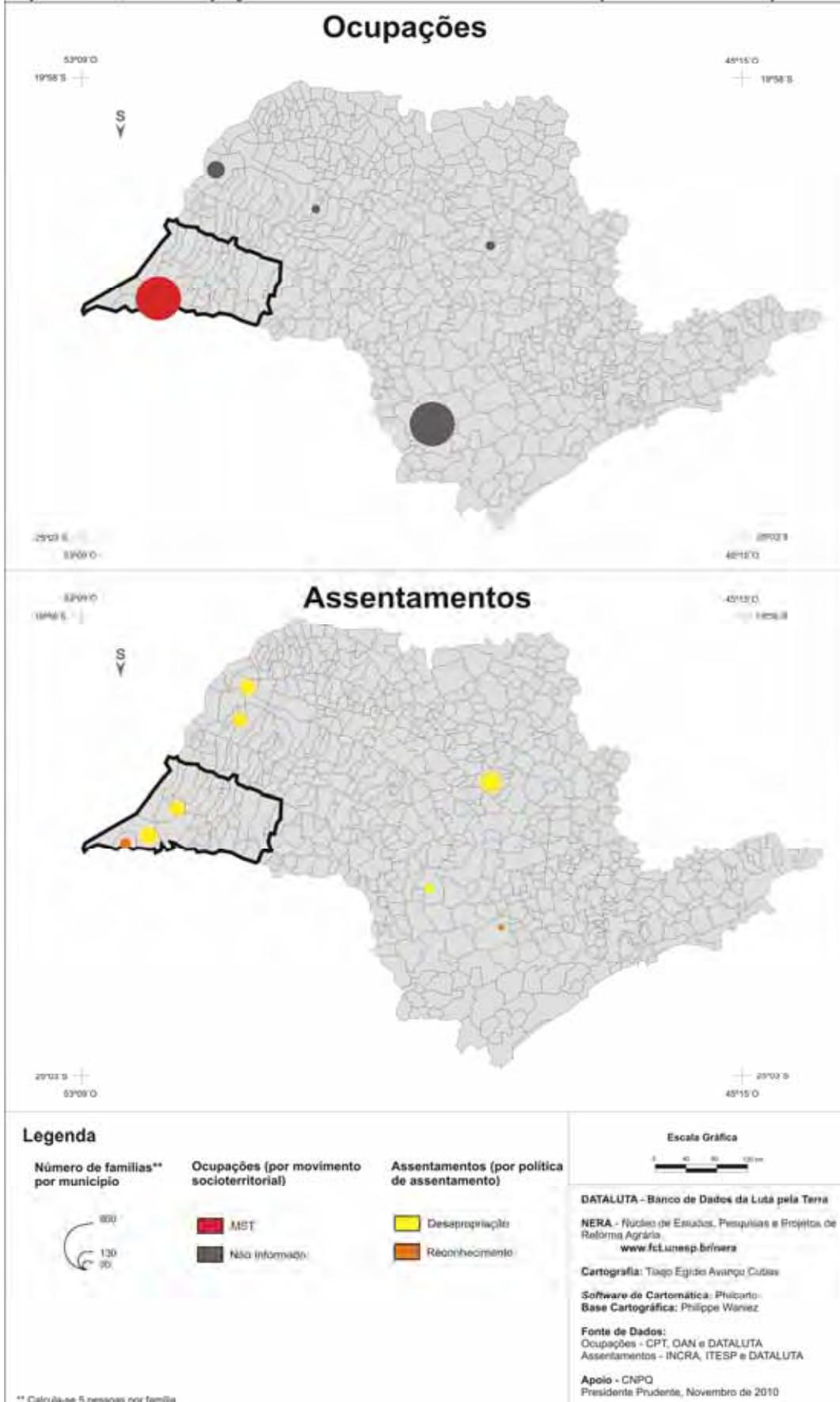
O crescimento extraordinário da economia paulista não foi compartilhado por toda população, pelos trabalhadores, que de fato geraram essa riqueza. O aumento da produção e renda ficou concentrado nas mãos daqueles que detêm os meios de produção. No caso da agricultura, naqueles que controlam o poder da propriedade privada, muitas vezes objeto de grilagem (p. 155).

Nesse estado, os movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Sem-terra do Oeste de São Paulo, sediado em Andradina, no início dos anos 1980, se organizaram em defesa de camponeses em colônias decadentes do projeto de Revisão Agrária dos anos 1960, trabalhadores desempregados depois de concluir a construção de mega-projetos de barragens e camponeses explorados no desmatamento, pago com o direito de usufruir da terra, mas expulsos assim que formaram os pastos. Aos poucos se uniram ao MST e o Movimento se instalou no estado. Gradualmente, o campesinato ganhou território com a formação de assentamentos em Sumaré, Andradina, Teodoro Sampaio e outros municípios. A partir da chegada em 1991 de uma liderança dinâmica, o capixaba José Rainha Júnior, o MST começou atrair atenção e territorializar-se especialmente no Pontal do Paranapanema (WELCH, 2009b).

Foi nessa época, com a implantação das políticas neoliberais, tipicamente concretizada na forma da eliminação de tarifas protecionistas, subsídios e outros “privilégios”, que a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) foi estabelecida na capital de São Paulo. Demorou mais que uma década para os ruralistas adotarem como identificação prioritária o conceito do agronegócio. Ao mesmo tempo em que os sem-terra consolidaram sua identidade em volta do conceito do campesinato, um termo forte e com significado ideológico, os ruralistas procuraram ser reconhecidos como agronegócio, uma identidade a qual atribuíram noções de modernidade, progresso, independência, capacidade e iniciativa. Enquanto a mídia procura reforçar esta imagem do agronegócio, representa o camponês como tudo que é tradicional, atrasado, dependente, incapaz e preguiçoso. Pior, o camponês mobilizado é bagunceiro, se não um perigo à paz e ordem social.

Os dados da Prancha 15 revelam que essa conflitualidade entre 1987 e 1990. Essa prancha nos traz as ocupações e os assentamentos nesse primeiro período, o momento que a luta chegou ao estado de São Paulo através do MST.

Prancha 15 - São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema - Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1987-1990 (Governo Quéricia)



No governo de Orestes Quércia foram 9 assentamentos obtidos no estado de São Paulo. Sendo desses, 7 desapropriações<sup>57</sup> com Projeto de Assentamento Federal (PA - 571 famílias) pela parceria Incra e Itesp, e 2 reconhecimentos<sup>58</sup> de Projeto de Assentamento Estadual (PE – 67 famílias) pelo Itesp. A capacidade máxima foi de 638 famílias. Já no Pontal do Paranapanema, desses assentamentos, 3 foram para essa região, com 2 desapropriações e 1 reconhecimento, com 257 famílias na capacidade máxima, quase 50% da capacidade das famílias. A luta foi registrada em 7 ocupações com 1796 famílias, sabemos que dessas, 2 com 800 famílias aconteceram no Pontal do Paranapanema (DATALUTA, 2008). O restante das famílias está como não identificadas, mas possivelmente eram ou de movimentos independentes ou do próprio MST (FELICIANO, 2005).

Sob as políticas neoliberais dos anos 1990, só a pressão dos movimentos socioterritoriais conseguiram elevar a situação do campesinato além da condição de ser uma questão social, melhor, tratado com medidas compensatórias. Quer dizer, a tendência do governo de marginalizar o camponês e investir na grande lavoura é desafiada somente através da mobilização camponesa. A predominância dos ruralistas é confirmada em sua influência no congresso durante a década de 1990 e até o governo Lula, no século XXI, que votou para apoiar o *lobby* das firmas transnacionais do agronegócio, fornecendo permissão para a entrada de sementes transgênicas no país em 2006. A descentralização de poder instigada pela ideologia e política neoliberais estimulou a luta social entre os ruralistas e camponeses para influenciar os ministérios e secretarias federal e estadual.

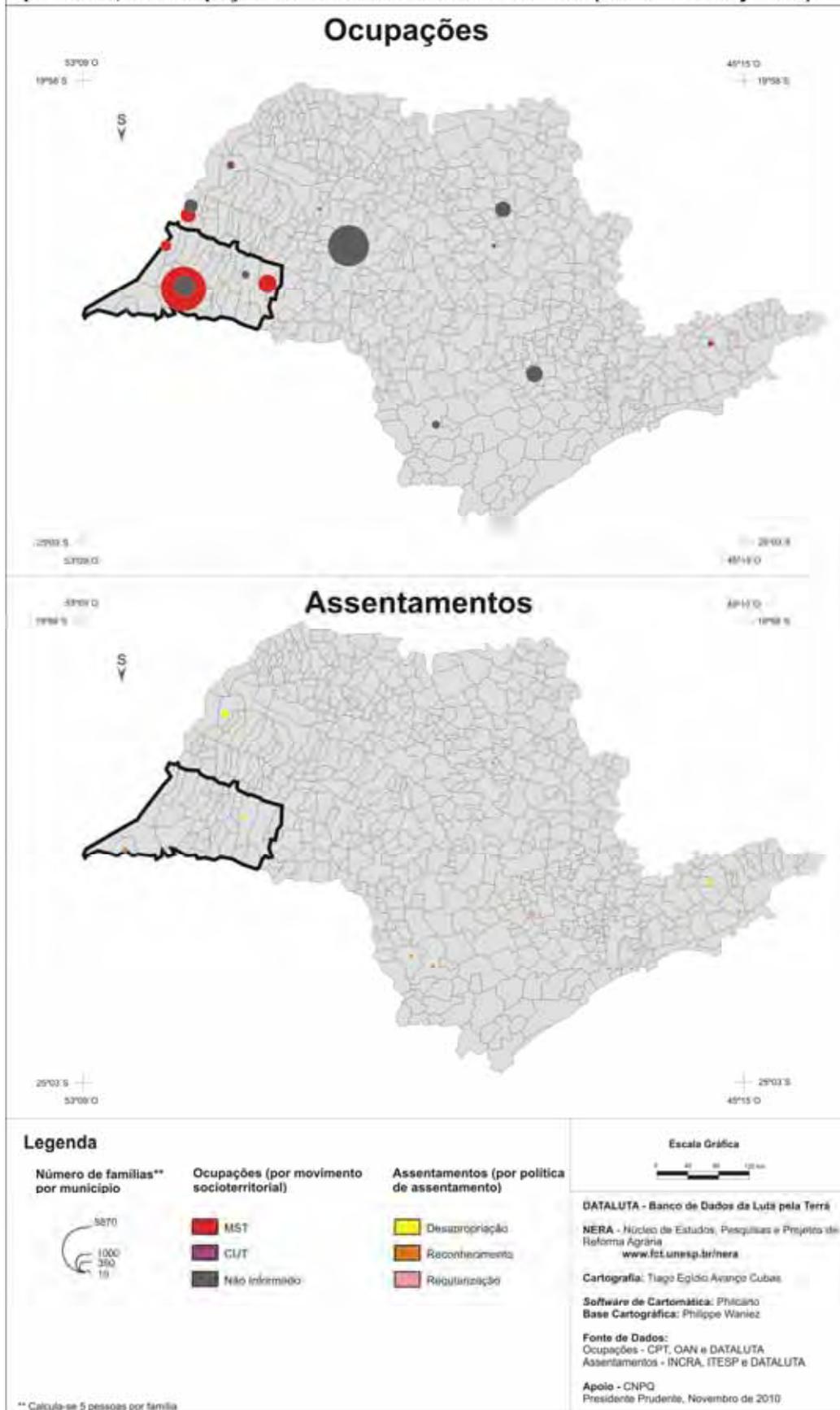
Vamos observar, então, a espacialização da luta pela terra nas ocupações e a conquista desse território nos assentamento na Prancha 16.

---

<sup>57</sup> Desapropriação é processo de desapropriar terras que não cumpram sua função social segundo a Constituição Federal de 1988, nos artigos 184, 185 e 186. Santos (2010) nos mostra que o amparo legal utilizado pela INCRA é a Lei nº 4132, de 1962 e a Lei nº 8629 de 2003.

<sup>58</sup> Reconhecimento é a política utilizada pelo governo federal para reconhecer assentamentos criados por órgãos estaduais de reforma agrária para que tenham o mesmo respaldo político de outros assentamentos e assim também as mesmas vantagens de incentivo.

Prancha 16 - São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema - Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1991-1994 (Governo Fleury Filho)



Fleury Filho foi governador de 1991 a 1994, e teve em seu governo 12 assentamentos obtidos no estado de São Paulo, e desses, 4 assentamentos no Pontal do Paranapanema. Foram 6 desapropriações (PA – 454 famílias), 1 cessão<sup>59</sup> (PA – 158 famílias) e 5 reconhecimentos (PE – 225 famílias), num total de 837 famílias. Quase metade desses assentamentos foram do reconhecimento de assentamentos que já existiam, e no Pontal do Paranapanema podemos dizer que foi 50% dos que foram obtidos naquela região, já que foram 2 desapropriações e 2 reconhecimentos. As ocupações alcançaram o número de 109 com 16.670 famílias participantes no estado todo, com 85% aproximadamente, dessas ocupações no Pontal do Paranapanema (89 ocupações e 8700 famílias). A luta pela terra foi muito maior que a conquista que viria nos próximos governos (DATALUTA, 2008).

Os dados do DATALUTA para o Brasil demonstram o crescimento no número de ocupações de terra e de famílias participantes (DATALUTA, 2008). De 161 ocupações envolvendo 22.516 famílias em 1994, pulou, em 1996, para 75.115 famílias em 451 ocupações. Alcançou um pico histórico em 1999, com quase de 115 mil famílias participando em 853 ocupações. E a luta produziu resultados na forma de uma grande expansão no número de assentamentos e famílias assentadas até o fim da década. Em 1994, foram criados 176 assentamentos para receber 20 mil famílias. Em contraste no ano de 1999, foram quase 45 mil famílias instaladas em 548 assentamentos.

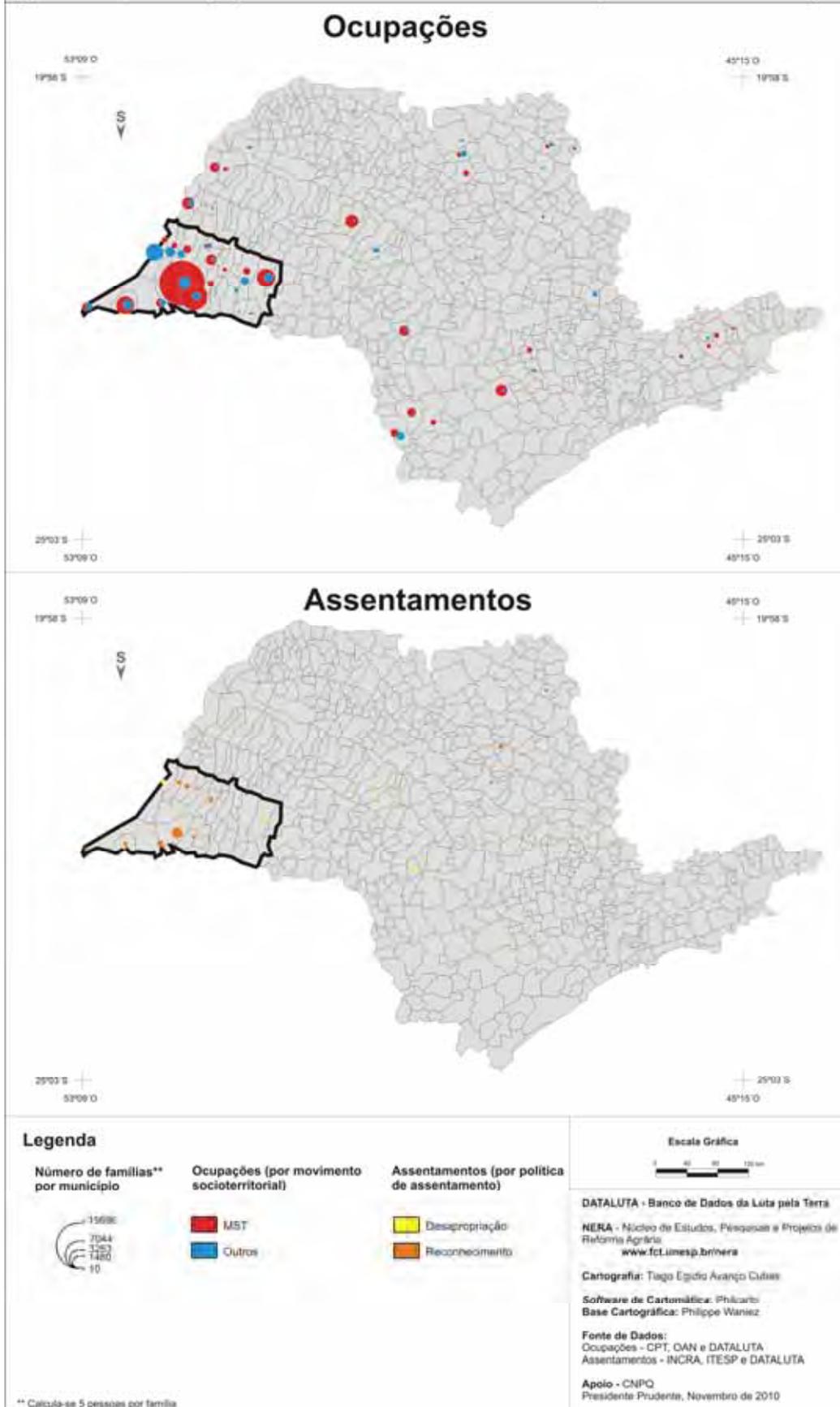
Posteriormente a esse período tivemos duas reeleições, a primeira dos tucanos com Cardoso (1995 a 2002 – dois mandatos) e o segunda de Lula (2003 a 2010 – dois mandatos) isso a nível federal, já no âmbito estadual paulista, tivemos, eleitos por sufrágio universal, Covas (1992 a 2001 – quase dois mandatos, pois faleceu em exercício), Alckmin (2001 a 2006 – vice de Covas que assumiu e depois foi eleito) e Serra (2007-2010). No Brasil de 1995 a 2010, a transição dos “tucanos” (PSDB) para os “petistas (PT – Partido dos Trabalhadores), já em São Paulo tivemos a manutenção da hegemonia tucana de 16 anos.

Vamos então ao primeiro mandato do governador Mario Covas no estado de São Paulo com a Prancha 17.

---

<sup>59</sup> Transferência dos direitos de uso da terra do Poder Público com destino a assentamentos de reforma agrária, contudo não temos muitos detalhes sobre esse tipo de política agrária (SANTOS, 2010).

Prancha 17 - São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema - Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1995-1998 (Governo Mario Covas)



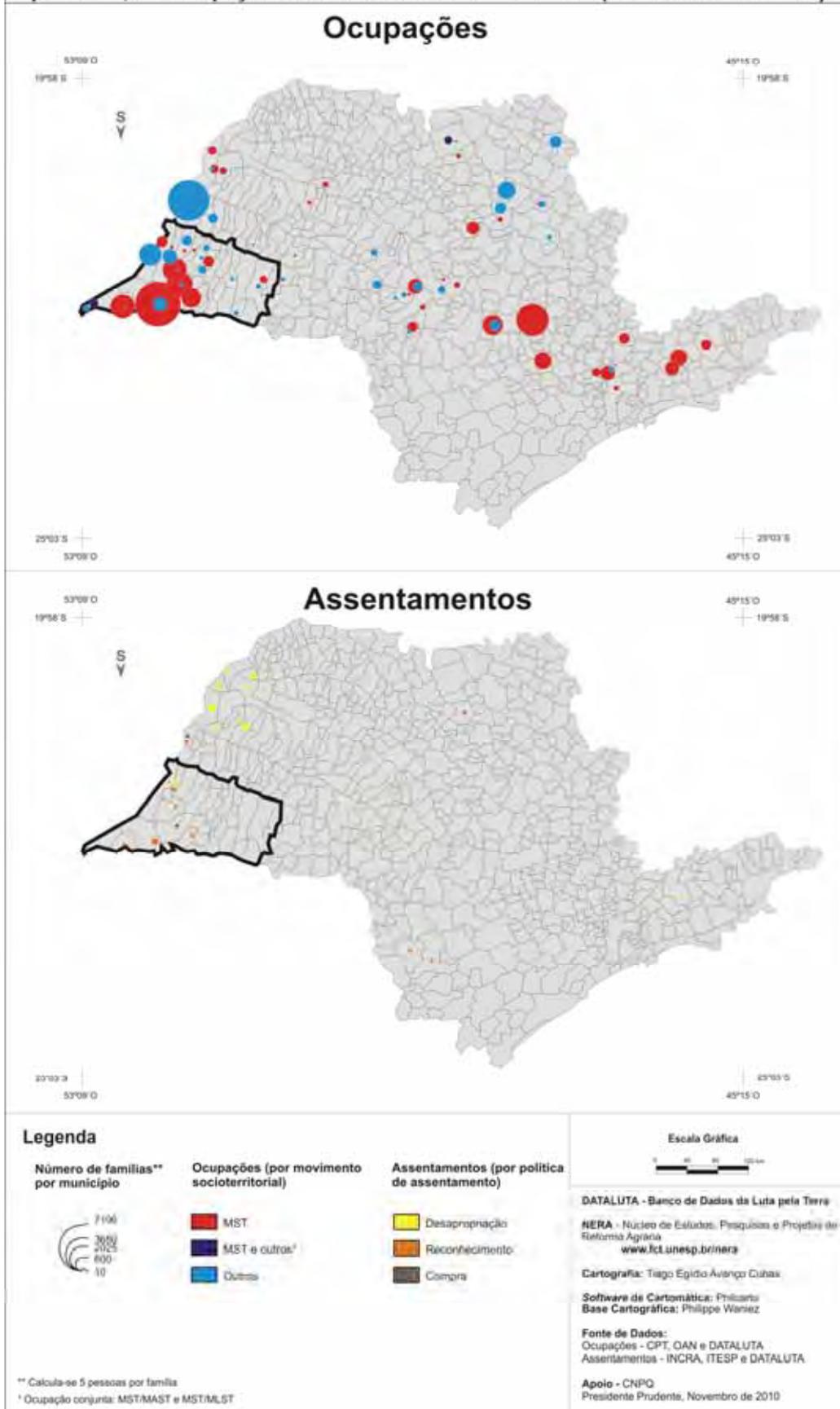
O primeiro mandato do governador Mario Covas foi o melhor no que observamos em relação aos números de políticas de obtenção de terra – em parceria com o governo federal – e reforma agrária através das desapropriações. Foram num total 91 assentamentos obtidos no estado de São Paulo, com 16 desapropriações (PA – 1409 famílias) e 75 reconhecimentos (PE – 3811 famílias), totalizando 5220 famílias. Esses números refletem a importância da luta pela terra, mas também os dados de reconhecimento novamente aparecem em 80% do total de assentamentos no estado, e dentre esses, também no Pontal do Paranapanema. No Pontal foram dos 91 assentamentos, 69 obtidos nessa região, com 7 desapropriações e 62 reconhecimentos, totalizando 3490 famílias (DATALUTA, 2008).

Para a luta pela terra esse foi um período de governo bastante movimentado no que tange as ocupações de terra. Esse tipo de estratégia atingiu o número de 353 ocupações no estado, sabendo que 252 foram no Pontal do Paranapanema, com respectivamente, no total 63.714 famílias e 49.416 no Pontal. A luta realmente atingiu um dos seus pontos altos, contudo ela foi também duramente reprimida a nível estadual por Covas e a nível federal por Cardoso. Não podemos esquecer-nos dos massacres de Corumbiara, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, em 1996.

Outro fator foi a Medida Provisória 2109-52 de 2000 que proibiu a desapropriação de terras ocupada por períodos variados dependendo da repetição de ocupação. Ao mesmo tempo, FHC criou primeiro o ministério dedicado a questão de Reforma Agrária e depois um ministério, o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) com a função de ajudar o campesinato (oficialmente o agricultor familiar). A pretensão era de substituir o MST, que “batia de frente” com os funcionários do governo tucano, e tentou mobilizar a pressão popular, neste fim, com ajuda para a criação de movimentos mais dóceis e manipuláveis, como o MAST (Movimento dos Agricultores Sem-terra) (MARTINS, 2000; FELICIANO, 2006).

Na Prancha 18 vemos o MST e o MAST, de modo isolado, com grande destaque nas ocupações no Pontal do Paranapanema nos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, e do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O MAST, vinculado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), mede forças com o MST no Pontal. Isso podemos visualizar no número de ocupações que esse movimento realizou. Nesse momento histórico, José Rainha Jr., ainda pertencia oficialmente ao MST Nacional, e participava coordenando muitas ocupações no Pontal, era uma figura forte no meio do campesinato e líder do MST. O MAST ganha força com Cardoso e Alckmin, a liderança tucana apoiava o modo de atuação desse movimento, dócil, e assim pretendia, através desse outro enfoque, desmobilizar o MST.

Prancha 18 - São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema - Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 1999-2002 (Governo Mario Covas)



No tempo em que Mario Covas ainda esteve efetivamente como governador visualizamos dados que mostraram preocupação com o cumprimento das políticas de obtenção de terra e dentre elas algumas que culminam em reforma agrária (ROCHA, 2009). No período curto do segundo mandato, de 1999 a 2001, foram 19 assentamentos obtidos em São Paulo, com 6 desapropriações (PA – 306 famílias), 1 compra<sup>60</sup> (PA – 65 famílias) e 12 reconhecimentos (PE – 651 famílias). Dentro desses números, no Pontal do Paranapanema tivemos 9 assentamentos, com 1 desapropriação (104 famílias), 1 compra (65 famílias) e 7 reconhecimentos (395 famílias). Nesse pequeno período de governo, ainda que a maioria dos assentamentos foram obtidos pelo reconhecimento, ainda tivemos desapropriações. O que não condiz com a realidade territorial da própria luta é número de ocupações no estado de São Paulo e no Pontal numa comparativa com os assentamentos. Em São Paulo foram 160 ocupações registradas com 30.956 famílias, e no Pontal do Paranapanema, foram 76 dessas 163, com 16.865 famílias em ocupações. A luta como um todo nessa estado teve grande representatividade e pouco respaldo do órgãos de reforma agrária, tanto estadual como federal.

Geraldo Alckmin assumiu em 2001, após o falecimento de Mario Covas, e assumiu o projeto de Covas, foram 17 assentamentos obtidos, 11 desapropriações (PA – 808 famílias), 2 compras (PA – 63 famílias) e 4 reconhecimentos (PE – 105 famílias) no estado de São Paulo. No Pontal do Paranapanema, desses assentamentos, foram 4 reconhecimentos (PE – 105 famílias). A luta registrou 46 ocupações e 6575 famílias em ocupações no estado de São Paulo, e no Pontal 32 ocupações e 3950 famílias em ocupações (DATALUTA, 2008).

Enquanto os tucanos seguraram poder no estado de São Paulo, sob a liderança do Governador Geraldo Alckmin (2001-2006), o governo federal passou para as mãos do PT (Partido dos Trabalhadores). O compromisso histórico do PT com a Reforma Agrária estimulou expectativas de avanços significativos na territorialização camponesa. Mas, antes de tomar posse, o governo Lula nomeou o presidente da ABAG, Roberto Rodrigues, como ministro do Ministério de Agricultura e Abastecimento.

O ano 2002 foi chave. A ABAG articulou seu primeiro congresso nacional, conseguido atrair a participação de dezenas de organizações patronais de várias commodities e regiões. As eleições presidenciais do ano marcaram, também, a cara da vitória de Luís Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores. Nas articulações na formação de seu gabinete, Lula escolheu

---

<sup>60</sup> Compra é prevista no Artigo 1.º do Decreto 433 de 1992 e prevê que o processo de aquisição de terras terá início mediante proposta de compra do imóvel rural de propriedade de particular, apresentado pelo Incra com convênio para esse fim (ROCHA, 2009 e SANTOS, 2010).

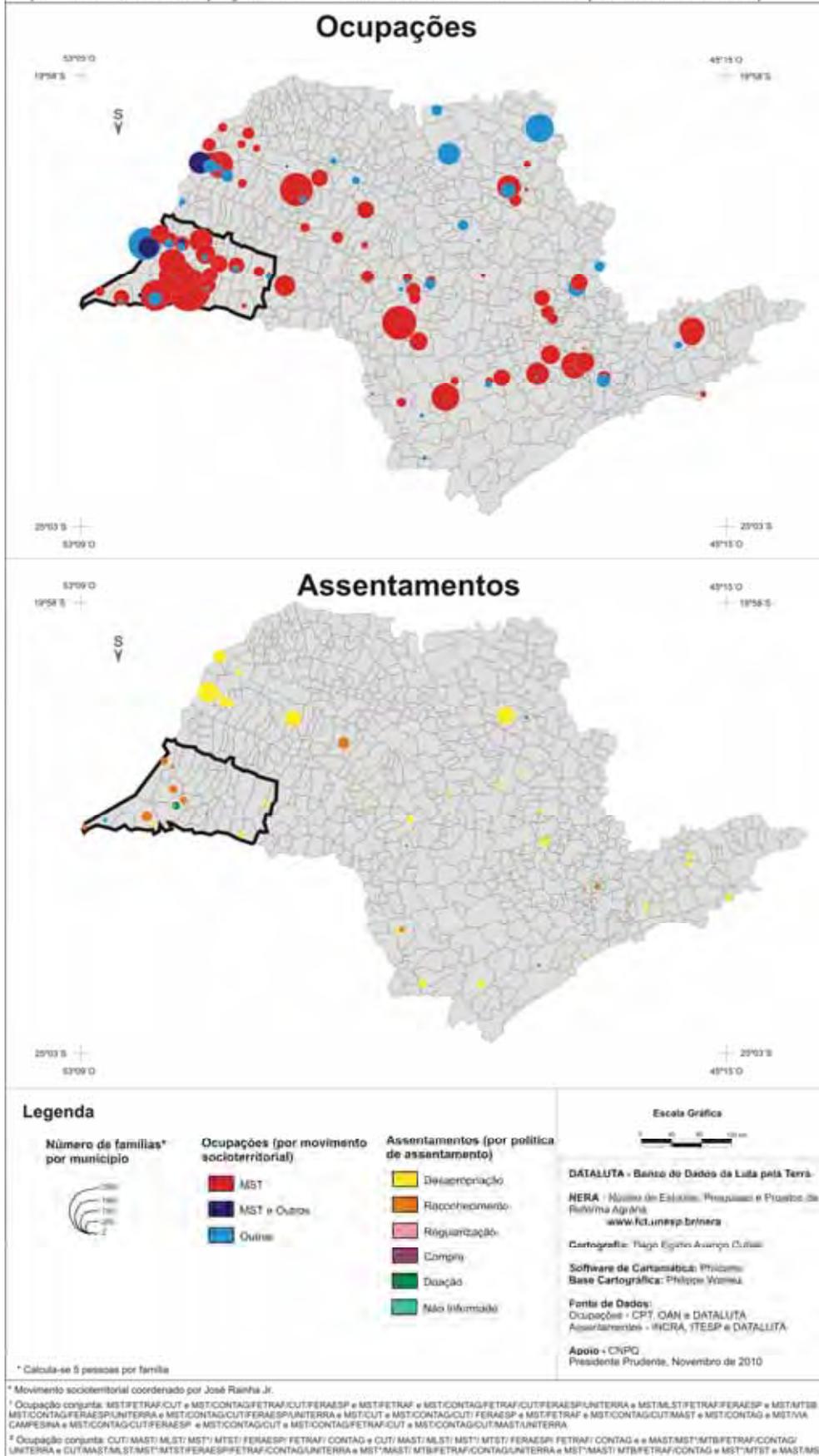
Rodrigues para ser Ministro de Agricultura, uma surpresa total para a velha guarda do partido, mas um resultado previsto pelo agronegócio. Com todos os escândalos enfrentados pelo governo Lula, Rodrigues foi um dos únicos ministros que conseguiu servir seu mandato de quatro anos tranquilamente. (FERNANDES, 2010, p. 9)

Na sombra desta escolha surpreendente, Lula enfatizou as ironias de sua administração, logo depois de tomar posse, com seu pedido de elaboração de um segundo PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária). O governo chamou Plínio de Arruda Sampaio, intelectual e militante político de esquerda que se dedicou sua carreira de professor do Instituto de Economia da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) a favor da luta dos movimentos socioterritoriais. Coordenou um grupo de estudiosos ligados às causas sociais e à movimentos socioterritoriais a produzir o Plano Plínio, o II PNRA, que procurou ressaltar a essência da Reforma Agrária na luta contra a improdutividade do latifúndio e também contra a concentração de terras do agronegócio. Esse plano nunca foi implantado, foi substituído por um outro com proposições bastantes conservadoras, não características do conceito de reforma agrária, contudo esse segundo plano também não foi cumprido (ROCHA, 2009 e RAMOS FILHO, 2008).

O próprio Ministério, em nota encaminhada ao jornal Folha de São Paulo, assumiu que houve uma “inversão” na prioridade, inicialmente traçada como meta no II PNRA, de assentar 71% das 400 mil novas famílias de forma onerosa e 29% de forma não onerosa (VALENTE, 2007). Na prática, “40% das famílias teriam sido assentadas por meio de obtenção onerosa e 60% via forma não onerosa.”, ou seja, o governo assentou mais famílias em terras públicas em detrimento da desapropriação dos latifúndios, propalada como o instrumento central para assentar famílias em Reforma Agrária. (II PNRA, p. 19) Com esta inversão de prioridade, o governo esvazia o conceito de Reforma Agrária, reduz o enfrentamento às terras improdutivas e àquelas que descumprem a legislação trabalhista e ambiental, apropriadas pela classe dos rentistas. Nesta realidade, os números da Reforma Agrária, no governo Lula, retratam a consequência de uma estratégia de reprimarização da economia, priorizando o agronegócio, principal responsável pela geração dos superávits primários da economia nacional. Portanto, ganharam mais uma vez os proprietários de terras. (RAMOS FILHO, 2008, p.231-232)

A luta se territorializou em São Paulo durante todo esse período de embate nos territórios imateriais das políticas públicas, vejamos a Prancha 19.

Prancha 19 - São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema - Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 2003-2006 (Governo Alckmin)



Alckmin foi eleito como governador no ano de 2002 e governou até 2005. Não cumpriu o mandato completo, pois se candidatou as eleições presidenciais, e no ano de 2006 como seu substituto tivemos Cláudio Lembo. Então, a partir de 2002 até 2006, foram 60 assentamentos obtidos no estado de São Paulo, sabendo que 28 desses foram para o Pontal do Paranapanema. De 2002 a 2005 foram 16 desapropriações (15 PA e 1 Projeto de Desenvolvimento Sustentável exclusivo do Incra (PDS) – 1569 famílias), 1 adjudicação<sup>61</sup> (PDS – 32 famílias), 1 compra (PDS – 80 famílias), 1 doação<sup>62</sup> (PA – 90 famílias), 1 não informado (PA – 47 famílias), 17 reconhecimentos (15 PE e 2 PA – 805 famílias) e 1 transferência (PE – 30 famílias). Desses assentamentos foram 16 assentamentos obtidos no Pontal do Paranapanema, 2 desapropriações (PA – 37 famílias), 1 doação (PA – 90 famílias), 1 não informado (PA – 47 famílias) e 12 reconhecimentos (PE – 484 famílias).

Quase metade dos assentamentos foram para o Pontal, ainda que a maioria eram políticas de obtenção de terra que não desconcentravam de fato a terra. A luta nas ocupações novamente é muito maior que os assentamentos obtidos, em São Paulo foram 272 ocupações e 36.843 famílias em ocupações. No Pontal do Paranapanema foram 124 ocupações do total e 14.688 famílias.

Em 2006 foram 1 adjudicação (PDS – 118 famílias), 1 arrecadação (PDS – 40 famílias), 1 compra (PDS – 15 famílias), 19 desapropriações (9 PA, 4 PDS, 1 Assentamento Quilombola (AQ) e 1 PE – 975 famílias). A maioria dos 22 assentamentos foram obtidos pela política da desapropriação, sendo isso sim interessante para o processo de desconcentração fundiária, a luta colaborou também no estado com 108 ocupações e 7411 famílias em ocupações e dessas 108, 70 ocupações no Pontal com 3512 famílias.

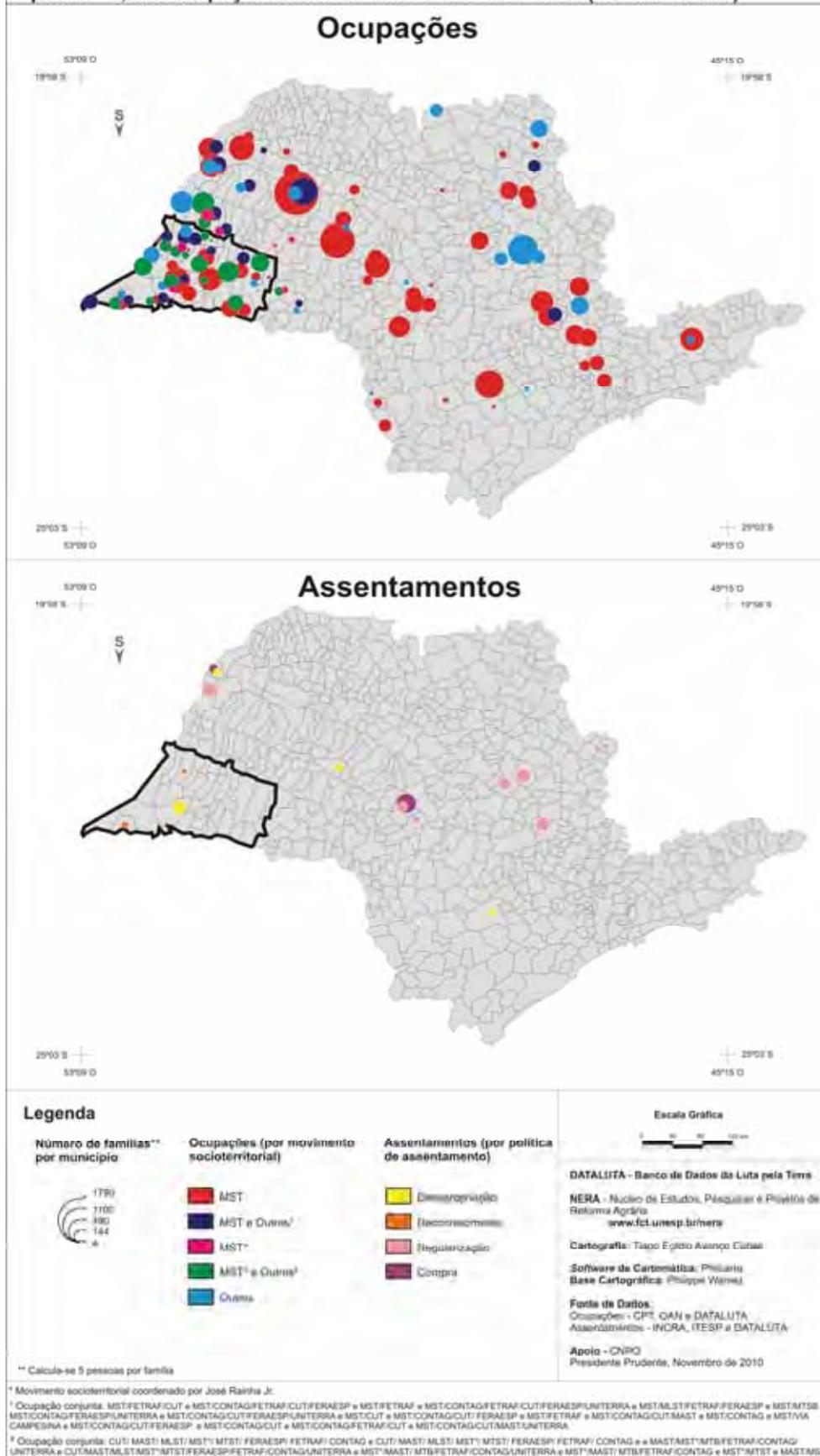
Na Prancha 8, além de notarmos essas diferenças de estratégias percebidas entre o MST Nacional e o MST da Base, podemos observar também a sua territorialização no estado de São Paulo através das ocupações e dos assentamentos no período de governo de José Serra. Esse governo, assumido em 2007 por Serra, então se caracterizou com um dos menores colaboradores para as políticas de obtenção de terras e conseqüentemente para o processo de reforma agrária.

---

<sup>61</sup> “Ato judicial através do qual a propriedade rural penhorada é transmitida para um credor devido a não quitação de débitos. O devedor pode ser pessoa jurídica ou física.” (SANTOS, 2010, p. 10).

<sup>62</sup> É o contrato pelo qual, a pessoa física ou jurídica, transfere o bem para o Poder Pública para com ele realizar as suas propostas, está embasado, segundo Santos (2010) no Artigo 538 do Código Civil de 1992.

Prancha 20 - São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema - Geografia da luta pela terra, das ocupações aos assentamentos - 2007-2010 (Governo Serra)



Para os dados do DATALUTA (2009) foram 18 assentamentos no estado, todos obtidos pelo Incra, foram: 1 arrecadação (PA – 164 famílias), 5 cessões (3 PA e 2 PDS – 275 famílias), 2 compras (PA – 420 famílias), 4 desapropriações (PA – 295 famílias), 2 reconhecimentos (PE – 71 famílias), 4 transferências (PA – 312 famílias). No Pontal, desses números, foi conquistada apenas 1 desapropriação (150 famílias). A luta pela terra foi reprimida, agora muito no discurso governamental da agressividade desnecessária dos movimentos socioterritoriais. A luta pela terra se territorializava então na forma de assentamentos e ocupações, que não pararam, e voltaram a ter um alto índice nesse governo. O estado de São Paulo teve 297 ocupações com 26.684 famílias e o Pontal do Paranapanema, no interior desses números, representou 128 ocupações e 7204 famílias em ocupações. A luta pela terra através das ocupações representou nesse período o principal mecanismo de pressão pela reforma agrária.

#### **4.3.2 Violência física contra os camponeses e os territórios disputados**

A territorialização dos ruralistas é muitas vezes explicitada na violência contra os trabalhadores rurais e os camponeses. No período de 1988 a 2009 o estado de São Paulo esteve em conflito, os anos que chamamos de período democrático não explicitam esse significação, eles escondem a luta pela terra e na terra e toda a violência contra o ato de liberdade, das ocupações aos assentamentos. Desse modo ocorreram os assassinatos, tentativas de assassinato e as ameaças de morte no estado de São Paulo. Os dados foram coletados junto ao DATALUTA Jornal, a partir de 1988, e pela CPT que teve início nos seus registros online, desse tipo de variável, para após o ano de 1985.

Foram cadastrados por estas fontes 16 assassinatos<sup>63</sup>, 50 tentativas de assassinato e 38 ameaças de morte contra trabalhadores rurais, totalizando 104 cadastros de violência durante o período 1988-2009 em 32 municípios diferentes. Número esses registrados que ainda fogem a realidade, pois a luta pela terra explícita diariamente uma violência muito mais acirrada, os dados não contemplam a profundidade da violência contra os camponeses, e desse modo contra a sociedade. Fora a violência física que está expressa nessa representação, temos a violência indireta como a exploração intensa do trabalho, expropriação do trabalhador, patologias pelo excesso de trabalho, trabalho análogo a escravidão, coação nos assentamentos

---

<sup>63</sup> Foram disponibilizados no site da cpt ([www.ctpnacional.org.br](http://www.ctpnacional.org.br)) apenas quatro nomes de trabalhadores rurais assassinados, e são eles: José Claudio Nunes dos Santos (10/9/2003); Odair Alves de Souza (17/2/2001); Valdelino dos Santos de Oliveira (15/6/2001) e Manoel Maria de Souza Neto (6/10/2000).

e nas pequenas propriedades por parte da territorialização do capitalismo agrário, entre outros. A violência então passa a ser parte integrante e essencial na lógica de dominação e na relação ruralista-camponês, e assim espelha uma realidade tão brutal quanto os assassinatos no campo brasileiro e paulista.

Percebemos inicialmente na disposição dos tipos de violência no território paulista que por contraste visual a mesma está exacerbada no oeste paulista, e mais precisamente no Pontal do Paranapanema. Em seguida temos a região da Alto Mogiana e o Vale do Ribeira em destaque para esse elemento de análise. As tentativas de assassinato na cor marrom é o tipo de violência mais encontrado nesse estado, e também é totalmente abominável, pois agride o direito essencial de todo ser humano que é o direito a vida.

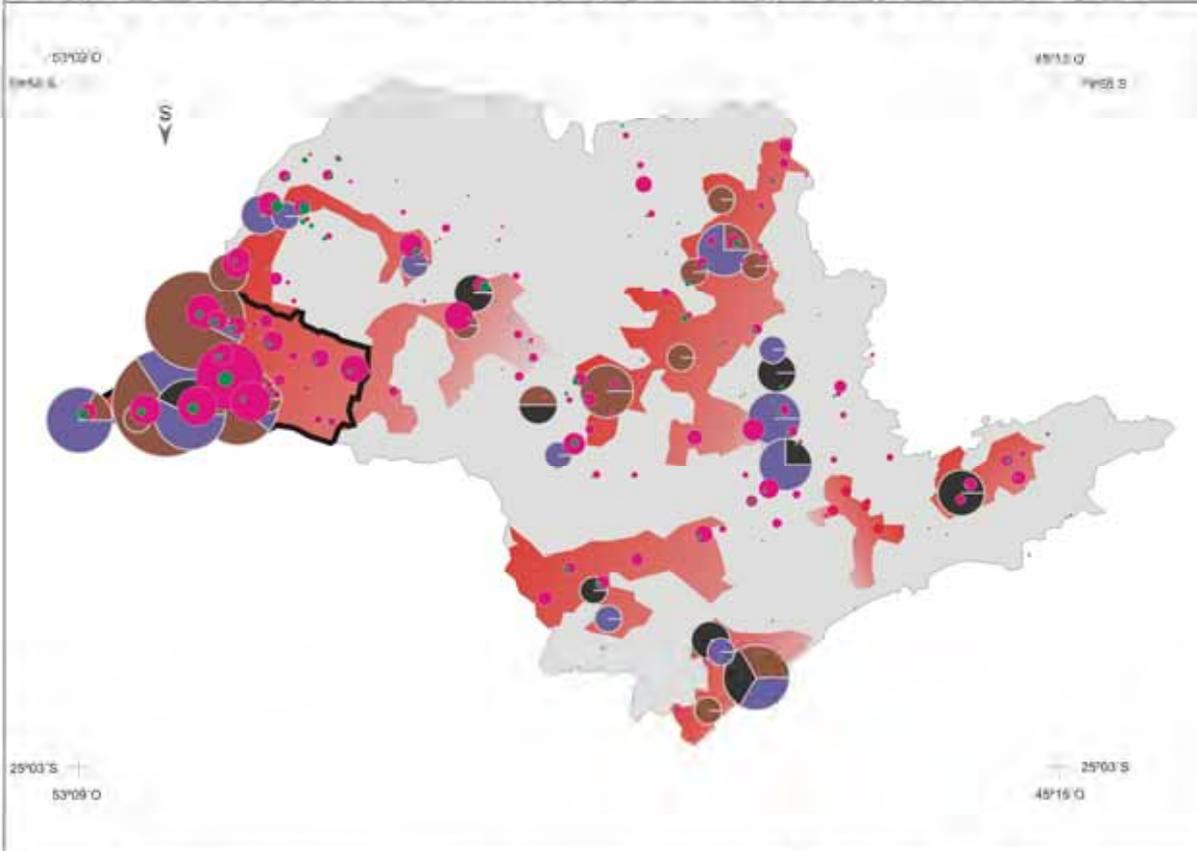
A tabela inserida ao lado do mapa nos mostra os municípios com mais registros de violência contra os trabalhadores rurais no estado de São Paulo. Alguns municípios merecem uma atenção especial pelo número de registros violência, os com mais cinco registros de violência: Mirante do Paranapanema (9 tentativas de assassinato e 7 ameaças de morte); Presidente Epitácio (13 tentativas de assassinato e 1 ameaça de morte); Sandovalina (8 tentativas de assassinato e 1 ameaça de morte); Teodoro Sampaio (2 assassinatos, 1 tentativa de assassinato e 4 ameaças de morte); Iguape (2 assassinatos, 2 tentativas de assassinato e 2 ameaças de morte) e Rosana (1 tentativa de assassinato e 4 ameaças de morte); e os com registros de assassinato: São José dos Campos (3 assassinatos); Teodoro Sampaio, Iguape; Sete Barras, Leme e Promissão (cada um com 2 assassinatos); e Itapeva, Cabrália Paulista e Monte Mor (cada um com 1 assassinato). Esses dados revelam um pouco da repressão que os camponeses sofrem no estado de São Paulo, um do limite da violência que agride a dádiva da vida.



O São Paulo Agrário então também é composto da disputa territorial e assim nos permite visualizar o movimento de repressão, e simultaneamente a territorialização do PCA através dos ruralistas, que se expressa nessa mesma repressão, mas também na sua territorialização com o agronegócio (FERNANDES, 2009). A violência se dá então de várias maneiras, que vão desde o abuso das leis trabalhistas, a super-exploração, o trabalho análogo a escravidão até a repressão pela judicialização, repressão e opressão dos governos através dos artificios do estado (THOMAZ JR. 2007). Recorremos então a uma síntese da questão do território em conflito no estado de São Paulo.

O conjunto dos mapas apresentados no sub-capítulo 4.3 geram o Mapa 4. O Mapa 4 é um mapa modelo que reflete as estruturas elementares da luta pela terra representada nas ocupações, e tipos de violência que formam os territórios em conflito, e o outro tipo de luta que é a luta na terra representada nos assentamentos, onde após a conquista outras problemáticas entram em cena.

Mapa 4 - São Paulo: territórios em disputa de 1988 a 2009



**Legenda**

**A luta pela/nã terra:**

- Ocupações
- Assentamentos

Número de famílias\*\* por município:

- 33.527
- 18.092
- 8.318
- 2.188

\*\*Cálculo de 4 pessoas por família



Portal do Paranapanema

**Conflitos no território paulista:**

- Assassinatos
- Tentativas de Assassinato
- Ameaças de Morte

Número de vítimas:



**Território em conflito na terra e pela terra, com violência contra o trabalhador da agricultura do oeste paulista com violência da cultura rural. A disputa territorial no estado de São Paulo com destaque para o Portal do Paranapanema, o região da Alta Mogiana e Vale do Ribeira.**  
**Conflitos, assassinatos e violência contra trabalhadores rurais à disposição. Semelhanças com os recentes conflitos de territórios de assentados, processo de disputa e deslocamento contra trabalhadores rurais.**

**Escala Gráfica**



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra**

**NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**  
[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

**Cartografia:** Tiago Egídio Avanço Cubas

**Software de Cartomática:** Philcarlo

**Base Cartográfica:** Philippe Waniez

**Apoio:** CNPQ

Presidente Prudente, Maio de 2012

#### 4.4. Elementos essenciais para construção do São Paulo Agrário

O que queremos levantar vai ao encontro de expor o São Paulo Agrário que demonstre os conflitos e conflitualidades no território paulista. É evidente na estratégia do agronegócio o discurso de “progresso”, “modernidade”, “crescimento”, etc. Esse discurso sobrepõe-se a uma realidade de lutas além da própria realidade exploratória dos trabalhadores rurais. Os impactos socioterritoriais são intensos, desde as condições análogas a escravidão até a formação da identidade cultural por um discurso reforçado constantemente pela imprensa. Discurso esse que vai ao encontro do poder da retórica, e antes disso o poder de quem tem a possibilidade de difundir a sua retórica e no entrelinhas a intencionalidade do capitalismo agrário.

As ênfases do paradigma do capitalismo agrário estão pautadas aos processos de **“integração” aos mercados capitalistas**, analisando **tendências, logísticas, redes, preços, sustentabilidade** etc. Não há, na literatura orientada por este paradigma, estudos sobre as conflitualidades inerentes nestes processos. . O território como uma proposta de construção é o território relativizado, constando inclusive, nos aparatos legislativos e de políticas públicas a junção de agricultura capitalista com a agricultura camponesa, como se fossem conciliáveis. Sabemos que não são conciliáveis e assim a estratégia dos ruralistas atrelada ao Estado é se apropriar de termos como a agricultura familiar e conciliá-la ao agronegócio. Uma divergência importante aqui é que apesar da continuidade de conflito, a ideia de conseguir uma espécie de tratado de paz entre os territórios dos ruralistas e camponeses é, de fato, um objetivo dos movimentos socioterritoriais, sabendo que vitória plena é uma fantasia. Neste caso, a meta é de conquistar uma acomodação ou conciliação entre os dois lados, arbitrado pelo Estado. Um ponto complexo e muitas vezes mal interpretado, a questão não é associar ao capital mas não fragmentar a luta para o rompimento ideológico.

As críticas do paradigma da questão agrária aos impactos socioterritoriais são reveladas no momento das ocupações e na resistência nos assentamentos. O contra-discurso em favor do camponês é a **destruição ambiental, o desmatamento, intensificação da exploração da terra e o trabalho, a denuncia dos casos de trabalho escravo, subordinação e expropriação** de camponeses resultantes da expansão da produção dos agrocombustíveis pelas corporações transnacionais e seus aliados nacionais. Por isso pensamos num mapa modelo que expõe as conflitualidades, escancara as dinâmicas que a agricultura capitalista propõe, a dinâmica agrária do estado de São Paulo e os processos que compõem as análises a partir do PQA.

A partir disso nos dispomos a construir o mapa baseado nas estratégias de territorialização do campesinato e do capital como forma de mapear a geografia histórica da questão agrária no estado. Foram quatro os enfoques para construção do São Paulo Agrário. Primeiro, o processo de transição das ocupações aos assentamentos, ou seja, da luta pela terra a luta na terra dos camponeses, assim a territorialização do campesinato. Segundo, a violência contra os camponeses e trabalhadores rurais que se encontram na forma de assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, despejos e expulsões, para não falar da ocorrência de trabalho escravo. Terceira, dinâmica da concentração de renda e fundiária no estado observando o processo histórico-geográfico de territorialização dos mesmos. Quarto, o mapeamento das dinâmicas de expansão das principais culturas (destaque) no estado de São Paulo.

Desenvolvemos alguns mapas temáticos para a visualização da questão agrária no estado de São Paulo, os quais combinados denominaram São Paulo Agrário, foram esses:



Esse é o primeiro mapa temático de composição do mapa síntese e é representado com a região do Pontal destacada e círculos proporcionais da luta pela terra. Das ocupações aos assentamentos, ou seja, do território em disputa ao território conquistado. Os dados de ocupações foram registrados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), OAN (Ouvidoria Agrária Nacional) e DATALUTA, no período de 1988 a 2009. Os dados de assentamentos foram coletados com base no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e DATALUTA, no período de 1980 a 2009. As ocupações são a estratégia camponesa que resulta na territorialização material por um período de tempo, com o intuito da pressão pela reforma agrária, e exerce a função de legitimar o território imaterial camponês e revela a imaterialidade do território a partir das representações da imprensa. Fernandes (2001) intitula o seu trabalho como *Ocupação como forma de acesso a terra*, e no mesmo faz um levantamento da recriação camponesa a partir dessa luta histórica que além de reafirmar o movimento socioterritorial enquanto trunfo na terra (território) revela historicamente a luta como uma arma poderosa na agilidade do processo de reforma agrária. No estado de São Paulo temos alguns tipos de campesinato, expondo historicamente visualizamos três, de acordo com o trabalho de Feliciano (2006) e Welch (2010), um campesinato que se territorializa pelo Norte/Nordeste paulista, o campesinato com base no

sindicalismo rural, um segundo que se caracteriza pela organização imediata das famílias num movimento independente e incipiente no Noroeste Paulista e um terceiro que se territorializou e se territorializa por todo o estado com destaque para a parte Sudoeste liderado pelo MST (WELCH, 2009). Durante o período, foram 1312 ocupações com 193.516 famílias nesse estado, uma média de 147,5 famílias por ocupação. No Pontal do Paranapanema, desse total de 1312, foram 744 nessa micro-região com 101.275 famílias, números realmente expressivos que colocam o Pontal do Paranapanema como um dos centros da questão agrária no Brasil, e o estado de São Paulo como o primeiro em número e quantidade de famílias em ocupações também no país desde a queda do regime militar. O MST se tornou a partir disso o principal movimento socioterritorial no campo brasileiro e tem grande destaque no campo paulista, com um número de 800 ocupações e 133.665 famílias, grande representatividade, com aproximadamente 70% das ocupações e famílias em ocupações. Os assentamentos estabelecidos no período são 244 com a capacidade de 16.574 famílias, quase metade deles localizados no Pontal, onde consta 109 assentamentos com capacidade de 6.111 famílias. Assim observamos que a política de implantação de assentamentos, a reforma agrária, não corresponde com a intensidade da luta no que se considera a falta de proporcionalidade entre famílias assentadas e famílias em ocupações.



A territorialização dos ruralistas implica na violência contra os trabalhadores rurais e os camponeses. Esse (o segundo) mapa temático então é o da territorialização da violência contra trabalhadores rurais e camponeses de 1988 a 2009.

Optamos pelo símbolo para localizar no período de 1988 a 2009 onde ocorreram os assassinatos, tentativas de assassinato e as ameaças de morte no estado de São Paulo. Os dados foram coletados junto ao DATALUTA Jornal, a partir de 1988, e pela CPT que teve início nos seus registros online, desse tipo de variável, para após o ano de 1985. Foram cadastrados por estas fontes 16 assassinatos, 44 tentativas de assassinato e 38 ameaças de morte contra trabalhadores rurais e camponeses durante o período 1988-2009. Número esses registrados que ainda fogem a realidade, pois a luta pela terra explícita diariamente uma violência muito mais acirrada (CUBAS, 2009). Fora a violência física que expressa nessa representação, temos a violência indireta como a exploração intensa do trabalho, expropriação do trabalhador, patologias pelo excesso de trabalho, trabalho análogo a escravidão, coação nos assentamentos e nas pequenas propriedade por parte da

territorialização do capitalismo agrário, entre outros. A violência então passa a ser parte integrante e essencial na lógica de dominação e na relação ruralista-camponês, e assim espelha uma realidade tão brutal quanto os assassinatos no campo brasileiro e paulista.

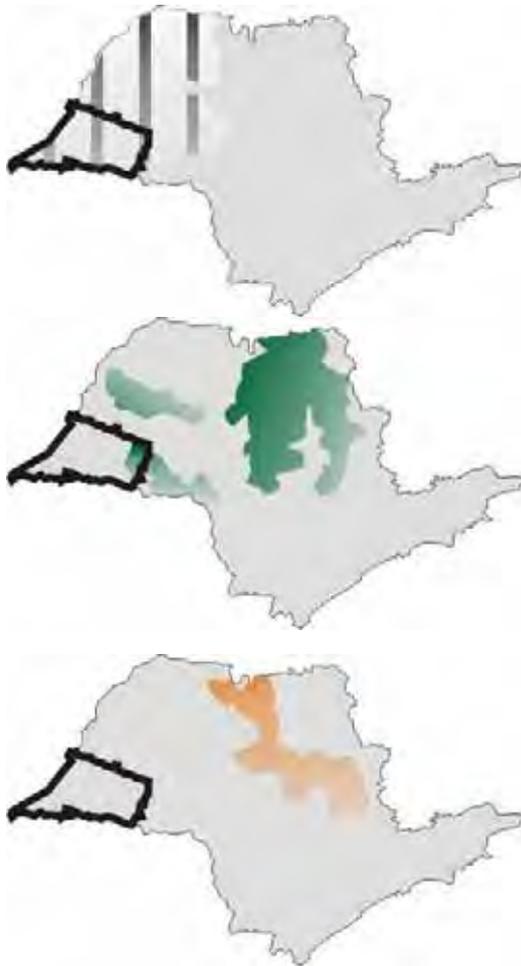


Esse é o terceiro mapa temático e representa a dinâmica da concentração fundiária e espacialização da pobreza no estado de São Paulo. Esses dados foram recolhidos com base no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de 1991 e 2000, e na distribuição das propriedades a baixo de 200 hectares (pequena e média propriedade) e acima desse valor (latifúndio) nos Censos Agropecuários de 1995 e 2006 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A abordagem foi perceber o movimento da concentração de renda e da pobreza que o índice de gini, intensidade da pobreza e concentração de terras, calculados pelo PNUD e pelo IBGE que expunham no estado de São Paulo nos anos de 1991 e de 2000, e 1995 e 2006, respectivamente. E o que foi percebido justamente foi um forte contraste para mais nas micro-regiões do Pontal do Paranapanema (se estendendo um pouco mais ao seu norte), Vale do Ribeira (se estendendo até a capital do estado, São Paulo) e em Ribeirão Preto. Sabemos que o índice de gini demonstra, as desigualdades de distribuição de renda, e pode refletir nas desigualdades na distribuição de terras (GIRARDI, 2008). Esse índice é eficaz pois permite que visualizemos a diferença entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social de fato de um lugar. Já a intensidade da pobreza, que é regulado anualmente, é um índice, como já foi dito, que mede a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza em percentuais (PNUD). Os censos agropecuários disponibilizam em 1995 e 2006 todas as propriedades na área rural, por tamanho em hectares, então na dinâmica dos mapas é possível perceber a concentração de terras acima de 200 hectares, ou seja, de latifúndio que provavelmente está ligado ao agronegócio. Assim, coincidentemente, as áreas com maior intensidade de pobreza, com maior concentração de renda e de terras são as duas áreas abrigadas pelo programa do governo federal “Territórios da Cidadania”, o Pontal do Paranapanema<sup>64</sup> e o Vale do Ribeira<sup>65</sup>, além do meso-região do

<sup>64</sup> <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pontaldoparanapanemasp/>

<sup>65</sup> <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeiraspp/>

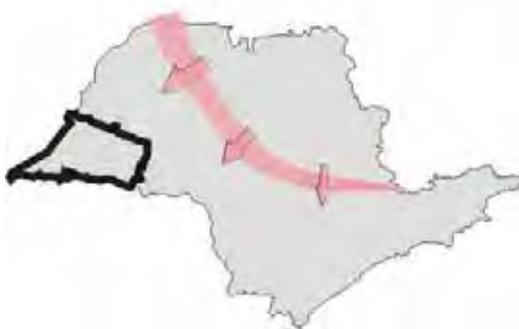
município de Ribeira Preto. A intensidade da pobreza, nessas áreas, em 1991 estavam entre 30 e 40% de índice, no ano de 2000 superaram os 60%; em relação a concentração de renda e terras o índice de gini apontava em 1991 números entre 0,47 e 0,54, e em 2000, de 0,54 até 0,73 revelando esse constatação do aumento das disparidades regionais.



Na abordagem do quarto, quinto e sexto mapas temáticos, vamos enfatizar a expansão da agropecuária, com destaque para os moldes do capitalismo agrário no estado de São Paulo entre os anos de 1988 e 2008. Geograficamente, o conjunto de mapas temáticos completa um quadro de representação dos processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização. Antes de iniciarmos as considerações sobre esses mapas, precisamos deixar claro que as áreas que correspondem as representações são das culturas destacada por sua produtividade e comercialização. São utilizadas aqui como signos que simbolizam esse elemento de territorialização. Pois o gado bovino, a cana-de-açúcar e a laranja são produzidos em grande parte do estado. Então, sabendo disso, os três mapas temáticos que representam a pecuária bovina e a lavoura temporária (cana) e permanente

(laranja). Os dados foram recolhidos com base no IBGE, especialmente no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática – banco de dados agregado), produção por quantidade (nas lavouras em toneladas) de 1990 a 2008 e por cabeças (no caso do gado bovino) de 1988 a 2008. Então, o quarto mapa temático, em listras pretas e brancas, expressa a territorialização da pecuária do gado bovino, de corte e leiteiro. O mapa representa a pecuária bovina e a sua territorialização em todo o estado de São Paulo durante todo o período de dados disponíveis e coletados. De 2002 para cá, contudo, houve uma leve queda na sua produção. Nada que indique um alto grau de decadência nesse tipo de cultura nos municípios paulistas. Inclusive, é devido a essa atividade que o estado de São Paulo fica conhecido por seus rodeios, entre eles os maiores do Brasil, os de Barretos e Morro Agudo. A cana-de-açúcar (quinto mapa temático), representada em área pela cor verde, vem incentivada pelos programas estatais,

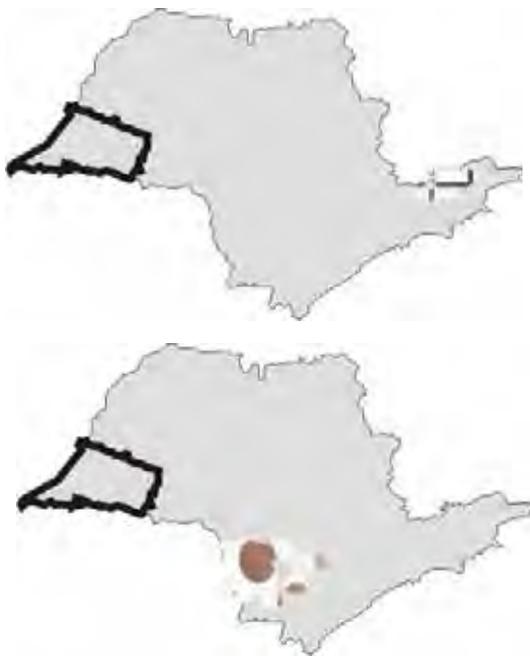
principalmente do governo federal, mas respaldada pelo governo estadual. A agroenergia surgiu como um projeto do governo militar, pelo PRÓALCOOL e se alcançou o *status* no discurso capitalista de solução para a crise energética, principalmente legitimada na alta exploração do petróleo. Inclusive, a luta pelo conceito, nomenclatura, é algo que tange a disputa territorial entre o PQA e o PCA, como agrocombustíveis (fonte alternativa de energia que no sistema capitalista reproduz a relação capital-trabalho de maneira degradante ao trabalhador, mas que deveria ser baseada na harmoniosa produção desse tipo de combustível com a natureza e os produtores) e biocombustíveis (combustível da vida, um conceito criado pelos capitalistas para formar o signo de um combustível que seja progresso e modernização) (THOMAZ, 2009). Os destaques da produção de cana-de-açúcar no ano de 2008 são os municípios de Morro Agudo (10.260.000 toneladas), Barretos (5.481.000 toneladas) e Guaíra (5.100.000 toneladas), e no restante dos que merecem ênfase devido sua alta produção são as áreas em torno de Araçatuba, Ribeirão Preto e municípios do Pontal do Paranapanema. A influência agroindustrial da ÚNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar) com sede em Ribeirão Preto (SUÁREZ; BIBKEL; GARBERS e GOLDFARB, 2008) se torna então um aspecto fundamental para a propagação dessa cultura e dessa ideia. A laranja é o sexto mapa temático e está representada na cor laranja, (cultura permanente na definição do IBGE) ela se territorializa como um cinturão passando pelas meso-regiões de Ribeirão Preto, Mogi Guaçu, Matão, Botucatu e Barretos. Essa cultura se difunde nessas áreas e em torno da CUTRALE que se torna então uma importante organização na estratégia do PCA.



O sétimo mapa temático é o do fluxo do agronegócio, que realça a territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar. Esse mapa temático vai ao encontro de expor dinâmica fornecendo movimento a leitura da imagem, que é de vital importância para compreendermos a estratégia do PCA quando expande para determinadas áreas. Os

dados deste mapa temático foram recolhidos do SIDRA (IBGE, 2010) de 1990 a 2008 da produção da cana-de-açúcar. No mapeamento anual dessa cultura percebemos um crescente movimento de expansão de seu domínio no estado durante todo o período, mas, sobretudo a partir de 2000. Essa crescente territorialização está atrelada ao discurso também progressivamente intensa nessa época da necessidade da criação de uma fonte alternativa de energia para superação da crise energética mundial. A cana-de-açúcar realmente é uma opção

de combustível e energia através da sua biomassa, contudo, a maneira como o capital se apropria do trabalho e assim dos trabalhadores é degradante, degradante também para o meio ambiente, sem contar a piora gravíssima na qualidade do ar com as queimadas que ainda acontecem na grande maioria dos canaviais paulistas. Thomaz Jr. (2009) diz a respeito dessa expansão sucro-alcooleira que os acordos do governo do Lula e dos governos tucanos no estado de São Paulo, cooperaram em grande parte para esse fato. Incluímos os acordos com a bancada ruralista, securitização da produção, regularização de dívidas originárias do crédito rural e de crédito fundiário foi oficialmente garantida pela Medida Provisória 432, de 27 de maio de 2008.



O oitavo mapa temático é vemos a territorialização da cultura do arroz e no nono mapa temático a cultura do feijão. Essas estruturas elementares são obrigatórias quando pensamos o campesinato como resistência e a soberania alimentar como necessidade de primeira instância no território imaterial do anti-capital, assim a reprodução de relações não-capitalistas está inerente a esse processo de defesa do território. Essas informações foram coletadas na base de dados do IBGE, e mais especificamente no SIDRA de 1990 a 2008. O que queremos abordar através dessas informações é que o território camponês se faz essencialmente por

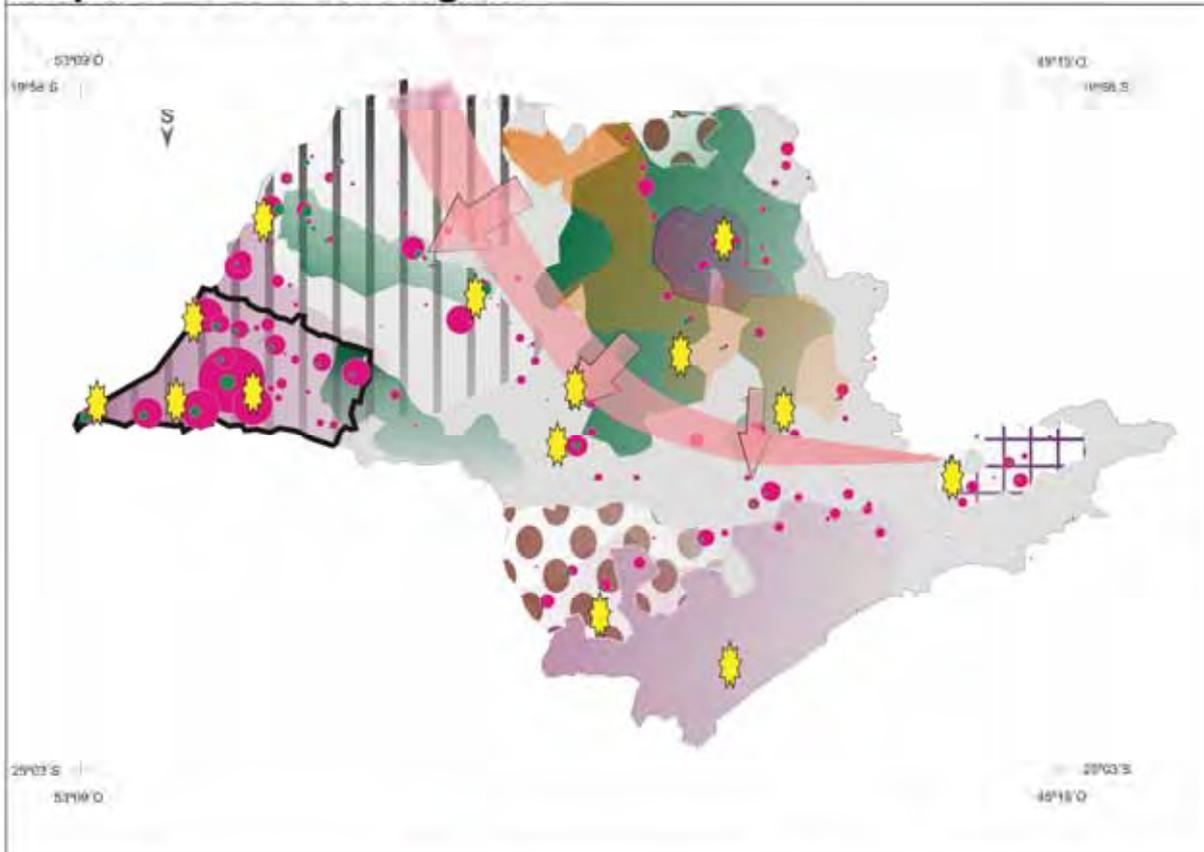
garantir a dignidade da sociedade, os princípios básicos na alimentação que estão no cotidiano da sociedade brasileira, os dois itens fundamentais na cesta básica, o arroz e o feijão. A cultura do arroz sofreu bastante com o processo de desterritorialização, as vontades dos territórios capitalistas foram expressas na intensa falta de investimento (nos remetemos a falta de investimento também na relação comparativa em investimentos no agronegócio) dos governos federal e estadual (THOMAZ JR. 2003). Esse elemento gráfico é fruto do acompanhamento histórico-geográfico de 1990 a 2008 da produção em toneladas e hectares do arroz. O território demarcado é o destaque dessa produção que até 1996 ainda tinha uma produção significativa no parte norte do estado de São Paulo e no oeste do vale do Ribeira. Os cinco municípios com maior produção em toneladas e maior área em hectares, no ano de 2008, para essa produção foram: Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Tremembé, Taubaté e

Caçapava (quatro desses cinco localizados no Vale do Paraíba). A cultura do feijão se portou diferentemente a cultura do arroz, ela não sofre de fato uma desterritorialização em grande escala, mas se territorializa em outros lugares durante o período de 1990 a 2008. Primeiramente é importante que seja exposto que essa cultura tem uma capacidade de adequação a solos mais empobrecidos (com menos nutrientes e com menos trabalho de solo) maior que o a cultura do arroz, e em segundo ela faz parte da alimentação cotidiana dos brasileiros. A território “perdido” inicialmente foi o Pontal do Paranapanema que recebe a entrada da cana-de-açúcar e ainda é muito dependente da pecuária leiteira. Com isso a diferença de área encontrada entre 1990 e 2008 equivale semelhantemente a essa perda, contudo a expansão desse território se deu no sentido do noroeste do Vale do Ribeira, especialmente nos municípios de: Itaberá, Casa Branca, Paranapanema, Guaíra e Itapeva. O que vemos é a intensa disputa territorial entre as culturas que obedecem as relações capitalistas de produção *versus* as culturas que obedecem as relações não-capitalistas de produção (em sua essência).

Para entendermos a estrutura e configuração agrária no estado de São Paulo é importante que pensemos esses mapas temáticos que configuram elementos fundamentais para visualizarmos outras facetas da realidade agrária do estado de São Paulo (GIRARDI, 2008). Estruturas essas definidas com base na importância dessa representação para representação da questão agrária paulista.

A expansão da monocultura da cana, a apropriação do capital nas suas estratégias para dominar o campo brasileiro e paulista, e a resistência da agricultura camponesa na segurança e soberania alimentar fazem parte da reflexão que procuramos levantar pelo São Paulo Agrário. Assim vemos na CGC um meio importante de crítica e uma possibilidade aberta de discurso, de retórica, de exposição das relações de poder contempladas no campo paulista, da territorialização da agroindústria até os assassinatos e violências diárias contra os trabalhadores e camponeses. Então a partir da sobreposição de territórios, vemos em nove os elementos estruturadores da questão agrária no estado de São Paulo e apresentamos o Mapa 5.

## Mapa 5 - São Paulo Agrário\*



### Legenda

- Ocupações
- Assentamentos

### Número de famílias\*\* por município

33.527  
19.092  
9.316  
2.158

\*\*Cadastrado 4 pessoas por família



Pontal do Paranapanema

- Dinâmica e invasões da territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar
- Áreas com maior índice de concentração de renda, fundiária e pobreza
- Área de produção de cultura do milho, com leve crescimento na produção em toneladas
- Território de cultura do arroz. Cultura que sofreu o processo de desterritorialização
- Áreas de destaque e expansão da produção de monocultura da cana-de-açúcar
- Cinturão da laranja. Destaque no processo de desterritorialização dessa cultura
- Territorialização do rebanho de gado bovino (norte e leste)
- Conflitos, assassinatos e violência contra trabalhadores rurais e camponeses

### Escala Gráfica



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra**

**NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**  
[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

**Cartografia:** Tiago Egidio Avanço Cubas

**Software de Cartomática:** Philcarto

**Base Cartográfica:** Philippe Waniez

**Apoio:** CNPQ

Presidente Prudente, Setembro de 2012

\*Mapa que compreende as dinâmicas da luta pela terra e a territorialização do capitalismo agrário no estado de São Paulo com destaque no Pontal do Paranapanema desde 1988 até 2009.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Confia os teus cuidados ao Senhor, e ele te susterá; jamais permitirá que o justo seja abalado. Salmos 55.22

## Sobre o mapeamento conceitual do trabalho

**O** *São Paulo Agrário* é como vemos, entendemos e representamos o estado de São Paulo relacionado à questão agrária nos elementos e particularidades paulistas e nas suas semelhanças com os elementos brasileiros e globais. Esse é um estado em disputa, o confronto a partir da multiterritorialidade, nas relações sociais, nas relações de poder e nas correlações de força que o desenham, no que tange também às políticas públicas e configuram a sua realidade.

A (re)criação camponesa gera a possibilidade da existência camponesa, que se projeta na luta pelo território nas mais distintas formas. Compreendemos que a representação do discurso por meio da Cartografia Geográfica Crítica concebe e reforça espaço para o camponês avançar na construção de seu território, pois procura desconstruir as relações capitalistas pelas suas contradições. Em razão disso, os mapas servem como instrumentos de uma Geografia Crítica, que investiga no intuito de desconstruir e escancarar a realidade segregacionista, segmentada, contraditória e concentradora, não representada pelo capitalismo, mas que é fruto da mesma. Vimos, então, o território paulista em disputa, entre o período de 1988 a 2009, a partir desses elementos.

O território em disputa em diferentes níveis, como o econômico, político e social (identidade), vai explicitar a multiterritorialidade do estado paulista. O território em conflito na sua multiescalaridade, do micro-local (FCT-Unesp), do local (Presidente Prudente/SP), do micro-regional (Pontal do Paranapanema), do regional (São Paulo), do nacional (Brasil) e do global. A multiescalaridade, dessa maneira, é um exercício didático, pois ela parte de uma outra dinâmica, que simultaneamente a realiza, uma sobrepondo a outra na tentativa que entendamos os elementos que configuram o que vemos, o que não vemos e o que pretendemos visualizar.

Os territórios se formam e se codeterminam a partir das relações humanas mediadas pelas relações de poder, vislumbradas nas correlações de força. O território só existe a partir das relações humanas, das ações humanas no espaço e no tempo que se desdobram, por meio das vontades realizadas ou reprimidas, legitimadoras ou emancipatórias, no conteúdo e na forma territorial. Por isso, os interesses antagônicos que estão no seio da luta de classes se *des-re-territorializam* de maneira multiescalar e multiforme. Esses interesses perpassam do indivíduo ao Estado (RAFFESTIN, 1993), passando pelas classes sociais, territorializando suas vontades nos campos da economia, cultura e política, refletindo, de fato, no ambiente social.

A luta de classes não é somente uma luta física, mas também é metafísica, transcende o material e acontece também no âmbito imaterial através dos paradigmas (visões de mundo que se territorializam em ações individuais e coletivas). Os paradigmas refletem ideologias distintas que disputam territórios no espaço das ideias, disputam conceitos, disputam projetos, disputam políticas e, por isso, também disputam a realidade. Então, a maneira como construímos a realidade e a partir de que instrumentos e estratégias a construímos, explica que interesses estão desenhando de fato o território e qual a intencionalidade ali explícita ou implícita podemos visualizar. Como um exercício para pensar a intencionalidade e os paradigmas, vamos a Figura 22.

**Figura 22 – Os olhares paradigmáticos sobre a realidade agrária**



Nos distintos territórios da luta de classes temos o território de relações capitalistas que reflete o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o territórios de relações não-capitalistas que reflete o Paradigma da Questão Agrária (PQA), em que concorrem conceitualmente, segurança alimentar *versus* soberania alimentar, desenvolvimento sustentável *versus* diversidade produtiva, biocombustíveis *versus* agrocombustíveis, agricultura/empresa familiar *versus* agricultura camponesa, entre outras, o modo de produção e vida capitalista *versus* modo de produção e vida camponesa. Quer dizer, o olhar do PCA apresenta aquela realidade como discusso único e possível, já o olhar do PQA apresenta outras facetas da realidade e não ignora a possibilidade de outros discursos e representações.

Para tanto, nesse momento de uma reflexão sobre o que foi construído, é essencial que lembremos dos principais pontos e referências que tivemos durante todos os capítulos do trabalho. Essa ponderação é extremamente importante, pois assim poderemos reforçar a busca por um pensamento que não acompanha o discurso dominante e a pela linearidade das ideias e

dos princípios teóricos e metodológicos para elaboração desta pesquisa. De maneira geral, podemos dizer que, aqui, estamos entendendo o todo construído como discurso, um discurso distinto, que evidencia a realidade com elementos que vão além da historiografia e da geografia quantitativa e pragmática, mas que é produto das relações sociais expressas no campo paulista.

No Capítulo 1, abordamos a teoria e metodologia empregada no decorrer da pesquisa para dar conta da construção deste trabalho, como discurso do território anti-capitalista e, assim, reforçar o território imaterial do campesinato (contra-hegemônico). O tripé teórico deste estudo foi o materialismo histórico-geográfico dialético, a desconstrução e a Cartografia Geográfica Crítica. David Harvey (2006) e o materialismo histórico-geográfico dialético, em *Espaços de esperança*, ajudou-nos bastante na possibilidade de concretizarmos uma leitura que contemplasse o tempo e o espaço na formação do território e o movimento desses elementos, observando a realidade pelas relações sociais que configuram o espaço.

A desconstrução está empregada no trabalho de Jacques Derrida (2002), *A escritura e a diferença*. Essa desconstrução é evidenciada pela capacidade de observar e investigar as lacunas que o território do capital “encobre” e não expõe a sociedade. A desconstrução aplicada ao nosso trabalho é a investigação das fragilidades e das contradições do discurso capitalista, sabendo que existem poucas, e o mesmo se torna forte e poderoso por mantê-las afastadas das fragilidades. É preciso abordar a história e a geografia das lutas sociais e, de modo mais geral, da questão agrária como um processo social, composto de disputas de poder, conflitos sociais, políticos e econômicos, envolvendo territórios que buscam distintas propostas de expansão, a maioria de co-existência e expansão e outras de emancipação.

A última base da proposta sob a qual construímos nosso trabalho é a que dá a possibilidade de *geografizarmos* o discurso do trabalho pela Cartografia Geográfica Crítica, que tem uma grande contribuição para cartografia brasileira pelo trabalho de Eduardo Girardi (2008), no *Atlas da Questão Agrária brasileira*. A cartografia, como uma expressão muito valiosa da geografia, é onde podemos observar o movimento da realidade. Essa proposição atrelada à capacidade de evidenciarmos o processo histórico torna ainda mais favorável a construção do discurso do camponês, o discurso do território anti-capitalista. O mapa se torna um texto a ser lido, uma espécie de arma que escancara a realidade contraditória, não explicitada no discurso do território capitalista, e assim, um fator de desconstrução e avanço para o território camponês. A análise de Harvey (2006), a desconstrução de Derrida (2002) e a

Cartografia Geográfica Crítica de Girardi (2008) permeiam todo o trabalho, e nos capítulos 2, 3 e 4 pudemos presenciar essas três teorias se realizando na escrita.

No Capítulo 2, foi estabelecido em duas frentes: a primeira frente inclui a busca pela conceituação de espaço, território (material e imaterial) e ideologia. A partir dessas definições almejamos outras, como a formação da ideia, da identidade, da representação, da aparência e da essência na sociedade atual. Essa frente procurou realizar uma breve abordagem histórica da conceituação de espaço e território, que culmina no entendimento da complexidade para a formação da ideia e, conseqüentemente, da representação ideológica pela representação aparente e o que é a essência desse discurso, que se desdobra no território imaterial. A segunda parte tange a estruturação teórica por parte dos conceitos que utilizaremos no decorrer do texto. Desse modo, ela é composta da construção histórica do conceito de paradigma, pensando-o como a ideologia materializada nas ações e também na defesa pelo território imaterial capitalista ou anti-capitalista, mais especificamente, em nosso caso, o território capitalista agrário e o território camponês

O Capítulo 3, foi o momento de exercitarmos a compreensão e o desvendamento do território imaterial capitalista pela desconstrução da imagem retratada pela imprensa paulista. A história dos jornais revelou um percurso tendencioso e que reforça a identidade estabelecida na reprodução do território do capital, e por isso, também se instaura em uma visão de mundo do capitalismo agrário. Em virtude disso, procuramos expor alguns eventos de grande repercussão no Pontal do Paranapanema e desconstruímos os mesmos e as linhas de tendência na formação do discurso. Com esse intuito, abordamos as suas contradições e elaboramos um quadro com os principais chapéus e conceitos trabalhados nas notícias desde 1990 até 2008, confeccionamos um quadro rítmico para atrelarmos fato histórico, fato geográfico e fato jornalístico em uma análise que também abordasse a desconstrução do discurso e a imagem dos ruralistas e camponeses no período de 1988 a 2009. Esse exercício vem sendo feito desde a graduação e foi fundamental para apreendermos que o discurso do capital não é único e pode ser desconstruído, principalmente, pela construção de um discurso contrário, o discurso anti-capitalista.

A construção que promove o território camponês depende não só de desvendar outras narrativas, mas de criar possibilidades para leituras distintas do agrário (nisso está para nós o potencial da cartografia: evidenciar o território camponês). É isso um dos significados fundamentais do paradigma da questão agrária – a flexibilidade e variabilidade dos saberes e fazeres no campo. A Cartografia Geográfica Crítica, como instrumento da Geografia Crítica, instrumentaliza essa visão, e esse foi o cerne do Capítulo 4.

O despertar de uma leitura crítica no leitor dos mapas é o principal resultado esperado. A partir disso, provocamos o leitor a pensar criticamente a realidade aparente, e como embasamos todas as nossas projeções em dados retirados de laboratórios e institutos de pesquisa consagrados, temos então a credibilidade atrelada a novos elementos que proporcionam a visualização de uma questão agrária conflituosa pelo território. Isso evidencia a complexidade dos muitos agentes sociais que atuam no estado de São Paulo e no Brasil.

O *São Paulo Agrário* é um mapa temático, síntese de todo o trabalho desenvolvido até o momento. Ele representa a história recente de luta pela terra no estado de São Paulo, atrelada à disputa territorial entre camponeses e ruralistas e também pelas políticas públicas que se desdobram na agropecuária. Essas refletem na configuração social, como vimos na representação do IDH-M, Índice de Gini, Índice de Pobreza Relativa e na Concentração de Riqueza. A expansão da cultura da cana-de-açúcar não é mera derrocada dos movimentos camponeses, mas a força do capital evidenciada no território e atrelada a um governo aliado. Contudo, é nítido que o movimento camponês tem combatido isso com diversas estratégias de luta, pelo território material e pelo imaterial, reproduzindo e (re)criando o modo de vida camponês.

De maneira didática, esse trabalho teve nos dois primeiros capítulos a revisão e o diálogo com os principais autores que se relacionam a cada assunto, procurando assim expor o debate no sentido de conceituar e materializá-lo na realidade, respeitando os contextos político, histórico e geográfico. Os últimos dois capítulos são a concretização das teorias e conceitos, até então abordados e aprofundados no campo paulista com ênfase no Pontal do Paranapanema. Por isso, não há aqui separação entre teoria e prática, pois as teorias fundantes deste trabalho atravessam todo ele e a prática está na representação da complexidade das dimensões das relações sociais que foram analisadas. Tornou-se, então, nosso desafio desvendar a evidência do paradigma do capitalismo agrário na representação hegemônica e de representar o discurso e a atuação camponesa que fortalece o território do paradigma da questão agrária.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise no sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Adilson; RIBAS, Alexandre; CARRIJO, Beatriz; FLÁVIO, Luiz Carlos; CANDIOTTO, Luciano; SAQUET, Marcos Aurelio; e SANTOS, Roselí. **Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola**. In: RIBAS, Alexandre; SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO e Eliseu Savério (org). **Territórios e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ANDERSON, Benedict. **As comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão de nacionalismo**. São Paulo. P. 9-106. 1991.

ARBEX, José. Prefácio In: ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

ARENDT, Hanna. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BARKER, P. **Techniques of archaeological excavation**. London: Barsford, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. 1986. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Hucitec.

BRUNO, Regina. **Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo**. Relatório de Pesquisa, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo; CUBAS, Tiago; e GONÇALVES, Elienai. **Agrocombustíveis, Soberania Alimentar e Políticas Públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA (artigo do mês de fevereiro), 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

CHAYANOV, Alexander V. **Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: Graziano da Silva, J & Stolcke. **A Questão Agrária**. SP: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

CRAMPTON, Jeremy e KRYGIER, John. **An Introduction to Critical Cartography**. Georgia: ACME. 2006

CUBAS, Tiago. **Estudo da Contribuição da Imprensa na Representação dos Camponeses e Ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2009.

\_\_\_\_\_. **“Eu apoio o MST”**. Presidente Prudente: Boletim DATALUTA (outubro), 2010.

CULLER, Jonathan. **Sobre a Desconstrução**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Assírio e Alvim. 1972.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación Viale delle Terme di Caracalla. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: biocombustibles - perspectivas, riesgos y oportunidades**. Roma: FAO, 2008.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**. Contexto. São Paulo: 2006.

\_\_\_\_\_. **Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. Tese (Pós-Graduação em Geografia) – Pós- Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009.

FELICIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, fev., 2010a.

\_\_\_\_\_. **Camponeses/Agricultores Familiares: Paradigmas em questão**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2010b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ocupação como forma de acesso à terra**. Artigo apresentado no XXIII Congresso Internacional de da associação de Estudos Latino Americanos. Washington-DC, de 06 a 08 de Setembro de 2001.

\_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. P.173-230. Campinas: Editora da Unicamp. 2007.

\_\_\_\_\_. **Entrando nos territórios do território.** Presidente Prudente: Boletim DATALUTA (março), 2008.

\_\_\_\_\_. **Sobre a tipologia de territórios.** In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos, p. 197-215. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; CLEPS, João & FABRINI, João Edmilson. **Relatório DATALUTA 2009.** Presidente Prudente, NERA, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial.** [S.l.: s.n.], 2010.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Editora Graal. 1979.

\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1988.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária.** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablumme, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Coutinho, Luiz Henriques, Marco Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José, **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Des-caminhos e perspectivas do território.** In: RIBAS, Alexandre; SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO e Eliseu Savério (org). Territórios e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste. 2004b.

\_\_\_\_\_. **Território Alternativos.** São Paulo: Editora Contexto, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade em Questão.** In: A Identidade Cultural na pós-modernidade. 2001

\_\_\_\_\_. **Raça, Cultura e Comunicações.** Projeto História. N. 31, p. 15-24. 2005.

- HARLEY, J. B. **Deconstructing the map**. Milwaukee: Cartographica, vol. 26. 1989.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2003.
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Editora Futura, 2003.
- JOHNSON, Christopher. **Derrida, a cena da escritura**. São Paulo: Editora da Unesp. 2001.
- KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta, 1968.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 7.ed. Campinas: Papirus, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. New York: Oxford University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Lógica Formal. Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- LÊNIN, Vladimir. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Rio de Janeiro: Nova Cultural. 1988.
- LUKACS, Gyorgy. **Prolegômenos para ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MACHADO, Cristiano. **Em carta, MST reforça punição a José Rainha**. Jornal Folha On Line. 24 de Mai, 2007.
- MANCUZO, Roberto. **O MST desterritorializado: Um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- MARTINELLI, L.; JOLY, C.; NOBRE, C. e SPAROVEK, G. **A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária**. Biota Neotropica: São Paulo, 2010.
- MARTINEZ, José Ignacio Porras. **Reformas Estructurales de Mercado, Institucionalidad y Dilemas en la Acción Colectiva del Empresariado Agrícola en Brasil**. Food and Agriculture Organization, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: 1981.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo**. 3ª. Edição, Revista e Ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global. 1988.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma Agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. (São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003).

MELO, Jayro. **História e práxis**. Do Imediato ao concreto. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2004.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo. 2007.

MONMONIER, Mark. **Lying with Maps**. Statistical Science (p. 215-222): Chicago. 2005.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Teoria e Clima Urbano**. Originalmente apresentado ao concurso à Livre-Docência junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP/IG, 1976.

\_\_\_\_\_. **O mapa e a trama**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes. 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente**: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2008.

RANIEIRI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo. 2001.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem** (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos. Ratzel. SP: Ática, 1990.

**Relatório de Terras e Análise de Mercado.** Bebedouro, SP: Scout Consultoria. 2012.

ROCHA, Herivelto. **Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil de 1985 a 2008.** Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2009.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática: dois paradigmas da teoria antropológica.** Rio de Janeiro. P. 61-127. 1976.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, Alexandre; SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO e Eliseu Savério (org). Territórios e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste. 2004.

SAMPAIO, Ana Martha. **A digitalização como forma de conservação e disseminação do acervo de jornais da biblioteca Monsenhor Galvão.** IN: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. , 2005, Salvador. **Anais...**Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado,** fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, USP. 1978.

\_\_\_\_\_. **A natureza de espaço.** São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009.** Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2010.

SEARLE, John. **Intencionalidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925).** Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial 1983.

\_\_\_\_\_. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Tradução de Cynhia Sarti e Wanda Caldeira Brant. Presidente Prudente: Revista NERA n. 7, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lições Camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, Sônia Maria R.. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa.** 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

STEDILE, João Pedro *et al.* **Manifesto das Américas em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural.** Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 112, p.40, jul. 2006.

STEDILE, J.P; FERNANDES. B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 166 p.

SUÁREZ, Sofia; BIBKEL, Ulrich; GARBERS, Frank e GOLDFARB, Lúcia. **Os Agrocombustíveis no Brasil.** São Paulo: FIAN Internacional. 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação.** Tese (Doutorado em Linguas) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

THOMAZ JR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI :** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). São Paulo: [s.n]. 2009.

\_\_\_\_\_. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. (Org.). **Desafios do trabalho no Século XXI: capital e luta de classes no século XXI.** Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 83-115.

VILLAÇA, Paulo Ignacio Corrêa. **Imprensa e luta pela terra no Pontal do Paranapanema: do direito de resistência ao fato jornalístico (1995-2002).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense - RJ. Niterói, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World systems analysis: an introduction.** Durham, NC: Duke University Press, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Capitão camponês: Jôfre Corrêa Neto** São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996).** In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de & PAULILO, Maria Ighes, orgs, História social do campesinato do Brasil. Tomo: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Edunesp, 2009b.

WELCH, Clifford Andrew, FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiassi & FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.161-191.

WOLFORD, Wendy. **Families, Fields, and Fighting for Land: The Spatial Dynamics of Contention in Rural Brazil, Mobilization,** 2003, p. 201-215

\_\_\_\_\_. **This Land is Ours Now: A New Perspective on Social Movement Formation,** Annals of the Association of American Geographers, 2004, p. 409-424.